

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL COM O INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RAIMUNDO NONATO BITENCOURT PEREIRA

**O JORNAL A LUTA E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA MODERNIZAÇÃO  
URBANA E PROGRESSO DE CAMPO MAIOR-PI (1967-1979)**

PORTO ALEGRE-RS  
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL COM O INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RAIMUNDO NONATO BITENCOURT PEREIRA

**O JORNAL A LUTA E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA MODERNIZAÇÃO  
URBANA E PROGRESSO DE CAMPO MAIOR-PI (1967-1979)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer.

PORTO ALEGRE-RS  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Raimundo Nonato Bitencourt

O jornal A Luta e as representações acerca da modernização urbana e progresso de Campo Maior-PI (1967-1979) / Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. -- 2020.

273 f.

Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Progresso. 2. Modernização. 3. Campo Maior-PI. 4. Jornal A Luta. 5. Ditadura civil-militar. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II. Título.

RAIMUNDO NONATO BITENCOURT PEREIRA

**O JORNAL A LUTA E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA MODERNIZAÇÃO  
URBANA E PROGRESSO DE CAMPO MAIOR-PI (1967-1979)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Porto Alegre, 22 de setembro de 2020

Resultado: Aprovado com conceito A.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª. Dra. Caroline Silveira Bauer  
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(UFRGS)  
Orientadora

---

Profº Dr. Alcebíades Costa Filho  
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual do Piauí (UESPI)  
Examinador Externo

---

Profº Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza  
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
Examinador Externo

---

Profº Dr. Luiz Alberto Grijó  
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(UFRGS)  
Examinador Interno

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe (Maria de Lourdes Bitencourt), e meu pai (Otacildo), pelo apoio que me deram durante a minha trajetória estudantil.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma pesquisa na qual o primeiro contato com o jornal A Luta ocorreu ainda à época do mestrado, no ano de 2013; contato apenas superficial àquele momento, pois o objeto de pesquisa era centrado nas décadas de 1930 e 1940. A trajetória que se delineou durante a escrita desta Tese, envolveu pesquisas em Campo Maior e Teresina, mas a escrita ocorreu em um único local, a cidade de Cocal, na qual resido e trabalho desde o ano de 2014.

Neste momento, agradeço aqui às pessoas e instituições que contribuíram para este trabalho, a escrita mais solitária desde a graduação, visto que o contato com colegas de turma e docentes só ocorreu nas aulas condensadas, ocorridas nas semanas que estive em Teresina. Dessa forma, as conversas acadêmicas com colegas, sobre livros e dificuldades e/ou acertos na pesquisa e escrita, que foram tão comuns na graduação e mestrado, tornaram-se bem mais raras, devido à distância dos colegas, que em geral residem todos em cidades distintas.

Agradeço ao Instituto Federal do Piauí (IFPI), pois, mediante a parceria firmada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi viabilizada a execução do Doutorado Interinstitucional em História. Igualmente, agradeço à UFRGS e às pessoas dessa instituição, envolvidas neste Dinter, que sempre demonstraram dedicação e compromisso para executar o doutorado da melhor forma possível, não obstante as dificuldades relacionadas à distância geográfica entre os dois estados envolvidos, Piauí e Rio Grande do Sul. Agradeço ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento do referido Dinter em História.

Agradeço a minha orientadora, professora Caroline Bauer, pelas leituras que fez do meu trabalho, sempre com muita dedicação, apontando o melhor rumo a seguir durante a escrita, e respeitando os caminhos que decidi trilhar na elaboração da Tese.

Sou grato aos membros da banca do Exame de Qualificação, professores Luiz Grijó e Antônio Clarindo que, com a leitura que fizeram, indicaram importantes sugestões que contribuíram de forma fundamental para um melhor desenvolvimento do texto.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Piauí, assim como ao amigo Moacir Ximenes, que no decorrer dos anos em que pesquiso sobre Campo Maior é sempre prestativo em ajudar, não só a mim, mas a todas as pessoas que pesquisam sobre a História de Campo Maior. Foi justamente Moacir quem viabilizou o meu contato com José Sena Rosa, a quem agradeço aqui por ceder seu acervo particular do jornal A Luta.

Aos entrevistados, Ernani Napoleão e Severo Sampaio, sou grato por terem contribuído com suas entrevistas e conversas sobre a Campo Maior das décadas de 1960 e 1970, sempre com sua boa vontade e prazer em relembrar o tempo em que produziam o jornal A Luta, tornando mais claro o entendimento do periódico.

Agradeço à amiga Natália Oliveira, por sua disposição em ajudar na busca das fontes a respeito de Campo Maior.

Meu agradecimento também a minha tia, Ida Paz (*In memoriam*), pelas vezes que contribuiu para o desenvolvimento de minha trajetória acadêmica, sempre com boa vontade.

Agradeço a Deus, por mais esta etapa acadêmica que estou concluindo.

Por fim, agradeço às pessoas da minha família que, na realidade, não há palavras suficientes para demonstrar o quanto sou grato, pois são pessoas com quem sempre pude e poderei contar, seja nos momentos de adversidade, ou de alegria, que a vida nos proporciona. Sou imensamente grato a vocês, minha mãe Maria de Lourdes, meu pai Otacildo e minha irmã Ana.

## RESUMO

Nesta Tese propõe-se investigar as representações construídas pelo jornal A Luta acerca do progresso e modernização urbana de Campo Maior, Piauí, entre os anos de 1967 e 1979, época em que o periódico em destaque circulou. O semanário A Luta ressaltava que a ditadura civil-militar teria tido importante papel para o progresso e modernização de Campo Maior, que na época era a quinta maior cidade piauiense. Desse modo, o A Luta propagava representações em suas páginas no sentido de evidenciar que Campo Maior estava progredindo e se modernizando, destacando diversos aspectos que, no seu modo de ver, apontavam nessa direção, a exemplo da instalação de uma nova rede elétrica na cidade, que recebeu a energia gerada na Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, e também a modernização de praças e artérias urbanas, além da implantação e/ou modernização de construções arquitetônicas. Conforme será analisado, ganhou bastante destaque ainda, no A Luta, a construção de um matadouro-frigorífico da empresa Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), colocado pelo jornal como “o mais moderno do Nordeste”, bem como a edificação do Monumento Heróis do Jenipapo, visto como símbolo do patriotismo campomaiorense e piauiense, pois a obra tinha o objetivo de homenagear os campomaiorenses que lutaram contra os portugueses, no contexto da Independência do Brasil. O A Luta foi o principal periódico que circulou na cidade à época, reunindo letrados de Campo Maior, que exaltavam constantemente os aspectos considerados progressistas e modernos, almejando que seus leitores partilhassem dessa concepção. Na pesquisa aqui proposta, verifica-se que havia traços que demonstram que Campo Maior não era composta somente por aspectos “progressistas” e “modernos”, como desejava o grupo do A Luta, mas também era permeada pela exclusão dos segmentos sociais que possuíam menor condição financeira e/ou habitavam as áreas mais afastadas do centro da cidade. Além disso, explanam-se também logradouros e obras públicas que destoavam do que era esperado para um local progressista e moderno, devido seu caráter inacabado, ou que estava aquém do que o A Luta ansiava para Campo Maior. Desse modo, observou-se que, muitas vezes, o progresso e modernização que era veiculado nas páginas do A Luta, foi mais um desejo do que uma realidade.

**Palavras-chave:** Progresso. Modernização. Campo Maior-PI. Jornal A Luta. Ditadura civil-militar.

## ABSTRACT

This thesis proposes to investigate the representations built by the newspaper *A Luta* about the progress and urban modernization of Campo Maior, Piauí, from 1967 to 1979, time in what the journal had been in circulation. The weekly *A Luta* emphasized that the civil-military dictatorship would have played an important role to the progress and modernization of Campo Maior, which in that time was the fifth largest city of Piauí. Thus, *A Luta* disseminated, in its pages, representations to evidence that Campo Maior was under a process of modernization and progress, highlighting several aspects that, in its view, pointed to this direction, such as the installation of a new electrical network in the city, which received the energy generated by the Boa Esperança Hydroelectric Power Plant, as well as the modernization of squares and urban arteries, in addition to the implementation and/or modernization of architectural constructions. As will be analyzed, had received great attention in *A Luta*, the construction of a slaughterhouse for the company Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), considered by the newspaper as “the most modern in the Northeast”, as well as the construction of the Heróis do Jenipapo Monument, seen as a symbol of the patriotism of the *campomaiorenses* and *piauienses*, because the work had the objective of paying homage to the Campo Maior people who fought against the Portuguese, in the context of the Independence of Brazil. *A Luta* was the main journal that circulated in the city that time, gathering literates from Campo Maior, that constantly praised the aspects considered as modern and progressive, hoping that its readers shared the same view. In the research here proposed, it was verified traits that show that Campo Maior was not composed only by “modern” and “progressive” aspects, as *A Luta* wished to demonstrate, but was also permeated by the exclusion of social segments that has less financial condition and/or inhabited the the furthest areas from downtown. In addition, are showed streets and public works that differed from what was expected to be a progressive and modern place, due to its unfinished character, or that was not in alignment with what the *A Luta* expected for Campo Maior. Therefore, it was observed that, many times, the progress and modernization which was printed in the pages of *A Luta* was more a wish than a reality.

**Keywords:** Progress; Modernization; Campo Maior-PI; *A Luta* newspaper; Civil-military dictatorship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> Editorial “Cinco anos de Revolução”.....	50
<b>Figura 02</b> GOVERNADOR participa de inauguração em Campo Maior.....	109
<b>Figura 03</b> Inaugurado Hoje Mercado Modelo.....	122
<b>Figura 04</b> Governador Dirceu Mendes Arcoverde inaugura Motel em Campo Maior.....	165
<b>Figura 05</b> Obelisco construído no centenário da Independência do Brasil.....	216
<b>Figura 06</b> Planta arquitetônica do Monumento Heróis do Jenipapo.....	221
<b>Figura 07</b> Monumento Heróis do Jenipapo.....	223
<b>Figura 08</b> Canhão e bala utilizados pelas tropas portuguesas na Batalha do Jenipapo.....	227
<b>Figura 09</b> Manchete noticiando que o Monumento Heróis do Jenipapo seria inaugurado.....	231
<b>Figura 10</b> Manchete noticiando que o Monumento Heróis do Jenipapo foi inaugurado.....	232
<b>Figura 11</b> Inauguração do Monumento Heróis do Jenipapo (Alberto Silva discursando, à esquerda, no centro o general Tácito Teófilo, e à direita Monsenhor Joaquim Chaves).....	233

## **LISTA DE SIGLAS**

AERP – Agência Especial de Relações Públicas

AI – Ato institucional

ARENA – Aliança Nacional Libertadora

ARP – Agência de Relações Públicas

BEP – Banco do Estado do Piauí

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEC – Conselho Estadual de Cultura

CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S/A

CFC – Conselho Federal de Cultura

CLCC – Clube Lítero-Cultural Campomaiorense

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CODESE – Comissão de Desenvolvimento do Estado

COHEBE – Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança

DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

FRIPISA – Frigorífico do Piauí S/A

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PIB – Produto Interno Bruto

PIEMTUR – Empresa de Turismo do Piauí

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PP – Partido Popular

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAAE – Sistema Autônomo de Água e Esgoto

SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento

TELEPISA – Telefones do Piauí S/A

UDN – União Democrática Nacional

UFPI – Universidade Federal do Piauí

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>CAPÍTULO 1: FUNDAÇÃO DO JORNAL A LUTA E SUA ÊNFASE NAS REPRESENTAÇÕES EM TORNO DO PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO URBANA NA DÉCADA DE 1960</b>	31
<b>1.1 JORNAL A LUTA ENQUANTO ASPECTO PROGRESSISTA, E SUA BUSCA PARA SE FIRMAR EM CAMPO MAIOR</b>	31
<b>1.2 O FIM DOS ANOS SESSENTA E O INÍCIO DAS REPRESENTAÇÕES ACERCA DO PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO URBANA CAMPOMAIORENSE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR</b>	57
<b>1.3 USINA HIDRÉLETRICA DE BOA ESPERANÇA E A EXPECTATIVA DA “REDENÇÃO” DE CAMPO MAIOR</b>	74
<b>CAPÍTULO 2: OS ANOS SETENTA E O AUGE DA EUFORIA “PROGRESSISTA” E “MODERNIZADORA” EM CAMPO MAIOR</b>	100
<b>2.1 GOVERNO DO PREFEITO JAIME DA PAZ E OS GRANDES MARCOS DE SUA ADMINISTRAÇÃO: MERCADO PÚBLICO E ESTAÇÃO RODOVIÁRIA</b>	115
<b>2.2 A LUTA E SUA PRETENSÃO DE DIRECIONAR O EMBELEZAMENTO URBANO E OS CAMPOMAIORENSES “ANTI-HIGIÊNICOS”</b>	129
<b>2.3 “PROGRESSO” E “MODERNIZAÇÃO” NAS ÁREAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO, SAÚDE E TURISMO</b>	151
<b>CAPÍTULO 3: JORNAL A LUTA E SUA TENTATIVA DE ENALTECER CAMPO MAIOR NO CONTEXTO REGIONAL COM O MATADOURO-FRIGORÍFICO DO FRIPISA, E NACIONAL, POR MEIO DO MONUMENTO HERÓIS DO JENIPAPO</b>	167
<b>3.1 IMPLANTAÇÃO DO FRIGORÍFICO DO PIAUÍ S/A (FRIPISA) COMO TENTATIVA DE IMPULSIONAR A INDUSTRIALIZAÇÃO E A PECUÁRIA PIAUIENSE</b>	167
<b>3.2 “UM SONHO QUE SE TORNARÁ REALIDADE”: JORNAL A LUTA E SUA CAMPANHA PARA A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO HERÓIS DO JENIPAPO</b>	202
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	242
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	248
<b>ANEXO A</b>	273

## INTRODUÇÃO

A investigação acerca de temáticas que colocam em relevo o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) tem possuído muita ênfase nos últimos anos. Tais reflexões ganharam ainda mais força após a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, que havia sido instalada para “examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 [...]” (BRASIL, CNV, 2014). Em uma coletânea de estudos organizada nesse mesmo ano, quando completou 50 anos do golpe civil-militar, Rodrigo Motta, Daniel Reis e Marcelo Ridenti acentuam que “por sua atualidade e relevância, a temática da ditadura tem sido objeto de inúmeras investigações”, tanto no meio acadêmico, quanto jornalístico.

Os autores apontam para a atualidade de temas relacionados ao golpe, sublinhando práticas que eram comuns à época da ditadura, mas que ainda permeiam o Brasil, a exemplo do “autoritarismo em certas relações sociais”, “democratização incompleta do Estado e da sociedade, parte dela ainda incapaz de exercer a cidadania plena”, “níveis elevados de violência social e policial” e “desigualdades sociais (de renda, educação, acesso à justiça)” presentes na sociedade brasileira.<sup>1</sup>

Sobre a permanência de práticas autoritárias nos regimes democráticos, Caroline Bauer observa que o poder político é exercido através de instituições e, com a modificação do caráter de um regime político, as instituições governamentais tendem a permanecer. Segundo Bauer, “essas instituições são afetadas e conformadas pela natureza do regime, mas não se reduzem a ele, o que explicaria as continuidades de práticas autoritárias nas atuais democracias do Cone Sul” (BAUER, 2011, p. 30).

Preservar a memória do ocorrido durante o regime militar é fundamental para o entendimento das atrocidades vividas pelas pessoas que combateram a ditadura, bem como para o efetivo amadurecimento e consolidação da democracia política brasileira.

Neste contexto, propõe-se investigar nesta pesquisa as representações contidas no jornal *A Luta* acerca da modernização urbana e do progresso de Campo Maior,<sup>2</sup> durante a ditadura civil-militar no estado do Piauí. Marshall Berman (1986) esclarece que, no século XX, o processo de modernização se expandiu e abarcou virtualmente todo o mundo, destacando que

---

<sup>1</sup> Motta, Reis e Ridenti afirmam que seria equivocado atribuir à ditadura o surgimento dos problemas elencados, que já permeavam o Brasil há muito tempo. “No entanto, o golpe interrompeu um processo político que poderia ter levado ao enfrentamento de algumas dessas questões, já que segmentos populares estavam se organizando e demandavam sua inclusão política e social. Mais ainda, as políticas implantadas pela ditadura contribuíram para agravar sobremodo as desigualdades estruturais da sociedade brasileira” (MOTTA; REIS; RIDENTI, 2014, p. 07).

<sup>2</sup> A cidade de Campo Maior está situada na região norte do estado do Piauí a 84 km da capital Teresina.

entre suas características visualizam-se o crescimento e transformação do espaço urbano. A partir da análise de Berman, observou-se no jornal A Luta que quando havia menção à modernização urbana, enfatizavam-se, sobretudo obras públicas e/ou reformadas implantas, assim como os equipamentos urbanos instalados, que naquele momento eram considerados pelo jornal importantes avanços que dariam um aspecto moderno a Campo Maior. É importante ainda esclarecer que a referência ao termo “progresso”,<sup>3</sup> nesta pesquisa, é em alusão ao entendimento do jornal campomaiorense A Luta acerca desse termo, que é apresentado pelo jornal de modo polissêmico, pois era utilizado quando mencionava avanços técnicos, reformas e/ou construções arquitetônicas, bem como o crescimento em áreas como cultura, economia, saúde, esporte e educação, ou quaisquer outros setores que estivessem recebendo melhoramentos durante o período aqui abordado.

O jornal campomaiorense A Luta foi editado entre os anos de 1967 e 1979, constituindo a principal fonte deste trabalho. O periódico circulava uma vez por semana, normalmente no sábado ou domingo, tendo uma tiragem em torno de 200 exemplares, quantidade que às vezes era maior, quando os gestores do jornal consideravam que havia alguma notícia mais impactante, que poderia chamar atenção de um público maior, sendo impresso em formato tabloide, caracterizando-se por não almejar o lucro.

O periódico era um importante meio para a construção de representações de Campo Maior como local moderno e progressista, refletindo os sonhos e imaginário do grupo letrado campomaiorense nos diversos registros em que demonstravam o anseio, então vigente, pela modernização e progresso, além de possibilitar apreender aspectos das modificações estruturais de Campo Maior. As pessoas que gerenciavam o jornal, bem como os principais articulistas, compunham o grupo letrado local, além de, muitas vezes, fazerem parte também do que seria a elite econômica. Nesse contexto, o grupo que formava o A Luta, e muitos dos que escreviam artigos, não eram jornalistas profissionais, e sim estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos, um grupo bastante heterogêneo, que reunia pessoas que trabalhavam como dentista, advogado, médico, comerciante, bancário e docente; contudo, embora em número reduzido, são também encontradas algumas matérias de jornalistas profissionais, que, de modo geral, tinham vínculos com a imprensa da capital Teresina.

---

<sup>3</sup> Kalina Silva e Maciel Silva ao analisar o conceito de “progresso”, apontam-no como um direcionador da evolução humana, um caminho a seguir que assume sempre um caráter qualitativo, ou seja, mudanças que são sempre para melhor. Segundo os autores, “a ideologia do progresso teve seu apogeu no século XIX, em decorrência da ascensão da economia industrial do Ocidente. Nesse período, o contexto social da Revolução Industrial ajudou o desenvolvimento das ideias de progresso como algo necessário, inevitável e benéfico para a sociedade, e da civilização europeia como o auge da civilização mundial” (SILVA; SILVA, 2009, p. 134).

O A Luta buscava conscientizar os seus leitores sobre o que era uma cidade moderna e progressista, além de criticar as práticas dos habitantes que não estivessem de acordo com o que almejavam para Campo Maior. O jornal levava aos seus leitores representações que destacavam o progresso, almejando que essa visão fosse partilhada pela população local e também como forma de pressionar os gestores municipais para que investissem no progresso de Campo Maior. Nesse sentido, eram constantes os destaques a aspectos tomados como progressistas e modernos pelo jornal, sobretudo obras públicas e equipamentos modernos instalados.

Campo Maior foi uma das primeiras vilas a ser fundada em território piauiense, sendo instalada pelo governador do estado, João Pereira Caldas, no ano de 1762, passando à categoria de cidade em 1889, figurando, desde então, como um dos principais centros urbanos do Piauí. Os estudos sobre Campo Maior, em geral, estiveram durante muito tempo voltados para sua participação nas lutas pela independência do Brasil, tendo como principal episódio a Batalha do Jenipapo.<sup>4</sup>

No espaço urbano em relevo, uma das principais repercussões do regime autoritário que foi instalado no Brasil, no ano de 1964, foi o intenso surto de transformações na estrutura espacial de Campo Maior, o que ocasionou profundas modificações para a população campomaiorense que vivenciou o período.

A partir do A Luta, verifica-se que o semanário dava destaque ao “progresso” e “modernização urbana” que estariam ocorrendo em Campo Maior, delineados na época da ditadura civil- militar brasileira, iniciada após o golpe de estado orquestrado pelos militares em 1964, que depuseram o presidente da República João Goulart. Os autores Jorge Ferreira e Ângela Gomes auxiliam na compreensão deste movimento e apontam que ele foi comandado pelos militares das Forças Armadas, mas teve o apoio de grupos civis, pois, contou com:

[...] Amplos setores sociais, de empresários às classes médias [...]. Diversas organizações da sociedade civil, como meios de comunicação, organizações femininas e setores da Igreja Católica também incentivaram e se colocaram ao lado desse movimento, sobretudo quando eclodiu. Tudo isso, sem falar em importantes instituições políticas, grupos parlamentares do Congresso e governos estaduais, como os da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 351).

---

<sup>4</sup> A título de exemplo de obras que tratam da Batalha do Jenipapo, citam-se: NEVES, Abdias. **A guerra de Fidié: uma epopeia brasileira na luta pela independência**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005; DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850**. 1999. Tese de Doutorado em História, IFCS/UFRJ, 1999.

Caio Navarro de Toledo observa que a partir do golpe, o que se promoveu foi uma “modernização conservadora, excluindo da cena política e social as classes trabalhadoras e populares, pondo fim a uma experiência de democracia política intolerável as classes dominantes brasileiras” (TOLEDO, 2014, p. 56). A presidência do Brasil foi exercida por generais ligados às Forças Armadas, o que teve custos altos, como enfatiza Daniel Aarão, ao mencionar os “perseguidos, presos, torturados, exilados ou mortos”, além da:

[...] Dor e a angústia de toda uma população empurrada em ritmos inéditos de mobilidade – social e geográfica –, revolvida nos alicerces culturais por um vendaval de modernização que, de forma autoritária, conduziu a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo (REIS, 2014, p. 11).

A investigação acerca das representações sobre o progresso e modernização urbana, durante a ditadura civil-militar, é relevante na medida em que proporciona uma maior elucidação sobre as várias faces do período. Tal reflexão se faz essencial porque durante o regime militar ocorreu o chamado “milagre econômico”, momento de crescimento econômico do país, sendo possível observar seus reflexos através das representações contidas no *A Luta*, que salientavam a modernização que estaria ocorrendo em Campo Maior. Por outro lado, é salutar destacar os custos dessas modificações efetivadas no espaço citadino, pautadas no autoritarismo, repressão, tortura, além de seu caráter excludente, pois atendia aos anseios de uma determinada elite que havia tomado o poder naquele momento por meio de um golpe de estado.<sup>5</sup>

No Brasil já existe uma ampla e variada produção historiográfica que enfoca o período do regime militar, no entanto, em termos de Piauí, não há ainda um grande volume de estudos que investigue essa temática. Diante desse quadro, a presente pesquisa significa uma importante contribuição na ampliação do cenário historiográfico campomaiorense, visto que ainda não há trabalhos que abordem as representações acerca do progresso e modernização de Campo Maior durante o regime ditatorial que vigorava no Brasil à época. É essencial, também, observar a relevância da abordagem da temática para a sociedade piauiense de modo geral, já que foram investigadas as características do regime militar em uma das principais cidades do estado.

Diante disto, a pesquisa aqui proposta possibilita entender com mais clareza as representações feitas pelo *A Luta* em relação ao regime militar, em Campo Maior, que de

---

<sup>5</sup> A exemplo disso, ver: MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res)sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. 2010. 237 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

acordo com Emilia Maria Rebêlo (2000) figurava como a quinta maior cidade do Piauí, na década de 1970.<sup>6</sup>

A ditadura civil-militar brasileira teve como uma de suas facetas o investimento no crescimento do país, que deveria caminhar rumo ao progresso, segundo pregavam seus governantes.<sup>7</sup> Tal ideia foi ainda mais reforçada pelo momento de euforia, devido ao desenvolvimento do país que, como salienta Marcos Napolitano (2014), chegou a ser conhecido como “milagre econômico”, entre os anos de 1969 e 1973, período de maior crescimento econômico durante o regime ditatorial. Nesse sentido, as elites brasileiras que estavam à frente da ditadura, difundiram que o país estava em pleno desenvolvimento.

Por outro lado, nas décadas de 1950 e 1960, o discurso do governo piauiense e do segmento letrado, ligado à imprensa escrita, era bem diferente, visto que representavam o estado como um espaço marcado pelo “atraso, o pauperismo e a miséria” (NASCIMENTO, 2010, p. 04). Os discursos que marcavam esse período estavam relacionados com a crise do extrativismo vegetal da cera de carnaúba, pois, conforme Raimundo Pereira (2015), o produto foi o suporte da economia do Piauí no período compreendido entre os anos de 1914 e 1947. Após a decadência do extrativismo da carnaúba, tiveram início as representações do Piauí enquanto unidade da federação marcada pela pobreza.

As reflexões sobre o declínio da cera de carnaúba são essenciais para a pesquisa aqui proposta, pois, Campo Maior viveu momentos de euforia até o fim da década de 1940, já que “esteve na liderança da produção desse gênero extrativista, no Piauí” (PEREIRA, 2015, p. 22).

---

<sup>6</sup> Analisando somente a população urbana, a autora indica que nos anos sessenta, Campo Maior era a quarta maior urbe do Piauí. Nos anos 70, houve uma alteração e a cidade passou a ser a quinta maior do estado, conforme Rebêlo (2000) aponta ao citar os cinco principais espaços citadinos piauienses à época: Teresina (181062 habitantes); Parnaíba (57030 habitantes); Floriano (26776 habitantes); Piri-piri (18481 habitantes) e; Campo Maior (18400 habitantes).

<sup>7</sup> De acordo com Daniel Aarão Reis (2014), importantes iniciativas foram tomadas no sentido de acelerar o progresso do Brasil durante a ditadura civil-militar, sobretudo a implantação do I Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1971, durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O plano norteou “o salto para a frente do capitalismo brasileiro, que mudou então de patamar histórico”, “foram ‘anos de ouro’, de progresso contínuo, de abertura de horizontes, de confiança e de celebração patriótica”. O I PND almejava inserir o país entre as principais potências econômicas mundiais, elevando a renda *per capita* e o produto interno bruto (PIB) até o ano de 1974, com o intuito de expandir a oferta de emprego e reduzir a inflação. Pedro Henrique Campos (2017) afirma que o IPND investiu principalmente no setor de bens de consumo duráveis, com elevação generalizada da produção no setor econômico, sob liderança do segmento industrial na construção civil e produção automobilística. Campos salienta que, em 1974, foi colocado em prática o II PND, para “manter altas taxas de crescimento econômico através de investimentos estatais na economia, com epicentro na expansão da produção de bens de capital, cuja capacidade instalada deveria substituir a importação de insumos industriais” (CAMPOS, 2017, p. 348). Com isso, foram criados projetos em setores de siderurgia, telecomunicações, usinas hidrelétricas e termoeletricas, e projetos de mineração. Ainda segundo Campos, houve a expansão de rodovias e implementação de ferrovias, investimentos em “abastecimento e tratamento de água e esgoto nas grandes cidades”, assim como a “construção de casas populares como foco, elevando a quantidade de habitações financiadas de 97 mil, em 1974, para 339 mil, em 1978, bem como implementando infraestrutura urbana, o que incluía saneamento e transporte público de massa” (CAMPOS, 2017, p. 349).

Após esse período, representações que ressaltavam o progresso e modernização estiveram novamente em forte evidência na cidade em foco durante o regime civil-militar, época em que os governantes e a imprensa escrita local destacavam que Campo Maior era umas das cidades mais progressistas do Piauí, e mesmo do Nordeste brasileiro. As obras públicas que foram levadas a cabo pelo governo municipal eram realizadas pelo grupo político que estava na gestão municipal em dado momento, não sendo necessariamente fruto de um planejamento organizado ou um projeto de desenvolvimento em longo prazo. Além disso, conforme será observado nesta pesquisa, havia também as obras públicas implementadas pelo governo estadual.

Aos olhos dos governantes e do grupo letrado campomaiorense da época, Campo Maior deveria estar em sintonia com a modernização conservadora autoritária predominante no Brasil naquele momento. Rodrigo Motta afirma que o paradoxal conceito de modernização conservadora expressa bem as ações engendradas durante o regime militar, apontando ainda que o poder autoritário utilizado no combate às oposições era também usado para efetivação das atividades modernizadoras, se necessário. Motta assinala que “o desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico”, além de expansão na indústria e mecanização agrícola, com aumento da urbanização e do operariado nas fábricas. Em meio a isso, havia o impulso conservador “ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais”, sendo combatidos quaisquer “questionamentos à moral e aos comportamentos tradicionais” (MOTTA, 2014, p. 51).

Em Campo Maior, o ideal de modernização e progresso passou a ser colocado em prática no fim da década de 1960, e, sobretudo, na década seguinte, durante os anos de chumbo, seguindo os passos de outras urbes Brasil afora, bem como da capital Teresina, que sofria um processo de modernização autoritária. Para os governantes estaduais, a modernização urbana de Campo Maior era de grande relevância, afinal, era uma das maiores cidades do estado. Inclusive, tornaram-se frequentes as visitas dos governadores à cidade, muitas delas em decorrência da inauguração de obras públicas.

Nesse contexto ditatorial, toma-se como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1967 e 1979, quando ocorreu a circulação do jornal *A Luta*, visto que o objeto de estudo deste trabalho são as representações que o semanário construiu buscando evidenciar que o progresso e modernização estariam permeando Campo Maior.

Ao realizar a busca do *A Luta*, a ser usado na pesquisa, foram encontradas algumas poucas edições no Arquivo Público do Piauí; desse modo, a maior parte do material utilizado na pesquisa é proveniente do acervo digital particular do pesquisador José Ribamar de Sena

Rosa.<sup>8</sup> Ao todo, foi possível encontrar pouco mais de 500 edições, entretanto, muitas delas faltam páginas. Realizou-se uma leitura qualitativa das matérias escolhidas para apreciação, privilegiando-se as que mencionavam aspectos tidos pelo A Luta como progressistas e modernos, portanto, analisou-se editoriais, reportagens e entrevistas que estivessem em consonância com o objeto de estudo deste trabalho. Para um melhor entendimento do tema ora investigado, efetivaram-se também entrevistas temáticas com o senhor Ernani Napoleão Lima, que participou do grupo que dirigia o jornal, e com o senhor Severo Visgueira Sampaio, que trabalhou como tipógrafo do A Luta.

Durante os doze anos de sua circulação, o A Luta oscilou entre seis e oito páginas, sendo que a variação ocorria de acordo com as condições financeiras pelas quais passava o periódico em dado momento, ocorrendo a venda diretamente na residência dos assinantes e também em locais públicos, como praças, onde havia maior concentração de pessoas.

As colunas presentes no jornal não permaneceram fixas durante toda sua trajetória, visto que sua existência estava totalmente atrelada à disponibilidade do autor da coluna, pois as pessoas que escreviam no A Luta não recebiam salário. Na realidade, era comum, em certas ocasiões, alguns desses indivíduos auxiliarem com seus próprios recursos financeiros, pois, só a renda oriunda da venda do periódico e dos anúncios, por vezes, não era suficiente para manter o funcionamento do jornal.<sup>9</sup> Além disso, observou-se a grande quantidade de pessoas que assinavam a autoria de matérias no jornal, pois a redação pedia que os sujeitos que tivessem interesse mandassem seus textos para publicação, já que o A Luta não tinha um corpo de jornalistas profissionais para cumprir a função de alimentar as páginas do jornal semanalmente.

De todo o exposto, as questões que norteiam a pesquisa em relevo são as seguintes: quais as representações construídas pelo jornal A Luta ao propagar que Campo Maior era um local marcado pelo progresso e modernização durante as décadas de 1960 e 1970? Quais os principais aspectos de Campo Maior que o periódico destacou, como forma de evidenciar o progresso e modernização campomaiorense? De que forma o jornal se posicionou frente ao momento ditatorial que o Brasil vivia à época?

É relevante salientar que a ditadura civil-militar propagava representações no sentido de difundir que o Brasil estava progredindo e se modernizando e, muitas vezes, tais representações

---

<sup>8</sup> José Rosa, em sua dissertação de mestrado tomou o A Luta como objeto de pesquisa. Sobre isso, ver: ROSA, José Ribamar de Sena. **Quando a imprensa miúda é o veículo: o semanário “A Luta” e a cidade de Campo Maior/PI – falando de trocas e meios – 1967 / 1979**. 2015. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Severino Sombra-RJ, 2012.

<sup>9</sup> Nas edições iniciais constava na segunda página os valores necessários para anúncios no A Luta, organizados da seguinte forma: “Por centímetros de coluna e por vez: 1ª página NCr\$ 2,00, última página NCr\$ 1,50, página indeterminada NCr\$ 1,00” (A LUTA, 03 de dezembro de 1967, p. 02).

eram reproduzidas pelo A Luta. As representações construídas por administradores públicos e segmentos da imprensa piauiense colocavam a ditadura civil-militar no Piauí como uma época de progresso, o que também pode ser visualizado em Campo Maior, cidade na qual era sublinhado que o progresso e modernização, destacados nas páginas do A Luta, haviam beneficiado a população em geral. Tal tentativa de homogeneização discursiva surtiu forte efeito, de modo que é comum no período que se seguiu ao regime militar haver no Piauí e, em Campo Maior, destaque apenas a propalada faceta progressista do regime de exceção, por parte dos segmentos que se beneficiaram dele.

A Tese aqui proposta busca evidenciar que o período foi marcado também por elementos que demonstram os empecilhos ao “progresso” e “modernização” em Campo Maior, a exemplo de atrasos na edificação de obras públicas, construções inacabadas ou de qualidade aquém do que o grupo letrado local aspirava, pois, em determinados momentos, a modernização e o progresso foram mais um desejo do jornal do que uma realidade. Tais aspectos eram denunciados pelo A Luta, visto que interferiam de modo negativo na visão uniforme que o semanário pretendia construir acerca de Campo Maior, enquanto local progressista. Foi verificado ainda que o progresso e modernização, ressaltados nas páginas do semanário, não estiveram ao alcance de todos os campomaiorenses, já que, muitas vezes, segmentos sociais mais pobres não puderam usufruir desses aspectos, mesmo porque alguns ficaram restritos à área central da urbe, indicando, assim, o caráter excludente do progresso e modernização apregoados pelo referido jornal.

Esta pesquisa privilegia uma investigação baseada na História Cultural, oriunda dos debates que marcaram a crise dos paradigmas e que adquiriu maior consistência a partir da década de 1980; no entanto, ressalta-se que ao longo da Tese, há momentos em que ocorre mais ênfase em aspectos sociais e culturais, a exemplo dos capítulos um e dois e, em outros, o foco recai em questões econômicas e políticas, como se observa no capítulo três, pois tal oscilação é presente no A Luta.

Um dos autores de maior destaque da História Cultural, Roger Chartier (1990), afirma que o objetivo dos historiadores da cultura é identificar como uma determinada realidade social foi sendo construída, podendo ser apreendida por meio de suas representações. Segundo Chartier, “práticas” são os modos como as pessoas atuam de forma singular em seu mundo e “representações” são as formas pelas quais os indivíduos significam esse mundo. Sobre estes conceitos, o autor refere que:

[...] As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; [e] as formas institucionalizadas pelas quais “representantes” (instâncias coletivas ou individuais singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

Propõe-se ver a cidade a partir de uma abordagem centrada na História Cultural, na qual as representações acerca do espaço urbano são colocadas em relevo, percebendo como o grupo letrado atribuía significados a Campo Maior.

No Brasil, Sandra Pesavento dedicou grande parte de sua produção textual à História Cultural, sobretudo a partir da década de 1990, realizando estudos que tomavam as representações como fio condutor. A autora coloca como um dos pressupostos fundamentais para a História Cultural a ideia de representação, que se expressa em “normas, instituições, discursos, imagens e ritos” (PESAVENTO, 2008, p. 39). Segundo Pesavento: “Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 42).

Pesavento sublinha que já existe uma ampla produção escrita sobre as cidades, especialmente no que tange a perspectiva econômico-social, com ênfase tanto em uma abordagem quantitativa e evolutiva,<sup>10</sup> quanto sob uma abordagem marxista.<sup>11</sup> Entretanto, sob o olhar da História Cultural, a atenção é voltada não apenas para o desenvolvimento econômico-social, e sim para as:

[...] Representações que se constroem na e sobre a cidade. [...] Pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. O imaginário urbano, como todo imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações urbanas (PESAVENTO, 2008, p. 78).

---

<sup>10</sup> Pesavento (2008) refere que sob tal olhar a cidade é vista sem maior compromisso teórico, sendo realizada apenas a descrição da história da urbe, apresentando sua evolução com a citação de dados e nomes considerados relevantes para sua história.

<sup>11</sup> Na abordagem marxista, a cidade é tida como o “*locus* da acumulação de capital, como o epicentro da transformação capitalista do mundo. Mesmo assim, a cidade é ainda abordada na sua dimensão espacial: ela é o território onde se realiza um processo de produção capitalista e onde se realizam as relações capitalistas, onde se enfrentam as classes” (PESAVENTO, 2008, p. 77, grifo da autora).

As representações elaboradas pelo A Luta acerca do progresso e modernização urbana de Campo Maior estão indissociavelmente ligadas ao contexto das representações oriundas do poder público estadual, que tiveram ressonância no poder público e imprensa escrita da cidade. Roger Chartier (1990) contribui no entendimento dos discursos de progresso em torno do Piauí e de Campo Maior, ressaltando a importância de fazer o “relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”, não os considerando como neutros e sim investidos de uma intencionalidade por parte do grupo letrado local, que tentava impor a sua concepção de mundo social, refletindo seu desejo em ter uma cidade que se destacasse no cenário piauiense. A aceitação desse posicionamento teórico permite visualizar as representações em torno de Campo Maior, entendendo-as em seu lugar de produção, constituídas a partir de práticas discursivas que valorizavam diversos aspectos tidos como modernos e progressistas.

Para a apreciação do jornal A Luta, usa-se a noção de representação, não tomando esse periódico como transparência de uma realidade, mas sim em sua especificidade, ou seja, como documento no qual seus articulistas investiram uma carga de intencionalidade, sendo impressa sua visão do que era o real naquele momento. Chartier afirma que: “[...] O que é real, de fato, não é somente a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escrita” (CHARTIER, 2002, p. 56).

Campo Maior passou a ter uma estrutura urbana que esteve em crescente desenvolvimento durante o regime ditatorial. Vale ressaltar que grande parte dessas modificações espaciais permanece até a atualidade. No fim da década de 1960, Campo Maior sofreu significativas modificações que contribuíram para fomentar as representações sobre modernização e progresso. Destaca-se como a conquista mais relevante, vista como signo moderno pelo A Luta, nos anos sessenta, a instalação de uma nova rede elétrica, fornecida pela empresa Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), que possibilitou receber a tão aguardada energia gerada na Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, contribuindo, assim, para sanar os apagões que eram comuns devido ao desligamento da usina local movida a óleo diesel, fato que não condizia com uma urbe tida como moderna, no entender do grupo letrado local.

O início da década de 1970 marcou o auge das representações contidas no A Luta, enfatizando o progresso em Campo Maior. A década de 1970 foi caracterizada pelos anos de chumbo, momento em que a repressão atingiu seu ponto mais crítico. Segundo Napolitano (2014), foi também a época das “obras faraônicas”, na qual o Brasil trilhava o caminho do desenvolvimento para tornar-se uma grande potência mundial, ao menos sob a ótica de quem comandava a ditadura.

É salutar destacar que neste período, o Piauí foi governado pelo engenheiro Alberto Tavares Silva,<sup>12</sup> que, segundo Nascimento:

[...] Passou a ser visto, muito especialmente pelos segmentos sociais beneficiados de alguma forma com novas oportunidades surgidas durante o seu mandato, como o governante capaz de soerguer o estado e tirá-lo da posição desfavorável em que se encontrava (NASCIMENTO, 2010, p. 24).

Cláudia Fontineles, ao investigar as maneiras como Alberto Silva adquiriu seu lugar na memória e história piauiense, busca compreender de que modo tal figura política tornou-se sinônimo de progresso e modernização no Piauí. A autora salienta que Alberto Silva trabalhou intensamente na construção de sua imagem enquanto governante empreendedor. À época de sua gestão, ressaltava que era um “engenheiro na política”, destacando seus conhecimentos técnicos e obras realizadas na área de engenharia, deixando em segundo plano sua carreira política, apesar de ter atuado por décadas em diversos cargos públicos, a saber, senador, deputado federal e governador. Tal estratégia mostrou-se eficaz na obtenção do apoio da população piauiense a sua administração, funcionando como espécie de escudo “a críticas e exigências feitas comumente a políticos, além de indicar um desprendimento de interesses, ornando ainda mais suas ações e atraindo aplausos para elas” (FONTINELES, 2015, p. 118).

Captando a atenção e o apoio de importantes meios de comunicação piauienses, Alberto Silva passou a colocar-se como o sujeito que trouxe o progresso para o Piauí, ancorando tal representação em projetos de grande envergadura, a ponto de ser reconhecido, principalmente:

Por suas iniciativas à frente da construção de obras públicas de grande monta, geralmente sendo retratado mais por suas obras que por qualquer atuação pública. O que bem ilustra isso é o tratamento atribuído a ele pelos meios de comunicação locais, que frequentemente se referem a ele como o “engenheiro dos sonhos” (FONTINELES, 2015, p. 118).

Para Alberto Silva, era o momento de apagar a imagem do Piauí enquanto estado pobre e “subdesenvolvido”. Em Campo Maior, as representações propagadas pelo grupo letrado local que atuava no jornal *A Luta* tornaram-se mais fortes, visto que na década de 1970 diversas obras

---

<sup>12</sup> Pedro Henrique Campos aborda a relação entre grandes empreiteiras e a ditadura civil-militar, atentando para suas estreitas relações nesse período de “obras faraônicas”. Desse modo, afirma que “no caso específico dos empreiteiros e outros empresários da engenharia, verificamos uma intensa presença de seus membros, representantes ou interlocutores próximos no aparelho estatal durante a ditadura” (CAMPOS, 2017, p. 310). Expressão disso era a significativa participação de engenheiros em cargos de primeiro escalão, ministros, governadores, prefeitos. O autor aponta ainda que na sucessão política do ano de 1971, nove dos governadores empossados eram engenheiros, a exemplo de Alberto Silva, no Piauí.

públicas foram implantadas. Campo Maior era frequentemente representada pelo periódico como progressista, por estar crescendo em ritmo acelerado, além de uma preocupação com o embelezamento do traçado urbano e ordenação dos usos do espaço público.

Nesse contexto, segundo o *A Luta*, Campo Maior teve um crescimento que, até então, não tinha sido alcançado, havendo a preocupação do grupo letrado com o embelezamento do traçado urbano, além da atenção com a “civilidade” da população; contudo, nem tudo saía conforme era planejado.

Na década de 1970, ocorreu sob o olhar atento do governador Alberto Silva, a modernização e ampliação do matadouro-frigorífico da empresa de economia mista Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), que recebeu novas instalações, e, de acordo com seus administradores, já se equiparava a frigoríficos do sul do país. O prédio havia sido inaugurado em Campo Maior no ano de 1967, já que a cidade possuía um dos maiores rebanhos de gado do estado.

A modernização urbana, estampada nas páginas do *A Luta*, atingiu praças, ruas, assim como as avenidas, além de ocorrer a construção do terminal rodoviário, que continua em uso atualmente. Foi edificado um novo mercado público, também em funcionamento até a atualidade, que na época era apontado pelo grupo letrado de Campo Maior como o melhor do Piauí, ou até mesmo da região Nordeste. Durante os anos 70, houve também a reforma do estádio de futebol municipal, pois esse esporte era muito exaltado no contexto ditatorial, sendo que em Campo Maior havia dois clubes que alcançaram destaque no Piauí: Caiçara Esporte Clube e Comercial Atlético Clube.

Uma das obras públicas que teve maior ressonância no jornal *A Luta* foi a construção do Monumento Heróis do Jenipapo, inaugurado no ano de 1973, em homenagem aos campomaiorenses que lutaram na batalha pela independência brasileira em relação a Portugal. Foi construído pela elite governamental piauiense para ser um dos mais “majestosos” do Brasil, símbolo de nacionalidade e patriotismo, característico da ditadura que estava em voga.<sup>13</sup> É relevante enfatizar o lugar de destaque que o Monumento Heróis do Jenipapo adquiriu no *A Luta*, pois o periódico fez ampla campanha para a construção do monumento, associando com frequência patriotismo e progresso durante o contexto ditatorial.

É fundamental para o entendimento do moderno, nesta pesquisa, a análise de Mara Rúbia Sant’Anna, ao referir que no Brasil, o moderno deve ser contextualizado ao “discurso nacionalista e observar a fala ufanista patriótica, não como um aspecto inconciliatório, mas como

---

<sup>13</sup> Daniel Aarão Reis (2014) afirma que o orgulho nacional e patriótico foi característico, sobretudo, no período do chamado “milagre econômico”, com sentimento de grande euforia e exaltação, tendo seu auge durante as festividades do Sesquicentenário da Independência.

parte inerente, no contexto sul-americano, à construção de uma identidade moderna” (SANT’ANNA, 2005, p. 96). Tal perspectiva é vista de forma mais contundente ainda no contexto da ditadura civil-militar, uma vez que o ideal nacionalista e patriótico estava em voga, utilizando a modernização como um de seus instrumentos, que teve, entre outros reflexos, a construção de obras públicas, a exemplo do Monumento Heróis do Jenipapo, tido como símbolo de patriotismo piauiense e campomaiorense.

Sant’Anna afirma ainda que, a nível regional, excetuando-se estados mais desenvolvidos (São Paulo e Rio de Janeiro), a concepção moderna no Brasil foi “almejada como forma de integração das partes ao todo, ou seja, os estados não centrais desejavam conquistar uma ‘aparência’ moderna”, para assim, “partilhar de uma condição entendida como *natural* do País, no contexto da segunda metade do século XX” (SANT’ANNA, 2005, p. 96, grifo da autora). Dessa forma, verifica-se que a busca pelo moderno no Piauí, “o estado mais subdesenvolvido da federação”,<sup>14</sup> significava também uma luta pelo reconhecimento deste território enquanto integrante do Brasil que se modernizava à época, um desejo de ser reconhecido, sobretudo, pelos estados desenvolvidos do “Sul do Brasil”.<sup>15</sup>

É relevante esclarecer também o que é tomado como cidade moderna nesta pesquisa, sendo fundamental levar em consideração as peculiaridades de Campo Maior durante a época analisada. A urbe ainda era um espaço pequeno, portanto, não podemos considerá-la moderna nos mesmos termos que os espaços citadinos de grande porte, mas sim atentando para a realidade das cidades do interior piauiense durante o período aqui abordado.

Gervácio Aranha (2005) observa que ao investigar a ideia de modernização em cidades de menor porte, não podemos analisá-las da mesma forma que grandes cidades, onde uma das principais características do fenômeno moderno é o ritmo frenético como o trânsito de milhares de pessoas cotidianamente nas ruas, fato que não era inerente a Campo Maior. Nesse sentido, para realizar este estudo, apropria-se da concepção de Aranha, que chama atenção para o fato de que cidades de menor porte, a exemplo de Campo Maior, podiam ser consideradas como modernas, na medida em que possuíam determinados equipamentos urbanos e/ou prédios e

---

<sup>14</sup> Sobre as representações que a imprensa piauiense fazia acerca do “subdesenvolvimento” do estado, ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970*. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 28.1, 2010.

<sup>15</sup> Verifica-se tal assertiva de forma mais clara durante a gestão do governador Alberto Silva (1971-1975), que demonstrou forte preocupação em divulgar o desenvolvimento do Piauí nos estados do “Sul do Brasil”. Aliou-se a importantes meios de comunicação para alcançar tal objetivo, intencionando com isso retirar o Piauí do “anedotário nacional”, pois, até então, era um estado que vivia em situação “humilhante”, esquecido pelo resto do Brasil.

logradouros públicos que fossem considerados símbolos modernos no momento em que eram implantados.

Acerca dos estudos piauienses que enfocam o estado durante o regime de exceção, principalmente na década de 1970, assinalam-se os trabalhos de Francisco Nascimento (2010) e Regianny Monte (2010), que enfatizam, sobretudo, os discursos da imprensa escrita teresinense na construção do Piauí enquanto local progressista, além de observarem a marginalização que a população pobre sofreu devido à remodelação da capital Teresina. Sobre a década de 1970, destaca-se ainda como importante referência o trabalho de Cláudia Fontineles (2015) sobre a atuação do governador Alberto Silva, visto que é uma figura política fundamental, pois foi em sua gestão que as representações progressistas que envolviam o Piauí foram mais intensas, visto que o governador afirmava estar retirando o Piauí do “subdesenvolvimento”.

Observa-se que o jornal *A Luta* se colocava como um periódico pautado na imparcialidade, independência e objetividade ao veicular suas matérias. Entretanto, para a investigação das representações jornalísticas é importante atentar para a advertência que Luiz Grijó (2014) faz ao referir, que no Brasil, não é possível assegurar que existe um “campo jornalístico” realmente autônomo, diferentemente de países como França e Estados Unidos onde há um jornalismo com bases próprias, fundamentado no profissionalismo. Segundo o autor, “no caso brasileiro, historicamente se foram constituindo inúmeros entraves a uma autonomia específica do mundo da produção midiática” (GRIJÓ, 2014, p. 282). Grijó afirma que o jornalismo brasileiro, apesar de enfatizar que se baseia no profissionalismo, em realidade, tem sido historicamente atrelado às questões político-partidárias e/ou interesses econômicos dos grupos que administram os meios de comunicação.

Tania Luca (2009) esclarece que é salutar na análise de jornais, enquanto fonte de pesquisa, observar o grupo responsável pela linha editorial, sobretudo, atentando para os colaboradores mais frequentes, de modo a entender as razões de escolherem uma determinada temática para publicação. Além disso, é necessário também verificar as ligações do periódico com grupos que detém poder no contexto de sua publicação, bem como os interesses financeiros envolvidos, inclusive, os de caráter publicitário.

É relevante também o direcionamento que Maria Capelato (2015) fornece, ao colocar que é fundamental compreender os “compromissos político-partidários estabelecidos pelos condutores do periódico em diferentes momentos de sua história e da história do país”, pois, como será observado no *A Luta*, em determinados momentos, o jornal aproximou-se de figuras políticas campomaiorenses. Segundo a autora, investigar o conteúdo de um jornal requer “análise externa relacionada ao conhecimento do contexto histórico ao qual se refere a

periodização estabelecida para a pesquisa e também às mudanças ocorridas ao longo desse período” (CAPELATO, 2015, p. 131).

Para a análise do jornal *A Luta*, o trabalho de Goodwin Junior (2007) é fundamental, pois assim como o autor, almeja-se investigar a “representação de cidade que foi construída, visando a transformação do espaço urbano, e seus habitantes”, observando a atenção que os letrados davam a aspectos, como: civilização, progresso, modernização e embelezamento urbano.

Goodwin Junior destaca também a importância da análise do contexto histórico em que um jornal foi editado, entendendo a história da cidade em que circulava:

Para percebê-la, é preciso ler o que era publicado, conhecer o conjunto de ideias com que dialogavam, bem como a realidade urbana na qual viviam. Os jornais são lidos, hoje, em arquivos; mas devemos lê-los como à época de sua publicação: levantando os olhos para ver, além, a cidade em que eram publicados. Isto significa um duplo movimento: a leitura minuciosa dos periódicos, desde os editoriais aos anúncios, para poder traçar um perfil do jornal; e o estudo sobre o período e suas ideias hegemônicas, além da história das cidades escolhidas (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 99).

Goodwin Junior refere igualmente que os textos impressos são um importante subsídio para entender as representações de cidade moderna e devem ser analisados levando em consideração toda sua complexidade, pois “é na leitura dos jornais que enxergamos, também, os limites dessa cidade, seja da (in)eficácia de sua implementação, seja nos parâmetros de inclusão/exclusão estabelecidos” (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 99).

Na pesquisa em tela, os depoimentos colhidos com os senhores Ernani Lima e Severo Sampaio, que trabalharam no jornal *A Luta*, foram efetivados levando-se em consideração a sugestão de Verena Alberti (2004), já que a autora aponta que as entrevistas temáticas são adequadas para o estudo de um período cronologicamente mais delimitado, com ênfase na participação do interlocutor em acontecimentos específicos.

Estabelecidas as aproximações teórico-metodológicas, explana-se a divisão dos capítulos que constituem esta Tese. No capítulo 1, “Fundação do jornal *A Luta* e sua ênfase nas representações em torno do progresso e modernização urbana na década de 1960”; a atenção está voltada para o entendimento dos anos iniciais do jornal *A Luta* em Campo Maior, ou seja, é ressaltado o final dos anos sessenta. Nesse sentido, analisa-se inicialmente, a trajetória do órgão de imprensa, fundado no ano de 1967 por Raimundo Antunes Ribeiro, com circulação até o ano de 1979. Observam-se os segmentos sociais campomaiorenses que o grupo dirigente do *A Luta* tinha proximidade, verificando ainda a forma como o periódico colocava-se enquanto

elemento fundamental para o progresso e modernização urbana da cidade, além de buscar influenciar os costumes das pessoas que liam o jornal de modo que condissessem com o que consideravam uma urbe moderna e progressista. O A Luta publicava também críticas, tanto em matérias da edição, quanto em artigos de opinião, apelando ao poder público municipal ou aos demais habitantes da cidade, para que fosse solucionado o problema apontado, de modo que Campo Maior continuasse avançando em seu decantado progresso. É destacada, também, a postura do A Luta em relação à ditadura civil-militar, a qual era colocada de forma elogiosa, pois, segundo o semanário, esta teria trazido o progresso para Campo Maior.

Ainda no primeiro capítulo, analisa-se a atuação do A Luta na construção de representações que valorizavam os aspectos vistos como modernos e progressistas pelo jornal, no fim da década de 1960, que incluíam conquistas materiais e simbólicas, como a energia elétrica de Boa Esperança e também logradouros públicos, além de construções arquitetônicas que eram erigidas à época, ou que eram modernizadas. Desse modo, finaliza-se o capítulo ressaltando o primeiro aspecto que recebeu maior atenção do A Luta, a saber, a modernização do fornecimento de energia elétrica da cidade. Tal temática ocupou várias edições do jornal, sobretudo a partir do ano de 1968, com a instalação da nova rede elétrica da urbe, que culminou com a chegada a Campo Maior da “redentora” energia gerada a partir da hidrelétrica de Boa Esperança, no ano de 1971.

No segundo capítulo, “Os anos setenta e o auge da euforia “progressista” e “modernizadora” em Campo Maior”, propõe-se a análise das representações que o A Luta fez acerca de Campo Maior no decorrer da década de 1970, época em que o “progresso” e “modernização” figuravam com maior ênfase no periódico. Desse modo, diversos aspectos serão observados, verificando-se matérias elaboradas pela edição e também artigos de opinião que buscavam evidenciar o crescimento campomaiorense, que lhe possibilitava naquele momento alcançar o *status* de uma das principais cidades piauienses.

Apreende-se que o periódico dava ênfase a vários elementos, que no seu entender compunham o progresso de Campo Maior. Não obstante, algumas obras públicas e/ou logradouros tiveram maior espaço nas páginas do órgão de imprensa durante os anos setenta. A exemplo disso, pode-se citar as representações que colocavam em relevo obras públicas, como a ampliação do estádio de futebol Deusdeth Melo, a inauguração do Colégio Estadual, de um Hotel que deveria ser importante elemento para o turismo local e do Hospital Regional de Campo Maior. Ademais, recebia bastante espaço no A Luta a administração do prefeito municipal Jaime da Paz (1971-1973), colocada como uma das que mais se preocupou com o progresso e modernização campomaiorense, sendo exaltada pelo grupo que compunha o jornal,

especialmente, ao ressaltar a edificação da Estação Rodoviária e do novo Mercado Público, tido pelo A Luta como o símbolo maior da gestão do prefeito.

Ainda no segundo capítulo, destacam-se as representações elaboradas acerca das ruas, praças e avenidas, que permaneciam constantemente figurando enquanto objeto da imprensa local. Dessa forma, no jornal era sublinhado que o poder público e a população em geral deveriam contribuir com o embelezamento dos logradouros em relevo, além da preocupação que existia em relação à limpeza pública e aos costumes “civilizados” nas artérias urbanas e praças.

O terceiro capítulo, “Jornal A Luta e sua tentativa de enaltecer Campo Maior no contexto regional com o matadouro-frigorífico do FRIPISA, e nacional, por meio do Monumento Heróis do Jenipapo”, é dedicado à investigação de duas obras públicas que povoaram a escrita do grupo letrado campomaiorense, tomadas como importantes elementos que indicariam a importância e “grandeza” que Campo Maior possuía no cenário piauiense, e mesmo brasileiro. Uma das obras públicas investigada, o matadouro-frigorífico do Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), foi inaugurada na década de 1960, com reforma e ampliação nos anos setenta; instalada a partir da iniciativa do governo estadual, como maneira de impulsionar o segmento pecuarista e a industrialização do Piauí, abastecendo não só esta unidade da federação, mas intentando também exportar para os estados vizinhos. O FRIPISA era um dos principais sinais da distância que havia entre o desejo de progresso do A Luta e a realidade, pois foi tomado, em alguns momentos, como um “elefante branco”, que não gerava uma renda condizente com o alto investimento de que fora objeto.

A outra obra pública, o Monumento Heróis do Jenipapo, também concretizado sob o comando do governo estadual, durante a administração de Alberto Silva (1971-1975), foi tido pelo A Luta como o símbolo maior do patriotismo piauiense, inspirado na Batalha do Jenipapo, ocorrida no contexto da independência brasileira em relação a Portugal. Ao assumir o governo piauiense, Alberto Silva colocou como uma de suas metas a construção do monumento, que tinha também o valor simbólico de demonstrar para o resto do Brasil que o Piauí era um estado importante na constituição do país. O monumento, construído segundo uma arquitetura moderna, foi a obra pública presente com maior frequência no A Luta, que inclusive afirmava que teve importante papel ao realizar uma espécie de campanha para apontar o grande valor da construção do monumento, indicativo da relevância que Campo Maior tinha, a partir da Batalha do Jenipapo, episódio considerado essencial pelo A Luta, não só para o Piauí, mas também para o Brasil. De acordo com o periódico, o monumento seria também um ponto turístico que daria maior projeção a Campo Maior, o que não se concretizou, visto que, com o decorrer dos anos,

o local passou cada vez mais a ser frequentado somente no aniversário da batalha que ocorreu, ou seja, no dia 13 de março.

Feita a explanação do conteúdo dos capítulos, busca-se agora compreender Campo Maior a partir da investigação das representações veiculadas pelo A Luta, periódico de maior circulação na cidade durante o século XX. Nesse contexto, o jornal tomou o período da ditadura civil-militar como uma época de grande progresso e modernização para Campo Maior, evidenciando tais representações em suas páginas. No entanto, a pesquisa aqui proposta defende a existência de traços que demonstram que a cidade não era composta somente por aspectos “progressistas” e “modernos”, mas também era permeada pela exclusão dos segmentos sociais que possuíam menor condição financeira e/ou habitavam as áreas mais afastadas do centro da cidade. Além disso, explana-se que, em determinados momentos, o progresso e modernização que eram veiculados pelo A Luta foram mais um desejo do que uma realidade, fato observado nos logradouros e obras públicas que destoavam do que era esperado para um espaço citadino progressista e moderna, devido a seu caráter inacabado ou que estava aquém do que o grupo que formava o A Luta ansiava para Campo Maior.

## **CAPÍTULO 1 FUNDAÇÃO DO JORNAL A LUTA E SUA ÊNFASE NAS REPRESENTAÇÕES EM TORNO DO PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO URBANA NA DÉCADA DE 1960**

Neste primeiro capítulo, investiga-se a trajetória do jornal A Luta, que circulou entre os anos de 1967 e 1979, na cidade de Campo Maior. Analisam-se os segmentos sociais que o grupo dirigente do A Luta tinha proximidade, observando-se também como o periódico colocava-se enquanto instrumento fundamental para o “progresso” e “modernização” urbana e tentava direcionar os costumes das pessoas que liam o jornal, para que estas se adequassem ao que o semanário considerava moderno e progressista. Verifica-se ainda, a postura do periódico em relação à ditadura civil-militar, que era enaltecida pelo A Luta, pois, em sua visão, o regime ditatorial teria trazido o progresso para Campo Maior.

No capítulo em destaque, examinam-se as representações que, no entender do A Luta, evidenciavam o progresso e modernização de Campo Maior, no fim da década de 1960, enfatizando-se logradouros públicos e construções arquitetônicas que eram erigidas à época, ou que eram modernizadas, na concepção do semanário. Além disso, destaca-se o aspecto de que o jornal deu maior atenção na transição da década de 1960 para 1970, ou seja, a instalação de uma nova rede elétrica na cidade, que, posteriormente, foi responsável por transmitir a energia gerada a partir da Hidrelétrica de Boa Esperança.

### **1.1 JORNAL A LUTA ENQUANTO ASPECTO PROGRESSISTA, E SUA BUSCA PARA SE FIRMAR EM CAMPO MAIOR**

O jornal campomaiorense A Luta foi um dos periódicos que teve maior duração na cidade, tendo sua primeira edição posta em circulação no dia 19 de setembro de 1967, e a última em 30 de setembro do ano de 1979.<sup>1</sup> Foi o principal órgão de imprensa de Campo Maior durante a ditadura civil-militar brasileira,<sup>2</sup> atuando de forma contundente na construção de representações que enfatizavam o progresso campomaiorense. Nesse sentido, o A Luta coadunava com as representações de progresso e modernização que eram propagadas pelo governo estadual e pelos prefeitos de Campo Maior à época, além de buscar influenciar os

---

<sup>1</sup> O periódico de maior duração, que se tem conhecimento na cidade, foi “O Campomaiorense”, o primeiro a ser fundado em Campo Maior, circulando três vezes ao mês, entre os anos de 1883 e 1903.

<sup>2</sup> Até o ano de 1977, o A Luta figurou como único periódico campomaiorense; em junho desse ano, o semanário noticiou que outro jornal passou a circular na cidade, sob a denominação de “A Voz do Jenipapo”. As informações encontradas acerca do A Voz do Jenipapo são poucas, mas de acordo com as escassas menções realizadas pelo A Luta, não se observa nenhum conflito entre os dois impressos, assim como também não é verificável uma relação de proximidade entre os periódicos.

costumes da população local, de modo que condissessem com o que o jornal considerava progressista e moderno.

O A Luta foi fundado por Raimundo Antunes Ribeiro, conhecido popularmente em Campo Maior pela alcunha de “Totó Ribeiro”, que teve longa atuação política, social e intelectual. Raimundo Antunes Ribeiro não era natural de Campo Maior, havia residido no município de Floriano, localizado no sul do estado do Piauí, até a década de vinte, quando migrou para Campo Maior. A partir de então, exerceu diversas funções de âmbito público: contador da Prefeitura Municipal, fiscal de tributos do município e vereador pela União Democrática Nacional (UDN), na transição da década de 1940 para a de 1950. Participou ativamente de instituições ligadas à elite social campomaiorense, a exemplo de clubes sociais, além de contribuir na criação do Caiçara Esporte Clube,<sup>3</sup> importante time de futebol local. Raimundo Antunes teve ainda atuação enquanto incentivador da Liga Camponesa campomaiorense, associação que lutava pela reforma agrária e por melhores condições de vida para os camponeses, sendo perseguida após a instalação do golpe militar, devido a sua proximidade com o governo do então presidente João Goulart. Nesse contexto, o fundador do A Luta, quando teve início o golpe de 1964, foi preso na cidade de Teresina.

Em relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública,<sup>4</sup> de junho de 1964, encaminhado ao governador estadual Petrônio Portella (1963-1966), foi exposto o resultado de uma investigação acerca de Raimundo Antunes, que na época era fiscal de rendas de Campo Maior. O relatório destacou que o prefeito de Campo Maior, o médico João de Deus Torres (1963-1967),<sup>5</sup> havia informado que Raimundo Antunes “exercia atividades subversivas atentatórias à segurança do regime democrático nacional, como comunista de grandes atividades”, no entanto, em momento posterior à prefeitura campomaiorense, enviara arquivo referente à defesa de Raimundo Antunes em relação à acusação feita contra ele. Na defesa, o acusado informou que não participava “de pregações de ordem ideológica, contrárias à nossa índole ordeira e profundamente cristã [sic]”, e que a “União das Entidades de Classes pró-desenvolvimento de Campo Maior”, que foi presidida por ele e tinha a participação de sindicatos locais, tinha o único objetivo de lutar pelo desenvolvimento campomaiorense. O relatório citou ainda que Raimundo Antunes havia arregimentado depoimentos de “pessoas representativas de Campo Maior”, que indicavam que ele era “bem-quistado”. A conclusão do

---

<sup>3</sup> Clube de futebol fundado em Campo Maior, no ano de 1954, e que permanece em atividade até a atualidade.

<sup>4</sup> SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Disponível em: [sian.an.gov.br/sianexConsultaPesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.aspx\\_CodReferencia\\_id=1828194&v\\_aba=1.pdf](http://sian.an.gov.br/sianexConsultaPesquisa_Livre_Painel_Resultado.aspx_CodReferencia_id=1828194&v_aba=1.pdf)

<sup>5</sup> João de Deus era importante figura da elite campomaiorense, ocupou o cargo de prefeito de Campo Maior, entre 1963 e 1967, e após sua saída do cargo, dedicou-se a sua profissão de médico.

relatório indicou, então, a medida a ser tomada após a investigação, que concluiu que “tendo em vista ser o acusado homem pobre, conceitualmente bem visto na sua cidade e haver alegado boa fé em tôdas [sic] as suas atividades, PROPÕE seja aplicada ao servidor RAIMUNDO ANTUNES RIBEIRO apenas a sanção de disponibilidade remunerada [...]” (PIAÚÍ, 1964, f. 03). Durante os anos iniciais de circulação do A Luta, João de Deus escrevia artigos com alguma frequência para o semanário, a pedido de seu fundador, indicando que a relação entre os dois, pelo menos no momento mencionado, parece não ter sido afetada pelo ocorrido no ano de 1964.

Em entrevista realizada com o senhor Severo Sampaio (2019),<sup>6</sup> que trabalhou como tipógrafo do A Luta, ele informou que Raimundo Antunes ficou preso em Teresina durante quase um ano e que o fundador do A Luta era conhecido em Campo Maior como alguém adepto e divulgador de ideias “comunistas”. Não obstante, o senhor Severo revelou que após Raimundo Antunes sair da prisão, passou a ter bastante cautela, evitando assuntos que pudessem associá-lo a ideias que eram combatidas pela ditadura, inclusive, o entrevistado afirmou que o fundador do jornal evitava falar do que viveu na prisão, temendo novas represálias.

Quanto à sua atuação na imprensa, Reginaldo Lima (1995) menciona que Raimundo Antunes já havia participado de outros jornais quando ainda morava em Floriano, ajudando a fundar “O Operário”, “O Labor”, e, contribuindo no “Correio do Sul”. Portanto, já possuía certa experiência no trabalho com a imprensa escrita.

Em entrevista realizada com o senhor Severo Sampaio (2019),<sup>7</sup> ele destacou que todo o processo de produção do jornal era feito de forma rudimentar, demandando bastante tempo na produção, pois era utilizado um componedor, objeto no qual as letras eram colocadas uma por uma para a formação das palavras, que eram, posteriormente, alocadas em uma chapa para impressão, realizada em uma máquina movida a pedal.

Para compreender melhor o papel que o A Luta exerceu em Campo Maior, é relevante atentar para o estudo realizado por James Goodwin Junior, ao ver a importância da imprensa escrita na divulgação do progresso e civilização. O autor aponta que durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as principais nações capitalistas do mundo se aliaram ao ideal de modernidade, o progresso fruto do desenvolvimento industrial, que “se materializou em apetrechos e máquinas, em ideias e teorias, em estilos de vida e comportamentos”. A imprensa adquiriu papel relevante nesse processo, pois ela própria era

---

<sup>6</sup> SAMPAIO, Severo Visgueira. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 23 de dezembro de 2019.

<sup>7</sup> SAMPAIO, Severo Visgueira. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 21 de setembro de 2019.

produto dessa modernização, e as elites letradas locais das cidades, muitas vezes, fizeram a difusão das benesses progressistas. James Goodwin Junior esclarece:

A História adquiria um sentido, o do progresso inexorável, que deveria unificar todo o planeta sob a égide da civilização burguesa ocidental. A imprensa adquiriu um papel destacado nesse processo [...]. Produto dessa expansão modernizante tornou-se também produtora e participante dela, muitas vezes difundindo os valores e as práticas burguesas. Aqueles que escreviam nas redações dos jornais sentiam-se irmanados por compartilharem da e partilharem a civilização. [...] Surgiu uma “cidade de papel”, daqueles que comungavam ideias e conceitos sobre o mundo, a civilização, o progresso – e a cidade (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 98).

Embora o A Luta não fizesse parte da imprensa de maior vulto, a qual o autor supracitado menciona, verificou-se que o jornal também colocava a si próprio como aspecto dessa “expansão modernizante” a qual Goodwin Junior refere e tentava exercer o papel de direcionador dos campomaiorenses, para que eles se adaptassem aos valores progressistas. Nesse contexto, o A Luta colocava a si mesmo como elemento progressista, sendo importante atentar para a observação de Goodwin Junior, ao relatar que a imprensa produzida por “elites cultas locais chamou a si a responsabilidade de ser ‘missionária’ e ‘guardiã’ da civilização: a ela caberia interpretar, selecionar, reforçar e criticar os caminhos seguidos para que a cidade se modernizasse” (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 98). O autor aponta ainda que a cidade foi o palco da implantação dos ditames modernos, também encontrados nas páginas do A Luta: “saneamento, aparelhos urbanos, equipamentos tecnológicos; o comportamento de seus habitantes, as práticas e os hábitos alinhados à cultura burguesa” (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 98).

Acerca da difusão do jornal no Brasil, Lattman-Weltman aponta as dificuldades, esclarecendo que, em 1958, alguns anos antes da instalação da ditadura civil-militar, os jornais matutinos e vespertinos brasileiros atingiam apenas 6% da população. O autor indica algumas razões que contribuíam para que a venda dos periódicos fosse limitada, a saber: “a taxa contemporânea de analfabetismo e a relativamente parca penetração do hábito de leitura; o consumo de jornais restringia-se aos estratos superiores da sociedade brasileira” (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 132-133).

Os aspectos citados por Lattman-Weltman também podiam ser observados em Campo Maior. Nesse sentido, José Rosa (2012) menciona que no censo demográfico de 1970, o município de Campo Maior possuía 61.549 habitantes, porém, somente 18.400 residiam no espaço citadino, havendo uma alta taxa de analfabetismo que chegava a 56,60% entre a

população urbana, o que contribuía de forma acentuada para que a quantidade de jornais impressos por edição fosse restrita.

Conforme Lattman-Weltman (2003) afirma, de modo geral, os leitores dos jornais eram as pessoas dos segmentos sociais superiores. Tal assertiva é oportuna quando se observa o público leitor que o A Luta tinha na sociedade campomaiorense, formado principalmente por estratos que compunham a elite local, como comerciantes e políticos.<sup>8</sup> Nesse ponto, na terceira edição do jornal, o médico e ex-prefeito de Campo Maior, João de Deus Torres, elogiou a iniciativa de Raimundo Antunes, além de pontuar a importância do periódico na constituição da imagem de Campo Maior enquanto local marcado pela civilidade. Na primeira página, com a matéria “Meus aplausos”, João de Deus escreveu:

Embora com atraso venho saudar o incansável Raimundo Antunes Ribeiro (TOTÓ), por mais esta extraordinária vitória. [...] O aparecimento do primeiro número deste jornal, foi-nos mostrado pelo Ribeiro, com as alegrias da criança que recebe o brinquedo há muito desejado. Jornalista brilhante sempre atuante na imprensa piauiense acalentou sempre este sonho: o de fundar em Campo Maior um jornal, que viesse preencher este vazio e contribuir de maneira decisiva para os nossos foros de cidade civilizada (A LUTA, 03 de dezembro de 1967, p. 01).

Quanto ao ideal de cidade “civilizada”, citado por João de Deus, é relevante destacar que foi algo enfatizado com frequência, enquanto o jornal esteve em atividade. Rinaldo Leite (1996), ao investigar a cidade de Salvador, do princípio do século XX, refere que o ideal de civilização passa a ganhar contornos nos centros urbanos, principalmente devido à expansão do mundo capitalista e o crescimento das cidades, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. Leite assevera que civilizar, progredir e modernizar eram palavras de ordem para determinados segmentos sociais “esclarecidos”, como dirigentes políticos, médicos sanitaristas, higienistas, educadores e demais segmentos sociais intelectualizados. As palavras que faziam parte da concepção modernizadora de determinadas elites, citadas pelo autor, também tiveram ressonância em Campo Maior e eram constantemente ressaltadas nas páginas do A Luta.

Durante os anos em que esteve em funcionamento, é comum encontrar publicações em que o A Luta buscava firmar-se como importante órgão de imprensa, tentando chamar a atenção da sociedade campomaiorense para essa questão e, assim, conseguir mais apoio da população

---

<sup>8</sup> Informação obtida em entrevista com Ernani Napoleão Lima, que participou da direção do A Luta no início da década de setenta. LIMA, Ernani Napoleão. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Teresina, 21 de setembro de 2019.

local.<sup>9</sup> Encontram-se editoriais nesse sentido, bem como artigos de opinião como um assinado por Anchieta Mendes, que era juiz e atuou nas cidades de Parnaíba e Teresina. Em texto de sua autoria, Anchieta referiu que “A Imprensa é considerada o quarto poder” e “O jornal é a principal arma desse poder”. Anchieta, que só colaborou esporadicamente com o jornal, citou que sabia o “sacrifício” com que circulava um jornal no Piauí, não apenas no interior, como na capital Teresina, mas pontuou a relevância do A Luta, apontado por ele como independente:

[...] “A LUTA”, hebdomário campomaiorense, fruto do esforço, da dedicação e da juvenildade de Raimundo Antunes Ribeiro – Totó – seu Diretor Responsável. É um jornal pequeno, no formato, porém grande no conteúdo. É singelo, mas altivo, porque independente. É pequeno, repito, mas quero e espero que ele cresça [...] Todos devemos ajuda-lo (A LUTA, 21 de janeiro de 1968, p.02).

Anchieta Mendes tinha a intenção de incentivar os leitores a apoiarem o periódico, ao chamar a atenção para a assertiva de que a “imprensa é considerada o quarto poder”, embora tal fato não fosse verificável em Campo Maior, pois conforme já foi explicitado, de modo geral, a tiragem do A Luta girava em torno de 200 exemplares por edição, portanto, não atingia um público grande, fator necessário para que as ideias do jornal tivessem maior ressonância em meio à população campomaiorense.

No primeiro aniversário de um ano do periódico foram publicadas mensagens de apoio ao A Luta, apontando sua importância para a sociedade local. João de Deus mencionou que “A LUTA, se constituiu, nestes doze meses de existência, nos pulmões desta Comunidade” (A LUTA, 17 de novembro de 1969, p.03). Sublinhou que a atenção dos leitores era principalmente para os “fatos históricos, sociais, políticos, esportivos” da cidade, e, em seguida, dedicou a maior parte de seu texto a elogiar Raimundo Antunes, de quem era amigo, enfatizando não só seu trabalho na imprensa, mas também nas demais áreas que atuava em Campo Maior, conforme apresentado anteriormente.

Outro articulista que escreveu na mesma edição uma homenagem ao jornal, destacando sua relevância, foi o cronista Irmão Turuka<sup>10</sup> que, de modo geral, redigia relatos históricos. Seguindo essa linha, fez um breve histórico sobre os primeiros jornais a surgir no Brasil, no

<sup>9</sup> Na edição de 12 de maio de 1968, o advogado Oswaldo Lobão, que escreveu durante algum tempo para a coluna “Notas, comentários & opinião”, dizia que o A Luta havia consolidado-se em Campo Maior, pois Raimundo Antunes havia pedido o “registro junto à autoridade competente [Cartório Aarão Santana]. Isto ocorreu após a comprovada vivência do órgão que está absolutamente vitorioso, com seus 25 números publicados” (A LUTA, 12 de maio de 1968, p. 04). Não obstante, nos anos que se seguiram, é comum encontrar escritos que referem à dificuldade do jornal de manter-se em circulação.

<sup>10</sup> Segundo José Rosa (2012), Antônio Andrade Filho, mais conhecido como Irmão Turuka, era “comerciante do ramo farmacêutico”, e “fundador do Centro Espírita Caridade e Fé”, localizado em Campo Maior.

Piauí e em Campo Maior, salientando na sequência o A Luta e acentuando que a imprensa era “a mais alta expressão do pensamento social” (A LUTA, 17 de novembro de 1968, p. 02).

Ainda nessa edição, foi publicado o editorial “Um ano de A Luta”, no qual se fez um balanço da atuação do jornal. Inicialmente enfatizou sua importância, referindo ainda sua contribuição para o “progresso” e “desenvolvimento intelectual” local, pois preencheu:

[...] Uma acentuada lacuna no seio do povo campomaiorense. Com efeito, a inexistência de um jornal, numa cidade como Campo Maior, já era algo em desacordo com o progresso da cidade e o nível de desenvolvimento intelectual do seu povo. [...] Fruto do esforço e do idealismo desse incansável batalhador pelas justas causas desta terra – o jornalista Raimundo Antunes Ribeiro (A LUTA, 17 de novembro de 1968, p. 03).

Nesse sentido, o A Luta colocou-se como importante elemento que compunha o quadro progressista campomaiorense, o que pode ser compreendido a partir da observação de Goodwin Junior (2007) que, conforme dito anteriormente, salientou que a partir do fim do século XIX e início do XX, a imprensa foi um dos elementos que fez parte da expansão modernizante, sendo um elemento que tomava a si mesmo como progressista, buscando difundir esse mesmo ideal para seus leitores.

Ainda no editorial em relevo, o A Luta citou as dificuldades financeiras para manter um jornal devido à pouca quantidade de pessoas que o compravam, e pedia apoio, pois era “preciso que o povo atente para uma circunstância especial e relevante; o progresso deste jornal depende, antes de tudo, dos leitores. Para que A LUTA não sofra solução de continuidade, urge que receba o integral apoio e a compreensão do povo campomaiorense” (A LUTA, 17 de novembro de 1968, p. 03). Ao fim do editorial, reforçou que o objetivo do jornal era contribuir para o “progresso” e “desenvolvimento” de Campo Maior.

No ano de 1969, havia também a publicação de matérias com o objetivo de tentar fazer os campomaiorenses entender a relevância que possuía a existência do A Luta. Desse modo, publicaram artigo assinado por um leitor chamado Florisval Hygino – que colaborou apenas eventualmente – para quem “um jornal é em primeira instância, a expressão social, intelectual, política e histórica de um povo” (A LUTA, 02 de novembro de 1969, p. 03). Os elogios eram direcionados ao grupo que participava da feitura gráfica do periódico, aos colaboradores que escreviam e ao diretor, colocando-os como “heróis” campomaiorenses.

No início dos anos 70, Raimundo Antunes Ribeiro saiu da direção do A Luta, visto que viajou para Teresina a trabalho. Em entrevista, o senhor Ernani Napoleão Lima (2019), que fez parte da direção do jornal após o afastamento de Raimundo Antunes, informou que o periódico

passou algumas semanas sem funcionar devido à saída de Raimundo Antunes. Segundo o entrevistado, o A Luta voltou a atividade e passou a ser comandado pelo Clube Lítero-Cultural Campomaiorense (CLCC), formado por um grupo de jovens campomaiorenses que ainda estavam começando suas carreiras na imprensa escrita. Ernani Lima (2019), que participou do clube, afirmou em entrevista que o CLCC era composto por estudantes que gostavam de literatura e poesia, sendo que estavam concluindo o que equivale ao Ensino Médio, atualmente. Não obstante a mudança na direção, a busca de se firmar na sociedade local permanecia.

Em edição de agosto de 1970, foi relatado que após a saída de Raimundo Antunes, a impressão do jornal foi interrompida:

Deixou de circular [...] Depois uma pequena equipe de jovens fez reiniciar a sua circulação. São eles, rapazes e moças que não se podem igualar com os jornalistas profissionais, pois são pobres no assunto. Mas que pretendem levar para a imprensa, a opinião de nosso povo. (A LUTA, 09 de agosto de 1970, p. 02).

Dessa forma, solicitava-se ainda a compreensão dos leitores por eventuais equívocos frutos da inexperiência do grupo de jovens, bem como pedia a ajuda de “autoridades, professores e doutores” no direcionamento do A Luta.

Em novembro de 1970, o correspondente externo do jornal, Carlivan Miranda, que residia em Recife, Pernambuco, elogiou o esforço dos jovens que assumiram a gestão do A Luta, apesar de não possuírem experiência na área. Mostrou certa indignação com a falta de apoio ao jornal, citando que um de seus contribuintes para fazer a cobertura de um jogo do campeonato piauiense teve que comprar ingresso para entrar no estádio de futebol Deusdeth Melo,<sup>11</sup> em Campo Maior, pois não teve passe livre como representante da imprensa. Pedia apoio dos campomaiorenses ao periódico, colocando-o como meta primordial para o progresso:

Deem-lhes crédito que, em troca, eles lhe darão cultura, informação e educação através do nosso valoroso jornal. A imprensa, prezados amigos, é um veículo útil de comunicação de massa. Forneçam-lhe amparo que, em breve, uma representação compacta e corajosa estará reivindicando, perante os órgãos competentes, maiores obras, cujos benefícios só se converterão em favor de nossa querida cidade. Campo Maior precisa progredir. E a primeira meta para se chegar ao progresso é fortalecer o vibrante jornalzinho (A LUTA, 01 de novembro de 1970, p.03).

---

<sup>11</sup> O Estádio Deusdeth Melo foi construído por iniciativa da Prefeitura Municipal no ano de 1947, e recebeu essa denominação em homenagem a Deusdeth Melo, tido como a pessoa que trouxe a primeira bola de futebol a Campo Maior, juntamente com as regras do esporte, incentivando significativamente o desenvolvimento do futebol na cidade.

Apesar dos esforços no sentido de afirmar a importância de sua circulação em Campo Maior, as dificuldades do A Luta para manter sua estabilidade eram relatadas constantemente, pois na cidade não era um “veículo de comunicação de massa”, como afirmava Carlivan, visto que o número de pessoas que adquiria o jornal era reduzido. A título de exemplo, em edição do ano de 1969, Antônio Moisés de Andrade, que trabalhava como tipógrafo no A Luta, afirmou no artigo “A luta pelo jornal”, que somente cerca de 3% da população comprava o impresso e indagou:

Será que este povo não tem condições de comprar um jornal? Será que 97% da população de Campo Maior é constituída de analfabetos? Será que o povo campomaiorense desconhece o papel que desempenha um jornal no desenvolvimento cultural de uma comunidade? (A LUTA, 20 de julho de 1969, p. 03).

Antônio Moisés ressaltou as críticas que o periódico estava sofrendo por ser pequeno, sem “artigos de fina literatura”, afirmações que o tipógrafo concordava, porém dizia que isso era fruto do pouco apoio da população, “pois o crescimento deste órgão de imprensa depende e muito do apoio e da cooperação do povo” (A LUTA, 20 de julho de 1969, p. 03).

Os empecilhos financeiros foram tema recorrente nas páginas do A Luta, já que em toda sua existência, não conseguiu atingir um público maior como almejava. Em 1968, antes de completar um ano em circulação, foi estampado na primeira página, em 21 de julho, um editorial com o título de “Nossa Imprensa”, no qual foram relatadas as dificuldades de se fazer imprensa do Piauí e que o A Luta permanecia em funcionamento devido aos esforços do diretor Raimundo Antunes. No entanto, acentuou que é necessário “absoluto apoio dos campomaiorenses – que estão cada dia mais obrigados a incentivar a Direção deste órgão”. O editorial apontou que o interesse do A Luta era a defesa da “coletividade local”, mas relatou um fato considerado lamentável:

Temos observado, porém, que muitos se têm omitido, fugindo à obrigação do apoio e da colaboração. E explicamos: temos observado, aos domingos, que um só exemplar de “A LUTA” passa pela mão de cinco ou seis leitores, quando cada leitor poderia adquirir o seu exemplar. Bastaria que cada leitor comprasse o seu jornal e isto já seria uma inegável colaboração, ainda mais quando o preço do exemplar ninguém nega ser ao alcance de qualquer um (A LUTA, 21 de julho de 1968, p.01).

Desse modo, apelou-se ainda para o fato de que “um jornal significa veículo de desenvolvimento – representa sinal de progresso para um povo”, incentivando a leitura para

elevação da educação das pessoas e elemento fundamental para a “prosperidade”. No ano seguinte, as reclamações com a falta de apoio dos campomaiorenses continuava, em nova matéria divulgada pela edição, inclusive “a falta de vontade de intelectuais da terra que, mesmo possuindo capacidade comprovada”, omitiam-se sem escrever textos para publicação. Referia mais uma vez às poucas vendas de exemplares, visto que o povo mostrava “indiferença crônica”, “num verdadeiro desprestígio à imprensa da terra, a qual sempre é considerada de pior cepa” (A LUTA, 17 de agosto de 1969, p. 03). Além da “imprensa da terra”, o senhor Ernani Lima (2019) afirma que outro periódico que tinham boa aceitação em Campo Maior era o jornal teresinense O Dia, um dos mais importantes do Piauí, fundado no ano de 1951 e com circulação até a atualidade.

Na semana seguinte, Sebastião Negreiros, jornalista que residia em Teresina e que colaborou esporadicamente com o jornal, escreveu um texto enfatizando que o tema que havia escolhido era a dificuldade de se fazer imprensa no interior piauiense, expondo que o diretor do A Luta era um “extraordinário lutador”, porém a “maioria do povo, apesar de desejar o progresso para as cidades onde habita, não compreendeu a importância da imprensa na luta pelo desenvolvimento” (A LUTA, 24 de agosto de 1969, p. 03). Desse modo, Negreiros colocou o A Luta enquanto objeto de busca pelo progresso, pois o jornal procurava apontar soluções para problemas de Campo Maior, a exemplo de quando pedia melhorias em setores urbanísticos.

No ano de 1970, foi publicada uma carta de autoria de José Rodrigues de Miranda, dentista campomaiorenses, que, posteriormente, seria um dos diretores do A Luta.<sup>12</sup> Foi dado destaque a carta que tinha como temática a dificuldade de circulação do periódico, que segundo o articulista, só ainda estava em funcionamento devido ao “esforço titânico de uns poucos rapazes”. Complementou ainda, que:

É uma pena o que acontece com o nosso único órgão de divulgação e cultura, é bom que se diga, cuja falta de apoio que devia ser maciço acarreta-lhes grandes dificuldades, ameaçando-lhe a existência tão significativa para esta terra (A LUTA, 31 de outubro de 1970, p. 02).

Na edição de número 200, em março de 1972, foi publicado editorial intitulado “A Luta de poucos”, onde novamente se fazia referência às “barreiras” que havia na manutenção do jornal, estas sobretudo de ordem financeira, devido à baixa demanda que havia por exemplares. O editorial afirmou:

---

<sup>12</sup> José Rodrigues de Miranda participou do grupo que dirigia o A Luta do ano de 1972 a 1979.

Hoje, quando A LUTA conta mais de quatro anos e que lançamos o número 200, gostaríamos de a esta altura, estar editando um jornal digno de aperfeiçoamento para o nosso público esclarecido. Mas, distintos leitores, acreditem nas barreiras que encontramos durante todo este percurso. Mais uma vez, garantimos a presença de A LUTA, assegurado, pois, a vitória de poucos contra a falta de boa vontade de muitos (A LUTA, 05 de fevereiro de 1972, p.05).

Ainda em 1972, foi divulgada uma carta de Raimundo Antunes Ribeiro, na qual o ex-diretor do A Luta sublinhou o “sacrifício” que era manter um jornal em cidades interioranas, expressando sua experiência na fundação de jornais em Floriano. Raimundo Antunes considerou o trabalho na imprensa como uma “causa progressista” e lamentou “as sérias dificuldades que têm atormentado os bravos jovens para continuarem mantendo ereto e vigoroso o nosso semanário” (A LUTA, 24 de junho de 1972, p. 06).

Uma das principais reclamações do grupo do A Luta, em relação às dificuldades financeiras, era devido à baixa quantidade de anunciantes, pois poucos gestores de estabelecimentos comerciais em Campo Maior anunciavam. De modo geral, isso se observava porque a quantidade de leitores do jornal era reduzida, logo achavam que publicar anúncios não surtiria grande impacto no aumento da venda de seus produtos. Além disso, Campo Maior era uma cidade pequena, onde a população já conhecia os principais pontos comerciais, sendo que a circulação do A Luta fora da urbe ocorria basicamente quando algum campomaiorense mandava um exemplar para um familiar ou amigo. A venda de produtos na cidade estava bastante atrelada às relações pessoais entre casas comerciais e consumidores, ou mesmo a divulgação pessoal e, não necessariamente, a anúncios. Sabendo desses empecilhos, o grupo que dirigia o A Luta publicou em 1973, na página em que havia anúncios, uma nota na qual destacou a importância da publicidade e incentivou o uso do periódico como meio propagandístico. Conforme o jornal:

A PUBLICIDADE jornalística tem enorme poder de fixação, permitindo ao consumidor assenhorar-se de todas as especificações do produto e formar um melhor convencimento de suas vantagens. A adesão refletida ao consumidor não só estabelece vínculo consistente com o objetivo de anúncio, mas exerce ainda efeito multiplicador no meio em que ele se movimenta, ao qual transmite efeitos da expectativa pessoal bem atendida. Faça sua propaganda neste JORNAL (A LUTA, 30 de setembro de 1973, p. 06).

Em 1979, último ano em que o A Luta esteve em atividade, em uma coluna intitulada “Detalhando” – na qual eram tratados de forma sucinta assuntos diversos – pode-se verificar que as dificuldades haviam se acentuado, visto que estimavam que somente cerca de 100

pessoas comprava o jornal. Na coluna, observou-se: “Para uma população de uns 80 mil habitantes, incluindo-se o município, umas 100 pessoas aqui leem jornal, ou melhor compram jornal” (A LUTA, 26 de agosto de 1979, p. 04). Chamou-se a atenção para o “compram jornal”, devido ao fato de que cerca de 200 pessoas se “servem do jornal do vizinho, mas apenas para um rápido encontro com as manchetes e para justificar seu desinteresse por esse tipo de leitura, apenas balbuciam: este jornal não está prestando” (A LUTA, 26 de agosto de 1979, p. 04).

As dificuldades econômicas eram temática recorrente no A Luta, pois, conforme foi visto, os recursos oriundos da publicidade não eram suficientes para manutenção do jornal.<sup>13</sup> Desse modo, eram utilizadas outras fontes de financiamento para continuar circulando, o que influía diretamente no seu posicionamento político. É o que Maria Aparecida de Aquino (1999) denomina de “censura econômica”, já que o grupo que dirige um determinado jornal está atrelado aos setores que contribuem com seu financiamento e tendem a evitar veicular notícias que incomodem estes segmentos que lhes fornecem recursos.

Durante o período que esteve em atividade, o A Luta sempre se colocou como órgão independente em relação às questões de cunho econômico, religioso e político-partidário. Quando foi fundado, trazia sempre em sua segunda página que era um semanário “Independente, Crítico e Noticioso”, advertindo ainda que “a redação não se responsabiliza por artigos assinados”, para evitar que as pessoas ou instituições que fossem criticadas culpassem diretamente a edição, pois, segundo a direção do jornal, dava total liberdade para que os colaboradores expressassem sua opinião.

Entretanto, o que se verificou foi que o A Luta esteve atrelado a questões político-partidárias e econômicas, e que, por vezes, havia inclusive, o entrelaçamento entre elas, visto que em determinados momentos agentes da política local, a exemplo de prefeitos, forneciam recursos financeiros para o jornal com o intuito de ter sua administração exaltada.

Não obstante, no editorial “Nossa conduta”, de novembro de 1968, o jornal buscou sustentar sua imparcialidade em relação à política local, visto que havia sido acusado de fazer oposição à gestão do prefeito Raimundo Andrade.<sup>14</sup> Desse modo, iniciou o editorial relatando que sua conduta baseava-se antes de tudo em “servir à coletividade campomaiorense, na defesa

---

<sup>13</sup> Devido aos escassos recursos financeiros, o jornal não conseguiu estabelecer um prédio fixo para seu funcionamento, mudando de endereço por três vezes. Inicialmente, funcionava na Avenida José Paulino, em uma casa alugada. Depois, sem condições de pagar aluguel, mudou para a casa de José Miranda, que foi diretor do A Luta entre 1972 e 1979. Por fim, foi transferido para uma casa, na Rua Coronel Eulálio Filho, onde residiam os estudante pobres que saíam de outros municípios para estudar em Campo Maior.

<sup>14</sup> Conhecido mais popularmente por “Professor Raimundinho Andrade”, administrou o município de Campo Maior entre os anos de 1967-1971, após ser eleito pela Arena Revolucionária Nacional 2 (ARENA). Além de sua atuação política, era um dos mais conhecidos docentes locais da época, com formação na área de Licenciatura em Matemática.

intransigente de seus interesses”, mantendo “absoluta imparcialidade, sem adotar posição radical contra quem ou em favor de quem quer que seja”, pois direcionava suas matérias para “a crítica construtiva, aplaudindo o que estiver ou nos parecer certo e condenando o que nos parecer errado” (A LUTA, 03 de novembro de 1968, p. 03). Seguindo o preceito de que fazia “crítica construtiva”, afirmou que também realizava elogios a administração de Raimundo Andrade. Conforme o editorial:

EVIDENTEMENTE, destas colunas têm saído os maiores e melhores incentivos à administração municipal, quando, repetidas vezes, temos aplaudido realizações suas. Seríamos desonestos, se negássemos que o Prefeito Raimundo Andrade apresenta um saldo positivo de obras públicas, no seu governo [...]. Porém, que não vemos porque não erguer, igualmente, nossa voz, para apontar falhas da administração e solução para os problemas delas decorrentes. Aliás, esta tem sido e será sempre nossa linha de conduta, não só em relação ao Prefeito Raimundo Andrade, mas em relação a tantos quantos sejam responsáveis pela pública administração, seja no setor municipal, estadual ou federal (A LUTA, 03 de novembro de 1968, p. 03).

Dentre as críticas a administração do prefeito, acentuou-se no editorial os problemas elétricos, que diversas vezes foram colocados em relevo pelo A Luta, no intuito de “servir à coletividade campomaiorense”. O editorial aludia: “Certo que a culpa é da CEPISA [Centrais Elétricas do Piauí], mas cabe ao Prefeito tomar uma atitude urgente”; e finalizou sublinhando que seguiria firme em sua conduta “em obediência aos deveres que temos para com o povo” (A LUTA, 03 de novembro de 1968, p. 03).

Analisando a trajetória do semanário, em relação a seu posicionamento político, nota-se que as críticas eram mais incisivas às administrações municipais que não forneciam recursos econômicos ao periódico, assim como se verificou durante o mandato de Raimundo Andrade, ensejando no ano de 1969 reclamações do A Luta em relação às “autoridades que não nos ajudam financeiramente” (A LUTA, 29 de junho de 1969, p. 03). O senhor Severo Sampaio (2019) destacou que não teve proximidade entre o A Luta e Raimundo Andrade, acentuando, inclusive, que não havia a publicação de portarias e editais a pedido da Prefeitura Municipal, que poderiam render verba para o semanário.

Em 1970, quando o jornal estava sob a direção do Clube Littero-Cultural Campomaiorense (CLCC), existia à época uma coluna chamada “Comentando”, na qual novamente era apontado que o A Luta não estava recebendo apoio dos administradores públicos: “A turma de jovens que enfrenta os serviços de nossa terra, é bem verdade que digamos, não está sendo compreendida por nossos políticos, pois até agora não houve manifestação deles para auxiliá-los, e sim desprestigiá-los” (A LUTA, 16 de agosto de 1970, p.

07). A coluna era escrita por um articulista que utilizava o pseudônimo de Zulu, tendo em vista que esta tinha caráter crítico, tanto em relação a problemas da administração pública municipal quanto a instituições privadas. De acordo com o senhor Severo Sampaio (2019), Zulu era um funcionário do Banco do Brasil, chamado José Carvalho Lopes, conhecido popularmente por José Branco, que julgou ser necessário o pseudônimo, visto que era bastante conhecido na cidade e preferia evitar possíveis desafetos caso soubessem que “Comentando” era escrita por ele. O senhor Severo (2019) informou ainda que, após decorrido algum tempo que Zulu escrevia sua coluna, foi descoberto que ele era o autor das matérias e, desde então, não redigiu mais suas críticas, para evitar possíveis desavenças na cidade.

De modo geral, verifica-se que os textos que possuíam caráter crítico em relação a algum setor da gestão pública eram publicados no jornal assinados com pseudônimos, pois Campo Maior era uma cidade pequena e ocultar o nome verdadeiro era um método utilizado para evitar discórdias com as pessoas que fossem atingidas pelas críticas.

Ainda no ano de 1970, a temática da falta de apoio político voltou ao A Luta, dessa vez em uma matéria da edição, publicada em local de destaque, na primeira página. Intitulou-se “Políticos não prestigiam nosso jornal” e referia que “lamentavelmente há políticos de quem não podemos esperar quase nada em benefício da nossa imprensa” (A LUTA, 10 de outubro de 1970, p. 01). Não eram citados nomes dos políticos aos quais se referia, mas destacou-se que nem mesmo colaboravam para a compra de uma “resma de papel” para imprimir o periódico, havendo ainda uma ocasião em que recebeu “uma ordem para transcrever um telegrama de cunho político que, posteriormente, receberíamos contribuição”, o que acabou não ocorrendo. Diante disso, salientou-se que para o “A LUTA circular todos os sábados é necessário isto: papel, tinta, pagar aluguel, água, luz, etc.” (A LUTA, 10 de outubro de 1970, p. 01).

Na época da gestão do prefeito Jaime da Paz<sup>15</sup>, a “independência” e “imparcialidade” do A Luta eram novamente postas em xeque, pois no decorrer de sua gestão os elogios pontuaram grande parte das edições, com destaque para as obras públicas edificadas pela prefeitura municipal. Tal postura era explicada porque Jaime da Paz havia dado colaboração para manutenção do jornal. O senhor Severo Sampaio (2019) ressaltou que não havia uma verba oficial concedida pelo prefeito, visto que a contribuição financeira se dava de forma eventual, mas, dentre os gestores municipais, Jaime da Paz foi o que mais contribuiu; é relevante destacar ainda que o prefeito era amigo do diretor do A Luta à época, José Rodrigues de Miranda. Ao

---

<sup>15</sup> O “Tenente Jaime da Paz”, como era mais conhecido em Campo Maior, foi prefeito municipal de 1971 a 1973, eleito pela Arena Revolucionária Nacional 1 (ARENA). Jaime da Paz teve atuação nas Forças Armadas, sendo por isso conhecido como “tenente”, além de ser também comerciante local.

fim do mandato do prefeito foi publicada matéria na primeira página, em agradecimento a contribuição recebida, citando-o como “progressista” por ter compreendido a importância da imprensa:

A LUTA, por seus diretores, redatores e pessoal gráfico, vem agradecer ao Prefeito Jaime da Paz o apoio e a colaboração dele recebidos durante esses dois anos em que tão bem se houve à frente dos destinos de sua terra, que é também nossa, período em que jamais se mostrou indiferente a sorte do Semanário, até mesmo a ele se afeiçoando e querendo-o como só acontece com pessoas progressistas que entendem o Jornal como fator preponderante para o desenvolvimento das Comunidades. Ao cidadão Jaime da Paz, que nos deu ajuda tão valiosa quanto indispensável, a par de nosso desejo de que lhe sejam conferidos títulos de grande bem feitor de sua terra e de um dos maiores Prefeitos da gleba piauiense, empenhamos a nossa palavra de que estaremos sempre do seu lado toda vez que necessário se torne, independente mesmo de qualquer convocação (A LUTA, 28 de janeiro de 1973, p. 01).

Apesar da exaltação a administração de Jaime da Paz por sua colaboração com o jornal, em uma matéria veiculada ainda no ano de 1973, procurou-se não ser tido como tendencioso, reforçando que “A Luta tem uma só linha de orientação. É a orientação da imparcialidade, nunca subjugada ou corrupta. Atuamos com o estandarte do idealismo autêntico, como autêntica tem sido a trajetória do jornal [...]” (A LUTA, 29 de julho de 1973, p. 01). O jornal fez uso de tal discurso como forma de tentar passar confiança para seus leitores, demonstrando que as notícias estampadas eram imparciais, objetivas, independentes de qualquer influência externa.

Nesse sentido, Sônia Meneses afirma que uma das premissas do conhecimento estampado em jornais é trabalhar com a ideia de completa objetividade, almejando que a notícia “se torne quase o reflexo ou cópia do objeto relatado”. A autora acrescenta também que, partindo do “pressuposto de verdade, necessariamente, agrega-se à notícia uma pretensão de objetividade e isenção como categorias intrínsecas ao trabalho jornalístico, demarcações fundamentais, pois se constrói uma ideia de informação legítima” (MENESES, 2014, p. 244).

José Rosa (2012) afirma que na administração municipal que se seguiu a de Jaime da Paz, o prefeito eleito pela ARENA, Dácio Bona (1973-1977), colaborava financeiramente com o A Luta. José Rodrigues de Miranda, que na época dirigia o jornal, era amigo de Dácio e os elogios à administração do prefeito eram perceptíveis. Como já foi mencionado, José Miranda era um reconhecido dentista local, amigo de Dácio Bona desde o período em que cursaram Odontologia juntos na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, o que facilitou a aproximação entre o A Luta e a gestão municipal.

Em 1976, o apoio do A Luta a figuras políticas locais dava-se de forma mais aberta, sugerindo que os eleitores votassem em determinado candidato, além de publicar imagens de campanha, com a fotografia e número do candidato apoiado pelo jornal. A título de exemplo, pode-se citar a nota divulgada em favor do candidato a vereador Manoel Pereira da Silva, na coluna “Política”, de autoria da edição:

Vocês já sabem que o jovem Manuca (para votar nele grave Manoel Pereira da Silva, ou o seu número, que ainda lhe será sorteado) é candidato da Arena a vereador. Pois bem, Manuca precisa realizar muito mais por vocês, em benefício da gleba, se ele conseguir uma vaga na Câmara. Vão ver do que ele é capaz (A LUTA, 01 de agosto de 1976, p. 03).

Por diversas edições foram publicados os dados necessários para votar em Manuca, incentivando os leitores do jornal nessa direção. Nesse sentido, o apoio se dava abertamente porque Manuca subsidiava financeiramente o A Luta, conforme constava em uma nota publicada pela edição em 1975, na qual foi destacada a difícil situação econômica do jornal à época e enfatizada a ajuda do candidato, pois “num gesto espontâneo, o Manuca nos estendeu a mão amiga, para nos dar ajuda que nos permitirá mudar a roupagem d’ ‘A LUTA’ [...]” (A LUTA, 29 de junho de 1975, p. 01).

Ainda no contexto da eleição de 1976,<sup>16</sup> na disputa pelo Executivo municipal, o A Luta apoiou Jaime da Paz, que tentava voltar à administração de Campo Maior, sob a legenda da ARENA 2, não obtendo êxito na disputa eleitoral.<sup>17</sup> À época, o periódico estava sob a direção de Zeferino Alves Neto, que já havia dirigido antes o jornal por um curto período de tempo, além de escrever constantemente matérias. Mais conhecido por “ZAN”, referiu que regressava à direção do A Luta em difícil situação, em que a própria sobrevivência do impresso estava ameaçada, citando as circunstâncias do momento, ou seja, um jornal que “apoiou um candidato que perdeu a eleição”, portanto, dificilmente haveria ajuda financeira por parte do grupo que havia ganho o sufrágio para prefeito de Campo Maior. Acrescentou ainda que não havia recurso para “pagar os gráficos, sem dinheiro pra comprar papel, totalmente entregue a sorte”. Diante

<sup>16</sup> De modo geral, as eleições para a prefeitura de Campo Maior eram disputadas pelos aliados do partido que representavam os governos militares, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Devido a divisões políticas dentro da ARENA local, normalmente não havia um candidato único por parte da ARENA, pois os políticos locais haviam criado a ARENA 1 e ARENA 2, que disputavam entre si o Executivo municipal, desde que não houvesse acordo entre elas em lançar apenas um candidato.

<sup>17</sup> A eleição foi vencida pelo experiente candidato José Olímpio, que era filiado a ARENA 1, e já havia atuado politicamente em diversos cargos públicos. José Olímpio era um dos mais respeitados políticos campomaiorenses à época, devido a sua experiência e longa trajetória política, tendo sido prefeito municipal de Campo Maior (1959 - 1963), quando foi candidato pela União Democrática Nacional (UDN), atuando também pela UDN para o cargo de deputado estadual para a legislatura de 1963 a 1967, e passando a integrar a ARENA após 1965.

dos entraves citados, ZAN esclarecia que o mais viável para o A Luta sair da crise econômica e se manter em atividade era a “total neutralidade e independência”, embora solicitasse auxílio de autoridades políticas. Conforme sublinhou:

[...] Só vejo uma saída para o impasse em que o jornal se encontra: uma linha de total neutralidade e independência, que por sinal, são as coisas que mais recomendam numa publicação que se pretenda respeitar a si mesma. Acredito que a minha experiência na imprensa local me dará condições de chegar aonde quero, desde que conte com o mínimo de apoio dos leitores, dos anunciantes, e, por que não, das autoridades que não haverão de se furtar a contribuir para a existência de um veículo de comunicação que tem contribuído de forma evidente à nossa comunidade, sem que nisso, nessa ajuda, se caracterize o compromisso do aplauso e da promoção desmerecida de nossa parte (A LUTA, 28 de novembro de 1976, p. 01).

Portanto, ZAN enquanto emissor da mensagem, direcionou seu apelo aos receptores principais do jornal, que eram por ele nomeados, a exemplo dos anunciantes e autoridades locais. Na edição da semana seguinte, o então diretor do jornal agradeceu por ter seu pedido atendido, embora citasse apenas pessoas ligadas ao comércio campomaiorense, que se propuseram a anunciar seus produtos no semanário, dando a entender que o apoio das “autoridades” não se concretizou.

Fato semelhante pode ser observado em edição de novembro de 1977, quando foi publicada na primeira página um texto em decorrência do aniversário de dez anos do A Luta, quando novamente o jornal agradeceu apenas aos “nossos anunciantes e prezados leitores que nos têm ajudado a manter este noticioso, cuja meta é divulgar os fatos que se relacionam com o progresso de nossa Campo Maior” (A LUTA, 20 de novembro de 1977, p. 01).

No ano de 1978, a edição divulgou matéria de capa em decorrência do aniversário do jornal, sob o título “A Luta no seu 11º ano”. Mais uma vez eram citados os problemas financeiros, mas acentuou que o “A LUTA continua sua marcha”, referindo que não tinha abandonado a linha implantada por seu fundador Raimundo Antunes, a saber: “independência e autonomia, antes de tudo, fazendo trabalho jornalístico ao bel prazer de seus diretores [...]” (A LUTA, 19 de novembro de 1978, p. 01). Além disso, realçou que o impresso fazia jornalismo sem precisar ser “porta-voz de governos ou de grupos, amordaçando-o ou tirando-lhe a liberdade de exprimir-se livremente” (A LUTA, 19 de novembro de 1978, p. 01). Fazia tal esclarecimento porque no momento em tela, o prefeito Joaquim Mamede era quem estava à frente do Executivo campomaiorense; Mamede havia sofrido oposição do A Luta, visto que era candidato a vice-prefeito pela ARENA 1, que tinha a frente da chapa José Olímpio, candidato que havia derrotado Jaime da Paz, a quem o jornal apoiou. Assumiu o cargo após a morte de

José Olímpio, em abril de 1977 e recebia com frequência, críticas do A Luta a sua administração.

A relação entre o A Luta e a gestão do prefeito Mamede foi a mais conflituosa em toda a trajetória do semanário, chegando ao ponto de Mamede processar o jornal. O processo foi direcionado aos diretores do periódico que, na época, eram José Rodrigues de Miranda e seu filho, José Miranda Filho, que causaram a revolta do prefeito em matéria criticando sua administração. Tal fato ocorreu na edição de 10 de dezembro de 1978, quando o A Luta transcreveu matéria do jornal teresinense Diário do Piauí, em que foram realizadas críticas a problemas de falta de água canalizada em Campo Maior, atribuindo-se a culpa à “inoperância do prefeito Mamede Lima”; em outra página da mesma edição, na coluna “Detalhando”, que era de responsabilidade da edição, o tom da fala do jornal era bem mais severo, apontando a administração de Mamede como “catastrófica” e que este, além de “mau administrador da coisa pública, é um político medíocre”. Dentre os aspectos que motivaram a indignação do semanário, elencaram-se as ruas, praças e avenidas que estariam abandonadas pelo poder público, o que não condizia “com nossos foros de cidade civilizada”, pois o chefe do Executivo tinha “ojeriza a esses problemas de embelezamento e saneamento”, e, “sua tendência é que tudo permaneça feio e sujo” (A LUTA, 10 de dezembro de 1978, p. 04).

Já na semana seguinte, o A Luta informou que o prefeito ameaçou processar o jornal devido às críticas supracitadas, mas dizia permanecer tranquilo, visto que estava apenas buscando o “desenvolvimento” campomaiorense e, por isso, tinha sido necessário apontar os erros da gestão pública. O periódico salientou ainda que a repercussão do possível processo até tinha seu lado positivo, pois assim o A Luta poderia aumentar seu reconhecimento em meio à comunidade local: “estamos até gostando dessa onda que, para nós, representa uma das grandes recompensas de nosso esforço [...]; além da possibilidade de nos tornar conhecido, já que até agora não temos sido mais do que uns pobres diabos” (A LUTA, 17 de dezembro de 1978, p. 05).

Foi na coluna “Detalhando” que, em janeiro de 1979, o semanário ressaltou que o prefeito efetivamente moveu um processo contra os diretores do A Luta, que destacaram na edição em apreço que as matérias em que Mamede foi criticado não eram responsabilidade da direção, pois uma era a transcrição do Diário do Piauí, e a outra, localizada na coluna “Detalhando”, era escrita com base na “voz do povo”; portanto, o A Luta colocou-se apenas como um veículo que externou o que teria ouvido dos campomaiorenses acerca da gestão de Mamede. Após essa matéria, não foram mais encontradas menções ao processo.

No momento em tela, as dificuldades financeiras se agravavam e, em setembro de 1979, o periódico saiu de circulação. Para isso, vários fatores concorreram, dentre os quais se podem elencar: a falta de apoio de autoridades políticas, que não contribuíram mais na manutenção do A Luta; a diminuição do número de colaboradores que escreviam no jornal, sendo visível a redução da quantidade de matérias assinadas; e o pouco interesse dos segmentos comerciais em publicar anúncios, contribuindo, assim, para as dificuldades financeiras.

Diante do que foi exposto, o pedido de recursos para sanar as dificuldades financeiras, alegadas pelo A Luta, deixa transparecer o quanto o grupo que formava o semanário ansiava pelo apoio ao seu projeto para Campo Maior, que segundo o jornal, era a defesa dos “legítimos anseios do povo campomaiorense”, e para o periódico, tais “anseios” eram relacionados ao progresso de Campo Maior, o qual o A Luta defendia, a exemplo de quando tentava influir nos costumes dos leitores nessa direção, ou quando apontava para administradores públicos o que era preciso fazer em nome do progresso. Direcionar o progresso local era uma importante motivação para o grupo do A Luta, afinal, o objetivo do jornal não era o lucro, pois desde os anos iniciais, ficou claro que não havia um público leitor que fosse suficiente para tal e, mesmo assim, o A Luta circulou durante doze anos.

Nesse sentido, Goodwin Júnior esclarece que desde a consolidação da imprensa no Brasil, esta tomou para si o papel de “condutora da sociedade”, o que é igualmente observável no A Luta. Do mesmo modo, o autor auxilia na compreensão do papel de que o A Luta atribuiu a si como condutor do progresso que estaria permeando Campo Maior, pois indica duas características que a imprensa carrega consigo, ao colocar-se como possuidora de:

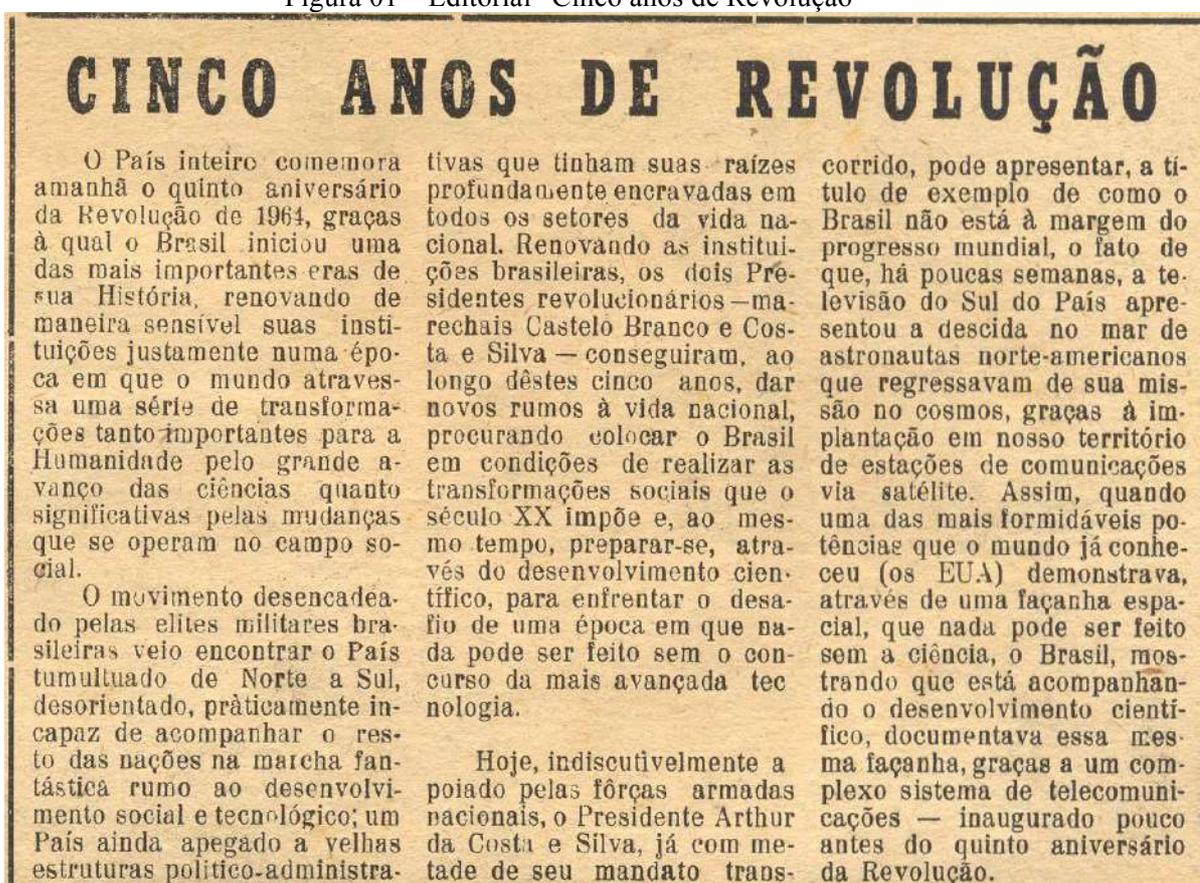
Um maior conhecimento e um melhor discernimento da realidade, que subsidiariam tanto um juízo mais preciso para perceber o que está errado, quanto para definir como fazer o certo; e a ausência de interesses outros que não o bem-estar da comunidade, o que impediria que os juízos formulados pela imprensa fossem “contaminados” por outros critérios que não o bem-comum (GOODWIN JÚNIOR, 2007, p. 79-80).

No grupo que compunha o jornal, observam-se relações de compadrio, sendo possível inferir, a partir da análise do jornal, que, muitas vezes, uma administração municipal poderia ser elogiada ou criticada, dependendo dos laços de proximidade ou distanciamento entre os gestores do periódico e os políticos locais que estavam exercendo o poder, considerando-se ainda as questões relacionadas a colaborações financeiras prestadas por figuras políticas para o A Luta, conforme foi examinado. Segundo o que foi analisado, José Miranda e José Miranda Filho, que passaram vários anos dirigindo o A Luta, eram amigos dos prefeitos Jaime da Paz e

Dácio Bona, que tiveram as gestões municipais bastante elogiadas durante a existência do periódico.

Quanto ao posicionamento do A Luta frente ao regime de exceção que vigorava à época, evidencia-se a exaltação da ditadura civil-militar, tratando-a de forma elogiosa, ressaltando o caráter progressista, que teria atingido o Brasil e o Piauí. Nesse sentido, pode-se citar a edição de 30 de março de 1969, que trouxe em sua capa o editorial “Cinco anos de Revolução”, no qual foi mencionada a comemoração do aniversário do golpe civil-militar, que a seu ver havia colocado o país no caminho do desenvolvimento, conforme imagem do editorial:

Figura 01 – Editorial “Cinco anos de Revolução”



Fonte: A Luta, 30 de março de 1969, p. 01.

O periódico citou ainda o desenvolvimento científico, referindo-se acerca da missão espacial à Lua e salientando que o Brasil também estava em pleno desenvolvimento tecnológico devido a transmissão do evento para todo o país por via satélite, aparelhagem recém-inaugurada, da qual a Rede Globo de Televisão, aliada do regime militar, beneficiou-se. Lattman-Weltman aponta que o grande desenvolvimento do setor televisivo ocorreu durante o regime ditatorial, sendo que, em 1960, apenas 9,5% das residências brasileiras possuíam aparelhos de TV, e, no ano de 1970, esse número havia subido para 40,2%. A expansão

acelerada do setor, sob a hegemonia da Rede Globo, foi favorecida pela ação dos militares, ao criarem a “Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que interligou todo o território nacional, na passagem das décadas de 1960 e 1970, através de um sistema de micro-ondas e conexões via satélite” (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 135).

Ainda na edição em destaque, havia um artigo de opinião, “Revolução & Desenvolvimento”, assinado por Pedro Celestino, que trabalhava em um posto de saúde e residia em Teresina, colaborando algumas vezes com o A Luta. O texto tratou da importância da “Revolução” para o desenvolvimento do Brasil e a manutenção da “ordem democrática”, destacando a relevância do Ato institucional-5 (AI-5)<sup>18</sup> para a “preservação da ordem muito necessária ao desenvolvimento sócio econômico Brasileiro”, pois, “ninguém deterá o processo revolucionário durante muitos anos” [...] (A LUTA, 30 de março de 1969, p. 04). Pedro Celestino atribuiu aos presidentes militares o mérito de terem salvado o país da “subversão” e apontou o quanto o Brasil avançava, apresentando crescimento em diversos setores:

A obra do movimento armado de 31 de Março de 1964: restabeleceu a ordem pública e a democracia, que somente Governos fortes como os do saudoso Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e do Marechal Arthur da Costa e Silva respectivamente poderiam proporcionar ao povo Brasileiro inúmeras realizações de interesse popular. A revolução foi feita para salvar o Brasil do colapso político, do subdesenvolvimento sócio econômico [...]. As realizações do Governo da revolução, nos setores mais importantes da vida administrativa do País, é de plena receptividade, em termo de opinião pública em geral. Pelo seu conteúdo de sinceridade e de coragem, sua enumeração dos impressionantes resultados obtidos nos setores de energia, transportes, educação, saúde e comunicações (A LUTA, 30 de março de 1969, p. 04).

Por fim, Celestino pontuou que a ação dos militares havia sido essencial para manter “uma autêntica democracia, na qual floresce a liberdade que frutifica a igualdade e a justiça social”. Conforme nota-se em seu texto, o articulista defendia a existência da “democracia”, “igualdade” e “justiça social”, reproduzindo o discurso propagado pelos presidentes militares.

O grupo que fazia parte do A Luta mostrava-se simpático ao regime político vigente à época, afastando-se de qualquer fato que indicasse “subversão”. Nesse aspecto, no ano de 1970, o jornal era dirigido pelo Clube Líteo-Cultural Campomaiorense (CLCC), formado por jovens intelectuais campomaiorenses, que também constituíram um grupo local denominado “Ala

---

<sup>18</sup> Daniel Aarão Reis (2005) aponta que o AI-5 foi decretado em dezembro de 1968, pelo então presidente da república Artur da Costa e Silva, constituindo-se num dos elementos mais repressivos da ditadura civil-militar, responsável por fechar o Congresso Nacional por tempo indeterminado, além de construir as bases de um regime de exceção repressivo com “as margens de liberdade e de críticas reduzidas a quase zero”. O AI-5 vigorou até dezembro de 1978 e durante sua vigência ocorreram as maiores arbitrariedades contra aqueles sujeitos que fossem considerados opositores ao regime em vigor.

Jovem”, que, de modo geral, afirmava lutar pelo desenvolvimento de Campo Maior, muitas vezes buscando apoio de figuras políticas. Na edição de 10 de maio de 1970 foi veiculado na primeira página do A Luta editorial intitulado “ALA JOVEM não é subversão” e mencionou que havia boatos na cidade afirmando que o movimento de jovens era subversivo, fazendo com que alguns integrantes se afastassem “enquanto as repressões ainda não se tivessem efetivado”. Desse modo, foi esclarecido que em nenhum momento a “Ala Jovem” havia tido alguma atividade subversiva, não havendo razão para integrantes do movimento se retirar:

Na verdade, essa atitude do jovem não se justifica, porque um dos passos iniciais da ALA JOVEM foi a elaboração dos princípios que orientariam sua marcha, suas atividades. Não consta de nenhum item dos princípios que se deva subverter, atacar o que quer que seja ou deliberadamente ir de encontro a dispositivos da lei [...]. Não somos subversivos, queremos construir, ter participação ativa na sociedade em que vivemos (A LUTA, 10 de maio de 1970, p. 01).

O esclarecimento do jornal também era necessário para mostrar que o A Luta não era um órgão de imprensa subversivo, já que as pessoas do periódico também compunham a “Ala Jovem”, evitando, assim, uma eventual censura ou repressão.<sup>19</sup> Em fevereiro de 1971, o periódico publicou matéria esclarecendo aos seus leitores que foi acusado de subversão, “perante agentes da Polícia Federal por quem fomos intimados recentemente”, ocasião em que o A Luta havia provado que “não há nada nas páginas do Jornal A Luta que aponte subversão. É, ao contrário, um Jornal decente, respeitador do regime democrático brasileiro e que se fundamenta nas tradições religiosas da nação” (A LUTA, 27 de fevereiro de 1971, p. 03). Não havia maior esclarecimento na matéria acerca de quem havia denunciado o jornal, sendo destacado apenas que eram pessoas que queriam ver o A Luta fora de circulação.

O jornal publicou uma entrevista na primeira página, na qual o A Luta ouviu o líder da Ala Jovem, José de Ribamar Oliveira, mais conhecido como “Mazinho”, que era uma importante liderança estudantil em Campo Maior. O entrevistado afirmou que as reuniões da Ala Jovem estavam esvaziadas, devido aos boatos que o movimento seria subversivo e que a Polícia Federal poderia prender seus participantes. Mazinho esclareceu, então, que o grupo liderado por ele atuava dentro da legalidade pregada pelo regime militar, e, inclusive, era

---

<sup>19</sup> Sabe-se que em relação aos meios de comunicação, o período foi marcado pela censura operada pelo regime militar, de modo que não fossem divulgadas notícias que criticassem o governo autoritário. Luiz Alberto Grijó ressalta que: A questão não era “falar bem” ou “falar mal” do governo, ou seja, de aderir à situação ou à oposição, mas de divulgar docilmente o que se podia e silenciar quanto ao resto. Assim operava a censura, deixava os meios e seus profissionais serem jornalísticos ou artísticos até o ponto em que era possível, até o ponto em que os produtos pudessem passar a ser percebidos como ameaçadores à ordem estabelecida (GRIJÓ, 2016, p. 79).

autorizado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), um dos órgãos responsáveis por averiguar ações e pessoas contrárias ao regime de exceção:

[...] Quero esclarecer [...] que estivemos em contato com a polícia Federal tratando do assunto, não havendo nada que impeça nossas reuniões e fomos encaminhados pela polícia federal à DOPS, para que o nosso movimento tivesse maior segurança, e lá fomos ouvidos, recebemos elogios pelo movimento, que não é subversivo e recebemos permissão para realizações das nossas reuniões em qualquer lugar. Portanto, acredito que a ALA JOVEM se fortalecerá ainda mais no momento que os pais de família enxergarem que realmente estamos lutando por uma Campo Maior mais educada, mais forte e segura e que cada um é responsável pela segurança e a paz, e contribuam com nosso autêntico movimento, tendo interesse que seus filhos participem nas reuniões [...] (A LUTA, 31 de maio de 1970, p. 01).

Quanto à preocupação dos jovens estudantes em evitar qualquer associação à “subversão”, é relevante destacar o relato do senhor Ernani Lima (2019), que como já foi dito, participava do CLCC, que dirigia o A Luta no início dos anos 70. O senhor Ernani ressaltou, em entrevista, que havia sempre atenção da polícia local em relação aos movimentos estudantis de Campo Maior, sendo comum haver averiguações. Nesse sentido, o senhor Ernani salienta que um dos momentos que ficou mais visível a busca de reprimir possíveis ideias contrárias ao regime militar foi no ano de 1968, em decorrência da realização da Primeira Semana do Estudante Campomaioreense, evento que o entrevistado participou e destaca que ele e os demais estudantes foram “chamados várias vezes na delegacia de polícia de Campo Maior e recebemos visita do DOPS, dos órgãos, e eu fui responder inclusive, aconselharam muito a não se envolver com aquilo [...]” (LIMA, 2019).

Houve uma matéria publicada em ocasião do aniversário do golpe civil-militar, no ano de 1971, referente a um discurso do responsável por comandar a força militar em Campo Maior, o Capitão Cância, que no início da década de 1970, tinha uma coluna no A Luta, chamada “Batida Policial”, na qual relatava o resumo das ocorrências policiais da semana, mencionando as pessoas que haviam infringido a lei. No discurso do capitão, publicado pelo A Luta, eram exaltados os generais que consolidaram a “Revolução de Março”, em sua luta por assegurar a “democracia” no Brasil, em um ato de “patriotismo”; o general Emilio Garrastazu Médici, tido para ele como um presidente permeado por “humanismo, brasilidade e democracia”. Sobre Médici, Cância afirmou que seu governo estava sendo marcado pelo “progresso a passos acelerados. O lema é ‘PRA FRENTE BRASIL’” (A LUTA, 03 de março de 1971, p. 02).

Renato Ortiz sublinha que a elaboração de *slogans* patrióticos e progressistas, como o que foi destacado pelo Capitão Cância, era responsabilidade da Assessoria Especial de

Relações Públicas (AERP), agência de propaganda do governo ditatorial. Ortiz esclarece ainda o objetivo da AERP:

[...] Produzir uma imagem positiva e otimista do país. As campanhas publicitárias, do tipo “Brasil Grande”, tinham o intuito de reinterpretar a imagem tradicional do Brasil (país mestiço, cordial, sem conflitos, pacífico), conciliando-a com a visão coercitiva dos militares (ORTIZ, 2014, p. 121).

Ainda nesse sentido, Daniel Aarão Reis enfatiza que o Brasil era comparado a um imenso canteiro de obras, imerso em euforia progressista, com diversos outros *slogans* “otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: *Pra frente Brasil; Ninguém segura este país; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente*” (REIS, 2005, p. 56, grifo no original). Outro fator corroborava mais ainda com tais *slogans*, a saber, a conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, no México, usado para a exaltação patriótica.

No governo Médici foi quando houve as maiores perseguições aos grupos de oposição, sendo, por isso, o período conhecido como “anos de chumbo”. Conforme citado, um momento também marcado pela exaltação patriótica divulgada pelo presidente, além da construção de obras públicas de grande vulto, que compunham o ideal de Brasil progressista que era propagado. Marcos Napolitano (2014) afirma que durante o “milagre econômico”, entre 1969 e 1973, o Brasil cresceu a uma taxa média anual de 11%, chegando a 14% em 1973, com a divulgação de grandes “obras faraônicas” pela mídia, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu e a Rodovia Transamazônica, que representavam a materialização do “Brasil Grande Potência”.<sup>20</sup>

Era o “Brasil Grande” que se desenvolvia a passos largos, sendo que Capitão Cântio sublinhou que o Piauí também partilhava desse momento visto como progressista, com a obra de maior vulto construída no estado durante o período em análise, a saber, a Hidrelétrica de Boa Esperança.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Marcos Napolitano destaca também os impactos do desenvolvimentismo, a concentração de renda que até a atualidade marca de forma acentuada o Brasil. Segundo o autor, “Em 1970, comparando-se os números com dez anos antes, os 5% mais ricos da população aumentaram sua renda em 9%, e detinham 36,6% da renda nacional. Os 80% mais pobres diminuíram sua participação em 8,7%, ficando com 36,8 % da renda nacional. Quando a inflação voltou a subir com força, a partir de 1974, e sobretudo a partir de 1979, os efeitos dessa perda de renda relativa e do arrocho salarial ficariam mais patentes, gerando ampla insatisfação nas classes populares que, ao contrário da classe média, não tinha gordura para cortar. Era a própria subsistência que se via ameaçada” (NAPOLITANO, 2014, p. 164).

<sup>21</sup> A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança foi construída por meio do aproveitamento das águas do rio Parnaíba, localizando-se no município de Guadalupe, sul do Piauí, tendo sua inauguração no ano de 1970.

Aqui no nosso Estado, estamos vendo e sentindo o impulso do Brasil Grande. Graças aos governos revolucionários, hoje contamos com um sistema energético de grande potência, como é na realidade a Barragem de Boa Esperança. O Piauí, o Maranhão e o Ceará, estão com o futuro garantido, graças à extraordinária obra que aí estar [sic], para os descrentes verem e apalparem (A LUTA, 03 de março de 1971, p. 02).

De modo geral, nas páginas do A Luta, buscava-se repassar para os leitores que o “governo revolucionário” tinha colocado o Brasil no caminho do progresso, sublinhando o crescimento econômico e a ordem estabelecida ao deterem a “ameaça comunista”. Nesse sentido, em 1979, último ano em que o jornal circulou, havia como manchete do A Luta, no dia 01 de abril, a matéria intitulada “Em 64 uma Revolução salva o Brasil do Comunismo”:

Ontem comemoraram-se em todos os rincões da Pátria mais um aniversário da Revolução de 31 de março, os seus 15 anos. As Forças Armadas, por seus comandos, organizaram um bem elaborado programa para festejarem o evento, que em 31 de março de 64 deu um Não definitivo ao comunismo, assim implementando no país um regime de segurança e desenvolvimento. Em Campo Maior não se deu ênfase à importante efeméride, passando tudo em brancas nuvens. Na Capital piauiense, contudo foram várias as solenidades que marcaram a passagem dos 15 anos de Revolução [...] (A LUTA, 01 de abril de 1979, p. 01).

Conforme foi dito, o jornal colocou o tema supracitado como manchete da edição. Acerca das manchetes, importante recurso utilizado pelos jornais, Maria Capelato faz uma observação em relação à grande imprensa, mas que também pode ser utilizada para a análise do A Luta, que buscou na matéria em destaque levar aos seus leitores a sua visão em relação à importância que atribuía à “Revolução”. A autora esclarece com mais detalhes o que é uma manchete e como ela almeja causar impacto no leitor:

Na primeira página, localiza-se a manchete exposta no alto da folha, com letras grandes e palavras escolhidas cuidadosamente para delas se extrair o máximo efeito. As palavras que a compõem são escolhidas de forma a causar impacto, razão pela qual já foram definidas como “palavras-bala”, pela capacidade de penetração no cérebro do leitor (CAPELATO, 2015, p. 133).

Desse modo, conforme é perceptível na manchete “Em 64 uma Revolução salva o Brasil do Comunismo”, mesmo no ano final de veiculação do A Luta, em 1979, quando o regime militar já começava a dar sinais de esgotamento e a repressão tornava-se menos severa, o periódico continuou ainda mantendo as representações que enalteciam a ditadura civil-militar. Acerca do esgotamento do regime militar, Napolitano (2014) observa que durante o governo de

Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se o processo de “distensão” e “abertura”, indicando as dificuldades do regime em continuar administrando o Brasil. O autor ressalta que tal processo começou de modo mais efetivo a partir de 1977, e que de 1978 em diante, a pressão de movimentos sociais se fortaleceu cada vez mais, exigindo que o país voltasse à democracia. É relevante destacar ainda que, no ano de 1978, foi extinto o AI-5, importante elemento de repressão usado pelos militares.

Em todos os anos que o jornal circulou, uma matéria encontrada que se mencionou claramente uma faceta repressiva do regime ditatorial foi um artigo de opinião intitulado “Em debate”, escrito em 1973 por Ernani Napoleão, no qual era evidenciada a censura que o cantor Chico Buarque de Holanda vinha sofrendo.<sup>22</sup> À época, Chico Buarque estava em uma temporada de shows na cidade de Recife, estado de Pernambuco, porém, Ernani afirmou que era visível o descontentamento do cantor em decorrência da censura que havia sofrido em show anterior, na cidade de São Paulo:

[...] Notava-se o descontentamento de Chico Buarque pelo episódio ocorrido em seu último espetáculo em São Paulo, no teatro da Universidade Católica, quando policiais subiram no palco a fim de impedirem um coro formado por parte da plateia que entoava e repetia os versos da música “Apesar de Você” que por sinal já havia sido retirada, por determinação da Polícia Federal, o disco das lojas e da programação dos rádios (A LUTA, 03 de junho de 1973, p. 04).

Ernani acentuou que normalmente Chico Buarque tinha uma postura mais “tímida e descontrada”, mas nas apresentações em Recife “mostrou uma imagem completamente diferente: voz mais solta e áspera”, em tom crítico, e “mesmo com a proibição de ‘Apesar de Você’, Chico fazia a introdução ao violão e parava. Após os aplausos e pedidos para cantá-la, ele explicava que ‘os amigos da censura não deixavam...’” (A LUTA, 03 de junho de 1973, p. 04). No artigo, citou-se ainda a censura realizada em relação a música “Boi Voador Não Pode”, que foi “cortada pela censura porque falava no Maurício de Nassau, nome relacionado com a nossa história, tempo de dominação holandesa. A censura argumentou, dizendo que um nome de um vulto da história não pode se misturar com um boi voador” (A LUTA, 03 de junho de 1973, p. 04). O texto publicado pelo A Luta, mencionando o caráter repressivo do regime em vigor no país, foi finalizado com um elogio a Chico Buarque: “É sem dúvida, Chico Buarque

---

<sup>22</sup> Segundo Napolitano (2014), Chico Buarque permaneceu fora do Brasil entre os anos de 1969 e 1971, perseguido pela ditadura civil-militar, devido às músicas que criticavam o regime de exceção.

de Holanda um dos principais mandatários da música popular brasileira”<sup>23</sup> (A LUTA, 03 de junho de 1973, p. 04).

Ao ser indagado sobre o posicionamento do jornal em relação ao regime militar, o senhor Ernani (2019) revelou em entrevista que “diretamente não se atacava a pessoa do presidente da república”, pois “existia um cuidado muito grande, e a gente sentiu logo muito cedo, se atacado diretamente o presidente da república, ou os militares, isso aí a ditadura não gostava” (LIMA, 2019).

Desse modo, não foram encontradas críticas ao regime militar, entretanto, é importante também observar que o jornal não se manteve necessariamente alheio ao momento político repressivo que o Brasil vivia, pois, conforme foi visto, elogios à “Revolução” são perceptíveis no A Luta.

Nesse contexto, o jornal concentrava suas matérias no destaque às notícias de Campo Maior, sendo raro encontrar edições que referissem às questões de amplitude nacional, havendo pouco destaque também a acontecimentos de nível estadual. O A Luta colocou-se durante sua trajetória como símbolo do progresso e enfatizava sua luta pelo progresso campomaiorense, atuando intensamente na construção de representações de Campo Maior enquanto local progressista e moderno, referindo-se, sobretudo, às obras públicas e equipamentos tidos como modernos pelo A Luta.

## **1.2 O FIM DOS ANOS SESSENTA E O INÍCIO DAS REPRESENTAÇÕES ACERCA DO PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO URBANA CAMPOMAIORENSE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

Desde sua fundação, o A Luta atuou intensamente construindo representações que valorizavam o progresso e os aspectos tomados como modernos pelo jornal, que incluíam conquistas materiais e simbólicas, como a energia elétrica de Boa Esperança e também logradouros públicos, com construções arquitetônicas que eram erigidas à época, ou que eram modernizadas. Colocava-se como órgão de imprensa “defensor dos interesses de Campo Maior”, quando havia algum elemento que, na ótica do periódico, destoava do progresso e modernização. Nesse sentido, o A Luta publicava críticas tanto em matérias da edição quanto em artigos de opinião, normalmente apelando ao poder público municipal, para que fosse

---

<sup>23</sup> Sobre a censura às músicas de Chico Buarque, ver: BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa Lourenço. **Música e Memória**: reconstrução da memória por meio da produção musical de Chico Buarque do período do AI-5 (1968-1978). 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2016.

solucionado o problema apontado, de modo que Campo Maior continuasse avançando em seu decantado progresso.

Nesse contexto, pouco após sua fundação, o A Luta já publicou matéria buscando evidenciar aspectos que seriam modernos e/ou progressistas em Campo Maior. No período inicial de sua circulação havia uma coluna chamada “Notas, Comentários & Opinião”, que era elaborada pelos editores, e na qual destacou em dezembro de 1967 a inauguração da maternidade Sigefredo Pacheco, enfatizando que a construção tinha “instalações as mais modernas, marco de progresso em nosso meio” (A LUTA, 03 de dezembro de 1967, p. 04). Entretanto, a maternidade não entrou em pleno funcionamento nesse momento, sendo encontrado editorial de junho de 1968 no qual era feita menção novamente à inauguração da instituição, criticando a morosidade da obra: “depois de vários anos de esforço, interrupções dos serviços de construção por interferências descabidas e arrogantes, foi inaugurada a **Maternidade Sigefredo Pacheco**”<sup>24</sup> (A LUTA, 16 de junho de 1968, p. 02, grifo do autor). Enfatizou-se Sigefredo Pacheco, figura política que tinha incentivado a construção da maternidade, destacando sua “trajetória de lutas cívicas memoráveis e triunfos empolgantes pelas causas populares. O médico amigo dos conterrâneos, com assistência às famílias pobres, e o chefe político de convicções inabaláveis nas instituições democráticas” (A LUTA, 16 de junho de 1968, p. 02).

A maternidade teve a edificação iniciada na gestão do prefeito João de Deus Torres (1963-1967), com o apoio do então senador Sigefredo Pacheco (1904-1980), político campomaiorense que adquiriu maior visibilidade durante o período investigado, pois foi o único a alcançar o cargo de senador da República, o que lhe possibilitou a aproximação e amizade que mantinha com o general-presidente Humberto Castelo Branco. Sigefredo Pacheco ganhou projeção em Campo Maior devido a sua ação como médico, profissão que exercia desde a década de 1930. Atuou como prefeito de Campo Maior nos anos de 1936 e 1937 e foi durante um longo tempo, deputado federal pelo Piauí, cargo que exerceu de 1946 até 1959, quando era filiado ao Partido Social Democrático (PSD). A partir de uma coligação que reuniu o PSD, o Partido Democrata Cristão (PDC) e a União Democrática Nacional (UDN), foi eleito para o Senado Federal no pleito de 1962, atuando como representante do Piauí no cargo até o ano de 1971, quando passou a residir em Campo Maior, encerrando sua carreira política.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> O editorial não fornecia maiores detalhes acerca do que teria motivado as “interferências descabidas e arrogantes”.

<sup>25</sup> Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). Disponível em: [https://10.7.1.1/sgerror.php?url=403%20&a=10.7.16.114&n=10.7.16.114&i=&s=default&t=B\\_PALAVRAS&u](https://10.7.1.1/sgerror.php?url=403%20&a=10.7.16.114&n=10.7.16.114&i=&s=default&t=B_PALAVRAS&u)

Após relatar sobre a ação de Sigefredo Pacheco na área da saúde, acentuando seu trabalho na realização de partos na zona rural e urbana do município, o A Luta sublinhou o que considerou ser o aspecto moderno da instituição, bem como sua organização:

As instalações são modernas. Há organização, asseio, trabalho, remédios, material cirúrgico, utensílios. A competência dos médicos e o tirocinio das enfermeiras são reconhecidos pelo povo. Hoje, em Campo Maior, não se veem senhoras grávidas desamparadas de assistência hospitalar. As clientes não encontram dificuldades para internamento (A LUTA, 16 de junho de 1968, p. 02).

Ainda na mesma coluna, elogiou o serviço de calçamento que o prefeito Raimundo Andrade estava executando, porém, expôs que era necessário o Executivo municipal “proceder ao reparo de alguns trechos desse calçamento, pois deles há onde não existe o menor sinal de cimento” (A Luta, 03 de dezembro de 1967, p. 04).

Em artigo de opinião intitulado “Progresso”, escrito por um colaborador que assinou como Zéluz, no fim do ano de 1967, foi elogiado o suposto nível de crescimento campomaiorense, chamando a atenção dos leitores para tal fato:

Observem como tem crescido fisicamente a nossa Campo Maior – o asfalto irrigou mais civilização da capital;<sup>26</sup> a instalação d’água nos trouxe melhores condições de higiene; o telefone facilitou a comunicação interna; a luz, pelo jeito que vai, já se torna realidade a sua existência;<sup>27</sup> o jornal, o Fripisa, os Postos de Saúde, as Escolas, tudo é avanço de nossa cidade (A LUTA, 31 de dezembro de 1967, p. 04).

Nota-se no trecho supracitado do A Luta um importante elemento que fez parte do imaginário progressista de governantes e grupos letrados em diversas partes do Brasil, sendo também observada em Campo Maior a higienização citadina. Fabio Gutemberg de Sousa destaca que esse pressuposto se tornou comum em muitas modernizações urbanas ocorridas no Brasil desde a segunda metade do século XIX, que traduziam preocupações higiênicas, bem como sanitárias, especialmente direcionadas para as áreas centrais das cidades. De acordo com esse autor, tal pensamento tinha por base “o ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra; no século XX, no qual seriam incorporados projetos de urbanização

---

=<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-sigefredo>. Acesso em 11 de setembro de 2019.

<sup>26</sup> O asfalto que o articulista referia não era pertencente às artérias urbanas, mas sim o asfaltamento da BR 343, que liga Campo Maior à capital Teresina.

<sup>27</sup> Sobre a modernização do sistema elétrico, ver subitem 1.3 desta Tese.

de cidades norte-americanas” (SOUSA, 2003, p. 63). Sousa comenta ainda sobre o surgimento dos ideais sanitaristas e higienista em seu momento inicial no Brasil:

Praticamente todas as incipientes mudanças ocorridas nas cidades brasileiras, ainda no século XIX, eram caudatárias dos discursos e das novas questões levantadas na sociedade por higienistas e sanitaristas, o que leva a associá-las de imediato aos problemas de saúde e às constantes epidemias que aí ocorriam, mas também ao seu crescimento e às necessidades de adequá-lo às exigências do capitalismo em expansão (SOUSA, 2003, p. 63).

O autor salienta também que o saneamento urbano, aliado ao abastecimento de água, contribuiu, no Brasil, para a redução de epidemias que ocorriam.

Ainda no artigo assinado por Zéluiz, o articulista chamou atenção para um aspecto que se tornou mais evidente no Brasil em decorrência da ditadura civil-militar, ou seja, a desigualdade social e econômica. Nesse sentido, o articulista sublinhou que o “subdesenvolvimento de nosso povo se agrava dia a dia e nós, sendo integrantes desse promissor Brasil, temos a responsabilidade de modificá-lo, para que todos tenham o mesmo direito, na saúde, na escola e na alimentação” (A LUTA, 31 de dezembro de 1967, p. 04). Zéluiz observou também que “os grupos pobres ficando sempre cada vez mais pobres enquanto os ricos, cada vez enriquecem mais”, fazendo com que tal realidade fomentasse o “círculo vicioso da pobreza”. Estendia a situação apontada em Campo Maior ao Nordeste de modo geral, região em que os sujeitos sentiam “a realidade da miséria estagnante”, tomados por um “sentimento de impotência” que se “apoderou da alma do nordestino”, fazendo com que vivessem em um “aparente conformismo diante dessa conspiração invisível das forças naturais e das forças sociais, associadas ambas, para o esmagarem em suas pretensões de obter qualquer melhoria de condições de vida” (A LUTA, 31 de dezembro de 1967, p. 04). O articulista colocou em relevo a situação de desigualdade que, muitas vezes, era ofuscada em meio às representações de progresso, pois geralmente era dado a entender pelo jornal que toda a população campomaiorense partilhava dos elementos progressistas e usufruía deles de modo igual.

Em coluna de janeiro de 1968, o jornal veiculou a matéria “Caminhos da vida”, de autoria de Soares Neto, que atuava no Círculo Literário Piauiense,<sup>28</sup> fato que foi destacado pelo periódico como forma de demonstrar a importância do texto que era publicado, no qual foram feitos elogios a Campo Maior e dito que a cidade estava caminhando para o progresso. Soares

---

<sup>28</sup> Antônia Ellen Alves dos Santos (2014) observa que o Círculo Literário Piauiense foi um importante movimento da literatura estadual que atuou de 1967 até o início dos anos setenta, reunindo, poetas, romancistas, contistas, jornalistas, historiadores, cronistas, que em seus escritos, muitas vezes, questionavam o contexto político e social da época.

Neto enalteceu a urbe, mas também considerou que seu exaltado progresso ainda era incipiente se comparado às regiões mais desenvolvidas do Brasil, no entanto, era o suficiente para lhe dar destaque no cenário urbano piauiense:

Campo Maior é uma das cidades do Piauí mais bem situadas em relação à capital do Estado. Pode-se dizer também que é uma das mais bem organizadas, mais bem alinhadas, mais belas e mais bem cuidadas por sua gente. Não é tão evoluída, mas isto não se estranha porque é característico das cidades do Piauí em relação às dos progressivos Estados das regiões centro e sul do País. Entrementes, para nosso meio, mesmo com a lentidão do seu desenvolvimento, já ocupa posição de destaque (A LUTA, 14 de janeiro de 1968, p. 05).

Soares Neto mencionou que o prefeito Raimundo Andrade atuava na busca do progresso campomaiorense e indicou que a população não devia se conformar com o nível de progresso que, para ele, já havia sido atingido, e sim seguir na busca pelo desenvolvimento da cidade:

O sr. Prefeito desta cidade, homem dinâmico, que apenas em uma ano de governo realizou tanto que impressionou não só aos campomaiorenses como a todos os piauienses que tiveram conhecimento de sua grandiosa administração, não creio que esteja alheio a tanta coisa que ainda precisa ser feito em Campo Maior. É preciso que os campomaiorenses não se conformem, nem se envaideçam só com o que já foi feito. Porque, muito já foi feito, mas muito ainda está por fazer (A LUTA, 14 de janeiro de 1968, p. 05).

Em artigo de opinião escrito pelo colaborador Luiz Soares e Silva, as reclamações em relação aos aspectos que, segundo o A Luta, destoavam do nível de progresso de Campo Maior eram direcionadas não ao poder público, mas a população. A princípio, Luiz Soares exaltou Campo Maior, pois a cidade ocupava à época o *status* de terceira maior cidade do interior,<sup>29</sup> sendo uma das “melhores cidades do Piauí, figurando em terceira colocação entre as urbes interioranas”, localizada “pertinho de Teresina, é servida de boas estradas, por onde são conduzidos ao nosso meio os costumes dos centros mais elevados. Somos, portanto, um povo realmente contemplado” (A LUTA, 10 de março de 1968, p. 03). Teresina era, portanto, um modelo a seguir, tida como cidade moderna, progressista, civilizada, características que o A Luta queria que Campo Maior também possuísse. Regianny Lima Monte observa que Teresina, durante a ditadura civil-militar, passou por um processo modernizador que teve seu apogeu na

---

<sup>29</sup> Emília Rêbello (2000) aponta que no censo demográfico de 1960, a capital Teresina possuía 98329 habitantes. Dentre as cidades do interior piauiense a situação era a seguinte: Parnaíba (39145), Floriano (15574) e Campo Maior (13849).

década de 1970. Nesse contexto, a autora revela o aspecto autoritário da modernização da capital, ao referir que:

A intervenção do poder público tinha finalidade dupla: dotar a cidade de um melhor aspecto urbanístico, com a abertura de novas vias, que facilitassem o escoamento do tráfego na cidade, e ao mesmo tempo retirar da paisagem do centro da cidade as casas de taipa, cobertas de palha<sup>30</sup> (MONTE, 2010, p. 203).

A atenção de Luiz Soares, autor do artigo, estava voltada sobretudo para dois pontos: limpeza e embelezamento da cidade; pedia aos campomaiorenses colaboração com o poder público para desenvolver Campo Maior nesses dois aspectos. Luiz Soares afirmou:

Não quero com isto dizer que precisamos efetuar limpeza nas ruas, mas apenas que não devemos sujá-las. Importante seria que ajudássemos no sistema de arborização, plantando árvores, ou pelo menos zelando carinhosamente as que são plantadas pela Prefeitura, e assim já estaríamos cooperando sobremodo com a administração pública. Outra grande importância consiste no caso das construções de muros e calçadas, uma questão em que muito vem-se empenhando a nossa Prefeitura, exigindo dos responsáveis a solução do problema. E por que estes não encaram com mais seriedade a questão? Estariam assim praticando, a um só tempo, duas elogiáveis ações: cumprindo uma obrigação que lhes é imposta e cooperando com a administração pública, que não mede esforços no sentido de mudar, para melhor, as aparências de nossa cidade (A LUTA, 10 de março de 1968, p. 03).

Nesse sentido, Fábio Gutemberg de Sousa salienta que os ideais de limpeza e embelezamento citadino passaram a figurar no Brasil desde a segunda metade do século XIX, tornando-se mais presentes no século XX, sendo uma preocupação tanto de administradores públicos, quanto de grupos letrados. Sousa esclarece que normalmente o foco eram as áreas centrais das urbes:

[...] As questões de saneamento urbano e social e de embelezamento das ruas, praças e avenidas centrais estavam intimamente ligadas. Eram partes constitutivas de um amplo e mesmo projeto, embora muitas vezes aparecessem separadamente ou fossem implementadas em momentos e por caminhos diferentes. Mudar as condições sanitárias de uma cidade ou aformoseá-la significava também, e deliberadamente, interferir e erradicar os

---

<sup>30</sup> Monte infere que as pessoas mais pobres que residiam nas áreas centrais em que ocorria a modernização tiveram suas casas desapropriadas, e, por vezes, foi utilizada força policial com aqueles que discordavam das práticas modernizadoras: “Os resultados expostos demonstram que a atuação dos administradores públicos locais não levaram em conta as necessidades reais da população pobre de Teresina, na medida em que, ao lançarem mão do processo de desapropriação das áreas atingidas, não forneceram as mínimas condições, como a instalação de uma infraestrutura básica, como água canalizada, energia elétrica, ruas com calçamento, dentre outras, nos lugares para onde a população foi remanejada. [...] Observamos também que o poder público agiu de forma autoritária, chegando a lançar mão da força policial contra aqueles que eram contrários à medida (MONTE, 2010, p. 203-204).

maus hábitos e costumes dos seus moradores, dar-lhe uma nova fisionomia e plasticidade e criar usos condizentes com os padrões da civilidade burguesa (SOUSA, 2003, p. 65).

Para exaltar o progresso que Campo Maior estaria experimentando, segundo a concepção do jornal, foi publicado em 1968 um discurso de Enrique Zander, que era do Rio Grande do Sul, mas havia se fixado em Campo Maior para administrar o FRIPISA (Frigorífico do Piauí S/A). O discurso de Zander foi proferido em uma feira agropecuária na cidade, despedindo-se dos campomaioreses, pois regressaria a sua terra natal; o trecho publicado pelo A Luta era justamente o que Zander apontou como sendo progresso. Zander afirmou que chegou à urbe cerca de três anos antes e “fazendo um leve retrocesso [sic] deste tempo, talvez possa julgar-me na viagem da minha vinda, ter sido companheiro do PROGRESSO que chegou nesta cidade [sic]” (A LUTA, 23 de junho de 1968, p. 02). Zander, então, fez um comparativo de como era o espaço citadino à época da sua chegada e como Campo Maior estaria marcada pelo progresso no momento em que discursou:

[...] Chegando na praça do relógio,<sup>31</sup> para quem não estava acostumado a estas coisas, dava vontade de voltar imediatamente, devido as [sic] más aparências dos quiosques ao redor do mercado municipal. Hoje, três anos após, onde existia uma barbearia anti-higiênica ao ar livre, foram plantadas as primeiras flores em praça pública. A ponte velha sobre o rio Surubim<sup>32</sup> foi substituída por uma de concreto. Colégios foram construídos, outros aumentados, instalado curso científico. O posto do Sandu [sic] instalado,<sup>33</sup> melhorado a eficiência do hospital. Árvores plantadas. Uma maternidade entrou em funcionamento. Obras municipais como Fórum e Câmara municipal foram iniciadas (A LUTA, 23 de junho de 1968, p. 02).

Após elencar o que seria o progresso levado a efeito pelo poder público, Zander ressaltou também a iniciativa particular, colocando a importância das casas construídas, inclusive “as casas feitas de barro e palha contribuíram para o progresso”, pois “quantas famílias nas cidades grandes vivem em favelas muito menores e ganhando dez vezes do que ganha um proprietário das casas de barro e palha” (A LUTA, 23 de junho de 1968, p. 02). Segundo o discurso publicado, qualquer melhoramento era contribuição para o progresso

<sup>31</sup> Zander referia-se a Praça Luiz Miranda, que era mais conhecida por praça do relógio, pois na década de 1940 foi instalado a “Coluna da Hora”, um grande Relógio, comum em muitas cidades durante o Estado Novo, pois demarcava o tempo do trabalho, uma das preocupações existentes no período varguista. Sobre isso, ver: PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. **Modernização urbana de Campo Maior no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947)**. 2015. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-Pb, 2015.

<sup>32</sup> A ponte fica localizada no Bairro de Flores e foi construída na administração do prefeito João de Deus Torres.

<sup>33</sup> O Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU) foi edificado também na administração do prefeito João de Deus Torres.

campomaioirenses, ainda que fosse apenas “pintando a sua própria casa, ajustando os muros do terreno é progresso”, e concluiu seu discurso incentivando que Campo Maior continuasse a trilhar tal caminho: “durante a minha estadia nesta cidade tive a felicidade de verificar a presença deste progresso e faço votos que todos os campomaioirenses continuem a segurar firme nas suas mãos para a melhoria de todos” (A LUTA, 23 de junho de 1968, p. 02).

Ainda na edição em destaque, havia o artigo de opinião “Verbas e Serviços”, de um/uma colaborador/a eventual que assinou como H. Rocha, que criticou a gestão de Raimundo Andrade, denunciando uma faceta excludente do progresso e modernização propalados pelo A Luta; H. Rocha referiu que apenas as áreas centrais de Campo Maior estavam sendo desenvolvidas<sup>34</sup> e mencionou que a Prefeitura Municipal tinha grande quantidade de verba que poderia ser utilizada para aumentar a qualidade de vida da população mais carente, no entanto, “o sr. Raimundo Andrade tem limitado suas atividades quase que em serviços urbanos, de cunho demagógico e eleitoreiro, com o objetivo de impressionar a curiosidade pública” (A LUTA, 23 de junho de 1968, p. 03). Pontuou como ocorria a execução dessas obras públicas “demagógicas e eleitoreiras”, tomando como exemplo “o calçamento, este mesmo, porém, tem a participação dos proprietários de casas e terrenos”. Desse modo, H. Rocha enfatizou que nos subúrbios e zona rural os campomaioirenses estavam abandonados, sem assistência do poder público municipal:

Os subúrbios e a zona rural tem [sic] tido pouca assistência da Prefeitura, a qual, na gestão Raimundo Andrade já recebeu mais dinheiro em espécie, do que várias outras gestões reunidas [...]. A verdade é que, até agora, não se levantou uma edificação que corresponda aos legítimos anseios do povo campomaioirenses nem [...] abriu frente de progresso em termos de rentabilidade [...]. Ginásio, Hospital, Maternidade, etc., não estão sob os cuidados da Prefeitura [...]. Outras praças não foram edificadas. Um hotel, tão necessário ao nosso meio, nem se fala na sua construção.<sup>35</sup> Nos subúrbios e na zona rural não se construíram barragens, açudes, postos de Saúde, poços tubulares, etc., cujas populações se consideram injustamente abandonadas. O grito de dor dos pobrezinhos não lhe amoleceu o coração empedernido (A LUTA, 23 de junho de 1968, p. 03).

---

<sup>34</sup> O artigo de H. Rocha parece ter tido certa repercussão e gerado polêmicas, pois na semana seguinte o A Luta publicou nota na primeira página explicando um mal entendido que havia tido, porque H. Rocha era um pseudônimo usado pelo autor da matéria: “A direção deste órgão esclarece ao público que o artigo “VERBAS E SERVIÇOS” publicado neste jornal no dia 23/06/68 não é de autoria da senhora Heidene Rocha de Oliveira. O autor do referido artigo usa, nos seus trabalhos Jornalísticos, o pseudônimo H. Rocha, sendo, portanto, uma coincidência apenas” (A LUTA, 30 de junho de 1968, p.01).

<sup>35</sup> Sobre o hotel, ver subitem 2.3 desta Tese.

Nas suas construções de representação do progresso campomaiorense, o A Luta chamou a atenção de seus leitores em editorial de agosto de 1968 para uma emissora de rádio que tinha entrado em atividade na cidade, a Rádio Clube, que segundo o jornal era um importante signo do progresso que deveria receber incentivo dos campomaiorenses. O periódico afirmou que havia visitado a rádio que estava tendo grande audiência. Nesse sentido, acentuou o quanto era importante a ação dos campomaiorenses: “[...] não podemos ficar de braços cruzados, esperando só pela ação de sua administração. Temos que ajudá-la, temos que incentivá-la [...]” (A LUTA, 18 de agosto de 1968, p. 03). Para finalizar o pedido de apoio dos campomaiorenses a rádio, realçou que com o crescimento dela havia mais um avanço no progresso:

Não esqueçam, porém, de incentivar-lhe o progresso, comprando ações e conquistando patrocinadores para os seus programas. O povo campomaiorense neste momento deve voltar-se para a Rádio Clube de Campo Maior e dar-lhe o que puder de si, no sentido de fazer essa estação de rádio crescer, porque com ela crescerá o progresso de nossa terra (A LUTA, 18 de agosto de 1968, p. 03).

O jornal narrou o ocorrido, a instalação da rádio, apresentada como sinal de progresso, e ao mesmo tempo repassou para seus leitores o desejo de ver o desenvolvimento da rádio, visto que “com ela crescerá o progresso”. Nesse sentido, é pertinente uma referência a Sandra Pesavento, ao referir a “imprensa que se cria e se desenvolve nas cidades, com sua forma narrativa onde se aproximam e se misturam, talvez mais do que nos outros discursos entrecruzados, as referências do acontecido e do que se gostaria ver acontecer” (PESAVENTO, 2008, p. 368). Pesavento sublinha ainda:

[...] A característica ação dos jornais, estes agentes de difusão da notícia que recriam o mundo, no entrecruzamento entre o horizonte de expectativas de uma época e a poderosa capacidade dos periódicos de serem indutores e formadores de opinião (PESAVENTO, 2008, p. 368).

Atentando a fala da autora, é possível observar o objetivo do A Luta, pois a partir do que almejava para Campo Maior, buscava induzir a opinião dos leitores, de modo que percebessem a importância de incentivar a rádio que entrara em funcionamento na urbe, para, assim, impulsionarem o progresso que o semanário referia.

Nicolau Sevckenko afirma que o rádio surgiu no Brasil como importante elemento moderno, entretanto, “teve seu desenvolvimento defasado e mais tardio no Brasil que nos países industrializados, onde as pesquisas sobre rádio transmissão foram aceleradas, sobretudo no contexto da Primeira Guerra” (SEVCENKO, 1998, p. 587). O autor salienta que os problemas

técnicos iniciais para implantar uma rádio, relacionados à transmissão, difusão, qualidade de sinal e programação, fizeram com que só na década de 1930 tivesse maior expansão. Em Campo Maior, verifica-se que ainda no fim dos anos sessenta, implantar uma rádio era algo complicado, pois o senhor Ernani Napoleão (2019) destacou em entrevista que a Rádio Clube foi fechada no ano de 1969, pois estava funcionando de forma clandestina.

Ainda na edição em relevo, consta outra matéria do grupo que dirigia o jornal, ressaltando que o progresso estaria tomando o Piauí. O A Luta criticou falas que apenas proclamavam ser o Piauí o “mais pobre estado da federação brasileira” e solicitou que se deixasse “de lado a riqueza de São Paulo que tanto exaltamos e passemos a cuidar, pelo labor constante e harmônico do nosso Estado, procurando também torná-lo rico e poderoso” (A LUTA, 18 de agosto de 1968, p. 04). Nesse sentido, elogiou a ação, do então governador, Helvídeo Nunes,<sup>36</sup> “soerguendo admiravelmente o nosso Estado, dentro de um ambiente de ordem e harmonia”, pois, “em todo o território piauiense vêm sendo, a cada passo inauguradas obras de alto alcance social, com a presença do eminente homem público”<sup>37</sup> (A LUTA, 18 de agosto de 1968, p. 04). Após falar do estado, reduziu o escopo para discorrer que Campo Maior, assim “como as demais cidades interioranas, vem recebendo os influxos da ação do governo do Piauí” (A LUTA, 18 de agosto de 1968, p. 04). O jornal chamou, assim, a atenção para as obras públicas que compunham o que seria o quadro progressista da urbe, a exemplo da energia da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança que deveria chegar em breve e um colégio que seria construído com verbas estaduais durante a administração de Raimundo Andrade.

Em texto elaborado pela edição e publicado na capa do A Luta, foi feita uma reclamação devido à falta de empenho dos campomaiorenses em contribuir com o progresso cidadão. A matéria aludiu ao sétimo aniversário do cinema que havia na cidade, o Cine Nazaré,<sup>38</sup> que, segundo o jornal, embora não fosse “perfeitamente moderno, nos satisfaz plenamente”, mesmo porque era “uma casa de diversão moralizada, em face da constante vigilância de seu digno

---

<sup>36</sup> Helvídeo Nunes de Barros governou o Piauí entre os anos de 1966 a 1970, como representante da ARENA, posteriormente, atuou como senador pelo Piauí, de 1971 a 1987.

<sup>37</sup> Helvídeo Nunes voltou a figurar no jornal na edição do dia 08 de setembro de 1968, quando foi mencionado o aniversário de dois anos de sua administração, ocasião em que foram inauguradas obras públicas em Teresina e em cidades do interior, sendo destacada também a importância da “Revolução” no processo de desenvolvimento do Piauí.

<sup>38</sup> O prédio no qual funcionava o cinema foi construído pela prefeitura na década de 1930, recebendo a denominação de Cineteatro Glória, administrado inicialmente pela prefeitura municipal. Devido ao pouco rendimento gerado pelo cinema, sua utilização foi cedida a Zacarias Gondim que tomou a frente do empreendimento no ano de 1961, modificando o nome para Cine Nazaré em homenagem a Maria de Nazaré Castelo Branco Lins, que era sua esposa. Sobre isso, ver: JESUS, Pauliana Maria de. **Reflexões sobre a modernização de Campo Maior entre 1930 a 1970**. 136 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

proprietário” (A LUTA, 13 de outubro de 1968, p. 01). Nesse aspecto, o jornal elogiou o proprietário do cinema, Zacarias Gondim, devido a este ser uma pessoa de “estirpe”, que lutava pelo progresso de Campo Maior. O semanário lamentou por serem poucas as pessoas que tinham esse intento progressista e criticou a deficiência da urbe nos seguintes segmentos: “não nos parece tão difícil um hotel em Campo Maior, a industrialização da palha de carnaúba e outras pequenas indústrias que muito concorreriam para a prosperidade do lugar em que vivemos e bem estar de sua gente” (A LUTA, 13 de outubro de 1968, p. 01). O periódico relacionou novamente palha de carnaúba e industrialização ao sugerir na edição em destaque que em “Campo Maior poderia surgir uma organização empresarial para o fabrico de chapéus populares [...]. Campo Maior tem possibilidade de participar da industrialização piauiense. Avante, pois” (A LUTA, 13 de outubro de 1968, p. 05).

Matérias que incentivavam a instalação de indústrias em Campo Maior permeavam as páginas do jornal com frequência, pois durante o período, um dos ideais que passou a ser mais difundido no Piauí, como fundamental para superar o “subdesenvolvimento”, era a industrialização, porque até então as principais atividades econômicas do Piauí tinham girado em torno da pecuária e do extrativismo vegetal.<sup>39</sup>

No ano de 1969, o grupo que participava do A Luta demonstrou novamente seu anseio pela implantação de indústrias na cidade, que em seu modo de ver seriam relevantes para o progresso citadino. O artigo de opinião “Cidade pobre”, escrito pelo poeta campomaiorense Cunha Neto apontou nesse sentido;<sup>40</sup> Cunha Neto ressaltou inicialmente que Campo Maior era “uma das cidades mais bonitas do Brasil”, no entanto, era também “uma das cidades mais pobres que conheço” e, para o poeta, uma das razões principais para a pobreza era a ausência de indústrias. Segundo Cunha Neto, Campo Maior era progressista, contudo, faltavam indústrias, que seriam o elemento que tiraria parte da população da urbe da condição miserável em que vivia:

[...] Indústria, para que o nosso povo deixe de viver miseravelmente palpérrimo [sic]. Não temos condição de sobrevivência. 50% de nossa população passa fome. Vê-se nas calçadas, centenas de homens sentados. Alguém diz: são vagabundos, preguiçosos, não querem trabalhar. Pergunto eu, mas trabalhar em quê? Se não temos indústrias, não temos nada. Será que todo

<sup>39</sup> Sobre o assunto, ver: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

<sup>40</sup> José Cunha Neto (1924-2010) foi um importante poeta campomaiorense, que também teve atuação política, eleito duas vezes para o cargo de vereador, durante a década de 1970. Sobre Cunha Neto, ver: OLIVEIRA, João Paulo França de. A história contada em versos: a cidade de Campo Maior nas poesias de Cunha Neto. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 7, n. 2, jun./dez. 2018.

esse povo seja preguiçoso? Não, alguém tem vontade de dar a sua família uma condição melhor, mas como pode dar, se não acham empregos, serviço que possa trabalhar? O jeito é serem vagabundos preguiçosos (A LUTA, 12 de janeiro de 1969, p. 06).

Conforme se verifica, o articulista considerou que o problema da pobreza era acentuado em Campo Maior, já que para ele, os investimentos públicos nos aspectos tidos como progressistas e modernos não tinham impacto significativo na melhoria de vida da população. Cunha Neto finalizou seu artigo pedindo aos leitores: “vamos criar indústrias, vamos ajudar esse povo [...]. Vamos ajudar nosso irmão, criando indústrias, pois assim nós teremos uma cidade realmente bonita, progressista e feliz” (A LUTA, 12 de janeiro de 1969, p. 06).

Em março, do mesmo ano, foi publicado texto de João Carlos Dias, que era jornalista em Teresina, mas escreveu algumas crônicas para o A Luta, em 1969. Na sua primeira crônica, “Retrato de Campo Maior”, João Carlos discorreu aos leitores sobre sua impressão acerca da cidade, apontando que havia um paradoxo em Campo Maior, que seria a coexistência do progresso com a miséria. Nesse sentido, João Carlos afirmou que era tal paradoxo o que mais lhe chamava a atenção:

Não podia imaginar que Campo Maior fosse tão grande e tão pequeno ao mesmo tempo. Grande pelos homens que ali encontrei, pelo sentido de vida que vai em toda parte naquela população. Grande pelo desejo de progresso, pelo anseio de realizar e de construir que observamos em toda parte; pequeno pela baixa renda *per capita* do município, pelo primarismo de sua economia, pequeno pelo índice elevado de analfabetismo e subdesenvolvimento – por que não dizer? – de miséria. O que mais nos impressionou, foi precisamente isso: um povo que faz tudo por si mesmo, uma comunidade que abre os seus próprios caminhos, sem amparo oficial dos poderes públicos (A LUTA, 23 de março de 1969, p. 05, grifo do autor).

João Carlos citou alguns exemplos que coadunavam com sua afirmação sobre a miséria de Campo Maior e pediu mais atenção do poder público, pois o progresso não estava sendo estendido à população. O cronista elencou como primeiro exemplo da pobreza, “um senhor que trazia uma lista nas mãos e pleiteava uma caridade para que pudesse conduzir a sua esposa doente para Teresina, a fim de interná-la num hospital” e achou absurdo que casos de doença tivessem que ser solucionados pelo povo e não pelo poder público.

A crítica seguia pontuando o serviço de esgoto, implantado em nome do progresso, porém, segundo declaração dada pelo prefeito Raimundo Andrade, a obra tinha sido realizada em convênio com os proprietários das casas contempladas, portanto, “é óbvio que aqueles que não puderam fazer convênio com a Prefeitura ainda continuam com a lama e as exalações

pestilentas nas portas de suas casas” (A LUTA, 23 de março de 1969, p. 05). Desse modo, o articulista deu a entender que os cidadãos mais pobres foram excluídos desse aspecto dito progressista, já que era necessário possuir recursos para a parceria com a prefeitura. Ainda no que diz respeito a segmentos populacionais excluídos, na crônica foi destacado que “a cidade, no centro está tratada com bastante desvelo, porém, a miséria não está ali, mas, sim, na zona urbana e rural”. Ao referir a “zona urbana”, João Carlos aludia às áreas periféricas da urbe, pois a preocupação com o “progresso” e “modernização” foi concentrada no centro, região na qual circulava o maior número de pessoas e estavam os principais prédios da administração pública e empreendimentos comerciais, além de ser o local que recebia maior visibilidade dos visitantes. Nesse sentido, Sandra Pesavento define o que é um centro urbano da seguinte forma:

O centro é o núcleo original, o ponto de partida nodal e uma aglomeração urbana. O centro é, pois, o marco zero de uma cidade, o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem. Assim sendo, o centro é um espaço privilegiado no tempo<sup>41</sup> (PESAVENTO, 2008, p. 04).

Pesavento (2008) infere ainda que o centro de uma urbe foi durante muito tempo o “cartão de visitas de uma cidade”, que é o que se observa a partir da fala do articulista João Carlos, ao referir que o centro campomaiorense era o espaço que recebia maior atenção do poder público naquele momento, de modo a causar boa impressão aos visitantes.

Ao concluir, João Carlos salientou que Campo Maior merecia maior atenção dos seus administradores, para solucionar problemas como os que foram relatados, de modo a causar boa impressão para que “o visitante, ao visitá-las não pinte o seu retrato revelando problemas que bem poderiam ser solucionados” (A LUTA, 23 de março de 1969, p. 05).

Se em relação à administração pública municipal havia elogios, e também críticas quanto ao governo do estado, normalmente a exaltação sobrepunha-se a eventuais críticas, sendo, inclusive, publicada em algumas edições a lista das obras públicas instaladas pelo governador Helvídeo Nunes. Nesse sentido, no editorial “Helvídeo Nunes: um governo de ação”, o trabalho do gestor foi enaltecido pelo A Luta, pois Helvídeo estaria lutando pelo engrandecimento estadual e o início da “arrancada para o progresso”:

Trabalhou em silêncio para mostrar, de repente, surpreendendo a todos, o que aí estar: um PIAUÍ vibrante e gigantesco, sem mais aquela dolorosa aparência

---

<sup>41</sup> Acerca do centro de Campo Maior, à época da instalação da vila, Cláudio Melo considera que “já tinha uma estruturação urbana das mais atraentes de todo o Piauí. Duas praças em frente e atrás da Matriz”, e um “quadro completo de moradias junto às duas praças” (MELO, 1983, p. 99-100). Campo Maior foi elevada à condição de cidade, em 1889, sendo a partir do núcleo original citado por Melo que a cidade cresceu.

de pedinte crônico ou de enfermo sem cura, a merecer de todos respeito, admiração e afeto [...]. Com efeito, o governador Helvídeo Nunes de Barros, vem executando, dentro das possibilidades orçamentárias do estado, um governo de ação que se glorifica do mais pleno êxito (A LUTA, 27 de abril de 1969, p. 03).

Em maio de 1969, Helvídeo Nunes visitou Campo Maior em decorrência da inauguração das novas instalações físicas da agência local do Banco do Estado do Piauí, evento destacado na primeira página do A Luta, por meio de uma reportagem que tinha seu desenvolvimento na última página. A reportagem detalhou que o “prédio ora restaurado está dotado de modernas instalações” e que “a obra em apreço apresenta-se como o melhor prédio daquele estabelecimento bancário, no Estado” (A LUTA, 18 de maio de 1969, p. 06). Dentre as pessoas que discursaram na inauguração, a fala de Raimundo Andrade foi publicada, com o prefeito destacando a importância da atuação do governador para que Campo Maior fosse uma cidade vista como moderna. Segundo Raimundo Andrade: “é graças ao governo Helvídeo Nunes que vemos hoje em nossa cidade as ruas iluminadas, uma cidade moderna, cobrindo a variante, o que antes era sonho tão difícil de ser realizado, tornando-se hoje uma realidade” (A LUTA, 18 de maio de 1969, p. 06). O discurso que encerrou a reportagem foi o de Helvídeo Nunes, que mencionou o quanto Campo Maior estaria progredindo:

Campo Maior recebeu a demonstração do governo do estado com a inauguração das novas instalações do Banco do Estado do Piauí, agência local, que virá atender ao surto de progresso que a cidade vem tendo [...] Campo Maior de hoje é uma cidade nova, limpa, capaz de receber visita de qualquer pessoa (A LUTA, 18 de maio de 1969, p. 06).

No mês de setembro de 1969, devido ao terceiro aniversário do governo de Helvídeo, o A Luta divulgou editorial na primeira página destinado a enaltecer a gestão do governador, afirmando que era “intermediário do povo campomaiorense” ao parabenizar o governo estadual. No editorial, foi colocado mais uma vez que Helvídeo havia posto o Piauí no caminho do progresso: “um PIAUÍ gigante, sem mais aquela aparência dolorosa de enfermo sem cura, a merecer de todos respeito, admiração e afeto” (A LUTA, 07 de setembro de 1968, p. 01). No editorial foi dito que não haveria espaço no jornal para descrever as inúmeras realizações administrativas do governador, mas exemplificou nesse ponto que em seu mandato mais de duzentas salas de aulas foram edificadas, o que para o periódico representava “fator primordial de administração que tenciona acabar com o primarismo de um povo e alimentar o povo por através da educação, que é a vida da humanidade [...]” (A LUTA, 07 de setembro de 1968, p. 01).

Antônio Moisés de Andrade, tipógrafo do A Luta, divulgou artigo em junho de 1969, no qual Raimundo Andrade não foi criticado, pois, segundo Antônio Moisés, era preciso reconhecer que trabalhava pelo desenvolvimento de Campo Maior, visto que a cidade estava “limpa e bem ornamentada, com um aspecto completamente diferente do que tinha há poucos anos” (A LUTA, 29 de junho de 1969, p. 03). Entretanto, para o articulista, era necessário observar também que Campo Maior “não tem progredido tanto quanto outras cidades do Piauí [...]”. Antônio Moisés colocou, então, que faltava colaboração da população, que estava mais preocupada com interesses próprios em detrimento da coletividade, o que ocasionava “o fracasso de todas ou quase todas as iniciativas empreendidas em Campo Maior”, pois, para ele, “o progresso de uma cidade não depende unicamente do trabalho incansável do seu prefeito, mas, sobretudo, do apoio e da cooperação de seu próprio povo, porque trabalho só, não desenvolve” (A LUTA, 29 de junho de 1969, p. 03).

Apesar das representações que engrandeciam o progresso e a modernização, no próprio A Luta encontravam-se contrapontos. Nesse sentido, um dos problemas dizia respeito a um serviço básico, o fornecimento de água canalizada. A água encanada, de modo geral, era fornecida aos cidadãos que possuíam melhores condições financeiras, sendo que para os demais, o que era mais comum era a utilização de animais de carga, que faziam o transporte de água do açude que há na cidade, ou dos chafarizes públicos, até as residências. No fim dos anos 60, o A Luta criticou as constantes faltas d’água. Em editorial, o órgão de imprensa referiu que “o problema da água em Campo Maior, está periclitante. Dois motores; um já quebrado e o outro de difícil recuperação, ainda funcionando pelos poderes de Deus” e que se a situação continuasse assim seria preciso “comprar novas ancoretas, reequipar a frota de jumentos, para distribuição de água em domicílios” (A LUTA, 28 de setembro de 1969, p. 01).

Ainda sobre a questão da escassez de água, foi divulgado artigo do médico campomaiorense José Francisco Bona, reprovando a atuação do Serviço Autônomo de Abastecimento D’água da urbe,<sup>42</sup> por sua “demonstração mais do que sobeja de incapacidade e incompetência” que vinha irritando os usuários há alguns meses, “sem explicação ao contribuinte”. J. F. Bona referia que o fornecimento de água era:

[...] Interrompido, diariamente, ao anoitecer, para voltar, quando volta, lá para Oito Horas do dia seguinte. É preciso que estes senhores se convençam que Campo Maior não é aldeia, que a cidade recebe muita gente, grande parte viajando em estradas de terra, e que à noite quando por azar aqui chegam são

---

<sup>42</sup> A criação do SAAE, Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Campo Maior, ocorreu no ano de 1957, na administração do prefeito Oscar Castelo Branco Filho (1955-1959).

obrigados a dormir sujos de poeira, porque assim decretou o todo poderoso Serviço Autônomo de Abastecimento D'água. E pela manhã cedo que comprem água mineral para escovarem os dentes. Motobombas quebradas? Pois mandem reparar logo. A população paga religiosamente, sob pena de cortes nas instalações, mas quer água e não cano (A LUTA, 05 de outubro de 1969, p. 03).

Na edição da semana seguinte, as críticas feitas por J. F. Bona foram rebatidas pelo diretor do SAAE, João Bosco de Araújo, em uma carta aberta enviada para o A Luta. Na carta, considerou que as palavras de J. F. Bona tinham sido “insensatas e não condiziam com a realidade dos fatos” e explicou que os dois motores que existiam para sucção de água tinham apresentado defeitos simultaneamente e, como as peças necessárias eram oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo, ocorreu demora nos consertos. Esclarecia ainda que Campo Maior não tinha ficado “dias intermináveis” sem água potável, como J. F. Bona mencionou: “Lembro-me contudo, e perfeitamente bem, do dia em que faltou água na cidade, pela manhã cedo, e à tarde, do dia seguinte, o fornecimento já estava normalizado, totalizando 36 horas” (A LUTA, 12 de outubro de 1969, p. 03). João Bosco considerou também que J. F. Bona, enquanto médico não tinha “condições para julgar a incapacidade ou incompetência de técnicos que se dedicam ao ramo da Engenharia Sanitária, por desconhecer totalmente o assunto”, além de ferir os princípios da ética profissional.

A edição da semana seguinte continuou tratando do embate entre J. F. Bona e João Bosco, com destaque na capa. Nesse ponto, o A Luta realizou uma enquete com “pessoas de responsabilidade em nosso meio”, para verificar qual dos dois indivíduos mencionados estava com a razão, sendo que as perguntas lançadas na enquete eram: “1 – Qual sua opinião sobre a denúncia feita pelo Dr. José Francisco Bona sobre a falta d'água da cidade? 2 – Acha que ele faltou com a verdade?” (A LUTA, 19 de outubro de 1969, p. 01). As “pessoas de responsabilidade” eram todas elas letradas locais e/ou do grupo político-econômico dominante e, grande parte ligada diretamente ao A Luta, assim como também era J. F. Bona e, dessa forma, a enquete do periódico foi utilizada apenas para confirmar que J. F. Bona estava certo, já que coletou apenas opiniões de pessoas favoráveis ao médico. Desse modo, todas as pessoas consultadas deram parecer favorável a J. F. Bona, a exemplo de Oswaldo Lobão Vêras Filho, que também escrevia para o A Luta e ao opinar sobre o assunto acentuou que:

A denúncia foi mais que oportuna. Ademais, correta, honesta e sobretudo, em defesa de legítimos interesses da coletividade. Consequentemente não faltou com a verdade. A carta que li – em A LUTA – dirigida ao ilustre comentarista e denunciante (indelicada, ofensiva e ineducada [sic]) traduz a falta de razão de parte de quem a subscreveu (A LUTA, 19 de outubro de 1969, p. 01).

A última publicação acerca da discussão entre J. F. Bona e João Bosco foi veiculada na mesma edição que a enquete, na qual o médico respondeu a carta que João Bosco publicou no A Luta. J. F. Bona afirmou que pertencia ao grupo de A Luta, formado por “idealistas” que tinham como objetivos zelar pelo “interesse público” e “denunciar os desmazelos dos maus administradores”, e sua crítica não era direcionada especificamente a João Bosco, mas sim a administração do SAAE. Dessa forma, indicou que o engenheiro do SAAE havia cometido um erro ao mandar uma carta em “termos pessoais e insultuosos”, mesmo porque João Bosco não residia em Campo Maior e, segundo o articulista do A Luta, estava sendo enganado pelos seus assessores que minimizavam os problemas, quando a realidade era que “desde há alguns meses vem faltando água por dias intermináveis e noites também” (A LUTA, 19 de outubro de 1969, p. 02). J. F. Bona, ao concluir, informou que “aceitamos plenamente as explicações técnicas do ilustre Doutor João Bosco” e que a denúncia que havia feito em relação à falta de água era representando a população campomaiorense, no entanto, lamentou que o engenheiro tivesse abusado de “termos insultuosos”.

No A Luta, um dos princípios que perpassou sua existência foi o resguardo da “moralidade”, de modo geral, bastante ligada aos preceitos da religião católica, com destaque para a defesa dos valores familiares, que era enfatizado tanto em editoriais quanto em artigos de opinião. É relevante destacar que, de acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado no ano de 1970, o município de Campo Maior possuía 61549 habitantes, dos quais 60299 afirmavam seguir a religião católica romana, indicando a predominância quase absoluta dessa religião no município. Nesse contexto, salienta-se um artigo de opinião, intitulado “As obscenidades continuam”, escrito por um colaborador eventual chamado Oliveira Netto, que afirmou já ter percorrido longa jornada, por possuir 62 anos e mostrou-se indignado com a permanência de “obscenidades públicas”. Oliveira Netto alegou que “o progresso em todos os setores da vida humana tem sido formidável” e pontuou elementos como o avanço na medicina, automóvel, rádio, televisão, telefone, avião, enfatizando que “tudo é novidade”, pois quando ele havia nascido, “nem estrada de rodagem existia no Piauí”. Deu destaque especial ao avanço na área da instrução pública, porém, mencionou que apesar disso:

As obscenidades não regrediram. Nos meus tempos de estudante, já encontrava nas calçadas, nos muros, nas paredes dos prédios oficiais e das residências particulares, desenhadas ou escritas a corvão [sic]. A civilização, nesta parte, ficou. Os moleques sociais continuam envergonhando as famílias,

manchando a sociedade. Limpa-se um prédio, no outro dia está todo riscado, cheio de nomes feios, de porcarias. Combate-se o analfabetismo e a imoralidade progride (A LUTA, 16 de novembro de 1969, p. 02).

Nessa perspectiva, atitudes que não atendiam às normas do que o A Luta julgava ser civilizado incomodavam determinados segmentos do grupo letrado que escrevia matérias no jornal. O articulista do periódico pediu, então, que o poder público tomasse providências punindo os responsáveis pelas “obscenidades”, combatendo a “imoralidade gritante que nos atinge”, visto que a “moral é a base de tudo: – do cristianismo, da família, do direito, da vida”. Por fim, Oliveira Netto propunha que progresso e moralidade deviam caminhar juntos: “Vamos moralizar a mocidade, para maior grandeza do Brasil!” (A LUTA, 16 de novembro de 1969, p. 02).

Nesse sentido, Carlos Fico afirma inclusive que “a acusação/constatação da crise moral” serviu para “justificar o Golpe de 64”, pois “foi constante o recurso a tal noção, segundo a qual, março de 1964 veio para restaurar o primado dos ‘valores éticos e morais do Ocidente cristão’” (FICO, 1997, p. 43). Segundo o autor, para realizar a “reforma moral” que o Brasil precisava, os setores responsáveis pela propaganda do regime ditatorial, AERP (Agência Especial de Relações Públicas) e ARP (Agência de Relações Públicas), preocupavam-se em concretizar campanhas para o “fortalecimento do caráter nacional”, com destaque para os “valores brasileiros positivos”, dentre eles, “amor à pátria”, “coesão familiar”, “dedicação ao trabalho” (FICO, 1997, p. 45).

### **1.3 USINA HIDRÉLETRICA DE BOA ESPERANÇA E A EXPECTATIVA DA “REDENÇÃO” DE CAMPO MAIOR**

Conforme se observou a partir da análise do A Luta, Raimundo Antunes, fundador do periódico, referia que seu intuito com a criação do jornal era contribuir para o progresso de Campo Maior. Tal linha de pensamento continuou sendo posta em prática mesmo após sua saída da direção em 1970, haja vista que o jornal se colocava sempre como signo do progresso e incansável meio de comunicação que divulgava os aspectos tidos como progressistas e modernos, bem como apontava para seus leitores o que deveria ser corrigido para que Campo Maior avançasse em seu crescimento.

Quando da fundação do A Luta, o prefeito era Raimundo Andrade, que, conforme vimos, teve uma administração que sofreu algumas críticas por parte do jornal. Isso possibilita entender de modo mais claro os limites do decantado progresso campomaiorense, evidenciado

pelo semanário, pois em determinados momentos, a “modernização” e “progresso” foram mais um desejo do que algo concreto.

Um dos aspectos que recebeu maior atenção do A Luta na década de 1960 foi o processo de implantação da nova rede elétrica em Campo Maior, que culminou com a inauguração da energia gerada a partir da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. A modernização que chegava ao setor elétrico foi a primeira temática a ter maior atenção do periódico, nos anos iniciais de sua fundação.

A energia gerada na Usina Hidrelétrica de Boa Esperança foi vista à época por governantes e importantes setores da imprensa escrita piauienses como o signo moderno que tiraria o Piauí da condição de “estado mais subdesenvolvido da federação”.<sup>43</sup> Com a queda brusca do valor da cera de carnaúba, e, de modo geral, com o declínio do extrativismo vegetal a partir da década de 1950, o Piauí sofreu acentuada crise econômica, que passou a ser enfatizada pelos governantes estaduais e imprensa local, sobretudo na capital Teresina. As representações que denunciavam o Piauí enquanto local pobre, subdesenvolvido, desassistido pelo governo federal, passaram a ser constantes durante os anos cinquenta, sendo visíveis também na década seguinte.

Nesse contexto, para destacar a situação de miséria que assolava o Piauí, os governantes locais investiram nas representações que destacavam a seca do estado, fator que influía significativamente para atrasar o desenvolvimento. Elson Rabelo refere que a questão da seca piauiense era algo que não estava totalmente claro na primeira metade do século XX, uma vez que o estado estava em uma área de indefinição “tido como espaço de passagem de retirantes e de gado, distante do Nordeste do açúcar e do cacau, uma simples zona intermediária entre o ‘Nordeste das secas’ e a região amazônica” (RABELO, 2008, p. 05). Ao citar as divisões regionais que foram elaboradas, pontua a dificuldade que havia ao definir a que região pertencia o Piauí, visto como área de transição “híbrido de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, situado entre chapadões e vales, o Piauí, assim como o Maranhão, não possuía “localização” regional precisa” (RABELO, 2008, p. 05). No fim dos anos de 1930, os dois estados foram incluídos na região Norte, contudo, em uma divisão regional de 1941 passaram a fazer parte do Nordeste. Com a decadência do extrativismo vegetal, começam a surgir esforços dos gestores piauienses para incluir o Piauí no “Nordeste das secas”. Dessa forma, existia mais facilidade no sentido de

---

<sup>43</sup> Sobre isso, ver: LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade da Boa Esperança**: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe - Piauí. 242 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

captar verbas e atenção do poder público federal, visto que pertencia a “região mais pobre do Brasil”, o estado passou a ser representado como o “mais subdesenvolvido do país”.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi elaborado o Plano de Metas, que tinha por objetivo acelerar o progresso do Brasil, fazendo-o crescer “50 anos em 5”, utilizando em grande medida a atração do capital estrangeiro para promover a industrialização do país, dando especial atenção aos setores de transporte, energia e indústria de base, e, embora educação e alimentação fizessem parte do plano, receberam menos recursos.<sup>44</sup>

Não obstante o desenvolvimentismo levado a cabo, nem todas as regiões do Brasil foram beneficiadas da mesma forma. Regianny Monte (2010) cita que a região mais favorecida com os grandes investimentos do “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, foi a Sudeste, concentrando nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro cerca de 76,0% dos recursos. Ao Nordeste, destinaram-se apenas 3,1%” (MONTE, 2010, p. 86).

Diante desse quadro, foi que se empreendeu a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o objetivo de minimizar as discrepâncias regionais, realizando estudos e executando projetos que visavam incentivar o desenvolvimento do Nordeste. Contudo, Regianny Monte (2010) afirma que o Piauí recebeu pouquíssimos recursos da SUDENE e do Banco do Nordeste, pois os investimentos de maior proporção foram direcionados para os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. A autora menciona ainda que dos quatro “Planos Diretores do Desenvolvimento do Nordeste elaborados pela SUDENE, o Piauí foi excluído de três deles”, sendo que a obra mais significativa, realizada com incentivo da SUDENE, foi a instalação da Hidrelétrica de Boa Esperança, inaugurada no ano de 1970. Nesse contexto, a hidrelétrica em destaque significaria o grande marco para o desenvolvimento piauiense, sendo razão de grande expectativa os anos que antecederam sua instalação, conforme salienta Elson Rabelo:

Os anos que antecederam a instalação definitiva da hidrelétrica, em 1970, foram marcados pela expectativa de que, finalmente, as instâncias federais e regionais se preocupariam com o Piauí. Os discursos entusiasmados viam, em Boa Esperança, a principal obra da SUDENE no Estado e, ao mesmo tempo, um exemplo da operosidade dos governos militares e do empenho dos governos locais de criarem um “Novo Piauí” (RABELO, 2007, p. 59).

---

<sup>44</sup> Combater a pobreza que atingiu o Piauí em decorrência da decadência do extrativismo vegetal tornou-se o principal objetivo dos governantes, seguindo a trilha desenvolvimentista do governo JK, o que levou a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), na década de 1950 – durante a gestão do governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1955-1959) – com o intuito de refletir e apontar medidas que contribuíssem para o progresso econômico e social estadual a médio e longo prazos.

O ideal de que um “novo Piauí” estava surgindo tomou corpo, sobretudo devido a implantação da Usina de Boa Esperança, pois com ela esperava-se que tivesse início no estado a instalação de indústrias, representantes do que era “novo”, em contraposição ao “velho Piauí”, subdesenvolvido e que, até então, tinha tido como principais fontes de renda a pecuária e, posteriormente, o extrativismo vegetal. Marconis Lima (2007) afirma que as obras para implantação de Boa Esperança iniciaram efetivamente em 1963, seguindo até o restante da década, havendo a inauguração em 1970, e à medida que se aproximava do momento de conclusão da obra as representações que evidenciavam o “novo Piauí” eram mais frequentes na imprensa piauiense.

Décadas antes da construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, Campo Maior foi contemplada com seu primeiro sistema de energia elétrica, que havia sido implantado em janeiro de 1932, visto à época pela população local como uma grande conquista, “pois antes a iluminação era feita por lâmpões abastecidos com querosenes, instalados no alto de postes de madeira” (PEREIRA, 2015, p. 74). A usina elétrica instalada era movida a lenha, permitindo o funcionamento da luz apenas de “18 às 23 horas, visto que a potência do motor era baixa, o que era comum naquele período em diversos centros urbanos” (PEREIRA, 2015, p. 75).

De acordo com Amara Rocha (2000), a eletricidade foi um dos elementos que surgiu em razão do avanço científico e tecnológico, e, além de ser uma importante conquista material, era imbuída ainda de forte simbolismo. Segundo a autora, a luz estava relacionada ao Iluminismo e associava-se em grande medida ao ideal de progresso, portanto, em sintonia com o pensamento do grupo letrado campomaiorense.

Nicolau Sevchenko, ao analisar a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, observa a euforia de segmentos populacionais beneficiados com a eletricidade, pois:

Logo ficou claro para todos o potencial extraordinário que os novos recursos comportavam e a profundidade com que podiam alterar as feições e rotinas cotidianas de tudo, de todos e de cada um. A demanda cresceu muito mais rápido que a oferta, e em breve as seções de cartas dos leitores nos jornais se acumulavam de queixas contra a demora da companhia em instalar redes de distribuição de energia elétrica em tal ou qual bairro [...]. A eletricidade se tornou logo a vedete cobiçada do espetáculo urbano (SEVCENKO, 1998, p. 548).

O autor aponta que logo a demanda ultrapassou a oferta, fato observável também em Campo Maior, visto que os motores movidos a diesel não conseguiam atender a demanda da cidade, sendo que houve pessoas que só puderam instalar eletricidade em suas residências após a chegada da energia de Boa Esperança.

Desde que foi implantada a energia elétrica em Campo Maior, no ano de 1932, os problemas de interrupção do serviço eram constantes, tanto no período em que a usina elétrica era movida à lenha, quanto na época em que era abastecida a óleo diesel. No ano de 1959, o governo piauiense, buscando melhorar o serviço de energia elétrica do estado, criou a Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), que passou a administrar esse setor. Em Campo Maior, a CEPISA passou a gerir o fornecimento de energia elétrica no ano de 1967.

No arquivo da Câmara Municipal, encontra-se o projeto de lei nº 08, do ano de 1968, por meio do qual a prefeitura municipal doou à COHEBE (Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança) um terreno pertencente à zona rural do município para que fosse construída uma subestação abaixadora de energia, para suprir Campo Maior com a energia elétrica de Boa Esperança. Além disso, durante a administração do prefeito Raimundo Nonato Andrade, por meio do decreto nº 18, também do ano de 1968, foi estabelecido que devia haver uma desapropriação em “lotes de terreno do Parque São José, na zona rural, pertencentes a vários foreiros, para ser construída uma subestação abaixadora de energia elétrica da COHEBE” (CAMPO MAIOR, 03 de julho de 1968). Ainda segundo o decreto, a prefeitura indenizaria as pessoas que sofreram a desapropriação.

Os problemas constantes com a interrupção do fornecimento de eletricidade fizeram com que a energia vinda de Boa Esperança fosse muito aguardada em Campo Maior, pois, segundo Nascimento, assim “acabava de vez com os apagões de todas as noites nas principais cidades piauienses, em virtude do desligamento das velhas usinas de geração de energia elétrica, movidas a lenha ou a óleo diesel” (NASCIMENTO, 2010, p. 13). No ano de 1967, Carlos Antônio Sousa, que escrevia eventualmente no A Luta, redigiu a matéria “O Novo Piauí”, na qual apontou que o estado estava aos poucos abandonando a condição de subdesenvolvimento:

[...] Circunstâncias e fatos recentes indicam que o Piauí está saindo da triste condição de região mais atrasada e subdesenvolvida do mundo. É certo que o nosso processo de desenvolvimento é ainda muito lento e embrionário, porém só a perspectiva de vermos nosso pobre e esquecido Estado sair da situação de miséria, atraso e ignorância em que vive já nos traz algum alento (A LUTA, 24 de dezembro de 1967, p. 03).

Como grande marco que indicava que o Piauí saía do “subdesenvolvimento”, Carlos Sousa destacou a Hidrelétrica de Boa Esperança com “a produção de energia abundante e barata, representa a nossa grande esperança de um Piauí Industrial”, pois, segundo o articulista, “a energia é um dos principais fatores de desenvolvimento e é preciso que os nossos homens de

empresa saibam aproveitar a energia de Boa Esperança instalando suas indústrias [...]” (A LUTA, 24 de dezembro de 1967, p. 03).

Marconis Lima, ao investigar o processo de implantação de Boa Esperança, evidencia o imaginário formado por governantes e segmentos da imprensa escrita piauiense em relação à usina, tida como fundamental para superar o “subdesenvolvimento” piauiense. Segundo Lima:

[...] A Usina de Boa Esperança exerceria um papel de destaque nessa salvação econômica do Piauí, tornando-se por fim, com a massificação informativa, no maior e quase único instrumento de solução dos problemas locais. A hidrelétrica então reuniu de uma forma nunca antes vista um forte discurso de mudanças positivas nessa região, projetando-se a partir dela a grande conquista do desenvolvimento industrial (LIMA, 2007, p. 84).

Ainda no artigo de Carlos Sousa, o articulista dizia que até mesmo nos outros estados falava-se do Piauí “com mais respeito”, fato importante já que antes a fala de outras unidades da federação era de “chacota” em relação ao estado.<sup>45</sup> Por fim, colocou em tom otimista que “a verdade é que o nosso processo de desenvolvimento já é um fato irreversível e nada mais conseguirá detê-lo” e pedia que todos os piauienses se unissem “na grande batalha pela redenção econômica do Piauí” (A LUTA, 24 de dezembro de 1967, p. 03).

Enquanto não chegava a energia de Boa Esperança, os problemas elétricos em Campo Maior ocorriam, constituindo um dos principais motivos de críticas lançadas pelos opositores do então prefeito Raimundo Andrade. Nesse sentido, destacou-se o médico João de Deus, que era adversário político do prefeito e escreveu diversos artigos para o A Luta, com o objetivo de criticar a administração de Raimundo Andrade. Em março de 1968, o problema por ele relatado era referente à retirada do motor elétrico que iluminava o Bairro de Fátima que, segundo ele, seria utilizado para iluminar um colégio, o qual não foi identificado; mencionou ainda que tal fato havia ocorrido apesar de os moradores do bairro pagarem sua taxa elétrica em dia.

João de Deus enalteceu seu trabalho à época que foi prefeito, pois tinha realizado “uma luta heroica” para dotar o bairro em questão com o motor elétrico que Raimundo Andrade havia retirado, agravando mais ainda a situação do bairro em época “invernosa do ano, quando cresce o mato, o gado invade as ruas, as poças d’água são motivo de constantes aborrecimentos e agrava todos esses problemas com a retirada do motor elétrico” (A LUTA, 24 de março de 1968, p. 03). O Bairro de Fátima fica mais afastado do centro da cidade, então, os problemas

---

<sup>45</sup> Sobre isso, ver: RABELO, Elson de Assis. **A história entre tempos e contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. 202 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

citados ocorriam de forma mais contundente, visto que a prioridade do poder público era embelezar as áreas centrais.

Ainda no mês de março do mesmo ano, as limitações no fornecimento de energia elétrica voltaram a ser notícia, desta vez, por meio da publicação da carta que um estudante chamado Aurino José da Silva enviou e pediu que a edição publicasse. A região que o estudante indicou a falta de eletricidade era no “setor Praça da Bandeira”, importante logradouro público de Campo Maior, no qual a luz permanecia em funcionamento apenas por cerca de três horas e meia, tempo considerado muito restrito. Aurino Silva pontuou, então, o incômodo que isso causava aos discentes:

O estudante que tem suas funções obrigatórias durante o dia e tem o dever de assistir aula no colégio até às 21:45 hs., teria o pouco tempo de estudar em casa após estas aulas, mas como? Se a luz, que é necessária, só permanece até o término da última aula! Será justificável que em plena 22:00 hs., não se possa mais distinguir aquela Praça? Que nesta hora já se encontra imersa na escuridão. Apesar de ser um simples estudante, observei isso. No entanto apelo ao Senhor Prefeito, que faça uma pequena reampliação no horário de luz naquela Praça (A LUTA, 31 de março de 1968, p. 04).

Uma das principais reclamações encontradas em relação ao fornecimento da eletricidade, oriunda dos motores movidos a óleo diesel, era o limitado horário de funcionamento, conforme destacado por Aurino Silva. Os motores não tinham capacidade para atender a demanda durante todo o dia, sendo, por isso, desligados no horário que o poder público considerava que era menos essencial, ou seja, após as 22 horas. Nesse ponto, Gervácio Aranha (2005) enfatiza em relação à luz artificial que “quando se fala na necessidade desse equipamento moderno, tem a ver com a necessidade de prolongar certos ritmos da atividade humana para além da hora crepuscular”, assim como o estudante estava reivindicando, pois, segundo ele, era inviável continuar os estudos sem a iluminação elétrica.

Em editorial de setembro de 1968, o A Luta publicou com entusiasmo a visita do governador do Piauí, Helvídeo Nunes, que estava instalado em Campo Maior para realizar a inauguração da nova rede elétrica fornecida pela CEPISA, tida pelo jornal como “ultramoderna” e que tinha como finalidade receber, posteriormente, a energia de Boa Esperança. O destaque era dado ao governador, que segundo a concepção do semanário, era o grande responsável pelo avanço moderno e progressista que atingia o Piauí:

É, sem dúvida, realização de grande vulto, que, como tantas outras, traduzem o espírito realizador de Helvídeo Nunes, pulso forte à frente dos destinos do Piauí, a cuja capacidade administrativa o Estado deve o inegável progresso e

desenvolvimento que atravessa nos dias atuais. Na verdade, não há quem possa negar que o Chefe do Governo piauiense, contando com uma equipe de auxiliares altamente gabaritada, vem promovendo uma admirável mudança na roupagem do Estado, construindo obras marcantes e contribuindo para colocar o Piauí em posição de igualdade aos demais Estados da Nação, já premiados com a presença do desenvolvimento. E os campomaiorenses, indiscutivelmente, têm recebido do atual governo atenções deveras merecedoras de nosso reconhecimento e dos nossos aplausos. (A LUTA, 15 de setembro de 1968, p. 04).

Na edição seguinte, a inauguração efetuada pelo governador no dia 15 de setembro figurou na primeira página do A Luta, relatando em matéria da edição que “toda Campo Maior vibrou de entusiasmo e alegria, com a inauguração da luz em nossa terra” (A LUTA, 22 de setembro de 1968, p. 01). Contudo, na mesma matéria já vinham as primeiras críticas ao novo e “ultramoderno” sistema elétrico, que remetia a um antigo problema, a limitação do horário de funcionamento da energia elétrica. De acordo com o jornal, durante a semana após a inauguração, a população estava decepcionada: “o entusiasmo do povo está pouco a pouco fenecendo, aliás, com certa razão, pelo fato de somente termos luz às 18,45, aproximadamente, tanto nas ruas como nas residências”, a expectativa era que “a luz se estendesse até à meia noite, trazendo, assim, maiores benefícios ao povo” (A LUTA, 22 de setembro de 1968, p. 01). Tal fato ocorria porque havia sido ligada a nova rede de distribuição de energia, no entanto, enquanto a eletricidade gerada em Boa Esperança não chegava, continuavam a serem utilizados em Campo Maior os motores movidos a óleo diesel.

A temática dos entraves elétricos continuou a ocupar o jornal no mês de setembro, com um artigo na primeira página, não sendo possível precisar quem escreveu, já que o texto foi assinado somente pelas iniciais O. L., oportunidade em que foram feitas críticas severas, sobretudo, à CEPISA. Possivelmente, o autor do artigo foi o advogado local Oswaldo de Lobão Veras Filho,<sup>46</sup> que, posteriormente, redigiu matéria por ele assinada reclamando sobre a problemática elétrica. Com o título “A Energia Elétrica não está condizente com as necessidades da cidade”, O. L. colocou-se como porta-voz da população ao citar que a princípio os campomaiorenses esperavam que se iniciasse “uma nova fase na vida do município”, marcada pelo “progresso, desenvolvimento e conforto”, porém, após o ato inaugural: “[...] O povo era tomado de profunda decepção: a cidade envolta em trevas. São quinze dias decorridos e a situação simplesmente se agrava. Os aplausos cederam lugar à justa revolta e aos repetidos protestos que ecoam de todos os lados” (A LUTA, 29 de setembro de 1968, p. 01). O articulista

---

<sup>46</sup> Oswaldo Lobão era advogado e contribuía com frequência para o A Luta.

questionou se a inauguração era manobra para promoção política, embora não mencionasse em favor de quem e, em seguida, pediu esclarecimentos à CEPISA sobre o problema ocorrido:

Haverá algum fato de ordem técnica que justifique o que ocorre ou a inauguração não passou de uma farsa com sabor de politicagem? Não queremos crer nessa última hipótese, mas, para aceitarmos a existência de motivo de ordem técnica, teremos de reprovar a omissão dos técnicos e dirigentes da CEPISA, porque estariam no dever de esclarecimento ao povo campomaiorense, que, de forma alguma, merece o tratamento debochado que lhe querem dispensar os responsáveis por esse setor governamental (A LUTA, 29 de setembro de 1968, p. 01).

Segundo O. L., o fornecimento de eletricidade pela CEPISA estava pior do que quando ocorria o abastecimento realizado pela Prefeitura Municipal, que era a responsável pelo serviço anteriormente:

Porque antes, boa ou ruim, ainda tínhamos luz e em hora certa. Hoje, quando ela nos chega, em alguns setores da cidade, isso acontece na hora em que bem entendem os responsáveis por esse lamentável estado de coisas. E, de igual forma, vai embora pelo mesmo método, sem nenhuma satisfação a quem quer que seja (A LUTA, 29 de setembro de 1968, p. 01).

Continuando sua argumentação, no texto publicado no A Luta, foi mencionada a questão educacional, com estudantes tendo aulas canceladas à noite e pedia providências não só da CEPISA, mas também do prefeito Raimundo Andrade, solicitando que fizesse “com que a luz da Prefeitura volte a ser fornecida, até que o serviço interminável da CEPISA esteja realmente concluído e pronto a funcionar com perfeição” (A LUTA, 29 de setembro de 1968, p. 01).

No mês de outubro, os problemas com fornecimento de energia elétrica continuavam sendo colocados em relevo. Na edição de 27 de outubro, o periódico dedicou toda a primeira página a uma “Carta aberta ao Prefeito Municipal”, assinada por Oswaldo de Lobão Veras Filho. A carta era solicitando que Raimundo Andrade tomasse providências na resolução dos “apagões”. Oswaldo de Lobão iniciou afirmando que “são 21 horas, quando inicio a redação desta carta. Noite quente deste calorento mês de outubro. Escrevo-lhe à luz da lamparina, companheira indispensável quando o sol se esconde” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01). Como se observa, já enfatizou logo no princípio a necessidade da “lamparina” e mencionou que seu texto representava não somente sua opinião, pois, “atrevo-me a pretender que ela represente, embora sem o brilho que a ele não sei dar, o pensamento e revolta de uma coletividade inteira”. Após essa introdução ao assunto, direcionou, então, seu texto ao prefeito: “[...] De quem o povo reclama, com absoluta urgência, as providências, por mais drásticas que sejam, para coibir o

que se pode chamar de verdadeiro atentado contra esta cidade [...]” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01).

Novamente, foi sublinhado que a energia elétrica fornecida antes pela prefeitura tinha maior qualidade do que a da CEPISA, que continha equipamentos “ultramodernos”, porém faltava o principal, o fornecimento regular de eletricidade, que foi a queixa de Oswaldo de Lobão:

Até bem poucos dias, tínhamos em Campo Maior uma modesta rede de distribuição de energia elétrica, instalada muitos anos atrás, com seus postes de madeira, fios entrelaçados e braços nada modernos. E tínhamos o principal: a energia, fornecida dentro das possibilidades da Prefeitura, mas sempre satisfazendo às necessidades do público que dela se servia. Uma deficiência, aqui e ali, era logo sanada e entendida. Veio a tal CEPISA: fabuloso carregamento de material ultra moderno foi despejado pelos quatro cantos da cidade. Teve início a instalação da nova rede, com seus majestosos postes de cimento, um dos quais, por ironia do destino, levou a vida de humilde estivador, pobre pai de família, esmagado a serviço do tão alardeado progresso. Depois de alguns meses de serviço, a CEPISA anunciava a conclusão de sua obra: a rede deveria ser inaugurada. Povo e autoridades do município, justificadamente jubilosos, tiveram o encontro marcado na Praça Luís Miranda. Discursos. Vivas. Entusiasmo. Banquete. Chegara a tão ardentemente desejada luz da CEPISA. Mesmo que para durar pouco e fazer com que o Prefeito, as demais autoridades e o povo engolissem o “conto do vigário” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01).

Conforme Oswaldo de Lobão, o entusiasmo logo deu lugar à decepção, demonstrando os limites e contradições do progresso que aparecia nas representações do A Luta. Reforçou que a cidade vivia “em trevas”, tendo ainda o inconveniente dos encarregados pela manutenção da distribuição de eletricidade virem de Teresina, tornando mais lenta a solução dos problemas, além de só chegarem a Campo Maior, “após não raras ‘confraternizações’ na cidade de Altos”,<sup>47</sup> e “também é sabido que, na Usina local, os motores estão na iminência de funcionar com a dispensa do óleo diesel, tamanha é a fartura de bebidas alcoólicas” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01).

Ao final do seu texto, Oswaldo de Lobão colocou-se novamente como representante da voz do povo, ao dizer que “o povo requer do seu ilustrado Prefeito uma providência imediata contra tal estado de coisas” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01). E como sugestão para resolução do entrave no fornecimento de eletricidade, sugeriu que seria mais conveniente voltar ao antigo abastecimento elétrico realizado pela prefeitura, já que a aparelhagem “ultramoderna” da CEPISA, que havia ensejado tanta euforia, havia se tornado motivo de frustração. As críticas

---

<sup>47</sup> Altos é uma cidade localizada entre Teresina e Campo Maior, distando 44 km de Campo Maior.

direcionadas por Oswaldo de Lobão, ao prefeito, também ocorriam porque os dois pertenciam a grupos políticos locais distintos, segundo informou o senhor Severo Sampaio (2019).

No mês de novembro, a temática em tela ocupou a primeira página do A Luta, na qual a edição do jornal noticiou que o governador do estado, Helvídeo Nunes, estava tentando conseguir por empréstimo “dois grupos geradores de energia elétrica que se acham, sem função, na cidade cearense de Sobral” (A LUTA, 17 de novembro de 1968, p. 01). Um dos geradores seria para Campo Maior e, segundo o jornal, a capacidade do gerador seria suficiente para solucionar a falta de eletricidade.

O momento era crítico, pois na mesma página havia matéria que referiu aos empecilhos que estavam ocorrendo na construção comandada pela Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE). A obra para a edificação da barragem, representada pelo semanário como o progresso e “esperança de melhores dias para esta castigada região”, corria o risco de ser destruída pelas águas do Rio Parnaíba, pois havia previsão do aumento do volume de água no rio, o que demandava serviços urgentes. Segundo o A Luta, o entrave que impossibilitava a continuação das obras era a falta de verbas federais.

Em matéria de novembro de 1968, Carlos Antônio Sousa, que antes redigiu artigo bastante otimista em relação à Boa Esperança, voltou a comentar sobre o assunto, porém, agora o enfoque era “Boa esperança e a falta de recursos”. O tom da matéria era de lamentação devido à paralisação das obras da hidrelétrica, e apontou, dentre os motivos, o lento processo burocrático para a liberação das verbas que ainda eram necessárias para concluir as obras. O articulista fez uso de um recurso discursivo que enfatizou a pobreza do Piauí ao dizer que as verbas poderiam ser liberadas “a fim de não retardar a redenção econômica social de uma das regiões mais subdesenvolvidas e atrasadas do globo” (A LUTA, 24 de novembro de 1968, p. 03).

Como é possível notar, a eletricidade gerada em Boa Esperança era anunciada como algo que traria a “redenção” para o estado, contribuindo para que ele saísse da situação de “atraso” econômico e social, tornando-se mais progressista e moderno. Carlos Sousa destacou ainda que “para as obras do sul do país não há falta e nem atraso de verba”. Na sequência, referiu que havia falta de empenho dos políticos piauienses, que não pressionavam o governo federal a ponto de serem liberadas verbas de tamanha importância para o cenário piauiense. Segundo o articulista:

A culpa também cabe aos nossos representantes no Congresso Nacional, que não têm usado da tribuna parlamentar para denunciar estas discriminações,

que não têm usado de seus prestígios para pressionar o governo no sentido de liberação das verbas necessárias à conclusão desta obra de importância vital para o nosso desenvolvimento. O que é certo é que os nossos políticos ainda não adquiriram consciência da importância de Boa Esperança para o nosso Estado (A LUTA, 24 de novembro de 1968, p. 03).

Eni Orlandi (1990) sublinha que a fala de qualquer sujeito visa um “outro”, alguém a quem se destina a mensagem, que no caso da matéria em apreço eram os leitores do jornal, e, conforme já foi dito, um dos principais públicos do A Luta eram os políticos. Ainda que fosse pouco provável que o jornal chegasse aos parlamentares citados por Carlos Sousa, já que, de modo geral, o público leitor do A Luta era formado pelas pessoas que residiam em Campo Maior,<sup>48</sup> ele atingia os políticos locais, que poderiam levar tais ideias para seus aliados políticos de escalão superior. Ainda seguindo a concepção de Orlandi (1990), compreende-se que a fala do articulista do A Luta fazia parte de uma determinada “formação discursiva”, que define o que é dito pelo sujeito a partir de sua relação com uma conjuntura exterior, onde há um “interdiscurso” dominante que, nessa circunstância, era a fala que evidenciava o subdesenvolvimento, no intuito de captar verbas para o Piauí.

No ano de 1969, era realizada a conexão da nova rede de fios às residências, que posteriormente, receberiam a transmissão da energia elétrica da COHEBE; para o A Luta, era a modernização sendo implantada, a velha rede elétrica que, anteriormente, tinha sido considerada moderna, agora estava obsoleta, não atendia mais aos anseios progressistas do grupo letrado campomaiorense. Quanto à dicotomia novo/velho que se impôs em relação à energia elétrica, torna-se pertinente uma referência às análises de Jeanne Marie Gagnebin a respeito do moderno em Charles Baudelaire e Walter Benjamin. De acordo com a autora, Baudelaire colocava o moderno como algo paradoxal, quando relacionado ao que é “novo”. Tal contradição se impõe porque “o novo está, por definição, destinado a se transformar no seu contrário, no não-novo, no obsoleto e o moderno, conseqüentemente, designa um espaço de atualidade cada vez mais restrito” (GAGNEBIN, 1997, p. 143).

Pode-se inferir a partir do A Luta que para as pessoas que quisessem partilhar da eletricidade, que, posteriormente seria oriunda da COHEBE, era necessário adequar-se às suas exigências, pois somente receberia eletricidade de Boa Esperança quem arcasse com as despesas das novas instalações, conforme o jornal informou em março de 1969:

---

<sup>48</sup> É relevante salientar que no momento em destaque havia um campomaiorense no Senado Federal, Sigefredo Pacheco, que possivelmente tinha acesso às ideias que eram propagadas pelo A Luta. Tal fato poderia ocorrer pela leitura do periódico, ou eventualmente por meio do contato com familiares e/ou amigos que residiam em Campo Maior.

Quem não tiver providenciado a ligação da nova rede da CEPISA em sua casa até o dia 31 de março próximo ficará no escuro, pois naquela data será cortada a energia distribuída pela antiga rede. A informação foi prestada pelo sr. José Reis Santiago de Matos, Chefe do Escritório da CEPISA, em Campo Maior. Segundo o sr. Santiago de Matos, a CEPISA começou no dia 3 deste mês a ligação da nova rede, havendo, portanto, bastante tempo para todos providenciarem a ligação em suas casas (A LUTA, 09 de março de 1969, p. 06).

De acordo com o que se pode verificar, a energia elétrica de Boa Esperança chegava, mas possuía certo caráter excludente, pois, era restrita a quem pudesse comprar as novas instalações elétricas de imediato. Tal situação também foi observada por Amara Rocha, ao citar que no Rio de Janeiro, do início do século XX, “a disseminação da eletricidade, no entanto, não se realizou de forma tão harmônica quanto a protagonizada pela associação entre progresso tecnológico e progresso social”, referindo ainda que “se, por um lado, a eletricidade encantou a muitos, independentemente de classe social, por outro, tornou-se uma mercadoria valiosa, cujo acesso não se realizou da mesma maneira para toda a sociedade” (ROCHA, 2010, p. 215).

Enquanto a eletricidade da COHEBE não se concretizava, o A Luta citou diversos eventos que indicavam os problemas que a escuridão causava em Campo Maior. Segundo foi apontado, tais coisas ocorriam porque a CEPISA estava concentrada em instalar a nova rede elétrica para receber a energia de Boa Esperança, direcionando menos atenção à manutenção das instalações elétricas que ainda vigoravam. O periódico enumerou em sua primeira página problemas advindos da falta de eletricidade, alguns deles pitorescos, além de um que, na visão do A Luta, feria a moralidade familiar da época:

Atraso na impressão de duas páginas de A LUTA; Na avenida José Paulino um ciclista atropelou um cachorro, que, no mínimo com duas costelas partidas, saiu correndo aos uivos, enquanto o moço da bicicleta sem farol levava um tombo que lhe custou o nariz quebrado e arranhões num cotovelo; Num trecho particularmente escuro da rua senador José Euzébio, um bovino de cor, dono e sexo ignorados esbarrou num transeunte que, felizmente, só levou o susto [...]; Nos pés dos muro campeou a pouca vergonha, para desespero das dignas famílias que sabiam (ou adivinhavam) o que estava acontecendo e nada podiam fazer; Perto do mercado, uma velha queimou duas caixas de fósforos até encontrar sua dentadura, que lhe caíra da boca quando ela – a velha – escorregou numa casca de melancia que não vira por causa da escuridão (A LUTA, 09 de março de 1969, p. 01).

Durante alguns meses, as críticas à CEPISA não figuraram no A Luta, até que retornaram em artigo de opinião do médico José Francisco Bona. A indignação de José Bona com a CEPISA é porque a explicação que era dada pela empresa, para os “apagões”, é que estes ocorriam devido à falta de óleo diesel que era usado para movimentar os motores, o que era

considerado inaceitável, já que, às vezes, faltava óleo por dias seguidos. Acentuou ainda que a CEPISA não cobrava as contas regulamente e quando o fazia, sobrecarregava os usuários do serviço. José Bona questionou por que não era utilizado o dinheiro desses débitos atrasados para evitar a paralisação dos motores por falta de óleo. E elencou ainda duas ocasiões em que sempre faltava energia elétrica: “Quando tem festa nos clubes ou quando morre alguém, todo mundo fica limpando as lamparinas porque não haverá luz nos dias subsequentes” (A LUTA, 05 de outubro de 1969, p. 03). Isso ocorria porque nessas duas situações, o fornecimento de energia era prorrogado até que tivesse fim a festa, ou caso alguém tivesse falecido, a eletricidade ficava ligada durante o velório, mediante pagamento das respectivas taxas, consumindo, assim, o óleo diesel que seria para os dias seguintes.

A partir do ano de 1970 a expectativa pela chegada da energia da COHEBE, em Campo Maior, tornou-se mais forte, pois em 07 de abril desse ano o presidente Emilio Garrastazu Médici inaugurou a usina que era considerada importante elemento para retirar o Piauí do subdesenvolvimento. Em plena euforia do “milagre econômico” o Piauí figurava, após a inauguração, de forma mais contundente no “Brasil Grande”, era a esperança de que com a “energia abundante” o setor industrial piauiense tivesse impulso. O governador do Piauí, Helvídio Nunes, chegou a dizer à época da inauguração: “piauienses, esta é a hora maior da história moderna do nosso Estado” (O DIA, 07 de abril de 1970, p. 01).

Nesse contexto, alguns dias antes da inauguração, o A Luta noticiou sobre o evento com publicação na capa sob o título “Presidente Médici inaugurará Boa Esperança no dia sete”, na qual ressaltou que o empreendimento seria responsável por “redimir a inóspita Região do Nordeste Ocidental”, sendo fruto de um “esforço grandioso por parte do Governo Central, preocupado, dentro do espírito da Revolução, com a integração de todo o País no processo de desenvolvimento” (A LUTA, 29 de março de 1970, p. 01).

Em meio aos anos chumbo, a vultuosa obra foi inaugurada, pois à faceta repressiva da ditadura aliava-se o progresso como forma de legitimar o regime, e, no caso em apreço, o governo militar buscava ganhar o apoio do “Nordeste Ocidental”.<sup>49</sup> Helen Sousa (2009) esclarece que a Usina de Boa Esperança fez parte da política de integração e expansão do Brasil, levada a cabo pelos militares e foi vista “nas páginas dos noticiosos maranhense e piauiense, como símbolo de ruptura entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno, entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento” (SOUSA, 2009, p. 98). A autora elucida ainda que,

---

<sup>49</sup> É relevante destacar ainda, que grandes obras públicas faziam parte de uma política pública da ditadura, e pontuaram diversas partes do Brasil. Sobre isso, ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

integrar tais estados marcados pela pobreza ao projeto progressista do “Brasil Grande”, também tinha a finalidade de torná-los locais com potencial para acomodar novos negócios, com capital oriundo do Centro-Sul do país, além de constituir um mercado para escoação de produtos dessa região:

[...] Buscava-se através dessas manobras de integração regional a criação de novas áreas e a ampliação das possibilidades de modernização do país para a penetração dos capitais multinacionais e privados advindos do Centro-Sul, para uma região disposta a acolher os novos negócios, bem como um promissor mercado a ser constituído. Noutras palavras, o crescente polo industrial e produtivo do Centro-Sul do país, via-se diante da necessidade de escoar o excedente de sua produção e o Nordeste Ocidental se configura, dentro da política de integração, como uma possível consolidação e expansão do mercado nacional de bens duráveis (SOUSA, 2009, p. 24).

No editorial “Boa Esperança”, divulgado em abril de 1970, o periódico colocou a usina como a obra mais importante para retirar o Piauí da condição de estado mais pobre da federação, repercutindo “em todos os rincões da pátria, como alta perspectiva de progresso e despertar de nossa região, último vagão atrelado ao trem da economia nacional”. O A Luta citou, então, como a usina teria povoado o sonho dos piauienses, além de mencionar os possíveis investimentos que ocorreriam no setor industrial:

De alguns anos para cá, o sugestivo nome da Usina recentemente inaugurada foi a cantiga de ninar que acalentou o sono de todos nós, piauienses; em sonhos e devaneios prevíamos a mais risonha realidade para o futuro. Hoje, Boa Esperança não é mais uma risonha promessa para o futuro, já não é mais uma esperança, é uma realidade [...]. É tido como certo que grupos industriais do sul do país e até mesmo do estrangeiro serão atraídos pela possibilidade grandiosa de expandirem a aplicação de seus capitais (A LUTA, 12 de abril de 1970, p. 03).

Ao fim do editorial, foi enfatizado que o progresso havia chegado e Boa Esperança era a “oportunidade de mostrar que o Piauí realmente EXISTE, porque aqui EXISTE um povo consciente de seu valor [...]” (A LUTA, 12 de abril de 1970, p. 03). Conforme se observa, era dado destaque a palavra “existe”, como que em uma demonstração, sobretudo para os estados do “Sul do país”, de que o Piauí figurava no mapa, não era mais o estado esquecido e abandonado sem perspectivas de desenvolvimento, sua população agora tinha um motivo para ter a autoestima elevada. Complementou, ainda, que o povo piauiense estava “disposto a lutar pelo progresso e desenvolvimento de si próprio, certo de que alcançará o seu objetivo porque confia, acima de tudo, em sua capacidade de realização” (A LUTA, 12 de abril de 1970, p. 03).

A crença redentora na energia da COHEBE foi expressa novamente em artigo de um colaborador chamado J. Carvalho, que tinha o emblemático título de “Um Estado Que Se Liberta”. Em entrevista, o senhor Severo Sampaio (2019) afirmou que J. Carvalho era José Carvalho Lopes, bancário que, anteriormente, colaborava com o semanário utilizando o pseudônimo de Zulu. O artigo de J. Carvalho era do ano de 1972 e o articulista afirmou que já se sentiam os efeitos positivos da instalação de Boa Esperança, salientando que “nosso Estado agora passa a ser visto com outro aspecto no sul do País”, pois até “pouco tempo o próprio piauiense se envergonhava de afirmar que era do Piauí” (A LUTA, 14 de outubro de 1972, s/p). Foi lembrado ainda, por J. Carvalho, a reportagem da Revista Realidade, publicada em 1967, que causou polêmica em meio à intelectualidade piauiense, pois tinha o título de “O Piauí Existe”, e, segundo J. Carvalho, a revista havia estampado “em suas páginas as piores situações do Estado”, destacando, sobretudo, aspectos negativos relacionados à pobreza.

A Revista Realidade era pertencente ao grupo Abril, sediado na cidade de São Paulo, tendo sido editada entre os anos de 1966 e 1976. A polêmica reportagem, escrita por Carlos Azevedo, causou indignação em meio a setores da imprensa piauiense, a começar pelo título, “O Piauí Existe”, o que era tido como óbvio para as pessoas do estado. Complementando o título, a revista destacou frases jocosas utilizadas em outros estados, ao referirem ao Piauí, a saber: “Paulista não acredita. Carioca acha que é o fim do mundo. Cearense diz que é um lugar onde a bandeira é um couro de bode amarrado na ponta de uma vara” (REALIDADE, 1967, p. 45). A Realidade acentuou que a reportagem havia utilizado um “jipe” e viajado “dois mil quilômetros, atravessando campinas e caatingas” no intuito de mostrar que o estado existia, e, para a revolta de setores da imprensa local, o que foi mostrado como existente, de modo geral, eram aspectos relativos à pobreza.

No entanto, J. Carvalho sublinhou que em 1972, o Piauí já começava a ser visto como um local em crescimento, asseverando que nunca havia deixado de acreditar no desenvolvimento piauiense e que ao surgir o projeto para construção de Boa Esperança, havia visto que era o momento de o estado sair da condição de subdesenvolvimento, além de reforçar que o Piauí já partia para o “rumo certo”.

Em conformidade com o que foi exposto, verificou-se que os discursos do Piauí, enquanto estado subdesenvolvido, marcado pela miséria, eram utilizados pelos governantes locais como forma de captar verbas federais, portanto, destacar a pobreza piauiense era fundamental no jogo político da época. O discurso do subdesenvolvimento passou também a ser evidenciado pela imprensa piauiense, na medida em que era um artefato para obter vantagens econômicas, contudo, reportagens de pessoas alheias ao Piauí, a exemplo da que foi

citada, não eram bem aceitas pelos letrados piauienses, sendo veementemente rebatidas pela imprensa do estado.

Até que fosse estabelecida a energia da COHEBE, em Campo Maior, as reclamações quanto ao funcionamento limitado dos motores a diesel prosseguiram. O grupo do A Luta ansiava pelo progresso e colocava, muitas vezes, que esse também era o desejo da população. Às vezes, tomava para si o papel de porta-voz dos campomaiorenses, pedindo melhorias, como no texto publicado em que pronunciava que havia chegado sugestões de pessoas pedindo que os responsáveis pelo jornal fossem até a CEPISA pedir que se prolongasse o abastecimento da eletricidade até uma hora, pois “muita gente fica aborrecida quando a luz vai embora estando um bom ‘tape’ de futebol ou filme no clímax” (A LUTA, 17 de maio de 1970, p. 01). O jornal relatou que já tinha feito esse pedido ao prefeito Raimundo Andrade, porém, este afirmou que naquele momento a prioridade era conseguir eletricidade para o período da tarde, para funcionar serviços que ele considerava essenciais, como hospitais e consultórios.

Na sua construção de representações relativas ao progresso de Campo Maior, em julho de 1970, referia com insatisfação, em reportagem de capa, que a cidade deu “um passo para trás em seu decantado progresso, porque a Prefeitura Municipal não pagou a taxa de energia elétrica pública [...]” (A LUTA, 21 de julho de 1970, p. 01). Dessa forma, as ruas estavam tomadas pela escuridão e o A Luta pontuou que procurou Raimundo Andrade para esclarecer a situação, mas o prefeito estava em viagem ao sul do país. O jornal não poupou críticas ao prefeito, pois o grupo do A Luta estava descontente, porque Raimundo Andrade, ao prestar contas de seu mandato, convidou apenas a imprensa visitante e no evento frisou que em Campo Maior não tinha órgãos de divulgação:

Desconhecendo assim o ardoroso trabalho dos jovens que lutam sacrificadamente para manter este jornal [...]. Circulando há três anos nosso semanário, é injustificável que o prefeito não tenha o conhecimento do nosso jornal “A LUTA” (A LUTA, 21 de julho de 1970, p. 01).

Na edição da semana seguinte, a falta de iluminação pública voltou a ocupar a primeira página do A Luta, que observou: “todo o Sul do País está convencido de que o Piauí está completamente iluminado, pois grande foi a propaganda do Governo em torno da inauguração de Boa Esperança” (A LUTA, 26 de julho de 1970, p. 01). Demonstrou, assim, o investimento que o governo estadual tinha feito na divulgação, nos meios de comunicação, acerca do evento, como forma de demonstrar para os estados sulistas que o Piauí também caminhava rumo ao progresso e saía da condição de “estado mais pobre da federação”. A reclamação do jornal era

porque Campo Maior continuava “em trevas”, devido ao entrave relatado antes, ou seja, a prefeitura não havia pago os débitos atrasados com a CEPISA, em relação à iluminação pública. Desse modo, a matéria elaborada pelo A Luta sugeriu em tom jocoso: “a única solução aparente é voltarmos à época dos lampiões, ficando cada morador responsável de comprar um lindo lampião e colocar no poste de sua residência” (A LUTA, 26 de julho de 1970, p. 01).

Em agosto de 1970, o A Luta realizou uma entrevista com o prefeito Raimundo Andrade, que havia chegado de uma viagem ao sul do país. Um dos temas tratados foi a “escuridão” que tomava de conta da cidade; Raimundo Andrade afirmou que antes de viajar tinha acertado com a CEPISA que seria pago parceladamente, ficando, por isso, surpreso ao voltar a Campo Maior e ver que a iluminação pública estava suspensa. Encerrou dizendo que a CEPISA aceitou o parcelamento e a questão foi resolvida e que a responsável pelo ocorrido era a empresa, que atrasava as cobranças, sobrecarregando o consumidor ao cobrar todos os débitos atrasados em um único mês: “se a Cepisa não deixasse atrasar a cobrança, como faz com o próprio consumidor, não haveria o problema” (A LUTA, 02 de agosto de 1970, p. 01).

Não obstante a resolução da questão mencionada, outro problema elétrico surgiu; o jornal relatou na primeira página que buscou explicações com a CEPISA, no entanto:

Apavorados, os eletricitistas nada disseram. Alegaram apenas um defeito existente numa bomba injetora, que impossibilita o funcionamento de um dos motores e, em consequência o racionamento de energia com o desligamento das redes das ruas (A LUTA, 17 de outubro de 1970, p. 01).

Desse modo, indicaram que se buscasse informações com o responsável local da CEPISA, José Júlio de Matos que, de acordo com o A Luta, não deu resposta, temendo uma suspensão de seu trabalho, medida que havia sido aplicada a um colega por dar declarações à imprensa sobre falta de energia elétrica. Nesse contexto, o jornal colocou-se, mais uma vez, como representante do povo na busca pelo progresso e referiu ainda que os entraves elétricos estavam impedindo os campomaiorenses de usufruir do “progresso científico”:

Agora, sim, chegou o momento de um esclarecimento. O povo não mais se conforma com a situação. As ruas e as praças escuras; nas residências, de quando em vez, a luz falta, e aos domingos ela não diz presente em nossos lares. Afinal de contas, não somente a indústria mas as famílias também pagam a taxa mensal, inclusive, os excessos, para gozar do progresso científico, como são os aparelhos elétricos. A espera pela energia é em vão, têm o direito de reclamar. A empresa é rica e, portanto, são inexplicáveis as falhas, o que não é mais admitido pelo povo. Supondo-se senhora de tudo, a Cepisa ainda nega prestar esclarecimentos. Cuidado, senhores, com a coisa pública. E, a nosso ver, a Cepisa é isto. Saibam, ainda, que não fazem favores

a ninguém; a população paga lhes o serviço, e muito bem (A LUTA, 17 de outubro de 1970, p. 01).

O A Luta continuou denunciando os problemas elétricos campomaiorenses e, nessa ocasião, mostrou-se mais compreensivo com a CEPISA, pois a empresa tinha decidido explicar o problema. Em editorial de novembro, o periódico citou em sua primeira página as elucidações que a diretoria da CEPISA forneceu para justificar as constantes faltas de energia, argumentando que o problema mais comum era porque os quatro motores usados na usina termelétrica sofriam sobrecargas. Na reportagem feita com a diretoria da empresa, esta mostrava-se contente com o grande consumo em Campo Maior e pensava, inclusive, “em transferir um motor existente em Oeiras, que, a partir de 30 do corrente, passará a ser beneficiada pela COHEBE” (A LUTA, 07 de novembro de 1970, p. 01). A matéria referiu ainda que o problema no fornecimento de eletricidade pela manhã era responsabilidade da firma que fornecia óleo diesel para a CEPISA, que não vinha abastecendo com a quantidade suficiente de modo a evitar a falta de energia. Por fim, o jornal explicitou, mais uma vez, sua expectativa em relação à eletricidade fornecida pela COHEBE:

Resta-nos agora ter um pouco de compreensão e esperar pela energia de Boa Esperança, que se torna cada dia mais próxima da realidade. Caso a COHEBE não possa fazer a ligação antes de março, teremos a transferência do motor de Oeiras ainda em dezembro (A LUTA, 07 de novembro de 1970, p. 01).

No mês seguinte, Carlivan Miranda, um dos colaboradores do jornal, mencionou novamente o quanto era aguardada a energia de Boa Esperança, colocando-a como símbolo do momento promissor modernizante de Campo Maior:

Observem que Campo Maior está atravessando, juntamente com as 2 maiores cidades,<sup>50</sup> em importância do Estado, uma fase de transição altamente promissora. Não esqueçam de que mais uma etapa de infraestrutura estará sendo implantada aqui, quando da chegada da energia da COHEBE. Bem vinda, seja (A LUTA, 19 de dezembro de 1970, p. 05).

No ano de 1971, persistiam as críticas do A Luta à CEPISA, mais uma vez ocupando local de destaque, como manchete da edição. No texto “Voltam as queixas contra a CEPISA”, o jornal salientou que o órgão tinha se tornado “o melhor e mais dedicado veículo para a comunidade formular as suas reivindicações e queixas” (A LUTA, 23 de janeiro de 1971, p.

---

<sup>50</sup> As cidades as quais Carlivan fazia referência eram Teresina, capital do estado e Parnaíba, cidade localizada na região litorânea do Piauí.

01). O assunto em tela foi a reclamação de um usuário do serviço da CEPISA, o qual não foi mencionado o nome. O usuário havia ido à redação do A Luta afirmando que a empresa não forneceu a taxa de cobrança do mês de dezembro e, mesmo assim, o eletricitista foi a sua residência para cortar o provimento elétrico, devido ao não pagamento da referida taxa. Conforme se verifica, nessa ocasião, a reclamação não era a falta de eletricidade em ruas ou residências e, sim, um caso isolado; no entanto, mesmo assim, o jornal deu destaque à questão, devido à insatisfação que já tinha com o abastecimento de energia termelétrica, pois o seu intuito era levar aos leitores à necessidade da modernização, representada àquele momento pela energia de Boa Esperança. Percebe-se, desse modo, a ambivalência que havia no jornal, pois, de um lado queria “educar”, “conduzir”, propor as problemáticas que lhe pareciam pertinentes, e, de outro, alimentava-se do que recolhia entre a população que já tinha certa posição e opinião.

Em 1971, as notícias acerca da implantação das novas instalações tornaram-se constantes, sobretudo, em decorrência da inauguração da hidrelétrica, em 1970. Em fevereiro de 1971, o jornal estampou a matéria intitulada “Virá energia da COHEBE até 1º de julho”. O A Luta, novamente ao se referir à eletricidade gerada em Boa Esperança, tratou-a como uma “redenção”, pois, era o momento de abandonar o que era obsoleto, em nome do que era considerado moderno, pelo semanário, energia de melhor qualidade, sem as frequentes interrupções da usina movida a óleo diesel. Conforme a matéria em tela:

O Dr. Adalberto Medeiros, responsável pela montagem das subestações da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança, afirmou que Campo Maior se banhará da luz redentora da COHEBE, até o dia 1º de julho deste ano. A informação [...] decerto deixará os campomaiorenses contagiados de contentamento (A LUTA, 20 de fevereiro de 1971, p. 02).

Enquanto não era efetivado o funcionamento da energia “redentora” proveniente de Boa Esperança e sempre mencionada em tom de exaltação, o periódico veiculou em suas páginas os problemas decorrentes da usina termelétrica administrada pela CEPISA. Na coluna “Vamos ver o que há de quente”, escrita por Ernani Napoleão, editor do A Luta no período, o problema em foco tinha sido porque no carnaval, a CEPISA não abasteceu Campo Maior durante o dia, o que ocasionou também falta de água. Ernani Napoleão aludiu que, “enquanto cidades irmãs super iluminaram as avenidas, Campo Maior, para profundo desgosto dos seus filhos, esteve entregue à escuridão total de seus logradouros” (A LUTA, 27 de fevereiro de 1971, p. 02). Da forma que colocou, o editor falou por toda a população campomaiorenses e comparou, com insatisfação, Campo Maior a outras cidades, pois para uma urbe, vista pelo A Luta, como progressista e

moderna, era inadmissível que outras cidades de igual ou menor porte tivessem um carnaval melhor.

Em editorial veiculado na mesma edição, foi tratado do embelezamento de Campo Maior, preocupação constante do grupo que dirigia o A Luta. O tema eram os antigos postes de madeira considerados obsoletos pelo semanário, já que no fim da década de 1960, a CEPISA instalou postes de cimentos para a transmissão da eletricidade. O jornal asseverou que tinha passado cerca de três anos e os postes continuavam fincados, “enfeando a cidade”, pois somente alguns tinham sido retirados. Nessa ocasião, o editorial apontou que a responsabilidade não era da CEPISA e sim da TELEPISA,<sup>51</sup> “empresa que não transferiu os fios telefônicos dos postes de madeira para os de cimento”. E, mais uma vez, o A Luta colocou um anseio seu – o embelezamento de Campo Maior – como se fosse um desejo da população em geral: “o povo, que zela pelo urbanismo de sua cidade pede que a TELEPISA [...] faça esse reparo para serem ‘banidos’ os tradicionais postes” (A LUTA, 27 de fevereiro de 1971, p. 06).

Carlivan Miranda escreveu um artigo de opinião sobre o turismo no Piauí e esclareceu que para o desenvolvimento desse setor era fundamental a energia da COHEBE, colocando-a, mais uma vez, como o elemento que seria o carro-chefe do progresso piauiense. Para Carlivan, ainda não era o momento de concentrar recursos no turismo, pois tal atividade requeria hotéis, restaurantes, bares, clubes noturnos, enfim, toda uma estrutura que para ele, o Piauí só alcançaria “à medida que o Estado for conseguindo a sua mais importante meta que é a energização de suas cidades, através da Cohebe” (A LUTA, 06 de março de 1971, p. 05). Novamente foi retomada a questão da “miséria” piauiense, como um obstáculo a superar, visto que o Piauí ainda vivia uma fase “embrionária” em seu desenvolvimento:

Devemos, irmanados, procurar extinguir a fase embrionária que ainda permanece conosco, para que não fiquemos sempre a observar, de longe, a emancipação industrial dos estados nordestinos, sem, contudo, termos forças de acompanhá-los nesta arrancada desenvolvimentista que tomou conta do Brasil [...]. Somos um Estado pobre com ínfima receita e percebemos a mais baixa renda per capita do País. Estudos recentemente levados a efeito com a população de Teresina, revelam que ela é de Cr\$ 53,47, enquanto a de Salvador é de Cr\$ 113,14. Por aí observa-se a nossa condição de miséria e a enorme disparidade, mesmo no Nordeste (A LUTA, 06 de março de 1971, p. 05).

O motor que havia sido especulado que viria da cidade de Oeiras, conforme foi mencionado antes, não chegou, apesar das solicitações dos representantes da Câmara Municipal

---

<sup>51</sup> A Telefones do Piauí S/A (TELEPISA) foi uma empresa de economia mista criada, em 1960, para gerir o setor de telecomunicações no estado.

campomaiorense. O jornal noticiou que “a antiga capital do Estado banha-se agora de abundante luz da Barragem de Boa Esperança”,<sup>52</sup> portanto, não precisava mais dos antigos motores. A opção havia sido o conserto do motor danificado que compunha a usina de Campo Maior que, até então, estava funcionando com capacidade limitada, conforme pode-se inferir:

Desde o dia 1º de abril voltou a regularizar se a iluminação pública da cidade. [...] A normalização veio com um motor que acaba de ser trazido de Teresina, para onde fora levado daqui a fim de que fosse consertado. Com a ausência do aludido motor, três motores estiveram em funcionamento e estes não suportavam todo o consumo de energia elétrica. A luz na via pública traz tantos benefícios, sobretudo aos jovens que estudam no turno da noite. A CEPISA porém, deve, ainda, proceder à verificação dos postes para saber quais não têm lâmpadas, pois há vários trechos da cidade que continuam às escuras (A LUTA, 03 de abril de 1971, p. 02).

No fim do mês de abril de 1971, o A Luta noticiou que chegou o motor a diesel de Oeiras. A usina de Campo Maior estava funcionando com quatro motores, já que havia sido consertado o que estava com defeito. Criou-se a expectativa que com mais um motor haveria novas ligações para residências, contudo, foi informado que talvez isso não ocorresse, já que “os quatro grupos geradores atuais não são suficientes para atender a todos os recantos da cidade e, então, o novo motor viria apenas suprir tal deficiência” (A LUTA, 24 de abril de 1971, p. 03).

Não obstante o motor que deveria sanar o problema em destaque, o progresso destacado pelo jornal continuou sofrendo empecilhos, visto que o A Luta publicou nota no início de maio referindo que o motor oriundo de Oeiras estava em atividade, contudo, “outro motor que compunha o grupo de quatro geradores apresentou defeito grave e teve que ser levado a Teresina”, portanto, a capacidade de fornecimento não sofreu ampliação, ocorrendo “ausência de luz em vários pontos da cidade” (A LUTA, 01 de maio de 1971, p. 03).

Em junho de 1971, o A Luta informou que a energia da COHEBE deveria chegar até dia 15 de julho do mesmo ano. Entretanto, em 24 de julho, publicou reportagem de capa afirmando que o primeiro teste que deveria ocorrer dia 26 tinha sido adiado por mais alguns dias. O teste deveria ter duração de duas horas, mas a eletricidade poderia funcionar sem interrupção, caso tivesse bons resultados; acrescentou ainda a nova previsão de inauguração: “até o dia 15 de agosto ela será oficialmente inaugurada. Antes da experiência, como disse o

---

<sup>52</sup> Oeiras é uma cidade localizada no Centro-Sul do estado e foi designada para ser a primeira capital do Piauí, no ano de 1758. Em 1852, houve a transferência da capital para Teresina, no norte piauiense. Sobre isso ver: MELO, Cláudio. Duas Capitais. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: Formação. Desenvolvimento. Perspectivas.** Teresina: Halley, 1995.

informante, a Cepisa deverá examinar a rede elétrica em toda a cidade” (A LUTA, 24 de julho de 1971, p. 01).

Em 1971, a eletricidade oriunda da Usina de Boa Esperança, tão aguardada pelo A Luta, chegou a Campo Maior, sendo vista pelo semanário como uma das maiores conquistas material e simbólica que ocorreu durante o período analisado. Os constantes problemas que ocorriam desde a implantação da energia elétrica, no ano de 1932, e que estiveram presentes tanto na usina movida à lenha quanto na que era impulsionada por óleo diesel, ficaram mais distantes do cotidiano campomaiorense, visto que a energia fornecida pela COHEBE era bem mais estável e menos sujeita a interrupções.

Após o funcionamento da eletricidade da COHEBE, em Campo Maior, reclamações que eram mais frequentes, a exemplo da limitação do horário de funcionamento, ou as sobrecargas, devido à pouca capacidade dos geradores movidos a diesel, não figuraram mais nas páginas do A Luta. De modo geral, quando havia críticas, era em relação ao valor da taxa de consumo residencial, ou algum logradouro público, que o grupo de A Luta pedia que a CEPISA iluminasse.<sup>53</sup>

Uma das reclamações que ainda houve, foi pouco tempo após iniciar o funcionamento da energia da COHEBE, quando o provimento de eletricidade estava sendo estabilizado. Em outubro de 1971, o jornal publicou uma matéria da edição em que criticou a CEPISA, porque frequentemente, aos domingos, a eletricidade era desligada para manutenção, o que acarretava também falta d’água, já que as bombas do serviço de água eram movidas pela energia da COHEBE. Dessa forma, o A Luta protestou: “que a energia falte uma ou duas horas, vá lá. Dez é demais” (A LUTA, 24 de outubro de 1971, p. 01). Na marcha para o progresso, exaltado pelo periódico, ficar todo o período diurno sem eletricidade já não era mais admissível, ainda que poucos meses antes fosse comum Campo Maior ficar dias com fornecimento elétrico somente à noite, quando ainda eram usados os motores a diesel. Após essa matéria, não foram mais encontradas reclamações em relação à manutenção realizada pela CEPISA aos domingos, pois o serviço fornecido pela empresa obteve maior estabilidade.

Enquanto as matérias acerca da eletricidade oriunda da usina termelétrica eram muitas vezes tratando da sua limitada capacidade, após a ativação da energia da COHEBE, o A Luta

---

<sup>53</sup> Nesse aspecto, pode-se citar uma publicação em que a edição do A Luta mostrou-se indignada com a pouca iluminação da Praça José Miranda, localizava em área central de Campo Maior. Segundo o jornal, várias reclamações já haviam sido feitas, pois a escuridão estava propiciando atos que a seu ver feriam a “moralidade” local, conforme foi relatado: “Citamos mais uma vez aquela cena, em plena noite de Natal, em que uma mocinha perdeu a sua virgindade, num dos bancos desta praça para cujo ato muito concorreu a escuridão reinante” (A LUTA, 18 de março de 1973, s/p).

publicou nota na capa afirmando que Campo Maior passava a ter “Iluminação de sobra”, pois a CEPISA havia iniciado “a colocação de lâmpadas em todos os postes (não ficará um sem lâmpada), acabando com a deficiência de iluminação pública” (A LUTA, 01 de janeiro de 1972, p. 01).

Com a estabilização energética possibilitada pela COHEBE houve uma expansão em Campo Maior e no Piauí, de modo geral, das linhas de transmissão, não havendo mais a limitação na quantidade de residências que podiam receber eletricidade. Dessa forma, as cidades foram sendo beneficiadas com a energia produzida no sul do Piauí, que avançou gradativamente para o norte do estado, onde as cidades de maior porte receberam de forma mais rápida a eletricidade de Boa Esperança.

Conforme se analisou, é perceptível que o A Luta dedicou bastante espaço para a problemática da energia elétrica em Campo Maior, sendo um dos temas principais do jornal entre os anos de 1968 e 1971, época em que estava ocorrendo o processo de transição da usina elétrica movida a óleo diesel para o fornecimento oriundo da COHEBE. Nesse contexto, o periódico agiu pressionando a CEPISA e o prefeito, Raimundo Andrade, para que solucionassem o problema, ou seja, para que acelerassem, na medida do possível, a implantação da “redentora” eletricidade gerada pela Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança. Nas diversas matérias publicadas pelo A Luta, para criticar os problemas elétricos da usina termelétrica, em determinadas ocasiões, o periódico falava declaradamente por si e, em outras ocasiões, afirmava estar lutando pelos interesses dos campomaiorenses, sendo apenas um “porta-voz”; porém, nas duas situações, o objetivo do jornal era direcionar a implantação do que considerava ser o maior impulso progressista piauiense daquele momento, representado pela eletricidade da COHEBE.

A eletricidade de Boa Esperança possibilitou melhorias em iluminação das vias e logradouros públicos, no cinema, nos prédios relacionados aos serviços de educação e saúde, nas instalações e funcionamento da empresa Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), viabilizou a ampliação do fornecimento de eletricidade para um número maior de residências em Campo Maior, além de outras áreas que foram beneficiadas, tanto pela estabilidade da energia elétrica, quanto por ter maior potência que os antigos motores a diesel.

Entretanto, é relevante também sublinhar o caráter excludente da eletricidade oriunda da COHEBE, visto que era acessível a quem tivesse condições financeiras para pagar as instalações elétricas necessárias, naquele momento. Na crônica de Irmão Turuka, datada de setembro de 1968, verificou-se que áreas mais periféricas não eram prioridade, a princípio, pois Turuka elogiou os “1400 postes de concreto, que agora já estão jogando LUZ-CEPISA”, porém, destacou também que o Bairro de Flores, localizado na região suburbana de Campo Maior, até

então, não tinha sido contemplado. Além disso, a atenção com a manutenção da iluminação pública continuou mais voltada para a zona central da urbe, já que, na concepção dos gestores municipais, o importante era modernizar as áreas que consideravam principais e eram mais visíveis. Pesavento (2002) já observara tal fato, que se tornou comum em diversos espaços citadinos brasileiros, ao relatar acerca da implantação da iluminação elétrica em Porto Alegre, no final do século XIX, que ficou restrita inicialmente apenas à região central, abastecendo casas comerciais, residências particulares e prédios públicos. A autora menciona ainda que o contrato inicial de fornecimento de energia elétrica era somente para a zona central e apenas por volta de uma década mais tarde é que os bairros passaram a usufruir de tal aparato moderno.

Nesse aspecto, é relevante citar o Bairro Cariri, que fica afastado da região central de Campo Maior e era um dos bairros mais pobres da década de setenta. No Cariri, mesmo no ano de 1977, o A Luta mencionou que a CEPISA ainda não havia instalado a rede elétrica, sendo tal questão pauta levantada pelo vereador campomaiorense Raimundo Nonato Ibiapina (ARENA), que afirmou que a violência no bairro era facilitada pela escuridão. Conforme a reportagem do A Luta, o vereador solicitou que:

Seja levada energia elétrica àquele bairro, recentemente morada de bandidos mascarados, que tanto amedrontam as famílias, fatos que, segundo ele, se devem à falta de luz, que muito auxilia a essa prática condenável [...] (A LUTA, 20 de novembro de 1977, p. 02).

Segundo se verifica no trecho acima, foi colocado que a escuridão era terreno fértil para “bandidos”. Gervácio Aranha observa a importância atribuída à luz artificial, como elemento inibidor da criminalidade, pois, “ocorre que a luz artificial moderna passa a ser encarada como sinônimo de segurança, sem a qual o crime prolifera e não se tem como combatê-lo” e acrescenta: “de forma que o medo da escuridão, o qual não pode ser desvinculado da ideia de segurança, parece ter sido uns dos principais motivos para a afirmação da luz artificial moderna como uma forma de prolongamento do dia” (ARANHA, 2005, p. 122).

Ainda no início do ano de 1978, a eletricidade fornecida pela COHEBE não era uma realidade nos bairros campomaiorenses, é o que se apreende a partir de uma matéria publicada na primeira página sob o título de “Luz nos bairros é pra já”. Na matéria, foi ressaltado que a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei autorizando a Prefeitura Municipal a realizar contrato com a CEPISA, no sentido de levar a energia elétrica aos bairros, que passariam a partilhar desse aspecto do “desenvolvimento”:

Os nossos aplausos vão para os que estão contribuindo de um modo onde [sic] outro para beneficiar os moradores da periferia da cidade, levando até eles a luz elétrica, para iluminar suas ruas e moradias, e energia para seus aparelhos, o que vale dizer contribuir para o desenvolvimento dessas áreas até hoje sem gozarem desses benefícios (A LUTA, 23 de abril de 1978, p. 01).

A modernização, que no entender do A Luta ocorreu em relação ao fornecimento de eletricidade em Campo Maior, era o aspecto que recebia maior atenção do semanário na década de 1960, com a energia da COHEBE vista por administradores públicos piauienses e setores da imprensa escrita como a “redenção” que proporcionaria a saída do Piauí da condição de estado mais “atrasado” do país. Conforme será visto, os anos setenta em Campo Maior e no Piauí, de modo geral, marcam o auge da euforia “progressista” e “modernizadora”, ocorrida durante a ditadura civil-militar. No jornal A Luta, as representações que realçavam a modernização urbana e o progresso campomaioireNSE eram constantes e tornaram-se mais fortes na década de 1970, período em que Campo Maior passou por diversas transformações em sua estrutura urbana.

## **CAPÍTULO 2 OS ANOS SETENTA E O AUGE DA EUFORIA “PROGRESSISTA” E “MODERNIZADORA” EM CAMPO MAIOR**

Durante a década de 1970, houve uma intensificação das representações que evidenciavam aspectos tidos pelo A Luta como “modernos” e “progressistas”. O semanário não apenas relatava o que ocorria em Campo Maior, mas também buscava direcionar a urbe, assim como os cidadãos, para trilharem o caminho do que o jornal julgava ser “progressista” e “moderno”. Nesse sentido, diversos aspectos figuravam nas páginas do jornal, a exemplo da edificação de um novo Mercado Público e construção de uma Estação Rodoviária, havendo ainda a preocupação com a higienização e embelezamento de praças e artérias urbanas, bem como a atenção a setores como educação, saúde, esporte e desenvolvimento do turismo em Campo Maior.

Tais representações eram mais contundentes no contexto do denominado “milagre econômico” (1969 - 1973) que, como foi visto no primeiro capítulo desta Tese, era caracterizado pela euforia com o crescimento econômico brasileiro. Desse modo, Carlos Fico aponta que durante o “milagre” havia um “espírito modernizante”, que “traduzia-se sobretudo na vontade de adotar bens e serviços até então não generalizados no Brasil, e na realização de projetos grandiosos, empreitadas de vulto, especialmente no campo da construção civil” (FICO, 1997, p. 83).

No Piauí, os anos 70 foram marcados pelo ideal de retirar o estado da sua condição de “subdesenvolvimento”, tendo o governador Alberto Silva como o principal gestor público que propagou tal pensamento.<sup>1</sup> Nesse contexto, o A Luta esteve atento, sublinhando a “grandeza” de Campo Maior, e exigindo de administradores públicos ações que contribuíssem para o crescimento da urbe, bem como tentando direcionar os costumes dos demais cidadãos para se adequarem ao que o jornal avaliava ser uma cidade moderna e progressista.

No ano de 1970, o jornal considerou que mais um signo do progresso estava chegando

---

<sup>1</sup> Alberto Tavares Silva (1918-2009) foi prefeito do município de Parnaíba, Piauí, entre os anos de 1948-1951 e 1955-1959 pela União Democrática Nacional (UDN), tendo sido ainda eleito deputado estadual piauiense pelo mesmo partido, em 1951, mas interrompeu o mandato para assumir o cargo de diretor-superintendente da Estrada de Ferro Central do Piauí. Atuou ainda no Ceará, na direção da Companhia de Eletricidade Centro-Norte, permanecendo nesse estado por oito anos. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº. 2, filiou-se à ARENA e foi eleito governador do Piauí pela Assembleia Legislativa do estado em outubro de 1970, com mandato até o ano de 1975; durante o período de 1987-1991 foi novamente governador do estado, ao ser eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Alberto Silva atuou ainda como senador do Piauí, nos seguintes mandatos: 1979-1987 e 1999-2007. Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva>. Acesso em 03 de junho de 2020.

a Campo Maior, a saber, o sinal da TV Ceará, sediada na cidade de Fortaleza.<sup>2</sup> Nesse ponto, foi assinalado que “é o progresso que definitivamente acertou com o caminho de nossa terra, trazendo as suas vantagens, as suas emoções, os seus benefícios” (A LUTA, 19 de abril de 1970, p. 03). No entanto, o grupo que dirigia o jornal tinha uma desconfiança em relação à televisão:

Mas, será que o nosso povo está devidamente preparado para receber essa avalanche de progresso? É preciso que cada um procure verificar direito as suas condições psicológicas, a fim de tomar uma atitude sensata e comedida (A LUTA, 19 de abril de 1970, p. 03).

A televisão era tida como elemento que requeria atenção, devido a seu poder de influenciar os telespectadores, por isso, advertia-se que, “os pais de família, devem procurar selecionar os programas a que seus filhos podem assistir”, pois incumbia “aos dirigentes de famílias orientar os seus comandados a fim de que não haja deturpação da educação e da moral” (A LUTA, 19 de abril de 1970, p. 03).

Sevcenko (1998) ressalta que a televisão ganhou espaço no Brasil a partir da década de 1950, substituindo o cinema e o rádio em termos de influência frente à população e a partir daí se propagou “o facho de luz que partindo da tela da TV invade o interior das casas”. Nesse sentido, é oportuno uma referência a Teresina, que, assim como Campo Maior, no mesmo período, passou a contar com certa influência televisiva, pois os “padrões de vestuário e de linguagem eram agora propostos pelos programas televisivos e não mais apenas pelos filmes exibidos nos cinemas”, havendo em algumas residências a “contemplanção da novidade representada pelo aparelho de televisão, atraindo toda família e os convidados, simbolizando modernidade e um certo prestígio social para aqueles que possuíam um desses aparelho [...]” (FONTINELES, 2015, p. 295-296).

O “prestígio social” que a autora destaca dava-se porque ainda eram poucas as pessoas que podiam adquirir uma TV, sendo acessível somente a famílias que possuíam melhores condições financeiras. Desse modo, no censo demográfico do IBGE, referente ao ano de 1970, foram examinados 288145 domicílios piauienses e apontado que apenas 6160 das residências possuíam TV. O mesmo censo apontou que, em Campo Maior, de um total de 9890 domicílios pesquisados, somente 216 tinham aparelho de televisão.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Alcides do Nascimento (2010) assinala que, até então, o Piauí não possuía uma emissora de TV, fato que só se concretizou no ano de 1972, com a inauguração da TV Clube, sediada em Teresina.

<sup>3</sup> INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico (Piauí)**. Rio de Janeiro, Vol. 1, Tomo VI, 1970.

Em agosto de 1970, o cronista Zulu, em sua coluna “Olhado a cidade”, afirmou que o Piauí estava avançando em termos de progresso, de modo que as falas sobre a miséria começavam a ceder lugar a elogios: “nós os piauienses éramos criticados, maus vistos por outros, e com a têmpera, a quietude conseguimos sufocar tudo isto, e hoje já recebemos elogios [...], o estado é considerado, ou melhor, ocupa posição de destaque (A LUTA, 02 de agosto de 1970, s/p). Zulu relatou sobre a atuação do então governador do estado, João Clímaco de Almeida,<sup>4</sup> que havia ido a Brasília tratar da implantação de uma universidade no Piauí; a implantação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) ocorreu no ano de 1971, na cidade de Teresina. Com isso, o colunista questionou se não era momento de Campo Maior também partilhar do que ele considerou ser o progresso na educação, ao indagar, “esta cidade não merece uma escola superior?”; incentivou, então, aos leitores que lutassem por uma escola superior, pois “quantos de nós ao concluirmos o curso científico ficamos de cara pra cima” (A LUTA, 02 de agosto de 1970, s/p).

Quanto à expansão do ensino superior durante a ditadura civil-militar, na qual está inserida a instalação da UFPI, Rodrigo Motta ressalta que era um aspecto importante para a “modernização conservadora” operada pelos militares. Motta indica que “as universidades foram um dos alvos principais do projeto modernizador autoritário da ditadura, pelo papel que elas têm na preparação de elites administrativas de tecnólogos e cientistas”, bem como “por sua importância política, como formadoras de lideranças intelectuais” (MOTTA, 2014, p. 55-56). A exemplo da expansão ocorrida, o autor verifica que “o número de estudantes universitários subiu de 140 mil em 1964 para 1 milhão e 300 mil em 1979” (MOTTA, 2014, p. 57). Junto ao avanço do ensino superior, Motta observa que se conciliava o aspecto autoritário, censurando e reprimindo as eventuais oposições ao regime militar, que surgissem no ambiente universitário.

Em artigo que o colaborador Carlivan Miranda escreveu para o A Luta, colocou Campo Maior em local de destaque no Piauí, salientando que “somos uma população em evolução, alcançando nos últimos tempos certo surto de progresso”, destacando, também, os números do censo do IBGE, em 1970, que apontavam a “grandeza” do município em nível estadual: “para o nosso orgulho, Campo Maior ostenta o galhardão [sic] do 3º lugar no nosso Estado, cuja população é de quase 65000 habitantes, em todo o município [...]” (A LUTA, 19 de dezembro

---

<sup>4</sup> João Clímaco exerceu o cargo de vice-governador, ao ser eleito pela coligação UDN e PSD, porém, com a saída do governador Helvídio Nunes, para se candidatar ao Senado, assumiu o comando do poder Executivo do Piauí entre os anos de 1970 e 1971. Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-joao-climaco-de>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

de 1970, p. 05). Nesse sentido, ocupava a primeira posição a capital Teresina (230168 habitantes), seguida pela cidade litorânea de Parnaíba (81300 habitantes).

Não obstante, nessa mesma edição encontra-se artigo do médico e ex-prefeito de Campo Maior, João de Deus, que era antigo adversário político de Raimundo Andrade e que fez severas críticas à administração do prefeito, ao indicar que o “surto de progresso” local não estava atendendo os campomaiorenses da forma que o articulista achava mais adequado. Para João de Deus, na administração do prefeito “os problemas sociais foram esquecidos em detrimento de obras de fachada construídas a pêsso [sic] de ouro”, que não beneficiaram efetivamente os munícipes.

Na edição de 30 de janeiro de 1971, Carlivan escreveu uma matéria intitulada “Imagem de Campo Maior”, na qual fez um comparativo entre o momento atual e o período anterior ao regime militar. O articulista afirmou que antes a cidade vivia em estado de estagnação, com infraestrutura urbana e serviços básicos de atendimento à população precários, a exemplo da assistência à saúde. Já ao descrever como estava a cidade que lhe era contemporânea, afirmou: “hoje, contudo, ao fitarmos a fisionomia da nossa gloriosa cidade, berço esplêndido dos heróis do Jenipapo,<sup>5</sup> vemos sensibilizados que a decadência cedeu lugar ao desenvolvimento” (A LUTA, 30 de janeiro de 1971, p. 04). Carlivan citou, inclusive, que “criou-se outra mentalidade” na população, ou seja, a do pensamento direcionado para o progresso da urbe, no qual Campo Maior estava em sintonia com o plano progressista levado a cabo pelo general-presidente: “vê-se que a cidade está mais cuidada, mais desenvolvida e participa também do plano de integração nacional, lançado em boa hora pelo governo do Presidente Médici” (A LUTA, 30 de janeiro de 1971, p. 04).

O plano de integração referido pelo articulista pode ser melhor compreendido pela análise de Otávio Velho, na qual o autor afirma que o objetivo do presidente Médici era integrar duas regiões, até então pouco desenvolvidas, ou seja, o Nordeste e a Amazônia. Velho esclarece que nos anos de 1969 e 1970, o Nordeste viveu uma época de seca e na esteira do problema foi anunciado o plano, com a seguinte proposta:

Migração do Nordeste para a Amazônia era o elo principal entre as regiões nessa abordagem. A imagem parecia ser que era lógico juntar uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional e outra em que havia abundância de terras e uma população rarefeita (VELHO, 2009, p. 198).

---

<sup>5</sup> Para melhor compreensão acerca da expressão “heróis do Jenipapo”, ver subitem 3.2 desta Tese.

Desse modo, o excedente populacional do Nordeste iria para a Amazônia e, assim, planejava-se desenvolver as duas regiões, sendo a construção da Rodovia Transamazônica o principal trabalho para os nordestinos. Velho (2009) esclarece ainda que o Plano de Integração Nacional foi constituído em decorrência da seca nordestina, e também em consequência da discussão no meio governamental de como poderia ser realizado o desenvolvimento amazônico, região vista como possuidora de riquezas naturais, mas que ainda carecia de exploração do seu potencial.

Carlivan, ainda no artigo em apreço, para ratificar seu argumento de que o progresso atingia Campo Maior, elencou algumas reformas urbanas para sustentar sua afirmativa:

Campo Maior da atualidade tem outra feição urbana com a remodelação e arborização de ruas praças e avenidas; com o surgimento de novas residências dentro do estilo da arquitetura moderna, bem ao gosto de seus habitantes. A construção do majestoso estádio de futebol merece destaque que embora o seu gramado e a sua via de acesso principal estejam a exigir melhores cuidados.<sup>6</sup> Por fim a existência de um restaurante à beira do açude [...]. São estas realmente, obras arrojadas e que despertam a curiosidade dos que aqui chegam, fazendo-os, facilmente, declinarem de suas opiniões adversas, conforme nosso testemunho (A LUTA, 30 de janeiro de 1971, p. 04).

Carlivan atribuiu os aspectos de Campo Maior, que considerou progressistas, sobretudo, ao prefeito da época, professor Raimundo Andrade, ao dizer que “por esta nova fisionomia de nossa cidade é que somos gratos a um homem modesto, íntegro, trabalhador, apolítico”, que “sem exhibições e com humildade soube modificar o conceito e aspecto de sua cidade” (A LUTA, 30 de janeiro de 1971, p. 04).

Nesse contexto, a suposta “grandeza” de Campo Maior era representada pelo A Luta não apenas como uma opinião formulada pelo jornal, mas também era explanada a opinião de pessoas que não eram campomaiorenses e que haviam exposto posicionamento semelhante ao do semanário, ao referirem a Campo Maior. Nesse sentido, ressalta-se a manchete estampada em janeiro de 1972: “Estão em Campo Maior 9 paulistas do Projeto RONDON”.<sup>7</sup> Desse modo, era de grande relevância para o periódico mostrar a opinião de pessoas do “Sul do País”, que por vezes, tomavam o Piauí como um estado “atrasado”, “subdesenvolvido”. Os paulistas eram

---

<sup>6</sup> Sobre o estádio de futebol, ver subitem 2.3 desta Tese.

<sup>7</sup> De acordo com Rafaela Freiburger, o Projeto Rondon foi instituído oficialmente pelo governo federal no ano de 1968, e refletia “a preocupação em cooptar os jovens para o projeto ideológico do regime militar e, acima de tudo, criar meios para inibir a influência dos ideais comunistas no meio juvenil” (FREIBERGER, 2017, p. 06). Nesse sentido, a autora afirma que a ditadura civil-militar enviou os jovens estudantes para regiões remotas do país, conseguindo, com isso, boa publicidade para o governo, com as atividades assistencialistas levadas para regiões isoladas do Brasil.

universitários de variadas áreas do conhecimento que deviam atuar em Campo Maior “nas suas várias especialidades, atuarão na prefeitura, no hospital, posto de saúde, minipostos [sic] do interior, no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, etc.” (A LUTA, 10 de janeiro de 1972, p. 01). Um dos aspectos que o A Luta achou mais importante enfatizar foi a visão dos visitantes em relação à cidade, visto que eles teriam coadunado com o que o grupo letrado expunha correntemente nas páginas do jornal: “a impressão que tiveram da cidade foi muito boa, sentindo-se eles ‘privilegiados por terem sido destacados para uma grande cidade do Piauí’ ” (A LUTA, 10 de janeiro de 1972, p. 01). Nesse sentido, a “grandeza” e “progresso” de Campo Maior era mais um desejo do grupo letrado do que uma realidade, visto que a presença dos estudantes ligados ao Projeto RONDON evidenciava tal fato, já que tais pessoas eram designadas para locais isolados do Brasil, e não para “grandes” cidades.

Para o grupo do A Luta, o progresso estava diretamente ligado a elementos que também fossem presentes em grandes centros urbanos, como pode ser observado na notícia intitulada “Cidade ganha ônibus circular”, visto como “mais um passo na história do progresso campomaiorense”, com o veículo coletivo que ligava os bairros ao centro da cidade, sendo “um empreendimento que, além de nos dar ares de cidade grande, tem sua utilidade indiscutível” (A LUTA, 13 de maio de 1973, p. 01). Por fim, o periódico buscou ainda incentivar os leitores a utilizar o transporte, tomado como símbolo de civilização, para que ele não tivesse seu funcionamento interrompido: “agora é os campomaiorenses que não têm carro próprio se imbuírem de pessoas civilizadas e utilizarem esse tipo de transporte de pequeno custo [...]” (A LUTA, 13 de maio de 1973, p. 01). Mais uma vez o jornal tentava ser o condutor dos campomaiorenses, nesse caso, para que agissem de modo “civilizado”, demonstrando, assim, a visão elitista dos letrados, que pareciam considerar que havia sujeitos incivilizados na cidade; o periódico não excluía tais indivíduos, mas sim tentava enquadrá-los ao que o A Luta considerava como adequado para Campo Maior.

No ano de 1973, Dácio Bona assumiu o cargo de prefeito de Campo Maior e, conforme foi exposto no capítulo um, tal político tinha proximidade com a direção do A Luta. Em maio do mesmo ano, o impresso já lhe dava “despretensiosas sugestões” no sentido de colocar Campo Maior no caminho do progresso defendido pelo semanário. Desse modo, o grupo que compunha o jornal apontou que existia:

A necessidade imperiosa de algumas realizações por parte dessa administração que sem isso jamais se firmará como cidade importante e altamente progressista. Como não podia deixar de ser, aqui estão, para não

citarmos todas, o hotel, parque infantil e banda de música municipais,<sup>8</sup> reabertura da Rádio Clube,<sup>9</sup> o emplacamento de ruas e praças, melhoria das condições físicas do Cine Nazaré, já que o seu proprietário não pode fazê-lo, expansão (com a demolição de um “quarteirão” de pardieiros), da praça José Miranda (sem placa) com os quais está prejudicada a estética da mesma, urbanização da praça Gentil Alves [...] (A LUTA, 27 de maio de 1973, s/p).

Em junho de 1973, o governador Alberto Silva visitou Campo Maior, em decorrência da inauguração do novo quartel da polícia militar. O A Luta destacou tal evento na primeira página, mencionando que era mais um “patrimônio no progresso de Campo Maior”. Em seguida, havia uma matéria na qual destacou a fala do Secretário Estadual de Obras Públicas, Murilo Resende, que acentuou que o Piauí vivia uma época progressista. O jornal afirmou que endossava o posicionamento de Murilo Resende, ao expor:

É com o que também concordamos, pois as novas obras mostram a dimensão do verdadeiro trabalho pela causa estadual, principalmente em nossa região que há poucos dias ganhou um grande hospital em Piripiri<sup>10</sup> e anteontem aqui em Campo Maior o governador Alberto Silva inaugurou o novo quartel de polícia, construído dentro dos melhores padrões da engenharia moderna<sup>11</sup> (A LUTA, 17 de junho de 1973, p. 02).

Em outubro de 1973, encontra-se uma matéria intitulada “O Piauí mudou”, de autoria de Honório Saraiva Barbosa, poeta natural do município piauiense de Altos, que escrevia esporadicamente para o A Luta. Com um texto a favor dos governantes daquele momento – é relevante acentuar que Honório Barbosa trabalhava à época na coletoria tributária do governo estadual – citou que “a moralidade foi, aos poucos, desalojando a desonestidade que vinha

<sup>8</sup> No ano de 1971 já se encontra artigo de José Miranda pedindo a criação de uma banda de música, que para ele significava mais progresso para Campo Maior. Como exemplo da relevância da banda, destacou que “na parada de 7 de setembro, dêste [sic] ano, preferimos ficar em casa, não o fizemos por comodismo, mas tão somente para podermos sentir melhor as emoções provenientes daqueles desfiles de Bandas militares [...]. De fato, pela TV, podemos conseguir essas emoções, o que não nos seria possível aqui [...]” (A LUTA, 03 de outubro de 1971, s/p). A criação da banda municipal não se efetivou, apesar de diversos apelos do jornal, pois no ano de 1978 ainda se encontra matéria nesse sentido.

<sup>9</sup> Em agosto de 1973, as reclamações em relação à estagnação da rádio pontuaram mais uma vez o impresso, para o qual o problema afetava o *status* de cidade civilizada: “a cidade permanece muda. Não tem mais a sua Rádio, como acontece normalmente com todas as cidades civilizadas. É que lhe arrancaram à força o seu instrumento [...], como se um crime houvera praticado. Como eram alegres e festivas as nossas manhãs e cair das tardes, àquele tempo” (A LUTA, 12 de agosto de 1973, s/p).

<sup>10</sup> Cidade situada a cerca de 82 km de Campo Maior.

<sup>11</sup> Conforme já foi visto, Alberto Silva buscava manter uma boa aproximação com a imprensa piauiense, que dava bastante visibilidade ao governador, sobretudo ao destacar as obras públicas efetivadas durante sua administração. Ao refletir sobre o campo político, Pierre Bourdieu (2011) afirma que o capital político é um capital de “reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido”. Desse modo, Alberto Silva, tendo consciência da influência que a imprensa escrita piauiense possuía naquele momento, utilizava-a como forma de ser conhecido e reconhecido de forma mais ampla, e as inaugurações de obras públicas, como a que foi destacada pelo A Luta, eram momentos privilegiados para adquirir maior visibilidade e ampliar seu capital político.

dominando alguns pontos da pública administração e hoje temos sim a coisa amplamente normalizada neste particular [...]” (A LUTA, 29 de outubro de 1973, p. 04).

Nesse ponto, é relevante um esclarecimento da fala do articulista, que colocou o Piauí administrado por Alberto Silva como um marco de ruptura em relação a governos anteriores, no que tange à administração pública. Cláudia Fontineles assinala, em alusão ao governador, que um dos aspectos que “relacionaram as suas ações diretamente ao caráter modernizador do Estado partia inicialmente do fato de ele não pertencer aos grupos majoritários e tradicionais da política piauiense, assumindo-se como novo em oposição ao antigo no cenário local” (FONTINELES, 2015, p. 78-79). A autora ressalta que não só Alberto Silva, mas também seus rivais, colocavam-no como oposição às oligarquias locais; o principal rival de Alberto Silva, nos anos setenta, era Petrônio Portella.<sup>12</sup> Portanto, Alberto Silva era visto como alguém novo na política do Piauí e tal perspectiva tinha amparo no fato de, apesar de ser do município piauiense de Parnaíba, ter construído sua carreira profissional em outros estados, sobretudo no Ceará e Rio de Janeiro, sendo, por isso, posto como um “estrangeiro”, alheio às antigas oligarquias políticas.

De acordo com Cláudia Fontineles (2015), a indicação de Alberto Silva para governador do Piauí, realizada pelo governo militar, no ano de 1970, foi aceita a contragosto por Petrônio Portella, que almejava ocupar tal cargo. A autora refere ainda que havia no Piauí a ARENA I e ARENA II, pois os dois políticos disputavam a hegemonia dentro do Piauí; a primeira era ligada a Petrônio Portella e a segunda a Alberto Silva.

Honório Barbosa assegurou em seu texto que o estado passava por um momento de crescimento, marcado por um “surto de progresso intensivo e construtivo, mercê da dinâmica administração do atual Governo do Estado, Engenheiro competente de alto tino de administrador” (A LUTA, 29 de outubro de 1973, p. 04). Observou ainda a atuação de Alberto Silva e do prefeito campomaiorense Dácio Bona, que segundo o articulista, buscavam incessante levar o progresso para o Piauí e Campo Maior, “como dois autênticos administradores que se completam e que vieram indicados pelo destino que rege os mundos, para a hora presente e necessária para o soerguimento do Piauí” (A LUTA, 29 de outubro de 1973, p. 04).

Em 1974, um fato que foi motivo de satisfação para o A Luta foi a implantação do prédio do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), figurando na primeira página, porque para o jornal, era o início da verticalização da urbe, tida pelo semanário como sinônimo do moderno,

---

<sup>12</sup> Influente político piauiense, governou o estado entre os anos de 1963 e 1966, após ser eleito pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), filiando-se posteriormente à ARENA.

visto que a verticalização arquitetônica era uma característica inerente às metrópoles, as quais o grupo letrado admirava. Desse modo, o A Luta destacou que, “enfim, a terra vai possuir o seu arranhaceuzinho [sic]. É o batismo. O avanço no sentido vertical, já que no horizontal, a cidade cresceu. Ganhou terreno em todos os quadrantes [...] (A LUTA, 10 de fevereiro de 1974, p. 01). No entanto, o periódico dava a entender que a altura da construção ainda estava aquém do que se esperava, pois afirmou que “o prédio em construção terá três andares, *o que é alguma coisa*” (A LUTA, 10 de fevereiro de 1974, p. 01, grifo nosso). Portanto, na inexistência de construções verticais de maior porte, era preciso se contentar com a sede do INPS, o primeiro “arranha-céu”, a partir do qual esperava-se que outros fossem instalados.

Jurandir Lima reflete sobre a verticalização das cidades enquanto aspecto moderno, salientando que tal fenômeno passou a se acentuar na segunda metade do século XX, tendo como local privilegiado as áreas centrais, onde “os espaços de aparência europeia, legado da colonização ou das reformas urbanísticas do final/início do século XIX/XX, foram sendo substituídos por edificações de maior altura” [...] (LIMA, 2016, p. 74). A verticalização arquitetônica impôs uma nova concepção moderna para as construções, que ainda era pouco comum no Piauí e Lima (2016) afirma que mesmo em Teresina, na década de setenta, construções desse tipo ainda eram raras, e, de modo geral, restritas ao centro. Desse modo, é possível entender a satisfação do A Luta, pois partilhava do que seria um signo moderno, ainda raro no Piauí, o que dava a Campo Maior ares de “grandeza”.

Uma obra pública bastante exaltada nas representações do impresso foi a edificação de uma nova sede para a Prefeitura Municipal, no ano de 1976, localizada na Praça Luís Miranda, onde anteriormente ficava o antigo mercado público de Campo Maior. Em fevereiro de 1976, foi destacado pelo A Luta que “os trabalhos de construção” estavam ocorrendo em “ritmo acelerado a fim de que se possibilite a sua inauguração em tempo record”. Para o A Luta, o prédio seria um símbolo do progresso, relatando que “a iluminação externa e os jardins já estão em fase de acabamento. O povo que se prepare para ver a grandiosidade da obra quando tudo estiver pronto, sendo inaugurada. Será um espetáculo à parte na história de nossa cidade” (A LUTA, 29 de fevereiro de 1976, s/p).

As diversas menções que o A Luta fazia acerca da “grandiosidade” das obras públicas efetivadas em Campo Maior podem ser melhor compreendidas a partir do pensamento exposto por Fico (1997), que menciona o “otimismo” da ditadura civil-militar em relação ao crescimento do Brasil, sobretudo no início dos anos 70, e mesmo após o fim do “milagre econômico”; o governo militar ressaltava que o Brasil estava “superando o atraso”, buscando

difundir imagens positivas, a exemplo de canteiros de obras, que atestariam que o país estava progredindo, trilhando o caminho para tornar-se uma “grande potência”.

Em 25 de abril do mesmo ano, constou matéria da edição com a manchete “Prefeitura com nova sede” – a ser inaugurada dia 01 de maio – na qual foram realizados elogios ao prefeito Dácio Bona que sempre “demonstrava especial interesse pelo progresso de sua cidade natal”, sendo responsável pela construção de “modernos edifícios para sede da Prefeitura, já que a atual não condiz com o desenvolvimento dos dias presentes [...]” (A LUTA, 25 de abril de 1976, p. 01). De acordo com Reginaldo Lima (1995), a sede anterior da prefeitura localizava-se na Praça Bona Primo e, originalmente, era uma residência comprada à época em que Sigefredo Pacheco era prefeito, no ano de 1936.

A inauguração acabou não ocorrendo na data prevista, 01 de maio, pois o governador piauiense Dirceu Arcoverde foi convidado e não pôde comparecer no dia previsto. Dirceu Arcoverde assumiu o Executivo estadual após o fim do mandato de Alberto Silva e governou entre os anos de 1976 e 1978, como representante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A inauguração da prefeitura campomaiorense ocorreu dia 08 de maio, sendo a manchete do dia seguinte, na qual enfatizou-se com letras em caixa alta a presença do governador:

Figura 02: GOVERNADOR participa de inauguração em Campo Maior



Fonte: jornal A Luta, 09 de maio de 1976, p. 01.

Conforme se observa, abaixo do nome do jornal foi destacado que era o “Semanário da Terra da Carnaúba”, produto extrativista que foi o principal suporte econômico campomaiorense na primeira metade do século XX. Quanto à cerimônia de inauguração, foi citado que além de Dirceu Arcoverde, compareceram ainda “expressivas figuras do mundo sócio-político-administrativo do Estado”, como forma de registrar a importância do acontecimento, embora não tenha sido citado quem foram os demais convidados “ilustres”.

Dirceu Arcoverde foi mencionado novamente na página de capa em 25 de julho de 1976, ao completar um ano e meio de seu mandato, quando foi textualizado que o governador estava “debruçado sobre os problemas do Estado”, “sempre objetivando o desenvolvimento de todos os setores da vida piauiense”, obtendo êxito, “ao ponto de poder afirmar, que até o final do seu mandato o Estado terá arrancado, de uma vez por todas, para o progresso rápido com o despertar da economia e aproveitando de nossas potencialidades”<sup>13</sup> (A LUTA, 25 de julho de 1976, p. 01). De acordo com a afirmação do A Luta, infere-se que o tão exaltado progresso que figurava nas representações do semanário, muitas vezes, era mais um desejo do grupo letrado do que uma realidade, já que na aludida matéria do ano de 1976 ainda se esperava uma “arrancada” mais concreta rumo ao decantado progresso.

Não eram somente as obras públicas citadas nas representações que mencionavam o progresso e modernização local, pois o A Luta também estava atento às iniciativas particulares, que no seu modo de ver, contribuíam para o crescimento campomaiorense. Nesse aspecto, é relevante observar uma matéria escrita por José Miranda, em 1977, quando este era diretor do periódico e noticiou que o Iate Clube de Campo Maior, edificado nos anos sessenta, estava sendo ampliado e passaria a contar após sua inauguração, em maio de 1977, com um grande “salão de dança”, além de “salas que se destinarão à diretoria, tesouraria e de estar, área para orquestra e sanitários para músicos, dois grandes banheiros para a futura piscina, e outras dependências” (A LUTA, 03 de abril de 1977, p. 06). José Miranda salientou que o local seria “um Clube social da melhor expressão, talvez o melhor da terra mafrensina”,<sup>14</sup> referindo ainda que seria instalada uma “monumental piscina” e o clube seria de grande importância, pois iria “contribuir em muito para tornar mais engrandecida a nossa cidade, e aos que a estão construindo, os aplausos de todos nós” (A LUTA, 03 de abril de 1977, p. 06).

O clube já havia figurado no jornal em 1968, época em que a sede da instituição ainda não havia sido construída. Na matéria, escrita pelo médico campomaiorense José Francisco Bona, este afirmou que o Iate Clube era uma “novel entidade que se propõe a trabalhar para dar a cidade, um Clube de alto nível social, compatível com o seu progresso e o seu desenvolvimento” (A LUTA, 13 de outubro de 1968, p. 01).

É importante observar que os dois artigos citados, de autoria de José Miranda e José Francisco Bona, foram escritos por pessoas pertencentes à elite social de Campo Maior, e como

---

<sup>13</sup> Na edição de 27 de fevereiro de 1977, a manchete do A Luta era informando que a Câmara de Vereadores local havia aprovado um projeto de lei concedendo o título de cidadão campomaiorense ao governador (A LUTA, 27 de fevereiro de 1977, p. 01).

<sup>14</sup> José Miranda faz alusão ao português Domingos Afonso Mafrense, um dos pioneiros na colonização do Piauí, durante o século XVII.

José Bona mencionou, devia ser uma instituição de “alto nível social”, nas palavras de José Miranda, um “Clube social da melhor expressão”.<sup>15</sup> José Luís Romero (2009), ao analisar o surgimento dos clubes no contexto das cidades latino-americanas, faz observações que são relevantes para entender a atenção do grupo letrado campomaiorense em relação ao Iate Clube. Romero ressalta que os clubes emergiram como “centro de um grupo relativamente seletivo”, que “procurava uma expressão pública, um lugar onde se pudesse manifestar que seus membros, e não outras pessoas, era os que estavam ali instalados, no lugar a partir de onde a vida social era dirigida e, de certo modo, a vida econômica” (ROMERO, 2009, p. 320).

No ano de 1977, encontra-se um editorial intitulado “Campo Maior de ontem e de hoje”, que como o título sugere, fazia uma comparação entre a cidade do passado e a que era contemporânea ao jornal, tomada pelo A Luta como progressista e moderna. Desse modo, o editorial mencionou que por volta da década de 1920, Campo Maior ainda “era uma pequena cidade, apenas modesta e no estilo provinciano” e para confirmar sua informação, o jornal citou como era a estrutura urbana à época:

312 prédios, sendo 308 térreos e 4 sobrados, segundo o lançamento de uma décima urbana,<sup>16</sup> organizada pela Prefeitura local, cálculos contestados pela Comissão Rockefeller<sup>17</sup> [sic] que apresentou estes dados: 376 casas de telhas e 186 de palhas, no total de 562 casas, para uma população de 3100 pessoas, formando 17 ruas e 3 praças. Duas igrejas e uma capela, o mercado, o paço municipal, a cadeia, que ainda hoje é a mesma, o cemitério [...] (A LUTA, 24 de julho de 1977, p. 05).

Após essa descrição detalhada, o periódico enfatizou que Campo Maior teria crescido em ritmo acelerado, pois ressaltou que “num passe de mágica, eis que a modesta e provinciana cidade cresce, avoluma-se, e hoje está aí para espanto de muitos, uma grande e evoluída cidade, espraiando-se em todos os sentidos” [...] (A LUTA, 24 de julho de 1977, p. 05). O editorial

---

<sup>15</sup> O fascínio das elites sociais por clubes também foi observado em pesquisa organizada por Raimundo Arrais sobre a cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. O estudo em tela, com foco nas três primeiras décadas do século XX, revela que os clubes sociais, “associações, geralmente fechadas a um número restrito de sócios, acabavam gerando uma segregação espacial, pois eram em lugares como os clubes que a elite exercitava sua distinção em relação aos estratos populares” (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 144).

<sup>16</sup> A Décima Urbana foi criada no ano de 1808, sendo o órgão responsável pela arrecadação do imposto predial nas cidades. Informação disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/283-coletoria-da-decima-urbana>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

<sup>17</sup> De acordo com Jaime Benchimol a Fundação Rockefeller “foi criada em maio de 1913, em Nova York, por um poderoso grupo econômico dos Estados Unidos”, chefiado pelo “milionário John D. Rockefeller”, no intuito de “desenvolver ações em educação e saúde no Sul dos Estados Unidos” (BENCHIMOL, 2001, p. 112). Benchimol salienta que posteriormente “foram abertas frentes na América Latina, Europa, Ásia e África”, sendo que no Nordeste foram privilegiadas inicialmente cidades “onde as canalizações de água e esgotos eram precárias ou inexistentes” (BENCHIMOL, 2001, p. 117). O objetivo era melhorar as condições de higiene nesses locais de modo a evitar a proliferação de doenças.

descreveu, então, os aspectos que avaliou que contribuíam para a “grandeza” da urbe, que havia se estendido até mesmo para:

[...] Áreas que se julgava fossem impretáveis [sic] para smorada [sic] da pessoa humana, como é o caso da chamada zona Cariri, hoje um populoso bairro, com um grupo escolar, um salão paroquial, um ambulatório e outras coisas de que o povo se serve lá mesmo sem procurar o centro. Bairros como o de Fátima [...], de “Lourdes”, do “São Luiz” e de “Flores” cresceram tanto que chegaram a ficar importantes, ganhando Quartéis, Hospitais, Churrascarias, Motéis, Estádios, Colégios e até duas Escolas de nível superior. Enfim, a cidade e expandiu e é hoje tudo isso aí, e não tardará o dia em que ela passe a ser considerada cidade de primeira grandeza (A LUTA, 24 de julho de 1977, p. 05).

Não obstante todo o crescimento que no entender do semanário havia ocorrido, no editorial verificou-se que ainda havia descontentamento, pois foi mencionado que “o mesmo não se pode dizer do seu aspecto arquitetônico”, conforme o jornal lamentou: “contam-se uns poucos prédios no estilo moderno com pavimento superior como: o Banco do Brasil, o INPS, a Rodoviária, o FRIPISA, os Correios, e uns dez ‘sobrados’ ” (A LUTA, 24 de julho de 1977, p. 05).

Durante a administração do prefeito Mamede Lima (1977-1983), o A Luta esteve na oposição, como foi visto no capítulo um desta Tese. Desse modo, as críticas aos aspectos que destoavam do que era considerado moderno e progressista tornaram-se mais intensas. A exemplo disso, foi estampado na primeira página da edição de 06 de agosto de 1978 a manchete “Aniversário da cidade sem algo de novo a inaugurar”. No dia 08 do mês em destaque ocorreria a comemoração dos 216 de fundação de Campo Maior e como se pode notar no título da matéria de responsabilidade da edição, não haveria nada de “novo”, ou seja, nenhuma obra pública seria inaugurada na efeméride. Para o A Luta, tal fato estava em desacordo com a “importância” da cidade: “sem apresentar nenhuma inauguração, a Prefeitura vai cumprir um programa que também não se coaduna com a importância de nossa terra no conspecto político-administrativo e histórico” (A LUTA, 06 de agosto de 1978, p. 01).

Na edição seguinte, não existiam críticas à gestão de Mamede, pois o foco do A Luta foi um panorama de Campo Maior, no qual se destacou que a cidade cresceu, mas para lamentação do grupo letrado, a urbe ainda apresentava aspectos considerados provincianos. Inicialmente, foi enfatizado que “Campo Maior é uma cidade já bem desenvolvida. Abrange uma extensa área onde aqui e ali, despontam alguns marcos de um progresso que todos sabem conseguido a muito custo”, e para ratificar seu argumento, citou-se diversos aspectos tidos pelo semanário como progressistas:

Com sua catedral.<sup>18</sup> Seu bispado [...]. Agências de bancos [...]. Uma excelente rodoviária [...].<sup>19</sup> A Prefeitura Municipal, não se equipara a nenhuma em todo o solo piauiense, em beleza e conforto. Estádio de futebol razoável, onde o esporte bretão chega a superar a expectativa com partidas reunindo representações até de outros Estados, hospitais, colégio, um clube social altamente credenciado [...], praças modernas, avenidas e ruas asfaltadas, um mercado à altura de qualquer grande cidade (A LUTA, 13 de agosto de 1978, p.03).

Diante do quadro descrito, vinha a queixa, pois “Campo Maior, apesar de tudo tem o seu lado negativo, pendendo para o provincianismo, em certos setores de sua longa existência”. O argumento prosseguia indicando que o provincianismo podia ser visto “no primeiro dia da semana, com adoção do sistema feirante, hábito, costume arraigado às cidades de pequeno porte, atrasadas, ainda ensaiando os primeiros passos rumo ao progresso” (A LUTA, 13 de agosto de 1978, p. 03). Em seguida, refletia de modo paradoxal que “como cidadezinha de interior, a nossa grande urbe agora aparece com seu dia de feira”, que ocorria “todas as segundas feiras [sic], salvo em dias de feriados, reunindo com características de autêntica feira de interior pessoas de todas as categorias sociais e profissionais”, no intuito de “fazer negócios e, se for o caso, diverti-se [sic], já que essas feiras também propiciam intensos momentos de lazer” (A LUTA, 13 de agosto de 1978, p. 03).

Por fim, o periódico apontou ainda outro elemento que considerava provinciano, ao afirmar que as feiras beneficiavam os “armazéns da cidade”, “especialmente os badalados Armazéns Piauí”, que aproveitavam “o grande aglomerado humano para expor os seus sortimentos, e o fazem com ruidosas propagandas que só concorrem para que a cidade retorne ainda mais aos velhos costumes” (A LUTA, 13 de agosto de 1978, p. 03). O barulho emanava de “um carro próprio com alto-falante e tudo o mais, percorrendo a cidade desde manhã cedo, numa ruidosa e espalhafatosa sequência musicalizada e intercalada com o som vocálico do propagandista chato”, e tal “barulho infernal” permanecia contribuindo para o provincianismo local.

Jurandir Lima (2016) faz um estudo acerca de Teresina durante seu processo de modernização, nas três últimas décadas do século XX e observa que mesmo na capital, as feiras livres ainda eram um costume que permanecia em meio ao desenvolvimento urbanístico. Segundo o autor, apesar de governantes e parcela da elite teresinense alardearem que a capital era uma “cidade moderna”, as feiras pontuavam-na, com elementos que eram os mesmos que

---

<sup>18</sup> A paróquia de Campo Maior foi elevada à condição de Diocese, com a igreja instalada na praça Bona Primo tonando-se assim uma catedral, no ano de 1976. Disponível em: <http://diocesedecampomaior.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

<sup>19</sup> Sobre a Estação Rodoviária, ver subitem 2.1 desta Tese.

incomodavam o A Luta, ao ressaltar o provincianismo campomaiorense. Nessa perspectiva, em plena euforia do “milagre econômico”, Lima elenca os aspectos presentes nas feiras que desafiavam a cidade tida como moderna:

[...] Para lá convergiam vendedores e compradores de animais para consumo alimentício como aves (galinhas, patos, perus e capotes), caprinos, ovinos e suínos. Outrossim, se negociavam animais de trapiche como jumentos, burros, mulas e cavalos [...] (LIMA, 2016, p. 117).

Nesse contexto, além das “ruidosas propagandas”, a presença de animais no espaço citadino também não era algo bem visto pelo A Luta, pois representava um aspecto do meio rural, portanto, as feiras deviam ter fim, já que eram uma prática que favorecia a permanência de animais na zona urbana, contrariando o que o A Luta entendia ser uma Campo Maior progressista e moderna.

Após o aniversário de Campo Maior, referente ao ano de 1979, o A Luta voltou a criticar o prefeito Mamede Lima em texto da edição, explicitando mais uma vez que, pelo segundo ano consecutivo, nenhuma obra pública foi edificada pelo gestor. Nesse sentido, o semanário apontou que no dia 08 de agosto o Executivo municipal nada elaborou de grandioso para a comemoração, que tinha se passado na cidade “de forma monótona na véspera e durante todo o dia de quarta-feira. O Município não inaugurou nenhuma obra aproveitando a data, diga-se de passagem” (A LUTA, 12 de agosto de 1979, p. 03).

É importante considerar a conjuntura nacional do ano de 1979, visto que Pedro Campos afirma que havia uma aguda crise econômica no Brasil, pois com a “nova elevação dos preços do petróleo no mercado internacional e o aumento das taxas básicas de juros norte-americanas, as condições das contas públicas brasileiras se deterioraram profundamente” (CAMPOS, 2017, p. 350). De acordo com o autor, para o Brasil, uma economia naquele momento endividada e dependente dos Estados Unidos, o ocorrido no ano de 1979 provocou o encaminhamento de uma política recessiva.<sup>20</sup>

Diante do exposto, mais uma vez é possível verificar que o tão propalado progresso que o jornal veiculava estava sendo, na ocasião em destaque, mais um desejo do que uma realidade.

---

<sup>20</sup> Thomas Skidmore observa que, a partir da crise do petróleo de 1973, o Brasil passou a ter sérias dificuldades para recuperar sua economia, visto que realizava grande volume de importações, que passaram a ter um custo elevado, devido a problemática do petróleo. Diante desse quadro, o autor salienta: “o que salvou o Brasil foi o ingresso contínuo e maciço de capital estrangeiro, principalmente empréstimos. Em 1978, por exemplo, o ingresso líquido foi de US\$7 bilhões. No fim de 1978, por isso mesmo, a dívida externa era de US\$ 43,5 bilhões, mais que o dobro do nível de três anos atrás” (SKIDMORE, 1988, p. 142). Desse modo, verifica-se a dependência que o Brasil tinha naquele momento dos empréstimos estrangeiros.

O A Luta não se contentava em apenas noticiar os acontecimentos, mas buscava interferir em Campo Maior, de modo a pressionar o poder público para que colocasse a cidade no caminho do que o periódico considerava ser o progresso.

## **2.1 GOVERNO DO PREFEITO JAIME DA PAZ E OS GRANDES MARCOS DE SUA ADMINISTRAÇÃO: MERCADO PÚBLICO E ESTAÇÃO RODOVIÁRIA**

Nas páginas do A Luta, durante a década de 1970, as representações que exaltavam a modernização urbana e o progresso de Campo Maior se avolumaram. Tal fato ocorreu sobretudo na administração do governador Alberto Silva, entre os anos de 1971 e 1975, que segundo Cláudia Fontineles, tentava transmitir que estava colocando o Piauí no caminho do progresso, colocando-se como o “tocador de obras”, o “grande empreendedor”, que retirou o Piauí da condição de pobre e atrasado em relação às demais unidades da federação brasileira; a imagem divulgada pelo governador teve ampla ressonância na imprensa piauiense, importante aliada de Alberto Silva à época. Cláudia Fontineles, ao examinar a atuação de Alberto Silva na política piauiense refere que:

A condição de condutor da locomotiva do progresso seria assumida pelo governador do Estado de então. Atribuía-se a ele o papel não só de guardião como de construtor e de condutor dessa locomotiva. [...] Passando a integrar quase todos os discursos formulados sobre a inserção do Piauí no mundo moderno, assumindo a condição de guia dessa luta (FONTINELES, 2009, p. 04).

O governador lançava mão dos meios de comunicação como forma de divulgar uma imagem de um Piauí que estaria trilhando o progresso, que fosse bem visto, tanto em âmbito estadual como nacional. A exemplo disso, o A Luta informou em fevereiro de 1973 que “vem obtendo a melhor repercussão, em todas as capitais em que já foi apresentado” uma reportagem transmitida pela Rede Globo de Televisão, “focalizando os principais aspectos do desenvolvimento piauiense”. Segundo o A Luta, era a confirmação da acertada “iniciativa do governador Alberto Silva, no sentido de proporcionar a todos os brasileiros uma visão da imagem a cores do novo Piauí, com um trabalho jornalístico de âmbito nacional [...]” (A LUTA, 26 de fevereiro de 1973, s/p).

Implantar o progresso era a meta principal de Alberto Silva, não só para a capital, mas para o Piauí de modo geral, destacando-se que o gestor esteve presente em Campo Maior nas principais cerimônias dedicadas à inauguração de logradouros públicos. Nesse contexto, o A Luta permanecia atento para registrar as visitas de Alberto Silva, muitas vezes enaltecendo-o

por ter tomado para si a missão de retirar o Piauí da condição de unidade da federação “subdesenvolvida”.

No ano inicial do governo de Alberto Silva, o A Luta divulgou a fala do gestor em decorrência do aniversário da “Revolução Brasileira”, que “representa a mudança profunda dos rumos da nossa história, como povo, despertando energias latentes e ampliando horizontes que permitem alcançar o sentido de grandeza presente deste País” (A LUTA, 03 de abril de 1971, p. 04). Segundo o jornal, Alberto Silva destacou o “Brasil Grande” que o presidente Médici pretendia construir e colocou que o Piauí deveria seguir também no caminho do desenvolvimento:

[...] O Governo Médici tem o grande objetivo de construir uma sociedade onde o desenvolvimento seja simultâneo com a melhor distribuição de renda, onde a economia funciona como o instrumento de uma realização muito superior, a construção do Brasil grande e livre. Frisou que o Governo do Estado, fiel às suas origens revolucionárias manifesta ao povo sua mensagem de fé nos destinos do Piauí, convocando todos os piauienses para o trabalho, que está empreendendo, de integrar nosso Estado na arrancada nacional (A LUTA, 03 de abril de 1971, p. 04).

Cláudia Fontineles ressalta que, no Piauí, o discurso albertista em relação ao desenvolvimento no país destacava as obras de grande porte efetivadas na gestão de Médici. A autora realça que o desenvolvimento do Brasil era um dos suportes que o regime militar utilizava para manter a forma de governar forte e centralizada e que os elogios feitos pelo governo piauiense, exaltando o presidente no que dizia respeito à inserção do Piauí no “Brasil Grande”, eram baseados na submissão do estado ao poder central. Segundo Fontineles, nos pronunciamentos de Alberto Silva, o gestor:

[...] Aproveitava todas as oportunidades para render-lhe tributos e prestar-lhe contas das realizações efetuadas durante a sua gestão, indicando que o projeto de inserção do Piauí no Brasil-potência existia concomitantemente ao fortalecimento do poder decisório do Governo Federal, ao qual deveria ser submetida qualquer iniciativa de âmbito local (FONTINELES, 2015, p. 156).

Nesse contexto, um dos prefeitos campomaiorenses mais elogiados pelo A Luta foi Jaime da Paz, que, como foi visto, contribuía financeiramente com o jornal e administrou a cidade entre os anos de 1971-1973,<sup>21</sup> época do governo de Alberto Silva. Em fevereiro de 1971,

---

<sup>21</sup> O mandato de Jaime da Paz só teve duração de dois anos porque foi regulado pelo Ato Institucional nº 3, de 14 de agosto de 1969. A lei esclarecia que a modificação foi efetivada “em virtude da aplicação de medidas previstas no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ou por outras causas, se vagaram cargos de Prefeitos e Vice-

o jornal dedicou toda uma página ao discurso de posse de Jaime da Paz, ressaltando seu amplo programa de governo, em sintonia com o ideal modernizador vigente à época e exaltando a forma de administrar do general Castelo Branco. Jaime da Paz destacou que era sua intenção:

Seguir com o máximo de interesse e boa vontade o caminho do progresso, na real embalada desenvolvimentista que tomou nossa Pátria ao ingressar em 1964, no período revolucionário sobre o pulso forte de Humberto de Alencar Castelo Branco. [...] Não mediremos esforços no campo da Educação, Saúde e Obras Públicas. Razão porque tencionamos construir Grupos Escolares, o Mercado Público, calçamento, pavimentação, arborização, estender o mais possível a rede d'água, e, com a chegada da energia de Boa Esperança, estender também a iluminação a todos os bairros. Empreendimentos como esses representam nosso grande desejo de tudo fazer em favor da Educação, Saúde, Comércio, embelezamento da cidade e o bem estar do povo (A LUTA, 06 de fevereiro de 1971, p. 03).

Jaime da Paz, dentre os prefeitos da época abordada, foi representado pelo A Luta como um dos mais empreendedores, devido às obras públicas que foram implantadas em sua administração. O jornal representava a época como tendo sido marcada pelo crescimento campomaiorense, efetuado por Jaime, que estaria sempre em busca de implantar o progresso. A obra pública tida como o grande marco da gestão de Jaime da Paz foi a construção de um novo mercado público.

Logo no início da administração do prefeito, o A Luta já colocou que, para Jaime da Paz, uma das suas principais metas de governo era a edificação de um moderno mercado público em Campo Maior, situado em área central da urbe, conforme o A Luta afirmou em reportagem na primeira página: “o chefe do Município pretende iniciar a construção do novo e moderno mercado, nos terrenos situados entre a Av. Demerval Lobão e a Rua Antonino Freire, no mês de julho de 71” (A LUTA, 17 de abril de 1971, p. 01).

É relevante sublinhar que a obra pública já vinha sendo planejada há alguns anos, pois Pauliana Jesus (2018) menciona que desde o ano de 1963 já ocorriam desapropriações para a construção do mercado. A autora observa, inclusive, que no processo ocorreram certos conflitos, pois Otacílio Eulálio,<sup>22</sup> que depois seria um dos colaboradores do A Luta, era

---

Prefeitos, tendo sido decretada a intervenção federal em vários Municípios”. Desse modo, o AI-3 visou tornar coincidentes os mandatos de todos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores no Brasil, estabelecendo o que se segue: “Art. 2º - Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que vierem a ser eleitos a 30 de novembro de 1969 ou a 15 de novembro de 1970, exercerão os seus respectivos mandatos até 31 de janeiro de 1973. Art. 3º - No dia 15 de novembro de 1972 se realizaram eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores em todos os Municípios do território nacional, sendo os eleitos empossados a 31 de janeiro de 1973”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-11-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-11-69.htm). Acesso em 04 de dezembro de 2019.

<sup>22</sup> Otacílio Eulálio foi um importante colaborador do A Luta, escrevendo artigos, crônicas, poesias e contribuindo eventualmente com recursos financeiros para o periódico.

proprietário de terreno onde o mercado seria instalado e não concordou com o valor da indenização proposto pela Prefeitura de Campo Maior e, por isso, recorreu à justiça, perdendo a causa e tendo que aceitar o valor pago pela prefeitura para que ocorresse a desapropriação.

Enquanto não eram iniciadas as obras para a construção do mercado, o A Luta exaltou a preocupação de Jaime da Paz com a manutenção do antigo mercado, que recebeu “novas condições higiênicas, pois passou por um processo de limpeza pelo Prefeito Municipal” (A LUTA, 12 de junho de 1971, p. 01). Com as obras iniciadas no segundo semestre de 1971, o periódico salientou a aquisição de materiais para a edificação do novo prédio, ressaltando ainda que Jaime da Paz havia encomendado para a fachada da obra pública “um bonito painel em que se vêem [sic] o vaqueiro e o boi num cenário bem campomaiorense, com campos verdes, carnaubeiras e a serra no horizonte” (A LUTA, 19 de novembro de 1971, p. 03). Dentre os traços que compunham o painel, o vaqueiro e o boi eram elementos relevantes não só para Campo Maior,<sup>23</sup> mas para o Piauí de modo geral, já que a criação de gado era uma importante atividade econômica no estado desde sua colonização, havendo referência também na matéria à Serra de Santo Antônio, ponto turístico local situado a cerca de 44 km do centro da cidade.

Ainda relatando sobre a fachada, o impresso registrou em abril de 1972, a opinião de alguém, não identificado pelo jornal, que havia ficado impressionado com a “grandiosidade” da obra pública: “Coisa que impressiona, mesmo, é a fachada do novo mercado público. Alguém já disse: ‘Nem parece obra para Campo Maior!’” (A LUTA, 15 de abril de 1972, s/p).

Conforme já foi visto no primeiro capítulo desta Tese, o A Luta recebeu apoio de Jaime da Paz, o que se refletia nas diversas publicações em que o periódico destacava as obras públicas inauguradas na gestão do prefeito, a exemplo de escolas no interior de Campo Maior, uma das temáticas mais recorrentes acerca de seu mandato. Na edição de 05 de fevereiro de 1972, o A Luta trouxe a manchete “C. Maior na meta desenvolvimentista”, elencando os diversos aspectos do “desenvolvimentismo” efetuado pelo prefeito:

Já está com umas quatro semanas que o prefeito Jaime da Paz inaugura de duas a três obras por semana: Escolas, Mercados, Estradas, Postos de Saúde, Chafarizes e outras. Hoje mesmo, o chefe do executivo entregará mais uma Escola, desta feita será no povoado “Sossego”. O prefeito recebeu na semana passada o trator que ajudará melhor na sua administração. Estão em fase de conclusão o gramado do Estádio e Mercado Público de Campo Maior (A Luta, 05 de fevereiro de 1972, p. 01)

---

<sup>23</sup> Francisco Viana e Fábio Brito observam que o vaqueiro é figura largamente mencionada na literatura piauiense ao longo dos séculos, tido como o desbravador do sertão, desde o tempo inicial da colonização piauiense no século XVII. Sobre isso, ver: VIANA, Francisco Cleisson Sousa; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Heróis de gibão de couro: história e identidade dos vaqueiros campomaiorenses através da literatura. **Revista Vozes, Pretérito & Devir**: Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Ano III, Vol. I, 2016.

Conforme o A Luta, o mercado público já estava quase finalizado e diante dos aspectos que o jornal citou como indícios do progresso, chamou a atenção dos leitores para a necessidade de colaboração da população: “os campomaiorenses estão sentindo o impulso que o atual Governo está dando em diversos setores de Campo Maior. Agora, devemos colaborar na limpeza pública de nossa cidade para que melhor mostremos o nosso aspecto educacional [sic]”. (A LUTA, 05 de fevereiro de 1972, p. 02). Verifica-se, claramente no A Luta, durante a gestão de Jaime da Paz, que o jornal passou a difundir uma propaganda governamental da administração do prefeito, sobretudo ao destacar que o gestor estaria implantando o “progresso” e “modernização” em Campo Maior, por meio de obras públicas, evidenciando, assim, a proximidade entre o semanário e Jaime da Paz.

Na coluna “O que há de registro”, a edição do A Luta pontuava assuntos diversos que haviam marcado a cidade durante a semana, figurando em junho de 1972 o trecho de um jornal do estado do Pará, chamado “Estrela do Norte”, que tinha orientação maçônica e, por isso, havia divulgado matéria exaltando a administração de Jaime da Paz, que era ligado à maçonaria.<sup>24</sup> O periódico paraense destacou que o mercado público era uma obra grandiosa:

Entre as inúmeras obras realizadas pelo Prefeito Municipal de Campo Maior, Estado do Piauí, o Respeitável Irmão e Prefeito está construindo o maior Mercado público, o centro comercial das cidades interioranas, desse Estado brasileiro (A LUTA, 10 de junho de 1972, s/p).

Ainda antes da inauguração do mercado, José Miranda escreveu o artigo “Campo Maior e o seu progresso - 1”, exaltando o que para ele era uma construção grandiosa, da seguinte forma: “Hoje já se pode afirmar sem medo de errar que Campo Maior possui o melhor e mais bem aparelhado Mercado Público destas paragens da terra piauiense e (quem sabe?) de todo o Nordeste” (A LUTA, 03 de setembro de 1972, p. 04). No mesmo artigo, José Miranda mencionou mais aspectos que para ele compunham o progresso citadino. Como se pode apreender pelo título, o objetivo era detalhar as feições tidas como progressistas pelo cronista, referindo-se a Campo Maior como se fosse uma metrópole:

---

<sup>24</sup> Celia Azevedo enfatiza que desde o fim do século XVIII havia maçons no Brasil e observa que era comum a filiação de políticos à Maçonaria, assim como se verifica em relação ao prefeito Jaime da Paz. Apesar de o prefeito ter atuado em momento posterior ao assinalado pela autora, é relevante o destaque dado por Azevedo acerca da relação entre a classe política e a Maçonaria. Desse modo, segundo Azevedo, “a julgar pelos testemunhos históricos de contemporâneos e pelas narrativas deixadas pelos primeiros historiadores do Brasil seria difícil encontrar um político do primeiro e do segundo Reinado, ou mesmo dos anos iniciais da República, que não tivesse em algum momento de sua vida se filiado a uma loja maçônica” (AZEVEDO, 1997, p. 179).

A gente sai por aí e chega a ficar boquiaberto e pasmado de ver como cresceu a cidade e como tem tantas construções novas e modernas distribuídas aos quatro cantos dessas inúmeras avenidas, ruas e praças, todas, por sinal, muito bem cuidadas, calçadas, asfaltadas, arborizadas e ajardinadas. Tudo muito polido, muito atualizado. Uma beleza de cidade, enfim. [...] Estas duas últimas administrações,<sup>25</sup> sem subestimar as demais, num curto período de seis anos, deram um ar diferente e moderno à metrópole das campinas multicores e dos carnaubais verdejantes [...]. A Praça Bona Primo é mesmo um primor de logradouro público, talvez das mais bonitas e de muito bom gosto, no seu gênero (A LUTA, 03 de setembro de 1972, p. 04).

Ainda no mesmo artigo, José Miranda mostrou-se incomodado, porque em sua concepção, Campo Maior estava partilhando do progresso, implantado pelos seus governantes, contudo, o povo não acompanhava tal ritmo:

O esforço sobre humano destas últimas administrações preocupadas na mudança da velha imagem de sua cidade, urbanizando-a para fazê-la progressista, cai, pois, por terra. É que o povo – com raras exceções – não dá como devia a esses esforços realmente espantosos a colaboração e ajuda necessária para – aí sim – poder dizer alto e bom som que a terra campomaiorenses, salvo alguns senões, é de veras desenvolvida e progressista (A LUTA, 03 de setembro de 1972, p. 04).

Nesse sentido, o cronista salientou que a população não frequentava o cinema, teatro, não comprava o jornal A Luta. Quando o articulista escreveu “Campo Maior e o seu progresso 2”, na edição da semana seguinte, apreende-se o que ele entende por povo, ou seja, as pessoas pertencentes à classe dominante local, deixando transparecer que “povo”, nesse aspecto, surge enquanto categorial de divisão do mundo social, utilizada pelo A Luta como forma de distinção entre segmentos sociais elitistas e pessoas de menor poder aquisitivo. Ao analisar o público que frequentava o cinema, observou que “o povo não comparece, acarretando para a empresa toda sorte de vexames, que por isso mesmo se incapacita de melhorar o seu aspecto geral e de trazer bons filmes” (A LUTA, 10 de setembro de 1972, p. 04). Por outro lado, salientou que as pessoas de baixa renda, “incultas”, é que frequentavam os locais onde pessoas de maior renda financeira deviam estar presentes, o que claramente estava incomodando o autor do artigo:

[...] Quando digo povo incluo as pessoas de conhecimentos, cultas, civilizadas, pois que de outra forma elas lá não iriam. Mas por incrível que possa parecer, a maioria dos frequentadores de nosso cinema são moradores dos bairros da cidade. Raramente se encontra ali um elemento pertencente a classe dita alta. Um dos aberrantes contrastes da terra seca e do calor

---

<sup>25</sup> As últimas administrações citadas por José Miranda eram os mandatos dos prefeitos Raimundo Andrade (1967-1970) e Jaime da Paz (1971-1973).

escaldante. Pessoas incultas lotando uma casa da bela arte da tela, enquanto que as tidas como civilizadas lá não aparecem<sup>26</sup> (A LUTA, 10 de setembro de 1972, p. 04).

Sevcenko, ao voltar seu olhar para o Rio de Janeiro, nota a difusão do cinema e a importância que ele teve para a sociedade carioca, na década de 1930. O cinema surgiu como um local que, para as pessoas ditas modernas, era imprescindível frequentar. O autor salienta, inclusive, que “ir ao cinema pelo menos uma vez por semana, vestido com a melhor roupa, tornou-se uma obrigação para garantir a condição de moderno e manter o reconhecimento social (SEVCENKO, 1998, p. 598-599). Em Campo Maior, as pessoas “cultas e civilizadas”, as quais José Miranda referia, ao que parece, não partilhavam da mesma preocupação do articulista, ou seja, frequentar o cinema para contribuir com a imagem que era propagada pelo semanário acerca de Campo Maior, representada como urbe moderna, progressista e civilizada.

Para José Miranda, que considerava ser pertencente à “classe alta” local, os aspectos apresentados por ele como progressistas eram destinados à “classe alta”, e não para a população de menor condição financeira, “incultos”, que a seu ver não tinham capacidade de apreciar o progresso.<sup>27</sup> Desse modo, José Miranda não simpatizava com a ideia de que “moradores dos bairros da cidade”, eventualmente, estivessem no mesmo espaço que a “classe alta”.

Na edição do dia 30 de setembro de 1972, o “Mercado Modelo”, assim denominado pelo A Luta, figurou novamente em local de destaque no semanário, que anunciou em sua capa: “Jaime inaugurará mercado em outubro”. Nesse sentido, o periódico elogiou novamente a atuação do prefeito e sua trajetória administrativa, conforme se pode observar: “O Prefeito Jaime da Paz, que vem realizando obras de vulto, acertou para outubro, [...] a inauguração de sua realização maior – o Mercado Modelo do Piauí. Todas as bancas para venda de carnes e salas para comércio varejista já estão alugadas” (A LUTA, 30 de setembro de 1972, p. 01).

---

<sup>26</sup> Na ótica expressa por José Miranda, fica claro sua concepção elitista, ao opor pessoas “cultas”, a “classe alta”, e “incultas”, ou seja, pessoas de menor condição financeira, que residiam nos bairros. Reinhart Koselleck chama a atenção para o que denomina de “conceitos antitéticos”, que são observados no momento em que um determinado grupo nomeia outro, sem que haja um reconhecimento mútuo dessa nomeação: “no outro introduz-se nas designações um significado depreciativo, de modo que o parceiro pode considerar-se mencionado ou chamado, mas não reconhecido” (KOSELLECK, 2006, p. 191). Nesse sentido, no momento em que José Miranda nomeia depreciativamente os moradores do bairro de “incultos”, verifica-se que estes não são reconhecidos pelo articulista, enquanto pessoas que poderiam frequentar o cinema, que busca excluí-las e afastá-las de um local que a seu ver deve ser frequentado pela “classe alta”, “civilizada”.

<sup>27</sup> Para o entendimento do pensamento expresso por José Miranda, dentista local, são relevantes as observações que Anderson Vargas (2017) faz acerca da imprensa gaúcha do início do século XX, visto que algumas de suas características são semelhantes ao A Luta. Assim como se observa no periódico campomaiorense, o autor afirma que a imprensa porto-alegrense tinha o desejo de intervir nos acontecimentos do seu tempo, colocando-se acima da sociedade, buscando a “moralização do povo”, o que era “indicador de um choque distinto de valores e normas de conduta e do elitismo de seus formuladores”, que tomavam as pessoas que não se adequavam aos padrões civilizacionais como incultos.

Contudo, verifica-se também que determinados segmentos sociais não poderiam usufruir do “moderno mercado”, a exemplo dos verdureiros que não puderam desfrutar da nova construção. Segundo o A Luta:

O chefe do Executivo está fazendo reforma no mercado de frutas e verduras, instalando 4 bancas para venda de carnes, solicitadas ao prefeito pelos verdureiros para não prejudicá-los, já que não houve mais lugar para eles no mercado novo em face da completa afluência de interessados. Quanto ao mercado velho ficará fechado totalmente. Jaime da Paz vai entregar seu destino ao sucessor. Mas sugere que o antigo prédio seja demolido [...] <sup>28</sup> (A LUTA, 30 de setembro de 1972, p. 01).

No mês de outubro do mesmo ano, o A Luta colocou novamente o mercado em evidência, sendo o destaque da página cuja matéria tinha o seguinte título: “Está marcada para dia 14 a inauguração do Mercado Modelo”. Nesse sentido, pode-se observar a articulação e a relevância que o evento teve, visto que foram convidados prefeitos de outros municípios:

O Prefeito Jaime da Paz marcou para o próximo sábado, dia 14, às 16 horas, a inauguração do Mercado Modelo, construído com recursos da Prefeitura. O chefe do Executivo está convidando as autoridades e o povo em geral para participarem do evento. Campomaiorenses de destaque que se acham fora e os prefeitos dos municípios vizinhos também estão recebendo convites especiais. A obra é o grande marco da passagem de Jaime da Paz pela Prefeitura de Campo Maior (A LUTA, 07 de outubro de 1972, p. 06).

Conforme o órgão de imprensa havia noticiado, a inauguração do “suntuoso” mercado se concretizou no dia 14 de outubro, sábado, tornando-se a manchete presente na edição de 14 de outubro de 1972:

Figura 03: Inaugurado Hoje Mercado Modelo



Fonte: jornal A Luta, 14 de outubro de 1972, p. 01.

<sup>28</sup> Quanto à dicotomia novo/velho, observável na referência do A Luta ao tratar da temática dos dois mercados, Antônio Paulo Rezende menciona que em uma determinada urbe que se pretende moderna, há sempre a ideia de que ela pode ser aperfeiçoada, e, desse modo, “ela não cessa, então, de ser reconstruída, cria-se uma obsessão. A imagem que se tem dela passa a ser modificada constantemente, a dialética entre o novo e o velho ganha dimensões incríveis” (REZENDE, 1997, p. 28).

A reportagem sobre o evento foi desenvolvida na terceira página, enfatizando que tudo havia ocorrido em meio ao “entusiasmo de toda uma coletividade que vibra com mais outro importante melhoramento para o desenvolvimento cada vez mais crescente da terra”, obra pública edificada pelo prefeito, que entregou à “comunidade campomaiorenses o mais moderno mercado público do Estado, obra suntuosa que se constitui no marco de Jaime da Paz como homem público, protótipo de administrador” que, de acordo com o jornal, esteve sempre “à frente dos altos interesses de C. Maior por cujo progresso ele se propusera dar todo seu empenho e abraçar com coragem o trabalho administrativo de um grande Município” (A LUTA, 14 de outubro de 1972, p. 03). Na matéria em destaque, fica clara a aproximação entre o periódico e Jaime da Paz, pois, conforme foi verificado no capítulo um desta Tese, o prefeito concedia recursos financeiros ao A Luta e o jornal passou a ser um importante instrumento de propaganda política da administração de Jaime da Paz.

Após os elogios a Jaime da Paz, o A Luta detalhou como foi a inauguração, que contou com “a presença de inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas, de campomaiorenses e amigos de Campo Maior, residentes além de nossas fronteiras e de compacta massa popular” (A LUTA, 14 de outubro de 1972, p. 03). Raimundo Andrade, que antecedeu Jaime da Paz no cargo de prefeito, tinha sido o responsável por elaborar o projeto de lei tratando da construção de um novo mercado para Campo Maior e discursou na inauguração, afirmando que “não só a beleza física da obra merece destaque, mas o conforto que ela proporcionará aos que ali trabalharem, além da perfeita higiene” (A LUTA, 14 de outubro de 1972, p. 03).

O último trecho da reportagem era destinado a descrever em detalhes a estrutura do “mais moderno mercado público do estado”, como forma de demonstrar a difundida “grandiosidade” do prédio:

O mercado modelo, que apresenta a área coberta de 3000 m<sup>2</sup>, constitui-se de 4 blocos. O bloco A tem 36 boxes para a venda de carne, 24 para verduras, frutas e café, 29 lojas, 2 restaurantes, 1 dependência para venda de revistas e artigos artesanais, 1 sala para administração e 1 depósito; o bloco B conta 14 lojas, 20 boxes comerciais, área interna para estacionamento, aparelho sanitário, 36 bancas (verduras, frutas e café), área para estacionamento de carros, venda de legumes (feira-livre); há no bloco C 9 lojas para comércio diversos; e, finalmente, no bloco D, 30 lugares para estacionamento de animais, carroças e carros (A LUTA, 14 de outubro de 1972, p. 03).

Além do que o jornal procurou demonstrar, a saber a grandeza da obra, verificam-se também elementos que ainda destoavam do que o próprio grupo letrado pensava para Campo Maior enquanto cidade progressista, a exemplo da necessidade de um estacionamento para

“animais” e “carroças”, havendo, assim, a presença dos quadrúpedes que não eram bem vistos pelo A Luta, já que eram aspectos que remontavam ao meio rural.

Após a inauguração, na semana seguinte, o articulista José Miranda ressaltou que o antigo mercado, que tinha sido edificado no ano de 1926, já não atendia às “contingências do momento”. O mercado público recém instalado possuía uma estrutura física maior que o mercado anterior e, para o A Luta, o “Mercado Modelo” seguia princípios que eram tidos como sinônimos do moderno, pois estava “dentro dos padrões da estética, higiene e comodidade”. Desse modo, José Miranda sublinhou:

Na verdade, a substituição do Mercado, que já não atendia às contingências do momento, por esse outro construído em tempo recorde e em moderníssimas adaptações – tudo muito certinho e dentro dos padrões da estética, higiene e comodidade – pelo atual e extraordinário Prefeito dos dois anos, o nosso estimado Tenente Jaime da paz, foi realmente espetacular e indiscutivelmente proveitosa. Ninguém de sã consciência e espírito elevado poderá deixar de aceitar a monumental e grandiosa obra, a maior nestes últimos tempos executada por governantes piauienses, nesse gênero (A LUTA, 21 de outubro de 1972, s/p).

Pauliana Jesus, a partir de entrevista realizada com João Alves Filho, que residia em Campo Maior nos anos 70, afirma que as condições de higiene no antigo mercado eram precárias, com sujeira no chão, “casca de banana, melancia [...] era a maior sujeira do mundo!”; além disso cita que “as pessoas traziam o milho descascava e jogava no chão, não tinha pedra de calçamento, tudo era chão de terra aquilo ali” (ALVES FILHO, Apud JESUS, 2018, p. 63).

José Miranda fez também, em seu artigo, uma exposição de seu posicionamento acerca do que deveria ser feito com o mercado antigo e destacou que já havia defendido sua demolição em nome da expansão do progresso. Porém, afirmou que tinha modificado sua opinião, uma vez que o velho mercado era o “que carecia a gente resumida e acanhada do lugar” na época em foi construído, portanto, defendia a sua manutenção, pois, “aí estão a tradição, a consideração e o respeito ao feito quase heroico”, “que precisam ser preservados” (A LUTA, 21 de outubro de 1972, Apud LIMA, 1995, p. 304).

Antônio Paulo Rezende (1997) afirma que a cidade de Recife era marcada pela tensão entre o novo, tido como algo moderno, e o tradicional, associado ao velho, gerando “momentos de deslumbramentos e fantasias sobre o seu futuro possivelmente moderno” e o medo de que tradições se perdessem. O fato observado pelo autor também é perceptível no texto de José Miranda, em que o cronista, em determinado momento, sugere a destruição do velho mercado,

devido à existência de um novo e moderno, mas posteriormente defende a preservação do antigo prédio, que para ele representava certa tradição.

No ano de 1974, a discussão em torno da demolição ou não do antigo mercado teve fim, conforme se observa no texto que José Miranda publicou na primeira página do A Luta sob o título de “Relíquias desaparecem”. O artigo registrou o desabamento do antigo mercado, que aconteceu “sem que fosse necessário ao homem fazê-lo, sob os olhares tristonhos de uns e alegres dos chamados ‘progressistas’, que têm nisso a seu favor o fato consumado, eis que forças naturais e imponderáveis destruíram-no” (A LUTA, 28 de abril de 1974, p. 01). O texto de José Miranda transparecia a ambiguidade de alguém que era um dos entusiastas do progresso, mas ao mesmo tempo representava a defesa da preservação do antigo prédio. Nesse sentido, ainda no mesmo artigo, o articulista demonstrou suja faceta progressista ao expor: “agora é fazer andar o carro do progresso já que assim aconteceu. Afinal de contas, uma cidade não deve ser paralisada, porque isso representaria a estagnação, a sua morte” (A LUTA, 28 de abril de 1974, p. 01).

Quanto ao “Mercado Modelo”, grifa-se ainda que a obra pública ocupava local de destaque na malha urbana campomaiorense, pois parte de sua construção estava localizada na Avenida Demerval Lobão, que se tornou a principal da cidade durante o regime militar. O mercado construído na década de 1970 continua em uso na atualidade, sendo denominado de Mercado Público Jaime da Paz.

Outro prédio público construído durante o mandato de Jaime da Paz, que também permanece em atividade atualmente, foi o terminal rodoviário, objeto de diversas representações efetivadas pelo A Luta. Antes da inauguração do mercado público, o jornal anunciou na primeira página que a “Rodoviária Será Construída em Ritmo Acelerado”, visto que a intenção do prefeito era iniciar a edificação em agosto de 1972, e terminá-la antes que seu mandato tivesse fim, em janeiro de 1973. Desse modo, apontou-se que o projeto para a edificação já estava elaborado, sendo motivo de grande exaltação pelo grupo que dirigia o jornal. Citou-se a amplitude da obra, enfatizando-se, inclusive, que todo um quarteirão seria demolido, para adquirir “melhor efeito urbanístico”:

A edificação a ser feita dentro de uma área de 1206,09 m<sup>2</sup>, constará de um andar térreo com duas pistas para embarque e desembarque e 6 lojas de comércio; de um andar superior com salas para a administração, 6 guichês, 1 agência dos Correios, 1 posto policial, 1 posto telefônico, 1 farmácia, 1 restaurante, 1 bar, 3 lanchonetes, 1 barbearia, 1 souvenir, etc.; de uma jardineira; de estacionamento para veículos diversos. A área de construção limita-se com as ruas Siqueira Campos, Francisco Conrado, Cap. Manoel

Oliveira e Santa Maria. Para melhor efeito urbanístico, um quarteirão inteiro será demolido para descortinar a fachada do prédio e ali, construída uma praça (A LUTA, 13 de agosto de 1972, p. 01).

Para a implantação da rodoviária, foram utilizados recursos que estavam em posse da Prefeitura Municipal, bem como realizado empréstimo junto ao Banco do Brasil. O objetivo de Jaime da Paz, que era inaugurar o prédio ainda em sua administração, foi parcialmente efetivado, pois foi inaugurado inicialmente apenas o andar térreo da Estação Rodoviária.

Nesse sentido, o A Luta referiu que a inauguração ocorreria dia 29 de janeiro de 1973, salientando, mais uma vez, a figura de Jaime da Paz, que deixou a Estação Rodoviária com a “parte de concreto e coberta [...] concluída, tendo as pistas de entrada e saída de veículos prontas, jardins e árvores diversas para arborização e melhor clima” (A LUTA, 21 de janeiro de 1973, p. 01).

A construção da Estação Rodoviária estava em consonância com a expansão rodoviária realizada no início dos anos de 1970, tanto a nível nacional quanto estadual. Cláudia Fontineles ressalta que durante o governo Médici houve o incentivo para construção de estradas, haja vista que interligar o Brasil era tido como necessário para o progresso. Desse modo, Médici entregou “ao Piauí cerca de 1100 km de estradas pavimentadas”, “garantindo ser este o caminho para atingir o futuro e o desenvolvimento da região, assegurando-lhe a ampliação de mais 1300 km de rodovias asfaltadas” (FONTINELES, 2015, p. 224). Uma das principais iniciativas à época foi a conexão de áreas do Piauí distantes geograficamente, por meio da Transpiauí, que “promoveu a interligação do município de Luís Correia, no extremo norte piauiense, ao município de Cristalândia, no extremo sul do estado, numa extensão territorial de mais de 1400 km” (FONTINELES, 2015, p. 229).

Após o encerramento do mandato de Jaime da Paz, o A Luta realizou a cobertura da prestação de contas que o prefeito fez, redigindo vários elogios à sua atuação, sobretudo porque tinha implantando diversas obras públicas em apenas dois anos de governo. No entanto, o impresso destacou um aspecto que considerou lamentável ocorrer em Campo Maior, que naquele momento era o “terceiro município do ESTADO em população”. A decepção da edição do jornal era porque na reunião em apreço havia apenas “um punhado de pessoas em ocasião das mais significativas para a comunidade campomaiorense”, o que era tido como revoltante, pois a zona urbana contava com cerca de 20 mil pessoas. Segundo o jornal, a explicação era que a mentalidade do povo não acompanhava o progresso e, dessa forma, não se faziam presentes em cerimônias públicas, que nos centros urbanos desenvolvidos tinham maior adensamento populacional. Conforme a matéria era marcante a:

Mentalidade sub desenvolvida [sic] do povo, com exceções parece até que o povo desta nossa terra ainda não se deu conta das obrigações que deveria carregar sobre os ombros como integrantes de uma comunidade que já alargou os seus caminhos em busca dos altos destinos que lhe estão reservados. Incontestavelmente é esta a verdade: a terra avança, desenvolve-se mais o povo retroage. Há assim um alarmante descompasso entre a cidade (município) e o povo [...] (A LUTA, 04 de fevereiro de 1973, s/p).

Antonio Souza (2009) sublinha que a cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, passou por um processo de modernização nas décadas de 1930 e 1940 que implantou grandes mudanças arquitetônicas, mas que não tinham “sido seguidas de perto por mudanças nos costumes das pessoas e os lugares recém construídos continuaram a ser frequentados pelas mesmas pessoas com seus mesmos modos de ser e agir” (SOUZA, 2009, p. 42). Desse modo, o autor afirma que segmentos letrados da urbe tentavam fazer crer que o progresso atingia a todos, contudo, o que se observava é que a “mentalidade e os costumes do povo não acompanhavam” o ritmo das mudanças na infraestrutura campinense. Tais reflexões são importantes para a compreensão do A Luta, que buscava criar uma representação homogeneizadora de Campo Maior como progressista e moderna e, por isso, não escondia sua indignação com a “mentalidade subdesenvolvida do povo”, por não acompanhar o “avanço e desenvolvimento” local. Observa-se a oposição entre os sujeitos que compunham o grupo letrado do jornal e o que denominavam genericamente de “povo”, pessoas que o grupo do A Luta tentava direcionar a “mentalidade”, para que tais sujeitos estivessem de acordo com o “desenvolvimento” campomaiorense.

Em edição da semana seguinte, a primeira página do periódico tinha como manchete principal, novamente, elogios ao mandato de Jaime da Paz, colocado como o prefeito que deixou Campo Maior “com aspecto mais moderno, de cidade importante em consequência dos seus grandes empreendimentos pioneiros em todo o Estado [...]” (A LUTA, 11 de fevereiro de 1973, p. 01). Na mesma página, noticiou também que a Estação Rodoviária, construída por Jaime, havia recebido o nome do ex-prefeito, mediante decreto municipal, em uma “justa e merecida homenagem” pelos seus “méritos incontestáveis”.

No mês de março de 1973, o A Luta já denunciava problemas na região da Estação Rodoviária, que destoavam do que o semanário julgava ser uma cidade moderna. A notícia dava conta que estava “feíssima a entrada de nossa cidade a partir da estação rodoviária Prefeito Jaime da Paz” (A LUTA, 25 de março de 1973, s/p). O embelezamento da urbe era um dos aspectos mais defendidos pelo grupo que dirigia o jornal, e, nesse caso em particular, a atenção era maior ainda, pois as pessoas que chegavam da capital Teresina utilizavam a entrada da

cidade na qual estava localizada a Estação Rodoviária.<sup>29</sup> O jornal detalhou, então, o que estava enfeando a região em apreço: “mato (as casas estão desaparecendo), além da ausência de pavimentação mais condizente com o corredor de entrada de uma grande cidade, como é a nossa” (A LUTA, 25 de março de 1973, s/p). Ademais, para uma “grande cidade”, a rua que dava acesso ao terminal rodoviário era muito estreita para o trânsito de veículos e pedestres, por isso, “providências devem ser tomadas não só quanto ao aspecto da rua mas para se evitem outros futuros atropelos e veixames [sic]” (A LUTA, 25 de março de 1973, s/p).

A Estação Rodoviária continuava a estampar as páginas do A Luta de modo recorrente, sendo relevante destacar uma matéria reproduzida do Jornal do Piauí, que era editado em Teresina. O que o A Luta transcreveu do periódico teresinense foi uma crônica elaborada pelo escritor piauiense Cândido de Carvalho Guerra, que afirmou estar viajando de Teresina à capital cearense, Fortaleza, e relatou como havia sido sua passagem pelo terminal rodoviário campomaiorense, que ocorrera durante seu itinerário. A visão do viajante era considerada de grande relevância para o periódico, pois, com isso, reproduziu a opinião de uma pessoa que coadunava com as representações de cidade progressista que eram estampadas pelo semanário, que possuiria aspectos do progresso que chegavam até mesmo a superar Fortaleza, capital de um estado considerado mais desenvolvido na época em análise. Segundo o relato do cronista Cândido de Carvalho:

Viajando há poucos dias de Teresina a Fortaleza pela empresa de ônibus Expresso de Luzo, passei pela cidade de Campo Maior, neste Estado. Estava chovendo quando o veículo parou na Estação Rodoviária daquela cidade. Saí para tomar um cafezinho e logo tive a atenção voltada para a construção da Estação Rodoviária, toda de concreto, abrigo para o ônibus, planta espetacular, sanitários bem cuidados e bem feitos, afinal uma construção que eu ainda não tinha visto no Piauí, nem na própria capital alencarina<sup>30</sup> (A LUTA, 09 de abril de 1973, s/p).

Apesar das representações enaltecidas relativas ao terminal rodoviário, verifica-se que ainda no ano de 1974, a obra pública não tinha sido concluída. Dácio Bona, prefeito à época, declarou à reportagem do A Luta as dificuldades para concluir o prédio inaugurado por Jaime da Paz, pois faltava ainda construir “o mais difícil e dispendioso – o acabamento –

<sup>29</sup> A preocupação com a impressão que os visitantes tinham acerca de Campo Maior já havia sido manifestada em editorial após um ano de governo de Jaime da Paz, no qual foi ressaltado que “o aspecto urbanístico de uma cidade tem suas vantagens, proporcionando aos visitantes boa impressão de seus habitantes, e a estes, motivo de orgulho [...]” (A LUTA, 19 de fevereiro de 1972, s/p). Na ocasião, os elementos urbanísticos destacados eram a expansão do calçamento de ruas, arborização e a limpeza pública.

<sup>30</sup> O cronista referia-se à Fortaleza, cidade natal do escritor José de Alencar.

segundo ele [Dácio Bona], tem custado aos cofres municipais os olhos da cara, e é com indissolúvel [sic] dificuldade que o vem executando”, além de “está pagando grande soma ao Banco do Brasil do empréstimo levantado pela administração passada com o fim de apressar aquela construção” (A LUTA, 17 de fevereiro de 1974, s/p).

A dificuldade para a conclusão da obra pública reflete também a modificação ocorrida no Brasil, decorrente do fim do “milagre econômico”. Marcos Napolitano acentua que o país sentiu profundamente os efeitos da crise do petróleo, ocorrida no fim de 1973, visto que mais de 90% do petróleo brasileiro era importado; tal fato, “fez o governo, mais do que a sociedade, despertar da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre. A crise revelava a fragilidade financeira e a dependência brasileira dos insumos básicos da economia, como o petróleo” (NAPOLITANO, 2014, p. 150)

As duas obras públicas aqui citadas, Mercado Público e Estação Rodoviária, contribuíram significativamente para que Jaime da Paz fosse considerado pelo A Luta como um dos prefeitos que mais contribuiu para a modernização urbana e progresso de Campo Maior nos anos 70, sobretudo porque efetivaram-se em meio à exiguidade do tempo, já que seu mandato foi somente de dois anos. É relevante considerar também que tais representações se efetivaram porque o prefeito era ligado ao jornal, e, conforme já foi analisado, contribuía para o funcionamento do periódico. Além desse fato, é importante atentar ainda à fala do senhor Severo Sampaio (2019), que era tipógrafo do jornal, e ressaltou, em entrevista, que Jaime da Paz era amigo dos diretores do A Luta à época, José Miranda e José Miranda Filho. O entrevistado esclarece ainda que nas inaugurações de obras públicas, edificadas pelo prefeito, o gestor levava pessoas ligadas ao jornal para fazer a cobertura do evento e, posteriormente, elaborar matéria enaltecendo a atuação da gestão de Jaime da Paz.

## **2.2 A LUTA E SUA PRETENSÃO DE DIRECIONAR O EMBELEZAMENTO URBANO E OS CAMPOMAIORENSES “ANTI-HIGIÊNICOS”**

Durante a década de setenta, um dos aspectos que motivou grande número de publicações no A Luta foi o embelezamento urbano e higienização de ruas, avenidas e praças. Nesse sentido, eram direcionados elogios a essas áreas, ou então críticas, caso houvesse divergências em relação ao que o grupo do jornal considerava adequado para uma cidade moderna e progressista. Tais críticas poderiam ser dirigidas a uma dada gestão municipal, ou mesmo a determinadas pessoas que não estivessem agindo de acordo com o “progresso” campomaiorense. O direcionamento que o A Luta buscava dar a Campo Maior e aos seus

moradores, em determinados momentos, tinha consonância com o pensamento “educador” dos governos militares, refletindo, assim, o posicionamento do jornal que, como foi visto no capítulo um deste trabalho, era bastante simpático ao regime militar. Nesse sentido, Carlos Fico, ao analisar a propaganda disseminada pelos governos militares, ressalta que havia uma “aparente despolitização dos conteúdos da propaganda” repassada pelos militares, que “encobria na verdade uma visão verdadeiramente política que os militares tinham da sociedade brasileira, que viam como rude, despreparada e, portanto, composta por pessoas que deveriam ser ‘educadas’” (FICO, 1997, p. 145).

No A Luta, eram também comuns solicitações ao poder público, relacionadas à melhoria de determinados logradouros. As representações acerca dos logradouros públicos aparecem timidamente nas páginas do periódico durante os anos sessenta, entretanto, ganham destaque na década de 1970, enfatizando-se, em sua maioria, as áreas centrais da cidade.

Para o A Luta, era necessário Campo Maior erradicar o que tornava inestético seus logradouros públicos, bem como o que, na concepção do jornal, era visto como anti-higiênico. Desse modo, pretendia-se que a cidade e seus moradores se adequassem aos padrões progressistas, modernos e civilizados que o semanário tanto defendia; como será visto, nem todos se ajustavam aos anseios do jornal, recebendo críticas do periódico, que agia também exercendo um papel educador, indicando o que seria o correto no seu entender, embora, em outros momentos, apelasse para o poder público coibir o que estava em desacordo com o pensamento do grupo letrado.

Quando se investiga a modernização de cidades, é comum observar em inúmeras delas a existência de uma avenida principal, uma artéria urbana que se torna o foco de administradores públicos e/ou de segmentos letrados. Em Campo Maior, a artéria urbana que recebeu a maior atenção do A Luta, dentre os logradouros presentes na urbe, foi a Avenida Demerval Lobão, que no período investigado, tornou-se a mais importante de Campo Maior, sobretudo após a implantação do “Mercado Modelo” na sua margem.

No início de 1970, foi noticiado que a Prefeitura Municipal estava concluindo a construção de “salões” que seriam destinados a estabelecimentos comerciais na avenida, fato elogiado pelo jornal, pois a “presença daqueles quartos inacabados tirava um pouco a beleza daquela artéria” (A LUTA, 08 de março de 1970, p. 01). É relevante salientar que a Avenida Demerval Lobão foi o local em que o comércio se concentrou de modo mais intenso, situação que é observável ainda na atualidade.

Os pedidos ao poder público, para a melhoria de logradouros públicos, eram recorrentes no período, figurando diversas vezes na busca do jornal pelo maior embelezamento citadino, e,

nesse sentido, o A Luta não apenas relatava o que se passava em Campo Maior, mas também apresentava suas demandas ao poder público, buscando fazer valer seu ponto de vista e tentando direcionar a urbe para trilhar o caminho do que considerava ser progressista e moderno. Em janeiro de 1971, a edição do jornal apontou nessa direção, ao mencionar seu incômodo em relação a “restos imprestáveis de bancos” que havia na Demerval Lobão, sublinhando, inclusive, que eles causavam, acidentes. De acordo com o A Luta:

[...] Nos dirigimos à autoridade municipal, solicitando-lhe que sejam retirados os restos imprestáveis dos bancos que já foram tão confortáveis, do passeio da Av. Demerval Lobão. Tivemos notícia de que uma senhora foi vítima de um deles, em meio à assombrosa escuridão reinante nas vias públicas. A senhora ficou de tal forma contundida, que, a custo, um prestimoso cidadão a soergueu [...]. Urge que sejam retirados aqueles restos de banco, ou, o que seria melhor, substituídos, para, aproveitando a ocasião, vermos se os campomaiorenses descuidados os quebrariam de novo (A LUTA, 16 de janeiro de 1970, p. 08).

A partir da gestão de Jaime da Paz, as representações acerca da estética urbana estiveram mais presentes,<sup>31</sup> e em fevereiro de 1971, a Demerval Lobão era um dos alvos novamente do A Luta, na coluna intitulada “O Povo Reclama”, pois “existem em várias ruas de nossa cidade buracos que estão causando verdadeiro desacerto tanto aos automobilistas e ciclistas quanto aos pedestres” (A LUTA, 20 de fevereiro de 1971, p. 07). Os locais em foco, “para que o sr. Prefeito tomasse as providências”, eram os que estavam situados no centro urbano, a saber: Avenida Demerval Lobão; Praça Luiz Miranda e; rua Cel. Eulálio Filho. Como é possível apreender, “O Povo Reclama” era de autoria do grupo jornalístico, porém, este colocava-se como porta-voz do “povo” campomaiorense, ou então, considerava que somente os letrados do jornal constituíam o “povo”. Com a abordagem proposta na coluna, o semanário dava um caráter público a uma aspiração que era pertencente ao A Luta, bem como buscava também aproximar-se do leitor, criando um vínculo ao demonstrar que estava atento aos anseios que supostamente eram dos leitores.

Em 1972, o espaço público em relevo esteve em evidência novamente, tendo em vista que de acordo com o jornal “Preservam-se Esgotos Fétidos da ‘Demerval Lobão’”, que estariam contribuindo para enfeiar a cidade, além de pôr em risco a saúde pública. Desse modo, pedia-se às autoridades públicas municipais que solucionassem o problema:

---

<sup>31</sup> Em edição de fevereiro de 1972, o jornal fez um resumo das principais obras públicas implantadas por Jaime, enaltecendo sua gestão depois de decorrido um ano de seu mandato. No setor “Urbanização”, ressaltou que “o chefe do Executivo dotou de calçamento vários trechos”, destacando ainda que “a cidade está menos ensolarada e mais arborizada, com o plantio de 400 árvores nos diversos logradouros, e a limpeza pública é cuidada com o maior desvelo” (A LUTA, 19 de fevereiro de 1972, s/p).

No trecho da Avenida Demerval Lobão compreendido entre as ruas Pe. Manoel Félix e Cel. Costa Araújo, as águas dos esgotos estão em completo estado de estagnação. O escoamento das águas e detritos de alimento provenientes de bares e restaurantes ali existentes é impossível por causa da existência de inúmeros buracos ao longo da avenida, que é a artéria de maior movimentação da cidade e onde está insuportável o mau cheiro que exala aquelas poças. Toda aquela sujeira é centro de concentração e proliferação de nocivos insetos capazes de causarem todo o tipo de infecções. Chamamos a atenção das autoridades a quem compete a solução do problema e, mormente o sr. prefeito no sentido de mandar tapar aqueles buracos que dificultam o tráfego (A LUTA, 01 de janeiro de 1972, s/p).

A avenida surgiu, mais uma vez, no periódico, que indicava ao prefeito Jaime da Paz problemas que estavam afetando a estética: “chamamos a atenção do sr. prefeito para os bancos quebrados que enfeiam a Av. Demerval Lobão, como também para as calçadas estragadas” (A LUTA, 15 de abril de 1972, s/p). Conforme se notou em matéria vista anteriormente, os bancos quebrados já eram motivo de reclamação no jornal desde 1970, contudo, em 1972 o problema ainda não tinha sido solucionado, frustrando o desejo progressista do semanário nesse aspecto.

No fim de 1972, enfatizou-se que a prefeitura estava investindo na arborização da Demerval Lobão e tentou-se direcionar a atitude dos cidadãos, de modo a condizerem com o progresso que era propagado pelo jornal, pois havia “quebradores de árvores” que impediam o crescimento das plantas. Ademais, citou também que o “passeio da Av. Demerval Lobão precisa ser livre ao trânsito de pedestres, com a não permissão de que seja usado para depósito de caixas, caixões e caixotes dos armazéns próximos” (A LUTA, 17 de dezembro de 1972, s/p). Para ratificar seu argumento, foi apontado um episódio que ocorreu por causa de objetos colocados no passeio da avenida: “temos conhecimento de que isso quase causa um acidente, que poderá ser repetido: uma senhora teve de descer do passeio para evitar um caixão e continuar o percurso e quase foi colhida por um carro que passava” (A LUTA, 17 de dezembro de 1972, s/p).

Apesar da denúncia do periódico em relação à obstrução do passeio da Demerval Lobão, verifica-se que alguns campomaiorenses insistiam em descumprir as normas estabelecidas pela administração, como se infere em uma nota publicada em 1974. A nota em questão foi divulgada a pedido da Prefeitura Municipal, “no sentido de manter um melhor aspecto e de preservar o direito do transeunte ao livre acesso às ruas e calçadas de nossa cidade, bem como, dar liberdade ao tráfego prioritário de veículos” (A LUTA, 07 de abril de 1974, p. 01). A atenção estava voltada sobretudo para a Demerval Lobão, mas fazia-se também um apelo para que as pessoas contribuíssem, de modo geral, com a limpeza pública de Campo Maior. Desse modo, solicitou-se na primeira página do A Luta que as atitudes listadas abaixo fossem evitadas:

- De colocar mercadorias expostas nas calçadas ou ruas, principalmente na Av. Demerval Lobão e adjacências do Mercado Público, de vez que esse procedimento, além das naturais inconveniências, acha-se de frontal encontro às normas e determinações do Código de posturas do Município.
- De deixar sobre as calçadas ou ruas, entulhos provenientes de serviços de construção, reforma ou reparo de imóveis em geral.
- De depositar lixo, a granel, em qualquer parte da cidade, a não ser em depósito próprios [sic] na calçada da própria residência, para que dali seja retirado por iniciativa da administração (A LUTA, 07 de abril de 1974, p. 01).

Conforme se verifica, nem todos os habitantes da cidade se adequavam às normas impostas pelo poder público, que, nesse caso, eram endossadas pelo A Luta, visto que o jornal tinha proximidade com a administração pública municipal da época. Nesse sentido, observa-se a afirmação de Sandra Pesavento, ao acentuar que nem sempre os “consumidores do espaço” agem de acordo com o que foi planejado pelos gerenciadores do espaço urbano:

A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. É, por um lado, uma tarefa de profissionais especificamente habilitados para tal — urbanistas, arquitetos, engenheiros —, mas também comporta o que se poderia chamar de intervenção do cotidiano. Ou seja, esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos (PESAVENTO, 2002, p. 16).

Em outra reclamação, em relação ao comportamento da população, considerado inadequado pelo A Luta, foi divulgada uma nota na primeira página com o objetivo de informar acerca de “certo comerciante estabelecido na Av. Demerval Lobão, que vem jogando em plena artéria, por sinal uma das principais da cidade, borra de cera de carnaúba” (A LUTA, 27 de janeiro de 1974, p. 01). A borra era o produto descartado após a retirada da cera de carnaúba que era comercializada e, segundo o jornal, a borra jogada no logradouro estava contribuindo para a “falta de higiene naquela avenida devido ao mau cheiro provocado pela sujeira posta por aquela casa comercial” (A LUTA, 27 de janeiro de 1974, p. 01). Conforme já foi colocado, os comerciantes eram um importante público leitor do jornal, por isso, o A Luta direcionava sua reclamação para o estabelecimento citado.

O A Luta estava atento não só à postura das pessoas que trabalhavam em casas comerciais na avenida, mas também a transeuntes que não eram considerados bem-vindos nessa via urbana. Em matéria de capa que tinha o título de “Bando de vagabundos assalta a cidade”, a indignação era porque Campo Maior estava “infestada de pedintes” que percorriam logradouros públicos, casas comerciais e residências, “onde penetram sorratoriamente para

pegar alguma coisa no que se iniciam na senda do furto, ou para pedirem esmola, apoiados pelos pais que os orientam para essa prática miserável, daí se transformando em mendigos” (A LUTA, 29 de junho de 1975, p. 01). O incômodo maior do A Luta era com esses indivíduos na “mais movimentada artéria da cidade”:

Um bando desses vagabundos vem agindo, ultimamente, na Demerval Lobão, chegando ao extremo, na sua nefanda prática, com xingamentos e descomposturas quando não são atendidos, causando balbúrdias e expondo as pessoas ao ridículo com cenas desrespeitosas (A LUTA, 29 de junho de 1975, p. 01).

A mendicância em cidades tidas como progressistas, de modo geral, não era uma prática bem-vista, sobretudo pelos grupos letrados e governantes.<sup>32</sup> Em Campo Maior, um fator que ocasionava a insatisfação dos letrados era porque no seu modo de ver, a mendicância contrariava as representações de urbe progressista que eram divulgadas pelo semanário, especialmente quando sua ação se desenvolvia em uma área central e, por isso, foram tomados pelo A Luta como “vagabundos”. João Manuel de Mello e Fernando Novais (1998) acentuam que estava em curso, no Brasil, desde o fim do século XIX, um “movimento de ‘moralização da sociedade’, de surgimento de uma ética fundada nos valores modernos”, com valorização crescente do “trabalho”. Desse modo, o A Luta refletia tais ideais, e, com isso, “xingamentos” e pessoas tidas como “vagabundas” não eram bem vistas, pois contrariavam o “trabalho honesto”, que, segundo Mello e Novais (1998), era bastante valorizado, seguindo uma moral em grande parte baseada no catolicismo, que exaltava o “trabalho” e repudiava a “preguiça”. Conforme foi visto no capítulo um desta Tese, os valores católicos eram muito presentes no semanário, situado em um município que tinha a quase totalidade de sua população identificando-se como adepta do catolicismo.

A última notícia encontrada no A Luta, sobre a Av. Demerval Lobão, referia-se à implantação do que o jornal considerou um importante símbolo moderno, no ano de 1977, o asfaltamento, sendo, por isso, veiculado na primeira página. Zeferino Alves Neto, que era um dos diretores do impresso no período e, normalmente assinava suas matérias com as iniciais de seu nome, “ZAN”, afirmou que “iniciaram-se os trabalhos de asfaltamento das ruas de Campo Maior, já estando pronto um trecho da Avenida Demerval Lobão” (A LUTA, 09 de junho de

---

<sup>32</sup> A exemplo disso, Antonio Souza (2002) refere que na década de 1950 a mendicância alastrava-se na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, constituindo motivo de indignação de segmentos da elite que atuava na imprensa local, que considerava que os mendigos comprometiam a imagem de “moderna e civilizada” da cidade.

1977, p. 01). Conforme se nota, a atenção maior do poder público foi para a conclusão do trabalho na avenida, dada sua relevância no contexto da urbe.

Cláudia Fontineles esclarece porque o asfalto era tido como moderno, ao citar que no mesmo período Teresina sofria uma expansão asfáltica, que “fascinava seus habitantes” e tornou-se uma prioridade para os governantes da capital nos anos 70, “justificada pela proposta muito valorizada no período de que a cidade moderna devia ser ágil e interligada entre seus espaços” (FONTINELES, 2015, p. 264). Tal ideia devia ser partilhada não somente por Teresina, mas por todo o Piauí, pois isso contribuía para a inserção do estado na modernização.

Em referência a outra avenida, a José Paulino, que antes era a principal artéria urbana, localizando-se paralelamente a Demerval Lobão, a notícia veiculada pelo jornal era destacando as consequências do crescimento citadino. A edição citava que Campo Maior estava em crescimento, porém, com isso, “aumentam diariamente perigos causados pela movimentação e infração do trânsito por parte de volantes que passam pelas principais ruas da cidade sem obedecer as sinalizações”, sendo apontado particularmente um carro na Avenida José Paulino que a percorreu em “disparada”, e por “milagre não colheu um menino que atravessa a rua” (A LUTA, 13 de fevereiro de 1971, s/p).

A José Paulino voltou a figurar no jornal, na edição no ano de 1978, com destaque na primeira página, sendo denunciado que “Na José Paulino: ‘pé na taboa [sic] e fé em Deus’”. O problema elencado pelo jornal era o mesmo relatado anteriormente, ou seja, a alta velocidade na avenida, que era facilitada pela benesse do asfaltamento, causando insatisfação do A Luta à atitude dos motoristas que punha em risco alguns estudantes, conforme foi afirmado:

Alguns motoristas, mais ousados e irresponsáveis estão abusando ao dirigirem seus carros pela Avenida José Paulino em velozes correrias, que chegam a intimidar pela violência que imprimem [...]. Na avenida, que é longa e toda asfaltada, situam-se duas escolas públicas – o velho e tradicional “Valdivino Tito”, e o Jardim de Infância “Mamãe do Céu”. Nessas áreas, concentram-se centenas de crianças, diariamente, e em horas de maior movimentação, no que ficam expostas a atropelamentos por um daqueles motoristas em correria desenfreada pela avenida como a quererem imitar os famosos azes do volante da Interlagos [...]. Assim, diante do exposto, antes que uma tragédia aconteça, pede-se a quem de direito mandar colocar duas “tartarugas”, [...] no que ficariam a salvaguarda a integridade física daquelas crianças e a sua própria vida, em permanentes perigos (A LUTA, 17 de setembro de 1978, p. 01).

Portanto, para o A Luta, Campo Maior estava progredindo, mas observa-se que somente isso não era o bastante, pois o semanário denunciava as atitudes incompatíveis ao progresso, a exemplo dos mencionados motoristas. Com isso, o periódico almejava que suas ideias tivessem

impacto na sociedade campomaiorense, para que a população utilizasse os ícones tidos como progressistas da forma que o A Luta considerava ser a mais adequada. Conforme foi visto, o público leitor do semanário era formado, em grande parte, por comerciantes e políticos, um segmento social que tinha condições de possuir carro à época, e, possivelmente, a matéria pedagógica acerca da forma tida como correta para a condução dos veículos era direcionada a estes sujeitos.

O grupo do A Luta esteve especialmente atento a logradouros públicos que, no seu entender, fugissem ao que condizia com uma cidade moderna e progressista. Tanto ruas como praças estavam sob o olhar atento do grupo do A Luta, que observava se tais locais estavam dentro dos padrões estéticos de uma cidade moderna. Nesse sentido, as áreas centrais eram o foco do jornal, mas também é possível encontrar referências a bairros e zonas que sofriam maior exclusão em relação ao propalado progresso e modernização. A exemplo disso, observa-se que em alguns locais, nem mesmo calçamento havia: “os moradores do bairro de Fátima reclamam da grande quantidade de água estagnada nas ruas de piçarra, esburacadas, formando inúmeros [sic] poças de lama nociva à saúde” (A LUTA, 20 de fevereiro de 1971, p. 07).

Na busca por influenciar os campomaiorenses para que dessem sua contribuição para o progresso, apesar do número restrito de leitores que possuía, o A Luta enfatizou que havia iniciado uma campanha para a construção de muros e calçadas nas residências, objetivando melhorar o aspecto urbanístico de Campo Maior. Em setembro de 1972, textualizou que “cidadãos da terra”, interessados no “progresso dela”:

Conversaram conosco a respeito de que este Semanário incentive a população no sentido de construção de muros e calçadas. Com isso, nós nos animamos a continuar com a campanha que iniciamos meses atrás, visando justamente isto: construção de muros e calçadas (A LUTA, 17 de setembro de 1972, s/p).

Insistindo em sua campanha no que considerava ser progressista, no mês de outubro o A Luta retomou a pauta da construção de muros e calçadas, dessa vez, dando maior destaque ao assunto, pois foi veiculado na primeira página. A campanha tinha mais um caráter de orientação e apelo aos leitores, porém, ao que tudo indica, o semanário não foi atendido em seu anseio, então, apelou para um argumento mais severo. Para ser mais enfático, destacou no título da matéria que eram “Obrigatórias por Lei Construções de Muros e Calçadas”, ressaltando que havia a lei nº 707, de 16 de outubro de 1967, que regulamentava as construções em apreço. Conforme o jornal, a norma estabelecia o seguinte:

Segundo a regra, todo proprietário de casa ou terreno, murado este ou não, encravado na zona urbana, que ficar beneficiado por calçamento, pavimentação ou asfalto, é obrigado a construir o passeio (ou calçada) correspondente à sua testada, obedecendo as normas preestabelecidas pela Prefeitura. Tratando-se de terreno não murado, a obrigação se estende também à construção de muro, se o proprietário não preferir iniciar construção de prédio. Os muros deverão ser construídos de alvenaria, ser rebocados e ter altura mínima de 1,80 m (A LUTA, 21 de outubro de 1972, p. 01).

No ano de 1973, o periódico continuava tentando direcionar as ações do povo no sentido de construir adequadamente muros e calçadas. No entanto, para sua frustração, algumas pessoas estavam buscando a preservação de seus muros e calçadas, de forma considerada imprópria pelo jornal. Desse modo, referiu que a “técnica é executada na base de pregos daqueles usáveis na segurança do arame farpado: duas pontas”; objetos que tinham a “ponta muito aguda e afiada adaptados na orla da calçada de que se quer proteger ou sobre muretas (a técnica não é nossa), na suposição maquiavélica de seus idealizadores de que estarão resguardados – muros e calçadas – na ação destruidora de vândalos” (A LUTA, 21 de janeiro de 1973, s/p). Diante da situação, o A Luta explanou sua insatisfação com a “técnica” de preservação, lançando aos seus leitores o questionamento: “mas, minha gente, se por acaso ao invés desses malfeitores, alguém desavisado, como inocentes crianças, velhos ou pessoas cegas tenham a infelicidade de se jogarem sobre essas afiadíssimas pontas?” (A LUTA, 21 de janeiro de 1973, s/p).

Não obstante a campanha feita pelo A Luta, ainda no ano de 1974, as reclamações devido à falta de calçadas persistiam, mesmo tratando-se de ruas localizadas na área central da urbe. Na reclamação exposta pelo periódico, inicialmente afirmou que alguns trechos de ruas de Campo Maior estavam em “péssimo estado”, sobretudo por “culpa dos moradores dessas vias públicas”, e destacou que “os malefícios oriundos desse estado de coisas” diziam respeito não só “à saúde dos habitantes da área”, mas também “à beleza da cidade”. Dessa forma, mencionou trechos ainda sem calçadas construídas, nos seguintes locais:

Quarteirões das ruas Costa Araújo e Doutor Moura que rumando ao açude grande, partem da Av. José Paulino. Em ambos quarteirões faltam calçadas, e no lugar destas são jogados animais mortos, lixos e mato nativo e até o arrancando de quintais (A LUTA, 17 de fevereiro de 1974, s/p).

Os muros não eram solicitados somente para as residências, pois houve matérias também em que os terrenos baldios eram o alvo, destacando-se a necessidade de se construir “pelo menos muros nesses terrenos que estão por aí afeiando [sic] a cidade”. Sugeriu-se, então, que a Prefeitura Municipal fizesse “um apelo aos seus proprietários para que construam alguma

coisa em seus terrenos desocupados para que, povo e Prefeitura promovam o embelezamento urbanístico da cidade” (A LUTA, 31 de agosto de 1975, s/p). Nessa ótica, o A Luta afirmou que a prefeitura estava dando sua contribuição para o embelezamento de Campo Maior, porém, a população não caminhava no mesmo sentido:

Na verdade, não pode a Prefeitura, sozinha, promover o embelezamento da cidade sem contar com o apoio da população, que, no caso, devia ser maciço. O Prefeito constrói novos trechos de calçamentos, aberturas de novas ruas e becos, faz jardins, edifica, etc., visando dar continuidade ao trabalho de embelezamento e propiciar melhores condições de vida aos munícipes. Enquanto isso, que faz a população? Apenas dificulta a ação da Prefeitura como esta de deixar que seus terrenos permaneçam eternamente sem, ao menos um muro a cercá-los, ou deixar suas residências sem calçadas, o que se constitui num grave problema de estética para a nossa cidade (A LUTA, 31 de agosto de 1975, s/p).

Novamente, o progresso que tanto era veiculado pelo semanário não estava se concretizando da forma que era desejado, pois, os campomaiorenses pareciam não partilhar da concepção progressista do grupo letrado e mantinham suas residências e/ou propriedades da forma que já estavam habituados, sem a preocupação com a construção de muros e calçadas. Quanto às objeções de alguns campomaiorenses ao que o A Luta almejava para a cidade, é importante atentar para as reflexões de Michel de Certeau (1994), ao afirmar que os indivíduos “ordinários” da cidade são marcados fortemente pela sua capacidade de resistir a uma determinada ordem imposta. A cidade é um espaço planejado pela elite dominante, contudo, há uma cultura “ordinária”, na qual se proliferam “as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1994, p. 174).

A limpeza pública também era bastante observada pelo A Luta, conforme foi estampado em algumas edições, “Povo desenvolvido é povo limpo”, “civilizado”, demonstrando, assim, seu empenho em tentar conscientizar a população campomaiorense e incentivar o poder público no que dizia respeito à limpeza, fundamental para uma cidade que era apontada pelos letrados como moderna e progressista. Ao lançar mão da categoria de “povo”, nesse momento, observa-se que o A Luta tomava por base o olhar “educador” da ditadura em relação à população brasileira, ou seja, “povo” assume aqui uma conotação que engloba todos os segmentos sociais de Campo Maior.

É salutar sublinhar a aproximação entre a fala do jornal e a pretensão educativa dos militares que estavam na presidência do Brasil. Carlos Fico ressalta que as propagandas articuladas pelo regime militar, que tratavam de temas que não tinham um caráter

explicitamente político, em realidade “revelam uma leitura eminentemente política das ‘incapacidades’ da sociedade civil”, que precisava ser guiada pela “autoridade moral” dos militares. O autor assinala que nessa área dos “comportamentos adequados”, que foram apresentados à sociedade, “uma das campanhas de maior sucesso foi a limpeza urbana protagonizada pelo personagem ‘Sujismundo’” (FICO, 1997, p. 134). O personagem era representado nos desenhos animados como alguém relaxado em relação à limpeza, mas isso ocorria por falta de orientação, por isso, eram necessárias as campanhas educativas para que as pessoas que tivessem a mesma prática de “Sujismundo” passassem a partilhar do que era tido como um comportamento civilizacional. Além do personagem, Fico (1997) refere ainda que no bojo das campanhas para a limpeza urbana é que foram criados *slogans* como “povo desenvolvido é povo limpo”, que foi reproduzido pelo A Luta, demonstrando, dessa forma, como o semanário considerava que devia guiar e educar a população campomaiorense, no sentido de que se adequassem ao que era considerado progressista e civilizado.

Quanto à limpeza pública, o foco do jornal era a região central de Campo Maior, mas os bairros também figuravam em alguns momentos. As áreas mais distantes do centro campomaiorense ficavam mais desamparadas pelo poder público municipal, havendo a proliferação de aspectos tidos pelo semanário como anti-higiênicos, visto que o poder público direcionava maior atenção às áreas centrais, onde havia maior circulação de transeuntes da urbe, bem como de pessoas que eventualmente visitavam Campo Maior. Em edição de 1971, o A Luta mencionou que havia locais que estavam pondo em risco a saúde dos moradores e afetando a estética urbana. Desse modo, em “O Povo Reclama”, era afirmado que:

Algumas ruas que se distanciam do centro da cidade, encontram-se com muito mato nascido neste inverno. Ervas, até, daninhas, margeiam as vias públicas, pondo – porque não dizer? – em risco seus moradores e os que por elas transitam. Ademais, tornam-nas feias, como vielas ou... “caminhos de roça”. Os residentes em tais ruas, sobretudo eles, pedem ao sr. prefeito mande averiguar a fim de constatar a veracidade da reclamação; e como acreditam na boa-vontade do chefe da municipalidade, aguardam atendimento em breve (A LUTA, 20 de março de 1971, p. 06).

Um dos bairros que houve menção foi o Nossa Senhora de Lourdes, sobre o qual foi publicado um texto escrito por uma moradora do bairro, por meio do qual o A Luta aproveitava a oportunidade para estreitar seu vínculo com os leitores, mostrando que estava atento aos seus anseios e reclamações e também que a limpeza pública não seria uma preocupação apenas do semanário. Nesse sentido, a moradora relatou que “os galhos secos tiram toda a estética das ruas. Dá um desprazer enorme até em se pensar num passeio pelas ruas do bairro. É triste!” (A

LUTA, 30 de agosto de 1970, s/p). A seu ver, o bairro era desamparado pelo poder público, que na época tinha como prefeito Raimundo Andrade e, por isso, questionava: “não poderão as autoridades olhar um pouco mais para os bairros? [...] Pelo menos fazendo limpeza e assim dá oportunidade de emprego para os próprios moradores?” (A LUTA, 30 de agosto de 1970, s/p).

Na região central, na época da gestão de Jaime da Paz, o jornal reclamava que era a população que não colaborava, ao apontar a “utilização para depósito de lixo da Rua Cel. Costa Araújo do centro (uma das principais vias da cidade)”, na qual havia se formado um “perfeito monturo, com bichos mortos, mau cheiro e tudo. Pedimos às pessoas que fazem esse serviço de mau gosto que não repitam mais” (A LUTA, 29 de julho de 1972, s/p). Para o periódico, era inconcebível os cidadãos sujarem de tal forma uma das ruas principais de Campo Maior. Segundo o impresso, a prefeitura estava empenhada em solucionar a questão da limpeza pública, restava agora “o povo colaborar, evitando de por o lixo de suas residências e estabelecimentos comerciais nos logradouros públicos” (A LUTA, 10 de setembro de 1972, p. 05).

Em crítica do ano de 1973, era mencionada a falta de higiene dos campomaiorenses em relação às artérias urbanas, preocupação constante do A Luta, ao citar uma via situada na região central em que moradores estavam sujando-a com “tudo que não presta”:

Para quem vai do centro da Cidade em direção ao nosso mercado modelo, seguindo pela rua Senador José Euzébio, a conclusão que se pode ter é a de que o povo de nossa Campo Maior ainda não sabe que a limpeza de uma cidade está dependendo de todos. Naquela rua se encontra tudo mal organizado, onde há mais de um mês existe um tambô [sic], que parece que não tem dono, pois esse tempo todo é pra se pensar nisso mesmo, chegou a hora de se tomar as devidas providências. Mas não é só isso que está a mercê de crítica, também ali os moradores (ou seja quem ocupa aqueles salões e casas residenciais) [jogam] fora de seus muros os lixos, gatos mortos, galinha, de fato tudo que não presta, deixando para quem quiser (A LUTA, 18 de fevereiro de 1973, s/p).

Diante do ocorrido, o impresso enfatizou que “Campo Maior cresce”, porém, uma parte de seus habitantes precisava realizar “curso de higiene”. Mencionou na mesma matéria ainda outro caso na “rua Antonino Freire onde, no mercado há umas garapeiras que moem cana para venda do ‘caldo’, que seus proprietários colocam os bagaços da cana nas calçadas, deixando o aspecto daquele lugar muito feio [...]” (A LUTA, 18 de fevereiro de 1973, s/p).

O jornal salientou que a gestão pública estava contribuindo para a limpeza da cidade, elogiando o prefeito Dácio Bona. Dessa forma, enalteceu o trabalho de Dácio por estar “mandando fazer limpeza nas ruas que estavam cheias de matos, como era o caso da que se

estende até à estação rodoviária, que estava dificultando a passagem de pedestres e até mesmo de veículos”, situação que causava “até má impressão a quem passava por ali com destino a outras cidades vizinhas [sic]” (A LUTA, 01 de abril de 1974, s/p). À luz da afirmação do jornal, nota-se a preocupação que havia em transmitir uma boa imagem de Campo Maior a pessoas de outros locais. Por fim, foi chamada a atenção para que o prefeito ficasse atento para solucionar o problema das ruas esburacadas, para compor o quadro de cidade “limpa e civilizada”:

Campo Maior melhorou de aspecto, mais ainda faltam olhares do sr. prefeito para uns buracos existentes em várias ruas de nossa cidade, provenientes das chuvas e do tráfego, causando até banho de lama a quem por ali trafega ou mesmo derrapamento de carros. Se feito isso estamos de parabéns, pois moramos numa terra de povo limpo e civilizado (A LUTA, 01 de abril de 1974, s/p)

Ainda no mês de abril de 1974, o periódico voltou a tratar da limpeza pública na matéria intitulada “Prefeitura Continua Limpando a Cidade”, destacando que a gestão pública fazia o possível para manter a urbe asseada para que os campomaiorenses transitassem “sem correr o risco de uma mordida de cobra ou de cortar os pés com pedaços de vidros, ou latas velhas”, no entanto, sublinhava que “O POVO NÃO COOPERA” (A LUTA, 15 de abril de 1974, s/p). Nesse sentido, o A Luta descreveu mais uma situação em que os cidadãos não colaboravam com o progresso que era representado nas páginas do semanário e deixou explícito que sua indignação era maior ainda pelo ocorrido ter se passado em uma área central:

No trecho do muro de esquina com a praça José Miranda à que faz canto para a Rui Barbosa – onde há uma pensão – moradores dali estão fazendo da rua local de armazenar lixo. Durante os dias da semana o montão de lixo está lá, apesar do aviso do Prefeito da cidade de que os carros da limpeza pública não mais apanhariam lixos provenientes de quintais. Já ouvimos várias queixas sobre a fedentina que exala do lixo naquele trecho – por sinal, central – concorrendo para aumentar ainda mais a poluição do ar que respiramos (A LUTA, 15 de abril de 1974, s/p).

Na edição em relevo, foi relatada outra situação considerada absurda pelo jornal, que ocorreu próximo à praça José Miranda, pois em substituição a um muro que havia desabado foi construída uma “cerca mesmo de estacas como se fazem em nossos roçados, cujo matagal já a cobriu escondendo-a dos olhares de transeuntes mais atentos”, constituindo razão para indignação do periódico, afinal, era tido como algo descabido uma cidade que se pretendia moderna conviver com elementos que deviam ficar confinados no meio rural, nos “roçados”. Além do mais, existia um “esgoto obstruído, cujas águas putrefactas [sic] se mistura com ervas,

que ali proliferam viçosamente, não só dá péssima visão como mal cheiro insuportável às pessoas que transitam por esse trecho de rua” (A LUTA, 15 de abril de 1974, s/p).

As reclamações feitas pela edição do A Luta, direcionadas à população, não cessavam, devido a “montões de lixo por toda parte, encostados às próprias residências, outras vezes sobre o calçamento”, e no “chamado ‘beco da Penha’, por exemplo, já ninguém pode ter acesso ao centro da cidade com a facilidade que era de se esperar dado o lixo jogado ali, que dá na canela, no dizer do povo” (A LUTA, 19 de agosto de 1973, s/p). Frente a essa situação, o jornal sugeria medidas mais rígidas ao prefeito Dácio Bona: “aumentar o número de ‘vigias’, ou cadeia, Sr. Prefeito, para os infratores” (A LUTA, 19 de agosto de 1973, s/p). Ao observar a medida repressiva sugerida pelo A Luta, é relevante a pesquisa de Goodwin Junior acerca das cidades mineiras de Juiz de Fora e Diamantina, nas quais o autor indica que a população era observada atentamente pela imprensa escrita e quando o comportamento considerado como inadequado era “visto como ignorância, desconhecimento das novas regras de comportamento e civilidade, propõe-se a educação, o ensino como solução”, porém, quando “percebe-se resistência ou recusa em aderir à nova cultura urbana, advoga-se o enquadramento forçado” (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 87).

Somente três anos depois é que havia referência a uma limpeza no beco da Penha, sendo noticiado que antes estava inviável o trânsito de pessoas devido ao excesso de sujeira. O A Luta, referiu que o poder público municipal, para evitar que tal problema ocorresse novamente, havia colocado “um vigia permanente, no local, a fim de evitar o abuso” (A LUTA, 15 de fevereiro de 1976, s/p). Nesse sentido, foi enaltecido o trabalho do prefeito Dácio Bona, além de acentuar que o jornal foi uma verdadeira “trincheira” na luta contra a sujeira. Segundo o A Luta, a culpa não era da prefeitura, e sim de “alguns munícipes” que insistiam em jogar lixo na via pública, e, por isso, esclareceu:

Já se tem dito aqui e nunca é demais repetir que os carros da Prefeitura, da limpeza pública, são para fazer a limpeza pública, das ruas, da sujeira que ela mesma faz com o corte de galhos de árvores e de outros serviços e não do lixo dos quintais particulares. Poder-se-ia aceitar a tese de que à Prefeitura fosse dado o encargo dessa última limpeza? Não teria tempo para mais nada (A LUTA, 15 de fevereiro de 1976, s/p).

Sandra Pesavento (2014) elucida o que é denominado como um “beco”, em seu sentido espacial e topográfico, configurando um traçado especial de rua, normalmente “curto, estreito, por vezes sem saída”, que pode se apresentar como “uma abertura secundária ou interseção entre ruas principais” (PESAVENTO, 2014, p. 127). A autora menciona ainda que os becos,

em seu surgimento, pontuavam áreas centrais das urbes, do modo como ocorria com o Beco da Penha, que fazia a interseção entre o centro e o atual Bairro Cariri.

No A Luta, eram citadas também situações em que pessoas reclamavam por serem “molestadas com o lixo despejado em suas vizinhanças expondo-os ao risco de doenças e ao mal estar [sic] que lhes causa o cheiro emanado da matéria decomposta [...]”. O jornal descreveu, então, como ocorria à ação “criminosa”, que feria os ideais de “higiene” e “civilidade” pregados pelo A Luta:

São muitos esses locais, onde à calada da noite e as escondidas como quem pratica um horrendo crime, elementos inescrupulosos e misteriosos restituídos de quaisquer conhecimento, até mesmo rudimentares, de higiene e civilidade depositam, na calçada do vizinho, por exemplo quando deveria fazê-lo em local indicado para tal fim (A LUTA, 18 de fevereiro de 1975, s/p).

Era enfatizado ainda que a prática era algo comum em Campo Maior há muito tempo, ao afirmar que “esse estado de coisas já vem de longe”, tratando-se de “um velho hábito de certos moradores – e por que não dizer – pessoas que moram no centro – zona pavimentada – de mandarem seus empregados jogar os ‘entulhos’” nas calçadas dos vizinhos, “nunca o fazendo na sua própria”. Como se verifica, a insatisfação presente no periódico em relação a tais atos ocorrerem no centro era visível. A população tinha dificuldade de se adequar aos novos costumes que o A Luta esperava que existissem em uma cidade propalada como progressista e moderna, pois ainda preservava antigos hábitos. O poder público também buscava implementar novos hábitos nos cidadãos, mas como o A Luta mencionava, não obtinha êxito: “o prefeito Dácio Bona, há algum tempo fez uma lei disciplinando o problema e inclusive, cobrando pesada multa aos recalcitrantes. Contudo, não surtiu ela o efeito esperado [...]” (A LUTA, 18 de fevereiro de 1975, s/p).

O periódico afirmou que não compreendia o porquê de algumas pessoas agirem com descaso em relação à limpeza pública: “não podemos entender como pessoas civilizadas (é o que podemos deduzir) que habitam uma cidade como esta possam praticar desses expedientes. Pessoas educadas e que tenham alguma noção de higiene [...]” (A LUTA, 23 de fevereiro de 1975, s/p). Apesar de estar frequentemente tentando direcionar o comportamento dos campomaioreses para condizerem com o que o jornal entendia ser uma cidade progressista e moderna, muitas vezes, assumindo um papel de educador, salientou que, “claro que não temos a propensão para ensinar, ou para dar conselhos mas é que o descabre [sic] é tanto e tamanha é a falta de compreensão que nos obrigamos estar sempre batendo nesta tecla” (A LUTA, 23 de fevereiro de 1975, s/p).

As críticas à falta de compromisso da população com a limpeza pública permaneceram pontuando as páginas do A Luta com constância, sobretudo no que dizia respeito ao lixo jogado pelas pessoas nas calçadas ou mesmo nas ruas. As vias urbanas situadas na zona central recebiam especial atenção, a exemplo do que foi denunciado acerca do quarteirão da rua Senador José Euzébio compreendido entre a rua Costa Araújo e o novo mercado público, pois o que ocorria lá era “inacreditável”, em “termos de desarrumação e sujeira”, principalmente por ser próximo ao mercado onde “só deveriam imperar o asseio e a higiene” (A LUTA, 14 de março de 1976, p. 02). Ainda na mesma edição, a reclamação era estendida a outra artéria urbana central, a Quintino Bocaiúva, visto que o lixo tomava quase “toda a largura da rua de meio a meio fio, tornando-se insuportável mais pelo mau cheiro que desprende do monturo em decomposição. É uma lástima que algumas pessoas dessa cidade assim procedam” (A LUTA, 14 de março de 1976, p. 02).

Acerca da Quintino Bocaiúva, em nova edição, foi denunciado um problema que feria o princípio da “higiene”, pois na rua “existe um esgoto que poderá causar danos a população se não for tomada medida acauteladora visando sanear aquele foco”. Desse modo, o jornal indagou: “como pois conceber-se um esgoto pútrido e infecto bem no centro, em plena rua? Além de mau cheiro exalado, ainda apresenta o inverso daquilo que um povo educado deve cultivar: a higiene” (A LUTA, 30 de outubro de 1977, p. 06).

No ano de 1978, o esgoto foi noticiado mais uma vez, inclusive destacando a rua Quintino Bocaiúva, que ainda permanecia com o mesmo problema. Dessa vez, a edição lançou mão do conhecimento médico-sanitarista como forma de pressionar as autoridades públicas para que solucionassem a questão dos esgotos inadequados existentes em Campo Maior. De acordo com a matéria:

Determinada autoridade médica afirmou certa vez que o mau cheiro dos esgotos provocam complicações gerais no organismo como a hepatite, o tifo e outras infecções, e que de esgotos mal cuidados, o excesso de gás carbônico pode, até, causar a morte [...]. Em razão disso, é que passamos à autoridade competente algumas reclamações que nos têm chegado à redação, para alertá-la do problema, que é grave, já que em nossa cidade são muitos os esgotos que estão aí a merecer os necessários cuidados a fim de que a população fique resguardada, pelo menos, no que ela tem de mais importante: a saúde. Para facilitar a missão de quem o caso está afeto, podemos citar esses locais perigosos, que ficam, por exemplo, nas ruas José Euzébio, Quintino Bocaiuva, cap. Manoel Oliveira, Santo Antônio entre outros logradouros (A LUTA, 11 de fevereiro de 1978, p. 05).

François Beguin (1991), ao analisar a Inglaterra à época em que os avanços em relação à salubridade ainda estavam em seu momento incipiente nas cidades, durante o século XIX, pontua o importante papel desempenhado pelos médicos, ao assinalarem as doenças decorrentes da falta de higiene das cidades, tanto no âmbito privado quanto público. Contudo, Beguin (1991) acrescenta que coube aos engenheiros “trazer uma resposta prática aos problemas desencadeados pela falta de higiene”, e apontar medidas relevantes para a prevenção de doenças, dentre elas “a drenagem, a viabilização das ruas e das casas graças a água e à melhoria do sistema de esgotos, a adoção de um sistema mais eficaz de coleta de lixo [...]” (BEGUIN, 1991, p. 44). Conforme já foi apontado no capítulo um desta Tese, os estudos realizados acerca da higiene urbana, em países europeus como Inglaterra e França, foram posteriormente sendo assimilados em cidades brasileiras.

No mês de setembro, a sujeira existente em algumas das ruas citadas acima continuava presente, sendo destacado mais uma vez que “essas áreas são centrais” – as ruas Cap. Manoel Oliveira e Senador Euzébio – e que os moradores desses logradouros haviam procurado a redação do jornal para que o poder público solucionasse o problema, para “tornar esses locais mais compatíveis com a pessoa humana, já que se sentem prejudicados em seus *modus-vivendi*” (A LUTA, 24 de setembro de 1978, p. 02). Como se verifica, a responsabilidade nessa ocasião foi direcionada à administração de Mamede Lima, a quem o semanário fazia contundente oposição.

Além do lixo na região central de Campo Maior, ocorria denúncia também em relação a outro problema que prejudicava a higiene e estética da cidade, conforme foi veiculado pela edição ao reclamar dos “porcos nas ruas”. Foi ressaltado que existia uma lei que proibia “a criação desses animais na área urbana e o que se vê é a contravenção ao que preceitua aquele dispositivo” e, por isso, os suínos eram vistos “rua acima, rua abaixo, e chegam até mesmo a penetrar quintais adentro”, sendo necessário que o poder público tomasse “providências contra esses ‘javalis domésticos’ que infestam o centro de nossa cidade” (A LUTA, 21 de agosto de 1977, p. 03). Ainda nesse aspecto, no ano de 1978, o jornal indagava “cadê os vigias?”, pois “vacas e porcos estão engordando à custa da grama da praça José Miranda” (A LUTA, 30 de julho de 1978, p. 01).

Tais animais evidenciavam uma prática comum por parte da população, pois, Campo Maior, inclusive, tinha na criação de gado sua principal fonte de renda,<sup>33</sup> mas o grupo letrado

---

<sup>33</sup> Sobre a importância do gado na economia campomaiorenses, ver subitem 3.1 desta Tese.

da cidade considerava necessário extirpar tais traços de ruralismo, eliminando tais inconvenientes que destoavam do progresso explanado no jornal.

O grupo que dirigia o periódico mostrava-se insatisfeito com a situação, pois considerava inaceitável que as pessoas dividissem a urbe com os quadrúpedes em relevo e como os donos dos animais não tomavam providências; a cobrança se intensificou para que o poder público solucionasse a questão que estava abalando o *status* de cidade moderna, progressista e civilizada de Campo Maior, que era propagado pelo semanário.<sup>34</sup>

Nesse sentido, se a situação da limpeza pública em relação às regiões centrais de Campo Maior não estava agradando ao jornal, nos bairros a condição era mais grave. A exemplo disso, observa-se em texto da edição que o local denominado “bairro da Baixa”<sup>35</sup> permanecia ainda, em 1978, “proscrito dos serviços da municipalidade, e totalmente abandonado, sem sombra de dúvida, e com remotas esperanças de ser atendido em suas pretensões de melhores dias” (A LUTA, 19 de novembro de 1978, p. 03). Foram elencadas ainda as benesses que já haviam sido prometidas pelo poder público para a região em tela, que no momento tinha Mamede Lima como prefeito: “para lá já se prometeu muita coisa, como luz elétrica, saneamento, calçamento e uma pracinha entre outros melhoramentos, e o que sabemos nada foi feito até o presente, por aquela comunidade, paciente e sofredora” (A LUTA, 19 de novembro de 1978, p. 03). Acrescentou ainda que o “beco”, que dava acesso ao bairro era “intransitável e mau cheiroso, dado o volume de lixo que vai se acumulando a cada dia na área”, além da grande quantidade de “mato” que existia causando risco aos transeuntes que poderiam ser “vítima de emboscada por marginais, para roubar ou satisfazer extintos [sic] bestiais” (A LUTA, 19 de novembro de 1978, p. 03). O beco em tela era o da “Penha”, que conforme foi visto anteriormente, no ano de 1976, foi beneficiado com uma limpeza, mas voltou a figurar nas páginas do jornal como um local sujo e “mau cheiroso”.

Mais uma vez são oportunas as considerações de Sandra Pesavento (2014), ao afirmar que o “beco”, por vezes, foi visto como um “espaço negativamente qualificado”, um “mau lugar”, visto como “sujo, escuro, feio, exalando maus odores”, “é lugar mal frequentado da cidade, palco de contravenções e crimes, por onde circula gente de moral duvidosa” (PESAVENTO, 2014, p. 129). Nessa perspectiva, o Beco da Penha não era o único local em

---

<sup>34</sup> A problemática da sujeira urbana e animais presentes em logradouros públicos não eram inerentes apenas a Campo Maior, pois já haviam ensejado indignação de grupos letrados em outras urbes Brasil afora, a exemplo de Campina Grande, onde Antonio Souza (2002) destaca que a imprensa campinense denunciava constantemente o problema, sob a justificativa de que constituía “um perigo para a saúde pública”, bem como “uma afronta aos brios de civilidade”.

<sup>35</sup> O que era denominado “Bairro da Baixa” pelo jornal, é o atual Bairro Cariri.

que o A Luta indicava que havia “mato”, porém, foi somente nele que apontou para o risco de ocorrer alguma “emboscada por marginais”.

No último ano em que o jornal circulou, em 1979, o “Bairro da Baixa” continuava a ser um local excluído das benesses apontadas como progressistas, sem amparo ao “saneamento na área, já que as coisas ali estão mais pra porco do que pra gente”, e, segundo o A Luta, havia um anseio de seus moradores por “limpeza do ambiente, calçamento, urbanização, galerias para o escoamento da água podre que existe lá, e uma praça, há tanto esperada que vai servir para seu lazer” (A LUTA, 26 de agosto de 1979, 04).

As reclamações acerca da sujeira presente em Campo Maior foram marcantes no A Luta até o ano final de sua circulação, em 1979. É relevante salientar que durante os anos de 1978 e 1979 as críticas mudaram o foco; no período anterior a esses anos o jornal atribuía a falta de higiene na cidade à população em geral, porém, a partir de 1978, passaram a direcionar a questão mais como sendo responsabilidade da administração pública, pois Mamede Lima (1977-1982) era o prefeito, e, conforme já foi visto, sofreu oposição do periódico.

As críticas direcionadas ao prefeito, em relação à limpeza pública em Campo Maior, foram novamente tema abordado após o festejo de Santo Antônio, que ocorre no mês de junho, sendo sublinhado que antes do festejo “o prefeito mandou fazer uma limpeza geral na cidade para impressionar bem os nossos visitantes”, no entanto, “tudo agora voltou à estaca zero, com a sujeira tomando conta de nossas ruas” (A LUTA, 19 de agosto de 1979, s/p). Dessa forma, a denúncia feita pelo A Luta foi finalizada com o seguinte comentário:

Dizem que nas proximidades da casa do Chefe da edilidade há uma grande quantidade de lixo para espanto das pessoas que residem na área e por ali transitam. Pois se nas “beiradas” da casa do prefeito as coisas estão desse jeito, como poderá o resto da cidade andar limpo? (A LUTA, 19 de agosto de 1979, s/p).

A limpeza das praças recebeu também atenção na década de 1970, afinal, era onde havia os maiores adensamentos populacionais, além de eventos públicos e passaram a ser objeto de representação do A Luta, tanto no sentido de elogiá-las, quanto no de indicar ao poder público e/ou população o que estava fugindo ao que o jornal esperava de uma urbe progressista e moderna.

Uma das praças que figurou nesse sentido foi a Gentil Alves, localizada na região central, mas que nunca atendeu aos anseios do periódico, por ser considerada inestética, conforme se observará nas características que o A Luta atribuía ao logradouro. Em 1973, o jornal afirmou ter recebido uma reclamação em relação a esse logradouro, pois além da “sujeira

já existente no local, agora se estão aproveitando da parte detrás do Teatro para seus depósitos de lixo” (A LUTA, 10 de outubro de 1973, s/p).

Para o A Luta, a Gentil Alves era apenas um “local e não praça porque aquilo ali nada tem que se assemelhe a um logradouro público. É apenas um pequeno espaço aberto com algumas árvores frondosas e nada mais”, e acrescentou: “na outra parte, foi construído um edifício, que além de inestético e sem apresentar sinais de modernismo, não disse até hoje para que foi feito” (A LUTA, 30 de novembro de 1975, s/p). O edifício era o Teatro do Estudante, cuja denominação oficial é Teatro Sigefredo Pacheco, e, segundo o jornal, o local vivia em estado de abandono, devido à ausência de eventos no prédio.<sup>36</sup>

Em matéria da edição, datada do ano de julho de 1977, foi sublinhado que na Gentil Alves tudo constituía “uma aberração, contrastando com o panorama geral da cidade, em que, em toda ela, não se conhece maior descalabro” (A LUTA, 24 de julho de 1977, p. 06). O A Luta elencou, então, tudo o que na sua visão constituía entraves a uma cidade moderna, inclusive demonstrando incômodo com uma família que residia em uma “casinhola” próxima à praça:

Medita-se sobre aquilo e veja se não dizemos a verdade! Em que parte do mundo vamos encontrar um teatro (e como ele é antiquado!) rodeado de sujeiras e ainda, para completar o horrível quadro, uma casinhola bem na frente do dito cujo e deste a alguns passos apenas. Já viram agora como a coisa se encontra? Na casinhola mora uma família que resolveu fazer do local um “restaurante”, colocando fora do casebre e no meio da “praça” uma mesa e em volta desta troncos de árvore para os fregueses se sentarem. Será cabível isso? (A LUTA, 24 de julho de 1977, p. 06)

Observa-se na matéria que o jornal considerava que a “casinhola” estava em desacordo com o crescimento da urbe e, por isso, o “casebre” de aspecto humilde foi alvo de críticas do grupo letrado, pois esperava que os cidadãos adequassem seu comportamento e suas residências de modo a serem compatíveis com o que o A Luta avaliava ser adequado ao progresso.

Ainda sobre a praça, críticas mais duras foram feitas em nova edição, ao afirmar que “se me perguntassem o que há de mais feio na cidade para registro, eu responderia que é aquele recanto ali, onde se ergue o teatro”,<sup>37</sup> pois “a coisa naquela parte da cidade é mesmo feia pra

<sup>36</sup> Em dezembro de 1970, foi mencionada uma reforma no teatro abrangendo “reboco, e pintura externos, bem como cadeiras”, porém, enfatizou-se: “o que falta ali são espetáculos. E a juventude bem que poderia movimentar-se no sentido de oferecer aos campomaiorenses realizações que viriam lotar o teatro” (A LUTA, 05 de dezembro de 1970, p. 02).

<sup>37</sup> Acerca do teatro, as críticas eram igualmente rígidas, conforme se observa: “[a] feiura do prédio, que não foi construído para servir, mas, o que parece, entrar no rol das coisas inúteis, tudo ali merece a condenação dos que desejam para a sua cidade o seu progresso arquitetônico e embelezamento urbanístico. O que se vê ali é simplesmente uma vergonha para nossa terra. É uma falta até de atenção para com o povo, especialmente para com os que residem no local” (A LUTA, 20 de novembro de 1977, p. 04).

burro! Para uma cidade do porte da nossa, já que é tida como das mais progressistas, não se concebe tamanho crime contra esses foros” (A LUTA, 20 de novembro de 1977, p. 04).

Não obstante as reclamações, no ano de 1978, a situação permanecia a mesma, sem nenhuma reforma realizada no local, apontando-se que o teatro instalado na praça era “carente de modernização” e para indignação da gestão do A Luta nada foi feito para a “retirada dos moradores da casinhola ali defronte, cujo morador parece ser o fiscal ou vigia [...]” (A LUTA, 03 de setembro de 1978, p. 02).

Já na praça José Miranda, o A Luta havia pedido ao poder público que fosse realizada uma limpeza no logradouro, no intuito de acabar com o “mato” que o afeava. Porém, um problema foi solucionado e acabou resultando em outro: “em vez de grama e mato ficou a poeira que os meninos frequentadores da Praça, e que muito concorreram para sua derrocada, levantam dos canteiros onde só terra pura existe” (A LUTA, 04 de julho de 1976, p. 07).

Outro problema foi ainda elencado em relação à praça José Miranda, que estava sendo “visitada por espécies irracionais, como os porcos, os bois, os cavalos, pelo menos até que os da espécie racional – o Homem – se decida enxotá-los. Eles aparecem atraídos pela grama, que é fresca e substancial” (A LUTA, 03 de setembro de 1978, p. 05). Segundo foi visto, o problema de animais no centro da cidade era denunciado constantemente no impresso, o que demonstra a presença forte de elementos rurais ainda em Campo Maior, cidade na qual era comum os moradores criar animais próximos às suas residências no perímetro urbano, ou mesmo no quintal de casa, contrariando o anseio pelo progresso e modernização que era veiculado no jornal.

Evidencia-se, assim, o trabalho do A Luta no sentido de implantar o seu conceito de cidade moderna, civilizada e progressista, na qual a criação de animais na zona urbana não era bem-vista, ainda que fosse como fonte de alimentação ou meio de transporte. Além disso, conforme foi observado, para o A Luta, o conceito de cidade passava por novos costumes, como andar de ônibus, usar meio de transportes motorizados, ir ao cinema e eliminar o “mato” que havia no núcleo urbano.

Em notícia elaborada pela edição, na qual não era citado o nome da praça em questão, utilizou-se um tom mais severo, enfatizando que o prefeito Dácio Bona precisava, com a máxima agilidade, “coibir os abusos que estão sendo praticados por certos elementos, que fazem da praça pública local para consertos de bicicletas, carros, e outros de pequeno porte, usando para isso o passeio, além de serviços de soldagens e pinturas [...]” (A LUTA, 28 de novembro de 1975, s/p). Além desse fato que destoava do que o semanário considerava uma cidade moderna, já que segundo o jornal, o passeio devia ser para a livre circulação dos

transeuntes, havia também reclamação em relação aos “meninos vadios”, que estavam “quebrando e pisando no que lhes as na cachola”, danificando, assim, a referida praça.

Durante o mandato do prefeito Mamede Lima, a crítica ao descaso com as praças aparecia de modo contundente, a ponto de ser indicado que “as praças José Miranda, Bona Primo, Rui Barbosa e Luiz Miranda estão aí de fazer pena”, pois tais logradouros públicos já haviam sido em época anterior motivo de:

Deleite e orgulho de uma cidade que parecia marchar resoluta e rapidamente para se emparelhar com as demais, em nível de beleza urbanística mas que, de repente, se acomodou, dando mostras de sua incapacidade de progredir, avançar (A LUTA, 16 de setembro de 1979, s/p).

Dentre as praças apontadas como principais pelo articulista, Raimundo Pereira (2015) enfatiza que a Rui Barbosa teve lugar de destaque inicialmente, pois fica situada no núcleo original a partir do qual Campo Maior se expandiu. A Rui Barbosa fica posicionada atrás da Igreja Matriz e a partir da década de 1950 passou a perder importância em relação à praça Bona Primo, localizada à frente da Igreja, tendo se tornado a principal praça da urbe.

Na penúltima edição do A Luta, datada de 23 de setembro de 1979, foi publicada a manchete “Campo Maior em Maus Lençóis” e na sequência um texto da edição acentuando que “falta zelo por nossa cidade”. Criticou-se severamente Mamede, ao sublinhar que “não se sabe por onde andam as atividades do Prefeito ou se sua intenção é deixar praças, centro e bairros entregues à lama e ao lixo” a exemplo da “praça José Miranda, mas, ela é apenas uma pequenina amostra do estado crítico de nossa cidade”, e nas áreas mais afastadas do centro via-se “em cada esquina um depósito de lixo” (A LUTA, 23 de setembro de 1979, p. 01).

Diante do exposto, em relação à atenção do A Luta quanto à higiene e embelezamento campomaiorense, compreende-se como o desejo em ter uma cidade moderna e progressista, em determinados momentos, foi mais uma expectativa do que algo concreto. A exemplo disso, verifica-se que durante a década de setenta, o semanário apelava tanto ao poder público como aos leitores para que contribuíssem com a higiene e embelezamento urbano, contudo, os mesmos problemas sempre figuravam no jornal, inclusive sendo recorrentes os logradouros que, no entender do periódico, precisavam ser adequados ao progresso e modernização, em uma demonstração de que nem todos os cidadãos partilhavam das ideias que o grupo letrado transmitia.

### 2.3 “PROGRESSO” E “MODERNIZAÇÃO” NAS ÁREAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO, SAÚDE E TURISMO

O estádio de futebol Deusdeth Melo foi considerado pelo A Luta um dos mais importantes aspectos que compunha o que o semanário indicava ser o progresso campomaiorense, durante a ditadura civil-militar. O futebol era o principal esporte da cidade, e em Campo Maior havia dois clubes que alcançaram destaque no Piauí: Caiçara Esporte Clube e Comercial Atlético Clube. De acordo com Elmar Carvalho (2003), o Caiçara foi fundado no ano de 1954 e o Comercial possui trajetória mais longa, com fundação em 1945. Tais times eram grandes rivais e, em geral, protagonizavam os principais espetáculos que ocorriam no Deusdeth Melo, construído no ano de 1947 e reformado durante os anos setenta.

Reginaldo Lima (1995) sublinha que o futebol foi implantado em Campo Maior na década de 1920, sendo introduzido na cidade por Deusdeth Melo, que era um praticante do esporte e comerciante local que, por sua atuação no incentivo ao futebol local, o estádio esportivo recebera seu nome.

A primeira notícia veiculada pelo jornal, tratando da ampliação do estádio Deusdeth Melo, data do ano de 1969, relatando que o campeonato piauiense, em suas partidas que seriam realizadas em Campo Maior, encontraria o prédio esportivo com melhoramentos em sua estrutura. Segundo o A Luta, o então prefeito Raimundo Andrade já havia acertado com o governador do Piauí, Helvídeo Nunes, a reforma que ocorreria sob financiamento estadual.

No ano de 1970, Capitão Câncio, chefe da polícia militar local, que escrevia com frequência matérias para o jornal, redigiu artigo acerca do estádio, colocando-o como o melhor do interior piauiense:

Aqui em nossa cidade contamos já hoje, com um Estádio maravilhosamente arquitetado, apresentando-se como a melhor praça futebolística do interior piauiense. Os campomaiorenses sentem-se realizados e se ufanam de seu campo de futebol, que graças aos sacrifícios das autoridades municipais e estaduais, bem representa o futebol da terra dos verdes carnaubais (A LUTA, 26 de abril de 1970, p. 02).

Apesar dos elogios à estrutura do prédio, Capitão Câncio citou que o comportamento da população não estava condizente com o local e, por isso, pedia que os frequentadores daquele ambiente adequassem sua linguagem, de modo a tornar o logradouro “sadio e familiar”, “pronto a receber em suas arquibancadas não somente o público masculino, mas também o feminino, que com sua graça dará colorido mais belo ao espetáculo futebolístico”. Nesse sentido, afirmou que eram proferidos “gritos desnecessários”, piorando a situação quando esses “brados eram

pornográficos” e, por essa razão, advertia: “a verdade é que, ante brados inoportunos, a reação é um fenômeno natural. Indivíduos normais, dificilmente reagem quando tratados com boas maneiras. Pelo contrário, tornam-se até mais dóceis e submissos” (A LUTA, 26 de abril de 1970, p. 02). Conforme se observa, o articulista ressaltou que “reações” podiam ocorrer, o que considerava inconveniente, pois segundo sua concepção era preferível que mantivessem a “submissão e a docilidade”.

Desse modo, Capitão Câncio pediu a colaboração das pessoas que assistiam aos espetáculos esportivos e deixou claro que os problemas indicados por ele ocorriam, sobretudo, nas partidas travadas entre os dois rivais locais, Comercial e Caiçara:

Fica aqui um apelo aos frequentadores do Estádio DEUSDEDITH MELO, para unirem-se às autoridades locais e transformar o nosso novo Estádio, numa praça de entusiastas e ardentes vibrações, alegrias e prazeres, durante a efetivação de uma partida de futebol, mui principalmente num embate entre as valorosas equipes do COMERCIAL e CAIÇARA, rivais de longas datas e possuidores de duas espetaculares “torcidas”, que como o óleo e a água não se misturam e como o vento e a onda do mar, se debatem numa luta sem trégua [...]. Gritar, cantar, fazer carnaval, torcer fervorosamente pelo seu clube é um dever de todo bom torcedor, não esquecendo porém, no rebuliço de sua euforia, o comedimento no falar. Medir sempre as palavras antes de dizê-las (A LUTA, 26 de abril de 1970, p. 02).

Sobre a rivalidade que havia entre os dois times campomaiorenses, o A Luta colocou que eram “os dois mais antigos e inconciliáveis rivais do futebol piauiense”, ao mencionar um dos jogos que ocorreu entre os clubes. E conforme era possível apreender a partir do jornal, existia inclusive, risco de conflitos entre torcedores e/ou jogadores, pois mencionou que “para os temerosos, é bom que se esclareça. Não deixe de ir ao estádio com medo de briga. Será mantida a ordem pela eficiente polícia local”, que permanecia atenta dentro e fora do alambrado “para evitar os possíveis choques entre jogadores e entre os torcedores mais inflamados” (A LUTA, 19 de abril de 1970, p. 02).

Reginaldo Lima menciona que as equipes do Caiçara e Comercial, também conhecidas pelas alcunhas de “Leão do Interior” e “Papão dos Carnaubais”, respectivamente, travaram grandes disputas nos “tempos áureos do futebol piauiense na década de 60 e 70”, e que “houve até caso de morte de torcedor devido a grande comoção durante disputa realizada entre os dois clubes campomaiorenses” (LIMA, 1995, p. 404). O autor não dá maiores detalhes acerca do ocorrido, mas seu relato é relevante para entender a rivalidade envolvida entre os clubes. Dentre algumas das conquistas importantes em âmbito estadual, o Comercial chegou ao vice-campeonato piauiense, em 1969, e o Caiçara foi vice-campeão, em 1954 e 1964.

No mês de maio de 1970, foi publicada a notícia acerca da inauguração da reforma operada no estádio, que tinha capacidade para cerca de seis mil pessoas e contou com a presença do governador Helvídeo Nunes, além de ocorrer uma partida entre os times locais, como parte das atividades comemorativas durante o evento, como se observa: “às 16 horas realizar-se-á após as cerimônias de inauguração, o prélio futebolístico entre as equipes do Caiçara e Comercial, de portões abertos ao público, numa promoção da Prefeitura Municipal” (A LUTA, 10 de maio de 1970, p. 01).

Apesar da reforma efetivada, o estádio ainda carecia de um gramado, o que segundo o A Luta foi prometido pelo prefeito Jaime da Paz, em 1971, ao referir que em sua administração “a praça de esportes ganhou grandes transformações de melhoria”, sendo confirmado pelo prefeito que o Deusdeth Melo receberia gramado, o que contribuiria para “grandes jogos futebolísticos, ampliando-se o horizonte do nosso futebol” (A LUTA, 26 de setembro de 1971, p. 01).

Contudo, a melhoria que deveria ocorrer não estava sendo implantada na velocidade em que o grupo que dirigia o periódico desejava. Desse modo, em outubro de 1971, havia reclamação em relação à morosidade no andamento das obras, pois Campo Maior poderia não participar de um torneio entre municípios piauienses devido à falta de gramado no estádio, razão pela qual sua inscrição no campeonato foi barrada. O periódico descreveu a situação da seguinte forma:

Campo Maior está na possibilidade de, mais um vez, no ano passado esteve de fora, não participar da competição interiorana. Fala-se que a barreira que impedirá nossa cidade de inscrever o selecionado será a implantação de grama no campo do Estádio Deusdedit Melo, coisa que se dizia principiaria muito em breve, mas que nem foi iniciada ainda, e incita dúvida quanto à data em que venha começar. A responsabilidade da obra foi entregue pela Prefeitura a uma comissão de desportistas (A LUTA, 24 de outubro de 1971, s/p).

A insatisfação era porque a comissão mencionada ainda não havia tomado nenhuma providência no sentido de iniciar a implantação do gramado. Foi mencionado que o governo estadual emprestaria um trator que seria utilizado na “etapa de terraplanagem do campo” e sugeria a comissão que “procurar saber quando ele [trator] virá, seria uma medida boa”, pois era necessária agilidade, para que Campo Maior pudesse participar de importantes campeonatos, de visibilidade estadual.

Fontineles, ao analisar a importância dada ao futebol no Piauí durante a década de 1970, salienta que o esporte era tido como símbolo de progresso “que causava euforia na sociedade e

era pauta de todas as campanhas publicitárias dos governos militares” (FONTINELES, 2015, p. 162). A autora ressalta que após Alberto Silva assumir o governo estadual colocou como uma de suas metas inserir o Piauí na disputa de campeonatos nacionais e, para tal, construiu em Teresina o Estádio Albertão, com estrutura para grandes torneios, com capacidade para 60 mil pessoas, o que representava mais um aspecto da “inserção do Piauí na modernidade por meio do êxito representado pelo desempenho futebolístico do Brasil na época” (FONTINELES, 2015, p. 167). Nesse contexto, é que se observa que o A Luta insistia na reforma do Deusdeth Melo, para que Campo Maior pudesse avançar no progresso que estaria tomando de conta do Piauí, sendo para tanto, necessário participar de importantes disputas futebolísticas de nível estadual.

Somente em janeiro de 1972 foram iniciados os trabalhos para colocação da grama, sendo informado pelo periódico que foi feita a terraplanagem e que “nos próximos dias os trabalhos irão entrar na fase de plantação da grama. Enquanto o inverno não vem para colaborar, será empregada água encanalizada [sic]” (A LUTA, 10 de janeiro de 1972, s/p).

Para frustração da imprensa escrita campomaiorense, o gramado que foi instalado não correspondia ao que o semanário entendia ser condizente com uma cidade progressista, pois pouco após a colocação da grama, já houve matéria que salientou que “o estado do campo é precário”, visto que a prefeitura “não realizou um trabalho que mereça aplauso” e o “serviço foi tão ruim que decepciona a todos que aguardavam ansiosamente a sua conclusão” (A LUTA, 04 de março de 1972, s/p). O jornal elencou os aspectos que considerou como inadequados na realização do trabalho:

O certo é que a “grama” que seria fator de incentivo ao futebol campomaiorense, não é grama nenhuma. No campo da praça esportiva nasceram ervas de várias espécies e espalhadas em touceiras isoladas. O barro depositado ali, cerca de 250 carradas insuficientes, está fofo e deve mesmo atolar com as chuvas. Na verdade, um serviço feito com desconhecimento dos responsáveis e com muito pouco gosto da prefeitura. A obra não foi entregue a um técnico; o barro, em quantidade insuficiente, sequer foi batido devidamente; não houve mistura de substâncias adequadas nem seu depósito em caixão apropriado; o capim não foi escolhido e replantado, mas veio no próprio barro, misturado com outras espécies; até água faltou (A LUTA, 04 de março de 1972, s/p).

O trabalho para inserir a grama no Deusdeth Melo não se efetivou da forma como era esperado pelo A Luta. Desse modo, no ano de 1974, nova reforma ocorreu no estádio, buscando sanar o problema ocorrido, conforme foi destacado na manchete do dia 02 de setembro: “Reforma do Estádio em fase adiantada”.

As obras para a reforma começaram em julho e tinham a mesma finalidade da anterior, realizar a terraplanagem para a colocação do gramado: “[...] o serviço de aterro do campo de jogo encontra-se em fase bem adiantada, pois está faltando somente a colocação de 10 cm de terra vegetal. Vale salientar que no aterro [...] foram aplicadas mais de 600 carradas” (A LUTA, 02 de setembro de 1974, p. 01). Após essa etapa, deveria ocorrer, mais uma vez, a implantação da grama, oportunidade em que seria efetivada também uma reforma “nas dependências do renomado estádio”. Segundo o grupo do jornal, buscava-se ainda “conseguir a iluminação” para o estádio, “bem como o asfaltamento da avenida que dá acesso àquela praça de esportes” (A LUTA, 02 de setembro de 1974, p. 01). Com essas modificações, o semanário julgava que o Deusdeth Melo estaria mais condizente com a “grandeza” de Campo Maior e poderia abrigar campeonatos de maior destaque.

Em março de 1975, foi concluído o “plantio da grama”, “estando faltando a mesma se fixar no solo, a fim de oferecer condições de jogo”. Enquanto o estádio de futebol campomaiorense não podia ser utilizado, a alternativa para que Campo Maior participasse de um campeonato entre municípios piauienses foi o deslocamento dos times locais para a cidade vizinha, Altos. Desse modo, o A Luta estimulou na primeira página que os torcedores fossem incentivar o futebol local, a manter a tradição de ser um dos “principais centros do Estado na modalidade”:

Dada a proximidade de Altos,<sup>38</sup> a torcida campomaiorense pode e deve ir incentivar o futebol da terra dos carnaubais que precisa manter a tradição de um dos três principais centros do Estado na modalidade.<sup>39</sup> Afinal, é bom desenfrestar [sic] das tarde domingueiras em Campo Maior. Serão domingos diferentes e emocionantes. De carro próprio e/ou de ônibus que partem daqui a toda hora passando por aquela cidade, é muito fácil a locomoção (A LUTA, 09 de março de 1975, p. 01).

Para lamento da imprensa escrita, os outros aspectos que tinham sido desejados acabaram não se tornando uma realidade naquele momento, a exemplo da iluminação do logradouro e asfaltamento da artéria urbana que levava a ele. Nesse sentido, no ano de 1977, Otacílio Eulálio fazia um “Apelo à autoridade competente”, ressaltando que a eletrificação do Deusdeth Melo era “uma necessidade imperiosa”. A principal alegação do articulista era o fator climático:

---

<sup>38</sup> A cidade localiza-se a 44 km de Campo Maior.

<sup>39</sup> Dentre outros municípios localizados no interior do norte piauiense, que também tinham destaque no futebol, pode-se citar Piripiri e Parnaíba.

O futebol é agradabilíssimo para ser observado quando em clima ameno. O calor da tarde o torna enfadonho e para muitos intoleráveis [sic], privando a presença de muitos. É claro que como [sic] estádio iluminado com possantes refletores, condicionará melhor atração, concorrendo para o soerguimento de nosso esporte, sobretudo o futebol (A LUTA, 12 de junho de 1977, p. 07).

Em entrevista, o senhor Severo Sampaio (2019) informou que a iluminação do estádio foi realizada ainda durante a circulação do A Luta, tendo o vereador Manuca – que era aliado do semanário, como foi visto no capítulo um desta Tese – como o político que mais se empenhou nesse sentido, ensejando matéria bastante elogiosa do jornal em relação a sua atuação; a matéria mencionada pelo senhor Severo não foi localizada no acervo do A Luta utilizado nesta pesquisa.

O Deusdeth Melo permanece atualmente em funcionamento, como único estádio existente na cidade, onde uma das principais atrações ainda é o embate entre os clubes locais: Comercial e Caiçara.

O futebol foi uma temática que esteve presente em toda a existência do A Luta, que sempre dedicou espaço, sobretudo, para a atuação dos times locais, ou para torneios que ocorriam em âmbito estadual, sendo raras as menções ao futebol nacional e internacional.

Outra obra pública que chamou a atenção do A Luta no início dos anos setenta foi o Colégio Estadual, que visava atender estudantes do Ensino Médio e permanece em funcionamento até hoje. Atualmente, o estabelecimento de ensino chama-se Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade e atende discentes do Ensino Médio; recebeu essa denominação em homenagem ao prefeito da época em que foi inaugurado, o professor Raimundo Andrade.

Gislane Tôrres (2010) enfatiza que a educação foi tomada pelos governos piauienses da época em análise como fundamental para retirar o Piauí do subdesenvolvimento. Desse modo, a autora afirma que no Piauí, as décadas de 1960 e 1970 foram de expansão na área da instrução pública, e aponta o avanço no número de matrículas, visto que em 1960 contabilizaram-se 47900 no Ensino Primário e, 3052 no Ensino Secundário, sendo que no ano de 1979 alcançou-se a quantidade de 450424 e 26728, nos ensinos primário e secundário, respectivamente.

A primeira menção encontrada sobre a edificação do Colégio Estadual ocorreu em novembro de 1968, quando o A Luta afirmou que haviam iniciado as obras para a construção do estabelecimento de ensino, contando com um “prédio de alto gabarito”. No começo de 1970, o A Luta textualizou acerca da ansiosidade em relação à inauguração do colégio que funcionaria nos turnos tarde e noite. Em abril do mesmo ano, o jornal citou o quanto os estudantes estavam ansiosos e relatou que ainda havia pendência na montagem das carteiras, afirmando também

que “tem gente tão ‘maluca’ pra ‘inaugurar’ o prédio novo, que fala-se na abertura de um voluntariado para ajudar na montagem dos moveis...” (A LUTA, 12 de abril de 1970, p. 03).

Em um artigo escrito pelo educando Aurino Silva, sua fala era em direção aos estudantes, ressaltando a importância da educação e elogiando o Colégio Estadual, o “maior estabelecimento de ensino de nossa cidade”. Na Mensagem de Governo da administração de João Clímaco (1970-1971), constava que o prédio era composto por 20 salas. Aurino enfatizou a relevância da instituição assegurando que:

Não há dúvida, é um empreendimento de considerado valor: é nosso, está sobre o que esperávamos, e é portanto, amigos estudantes, que para lá devemos levar toda a largura de nossos desejos, acompanhada do nosso reconhecimento e gratidão (A LUTA, 19 de abril de 1970, p. 04).

Em maio de 1970, foi noticiada a inauguração do colégio, com a presença do governador da época, Helvídeo Nunes. No entanto, o evento ocorreu com a obra pública estando inacabada, pois no ano seguinte foi divulgado que “a conclusão das obras do Colégio Estadual, consistente na construção do muro e quadra de esportes, está incluso no fundo especial do próximo ano” (A LUTA, 31 de outubro de 1971, s/p). Possivelmente, a inauguração realizada por Helvídeo Nunes, em maio de 1970, tenha se efetivado mesmo com a obra inacabada porque no mesmo mês o governador abria mão do mandato, para candidatar-se ao cargo de senador. A inauguração do colégio, poderia, então, ser relevante para a obtenção de capital político, a ser utilizado no pleito que ocorreria em 1970.<sup>40</sup>

O progresso que, no entender do jornal contemplava o setor educacional, logo deu lugar às críticas, direcionadas ao então Secretário de Educação estadual, Raimundo Wall Ferraz. O ocorrido se deu porque o prédio com pouco mais de um ano após a inauguração já precisava de reformas e segundo o A Luta, Wall Ferraz prometeu realizá-las, porém, isso não ocorreu. Conforme o periódico, houve:

[...] A promessa de que [Wall Ferraz] providenciaria a reforma do prédio do estabelecimento oficial de ensino durante as férias do meio do ano, que inclusive, seriam antecipadas para meados de junho a fim de que houvesse maior tempo para as imprescindíveis reformas no colégio, que faz muito carece delas porque há ameaça contra a segurança dos que trabalham e estudam ali. A obra seria acrescida, até, da construção do muro e da sonhada quadra de esportes, anseio da juventude ativa. As férias escolares vieram e já

---

<sup>40</sup> Novamente, retomam-se aqui as reflexões de Bourdieu (2011), pois a inauguração de uma obra pública era importante para a “reputação” de um determinado político, momento de obter “notoriedade” e adquirir capital político.

se vão, e a Secretaria de Educação não moveu uma palha nesse sentido (A LUTA, 08 de agosto de 1972, s/p).

Em 1973, houve nova ênfase na situação do colégio, reclamando mais uma vez acerca da ausência de reforma. Dessa forma, o A Luta buscou pressionar o secretário da educação Wall Ferraz, realçando que “impreterivelmente”, no início de 1973, devia ser providenciada a reparação da instituição de ensino. A edição do jornal, na matéria em relevo, deu maiores detalhes acerca dos problemas que existiam no prédio: “qualquer leigo em arquitetura sabe que o prédio, para começo de conversa, já fora mal projetado, de modo a ser incômodo aos que ali trabalham e estudam” (A LUTA, 07 de janeiro de 1973, p. 01). Além disso, citou as avarias que reclamavam solução, a saber, “as paredes apresentam diversas rachaduras, os bebedouros não mais funcionam, o serviço de iluminação está deficiente [...], o piso, de cerâmica e madeira, está arrancando em salas e corredores”, sendo também lembrado, mais uma vez, a inexistência de muro e quadra de esportes.

As reclamações do A Luta, em decorrência da situação do educandário, só tiveram fim em dezembro de 1973, quando a edição publicou notícia na capa sob o título “Colégio Estadual é restaurado”. As matérias que foram veiculadas antes, solicitando reparos, eram direcionadas a Wall Ferraz, contudo, a reforma do colégio foi realizada com “recursos próprios”: “a diretoria do Colégio Estadual de Campo Maior, com recursos próprios, está operando as imprescindíveis reformas materiais no estabelecimento que por diversas vezes mereceu deste Semanário veementes apelos dirigidos à Secretaria da Educação, inutilmente” (A LUTA, 02 de dezembro de 1973, p. 01). Nesse sentido, foram elencadas as restaurações operadas na instituição de ensino:

A instalação elétrica do estabelecimento, que motivou semanas de “férias” forçadas e prejudiciais aos alunos, pois seguidamente vinha deixando o educandário às escuras, já foi totalmente substituída. Novos bebedouros foram adquiridos, de modo que não tinham como mitigar a sede durante todo o turno de aulas porque nenhum dos bebedouros anteriores não mais funcionava, têm agora água a valer. Os combombós do andar superior que ficam defronte para o nascente, estão sendo retirados a fim de que sejam colocadas janelas de vidro, acabando assim com os alagamentos do setor do prédio provocados pelas chuvas (A LUTA, 02 de dezembro de 1973, p. 01).

A notícia em destaque foi a última encontrada sobre o Colégio Estadual; enquanto o prédio estava carecendo de reforma, foi alvo do A Luta, pois estava inadequado ao que o jornal considerava progressista e, assim que houve a restauração, não foram mais encontradas matérias acerca da escola.

Na década de 1970, foi estabelecido um prédio público que o semanário considerou ter grande relevância para a cidade, o Hospital Regional de Campo Maior; de acordo com a Mensagem de Governo de João Clímaco, o prédio possuía 45 leitos, com inauguração noticiada em janeiro de 1972, pelo A Luta. Antes da inauguração, o periódico havia destacado na primeira página que o secretário de saúde do estado – o médico Dirceu Arcoverde, que passou a ser governador após a saída de Alberto Silva – tinha visitado as instalações do nosocômio campomaiorense, ficando “impressionado com a arquitetura do prédio do hospital Regional; além de muito bonito, oferece ótimas condições de funcionamento, afirmando, inclusive, que se trata de um hospital de primeira categoria” (A LUTA, 01 de maio de 1971, p. 01). Na notícia, era acrescentado ainda que o prefeito Jaime da Paz afirmou que todo o material para funcionamento do hospital já estava no prédio e “em breve o aparelhamento estará instalado para que seja constatado se existe alguma falha”, faltando apenas negociar a ligação da instalação elétrica com a CEPISA.

Em 01 de janeiro de 1972, o periódico informou na primeira página da edição que a inauguração iria ocorrer no mês em destaque, enfatizando a presença das autoridades estaduais, a exemplo do governador Alberto Silva:

[...] Acontecerá 2ª feira, 3, às 17 horas, a inauguração do Hospital Regional de Campo Maior, grande evento neste início de ano para o nosso povo e municípios pertencentes a esta jurisdição. Ao ato se farão presentes o Dr. Dirceu Mendes Arcoverde, Secretário de Estado da Saúde [...]. A cidade, em peso, presenciará a entrega a si da importante obra [...], para extinguir com a precariedade hospitalar do meio (A LUTA, 01 de janeiro de 1972, p. 01).

Consoante o que salientou o jornal, almejava-se eliminar a “precariedade hospitalar do meio”, pois no período anterior à instalação do Hospital Regional, no setor da saúde, em Campo Maior, o Hospital São Vicente de Paula era a principal instituição. Natália Oliveira (2015) enfatiza que o Hospital São Vicente de Paula era administrado pela confraria católica dos vicentinos, desempenhando relevante papel para a assistência à saúde local, tendo sido a primeira instituição do gênero na cidade que realizou internações de pacientes, no entanto, sofria constantemente com a falta de recursos e de infraestrutura.

Não demorou muito tempo, o jornal já demonstrou certa decepção em relação ao hospital recém adquirido, em notícia elaborada pela edição sob o título de “HOSPITAL ainda não se afirmou no conceito do povo”. Textualizou que o “serviço do hospital em Campo Maior continua deficiente”, visto que “os pacientes que, às portas da morte, são levados para o novo nosocômio, que funciona há 70 dias, não encontram pronto atendimento”, razão pela qual “a

cidade comenta, decepcionada e revoltada, que ‘morrem sem o conforto do médico’; e todos vão mais longe dizendo que ‘morrem à mingua’. Isto por falta de Plantão, o que é lastimável e inconcebível” (A LUTA, 11 de março de 1972, s/p).

Em junho de 1972, os problemas persistiam, sendo apontado pelo jornal que o hospital “funciona ainda precariamente”, o que ocorria porque “há apenas 3 médicos plantonistas, atendendo cada um durante todo o dia, sem qualquer outro que o substitua, quando necessário [...]” (A LUTA, 10 de junho de 1972, s/p). Desse modo, era comum o hospital encontrar-se sem médico, ficando sob responsabilidade apenas de pessoas da área da enfermagem.

Não obstante a falta de profissionais, o Hospital Regional voltou a ser lembrado no A Luta em aspectos positivos, no ano de 1974, com a implantação do pronto-socorro, “concretizando-se um velho anseio de toda coletividade que foi vítima de deficitário serviço de pronto atendimento” (A LUTA, 03 de fevereiro de 1974, p. 01). O evento contou novamente com a presença de Dirceu Arcoverde, visto que a obra pública foi edificada com recursos do governo estadual.

No ano de 1977, o Hospital Regional teve novo destaque, com inauguração da ampliação do prédio. Dirceu Arcoverde esteve presente, dessa vez ocupando o cargo de governador do Piauí. O A Luta exaltou a obra pública, que ampliou sua capacidade de atendimento, além de receber a instalação de aspectos tidos pelo semanário como modernos. Conforme o jornal:

[...] O Governador Dirceu Arcoverde fez entrega domingo último dos setecentos metros quadrados de área construída na reforma porque passou o H. E. local, ampliando-o para que pudesse ser implantada a unidade de pediatria, ficando o nosocômio aumentado em quase 40 por cento na sua capacidade de atendimento. Também foram inaugurados pelo Governador, outros importantes melhoramentos, como a lavanderia moderna toda ela na base da mecânica que permite lavar, higienizar e passar a roupa destinada aos doentes sem aqueles inconvenientes de uma lavanderia comum (A LUTA, 06 de fevereiro de 1977, p. 05).

O Hospital Regional foi a principal obra pública construída no setor da saúde em Campo Maior, durante o recorte temporal aqui investigado. Continua em atividade até a atualidade e desde sua fundação tinha o intuito de atender não só a população de Campo Maior, mas também os municípios vizinhos.

Nos anos setenta, o A Luta voltou a tratar de uma temática que apareceu de forma incipiente na década de 1960, ou seja, a construção de um hotel que correspondesse ao progresso e modernização urbana campomaiorense que eram veiculados pelo jornal. Nesse

sentido, ainda no ano de 1968, o impresso trazia reclamações direcionadas à administração pública municipal, utilizando a coluna “Notas, Comentários & Opinião”. O órgão de imprensa apontou que “em Campo Maior está faltando um Hotel que ofereça condições de primeira aos visitantes. Isto é: um Hotel com instalações razoáveis”, mesmo porque para o jornal, a opinião dos visitantes era fundamental, para causar uma boa impressão da cidade. Mencionou que diante da inércia da iniciativa privada na implantação de um hotel, era importante que o prefeito Raimundo Andrade tentasse construir um prédio e arrendar, de modo que “grande lacuna ficaria preenchida em nossa cidade”<sup>41</sup> (A LUTA, 28 de janeiro de 1968, p. 04).

Apelando ao poder público, em uma entrevista que o advogado Osvaldo Lobão – colaborador assíduo do jornal – realizou com o prefeito Raimundo Andrade, em dezembro de 1968, o jornal questionou qual a previsão de um “moderno hotel” ser implantado na cidade:

[...] O prefeito Raimundo Andrade esteve em contato com a EMBRATUR (Empresa de Turismo), cuja opinião – que o Prefeito tende a acolher – é a de que o pretendido Hotel deve ser uma iniciativa privada, com o estímulo e decisivo apoio do município, como um dos seus acionistas (A LUTA, 01 de dezembro de 1968, p. 04).

Não havia nada de concreto sobre a instalação do hotel, ainda, assim, Osvaldo Lobão questionou onde seria o melhor local para a implantação e Raimundo Andrade teria dito que seria nas proximidades do açude que há dentro da cidade, importante ponto turístico. Em 1969, em nova reportagem realizada pelo grupo jornalístico, que tratou de uma viagem que Raimundo Andrade faria à Brasília em busca de recursos para Campo Maior, foi novamente colocado em relevo a aspiração por um “moderno hotel”: “Na EMBRATUR, entidade que coordena os interesses turísticos do país, o Prof. Raimundinho verá as possibilidades de conseguir ajuda para construção de um moderno Hotel à margem do Açude Grande [...]” (A LUTA, 02 de novembro de 1969, p. 01).

Nos anos 70, o hotel que o jornal já reclamava sua construção desde a década anterior passou a aparecer com frequência nas representações do A Luta. Desse modo, foi lançado mão de um pronunciamento do deputado federal piauiense Tertuliano Milton Brandão, integrante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no qual o político defendeu o “erguimento de hotéis nos principais centros de desenvolvimento”. Dessa forma, ressaltou-se que o deputado

---

<sup>41</sup> Ainda na coluna em relevo, observa-se que para o jornal a inexistência de um bom hotel não era a única reclamação, pois clamavam ainda por um supermercado e uma farmácia para plantão diário, visto que “não é possível que numa cidade como Campo Maior, com a população que possui, não exista plantão de farmácia. É um absurdo que deve ser corrigido pelas autoridades competentes” (A LUTA, 28 de janeiro de 1968, p. 04).

mencionou Campo Maior, apontando-se as seguintes razões para reiterar a importância de a urbe possuir um hotel: “[...] em face de ser centro de atividades agropecuárias com um moderno frigorífico<sup>42</sup> e por ser servida pela BR 343 com pavimentação quase concluída” (A LUTA, 03 de junho de 1972, s/p). A estrada enfatizada pelo parlamentar é a que faz a ligação entre Campo Maior e a capital Teresina, além de cortar importantes cidades do norte piauiense, a exemplo de Piripiri e Parnaíba.

A implantação de um hotel em Campo Maior, objetivando acolher turistas, inseria-se num contexto mais amplo, pois era um dos objetivos da ditadura civil-militar incentivar o turismo no Brasil, sendo inclusive, criada a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) no ano de 1966, que deveria “difundir uma imagem privilegiada e ufanista no Brasil” (ALFONSO, 2006, p. 03). Segundo Louise Alfonso (2006), em meio ao “milagre econômico”, a EMBRATUR buscava repassar a imagem do Brasil como um país de muitas belezas naturais e na década de setenta foi realizada grande expansão hoteleira em diversos pontos do país, de modo a fornecer infraestrutura para a atividade turística. Foi na esteira do planejamento nacional dos militares que o governador Alberto Silva criou, em 1971, a Empresa de Turismo do Piauí (PIEMTUR), com o objetivo de fomentar tal segmento no estado. Nesse sentido, Elson Rabelo observa como o turismo era tratado pelo governo estadual e por segmentos da imprensa piauiense:

O surto modernizador também ressignificava os espaços piauienses, de que são exemplo as expressões usadas na imprensa em forma de convite feito a investidores e turistas para “conquistar o Piauí”. O turismo, até então inexistente nos discursos, surge como uma “nova e promissora indústria”, como elemento de desenvolvimento do espaço, ou pelo menos sinal de um desejo de modernização, a indicar que o Piauí se tornava atraente para o lazer [...] (RABELO, 2008, p. 63).

Posteriormente, foi publicado no A Luta que o prefeito Jaime da Paz pretendia incluir a construção do hotel no orçamento do ano de 1973, cabendo a seu sucessor, Dácio Bona, decidir se a edificação seria efetivada. Nesse ano também se encontram, em diversas edições, na página de anúncios, uma nota do grupo do A Luta, enfatizando que “Campo Maior precisa de um Hotel que corresponda ao seu crescente desenvolvimento”.

No ano de 1974, as notícias sobre a construção do hotel surgem de forma mais concreta, visto que estavam ocorrendo os primeiros encaminhamentos para a instalação do prédio. Nesse

---

<sup>42</sup> Sobre o matadouro-frigorífico instalado em Campo Maior após a criação do FRIPISA, ver subitem 3.1 desta Tese.

sentido, foi veiculado na capa da edição do dia 26 de maio de 1974 que Raimundo Antunes Riberio, fundador do A Luta, visitou a redação do periódico e informou acerca dos planos para edificação do hotel, que deveria estar concluído até o ano de 1976.

Raimundo Antunes trabalhava à época como representante da PIEMTUR e na reportagem foi informado que o principal objetivo da visita de Raimundo Antunes a Campo Maior era articular a concretização do hotel, tomado pelo órgão de imprensa como mais um importante passo que a urbe daria rumo ao progresso e logo ocorreria:

[...] O pontapé inicial no rumo da construção propriamente de tão importante empreendimento, através de que se fundamentará o turismo na terra dos heróis, cujas repercussões não terão limites. Oportunamente, e com detalhes, daremos mais notícias acerca do assunto por se tratar de uma velha aspiração de há muito se arrastando, e que agora vai ser concretizada, dando a Campo Maior uma maior movimentação e impulsos novos em direção do progresso, que deve ser sempre crescente e por todos notado e sentido (A LUTA, 26 de maio de 1974, p. 01).

O prédio deveria ser construído às margens do açude que há na cidade, principal ponto turístico do espaço citadino campomaiorense, local da instalação do “moderno hotel de veraneio para receber os visitantes que possivelmente virão às carradas”<sup>43</sup> (A LUTA, 14 de julho de 1974, s/p).

Raimundo Antunes foi exaltado por seus “valiosos e inestimáveis serviços à causa do turismo em terras piauienses (já muito fez por nossa Campo Maior) e estará novamente aqui supervisionando aquilo que se chamará Polo turístico de Campo Maior” (A LUTA, 14 de julho de 1974, s/p). Foi redigida uma lista na qual citaram-se “pessoas jurídicas e físicas que entrarão com o dinheiro para a execução do Hotel” (A LUTA, 14 de julho de 1974, s/p); a única entidade jurídica era a Prefeitura Municipal de Campo Maior e dentre as pessoas físicas havia importantes membros da classe política local, a exemplo de alguns que ocuparam o cargo de prefeito, a saber, Sigefredo Pacheco, Dácio Bona e Raimundo Andrade.

Apesar das notícias entusiasmadas do periódico, observa-se a morosidade no processo de instalação do hotel. Em novembro de 1975, o estabelecimento ainda era tomado como “um sonho que começa a se tornar realidade”, afirmando que o projeto seria encaminhado para o

---

<sup>43</sup> Nesse sentido, Regianny Monte observa que em Teresina houve no início dos anos setenta a reforma e a modernização do Hotel Piauí, que pertencia ao governo estadual, no intuito de “oferecer ao visitante uma boa imagem da cidade”, “transformando-o em um hotel de referência, para que os turistas pudessem contar com acomodações modernas e adequadas aos novos parâmetros de hotelaria” (MONTE, 2010, p. 101). Conforme se observa, o A Luta apontou para a mesma perspectiva, ao mencionar o quanto um bom hotel era importante para o progresso de Campo Maior, elemento essencial para o turismo local.

Banco do Estado do Piauí, que financiaria 70% da obra, sendo o restante a cargo do grupo local que estava à frente do estabelecimento. Foi dado realce à declaração de Bernardino Soares Viana, Secretário de Indústria e Comércio do estado, que ressaltou que “a cidade de Campo Maior acreditando nas suas possibilidades de desenvolvimento, e encorajada pelos seus líderes, começa a integrar-se na indústria turística que cresce no Estado do Piauí” (A LUTA, 28 de novembro de 1975, s/p).

Somente no ano de 1977 é que surgiu a primeira notícia tratando do início da construção. Na primeira página foi informado que:

Tiveram início nessa semana os trabalhos de construção do Motel Tirol,<sup>44</sup> que, para melhor atender as suas reais necessidades do setor, foi localizado às margens do açude grande e da pista asfáltica BR 343, que contorna o grande lago, num panorama que deslumbra. O término das obras está previsto para este ano, quando, *enfim* Campo Maior terá o seu motel (A LUTA, 10 de abril de 1977, p. 01, grifo nosso).

Conforme já foi sublinhado, a intenção com a construção do estabelecimento era atender aos turistas, razão pela qual ficava localizado à margem do açude e da BR 343, principal via de acesso à cidade, que ligava Campo Maior à Teresina. O “enfim”, destacado pelo jornal, deixa transparecer a demora com que era conduzida a implantação do hotel.

O A Luta fez uma visita para analisar o andamento da edificação e mencionou que os serviços estavam se desenvolvendo em “ritmo lento, mas contínuo”. Colocou a obra como “monumental” e que após estar em funcionamento contribuiria para “o aceleração do progresso de nossa terra”, porém, a previsão era de que só entraria em atividade no ano de 1978. Na reportagem, foi detalhada ainda a estrutura física do local, que o semanário colocou que contaria com elementos modernos:

[...] Construído numa área bastante extensa, à margem esquerda do Açude Grande, no bairro de Fátima, em dois blocos, separados, sendo que o primeiro

---

<sup>44</sup> Conforme se observou no A Luta, inicialmente o estabelecimento comercial era denominado hotel, no entanto, após o ano de 1977, o jornal passou a nomear o local com o termo motel. Carla Baylão de Carvalho afirma que os motéis surgiram nos Estados Unidos, nos anos de 1920, devido à expansão da indústria automobilística, e “em função desse fluxo nas rodovias, surgiu a necessidade de locais para repouso próximos às estradas, para que os viajantes não tivessem que entrar nas cidades o que, muitas vezes, resultava em horas perdidas para achar um hotel [...]” (CARVALHO, 2003, p. 16). A autora observa ainda que há pouca precisão acerca do momento em que tais empreendimentos chegaram ao Brasil, mas esclarece que “os primeiros motéis brasileiros tinham a mesma finalidade que os motéis americanos e europeus, ou seja, eram hotéis horizontais, com serviços simples e rápidos, próximos às rodovias, com o objetivo de atender o viajante rodoviário” (CARVALHO, 2003, p. 19). Desse modo, verifica-se que o A Luta passou a utilizar o termo motel porque o empreendimento estava sendo implantado à margem da BR 343 e, por isso, julgaram mais adequado tal denominação, em substituição a palavra hotel que foi usada em anos anteriores a 1977.

abrangerá sala de recepção, restaurante, churrascaria, cozinha e bar, e o de trás é onde ficarão os dormitórios, um apartamento completo e 17 compartimentos para um só hóspede. Todos terão ar refrigerado, telefone e contarão com banheiros e sanitários. Em toda a área será construído muro, cercado-a, e terá ainda o motel uma pequena piscina, para uso exclusivo dos hóspedes (A LUTA, 20 de novembro de 1977, p. 02)

A inauguração da obra ocorreu em junho de 1978, foi manchete do A Luta, que chamou a atenção para a presença do governador Dirceu Arcoverde, demonstrando a importância do empreendimento:

Figura 04: Governador Dirceu Mendes Arcoverde inaugura Motel em Campo Maior



Fonte: Jornal A Luta, 04 de junho de 1978, p. 01.

Foi ressaltada a presença de outras autoridades políticas ligadas ao governo estadual, além do “Presidente da Piemtur, dr. Anchieta Correia, e de várias autoridades, civis, militares e eclesiásticas” (A LUTA, 04 de junho de 1978, p. 01).

O local, que na concepção do jornal seria importante ponto de hospedagem para turistas, ainda no ano de 1978, figurou no A Luta como um estabelecimento que não possuía atrativos para os possíveis clientes. Segundo o A Luta, tal opinião era do estudante José Francisco Osterno, que fazia o curso superior de Turismo no Rio de Janeiro, portanto, era destacada uma apreciação tida como bastante válida, já que era alguém que tinha conhecimento acerca do assunto. Ao falar do turismo no Piauí, José Osterno afirmou que faltava divulgação fora do estado, para convencer as pessoas a visitar o estado. Quanto a Campo Maior, foi assinalado que o hotel precisava de atrativos, inclusive a piscina que foi anunciada antes não se tornou uma realidade:

Quanto à construção do Motel, ele [José Osterno] acha que esqueceram de criar atrativos para que as pessoas procurem o Motel, quer dizer, o Motel foi criado sem se pensar em como atrair pessoas, para um passeio de barco pelo açude, por exemplo. Se não fizerem isso, o Motel não tem condições de

sobreviver. Não tendo uma sauna, uma piscina, o turista não toma conhecimento (A LUTA, 24 de dezembro de 1978, p. 04).

Conforme se observa, o local que já era desejado pelo grupo jornalístico desde a década de sessenta, acabou não atendendo totalmente os anseios do A Luta, visto que não atraía o público como se esperava e, por isso, apontou-se que sua sobrevivência poderia ser efêmera.

Segundo foi visto neste capítulo, as representações que colocavam em relevo traços considerados pelo periódico como progressistas e modernos, durante a década de 1970, abarcavam aspectos diversificados, a exemplo da atenção dada a praças, artérias urbanas, prédios relacionados à saúde, educação, esporte e turismo, bem como ao Mercado Modelo e à Estação Rodoviária. Tal fato demonstra o quanto o A Luta estava atento ao que se passava em Campo Maior, almejando direcionar administradores públicos e a população em geral, no caminho do que considerava ser progressista e moderno, embora, como se observou, em determinados momentos os anseios do semanário não tenham se concretizado da forma que foram almejados.

Os anos 70, no jornal A Luta, foram marcados ainda por representações acerca de duas obras públicas que foram as mais mencionadas pelo periódico no decênio em destaque, a saber, o matadouro-frigorífico implantado em Campo Maior após a criação da empresa Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA) e; o Monumento Heróis do Jenipapo, que serão investigados no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 JORNAL A LUTA E SUA TENTATIVA DE ENALTECER CAMPO MAIOR NO CONTEXTO REGIONAL COM O MATADOURO-FRIGORÍFICO DO FRIPISA, E NACIONAL, POR MEIO DO MONUMENTO HERÓIS DO JENIPAPO**

Neste capítulo, investigam-se duas obras públicas que pontuaram o jornal A Luta recorrentemente, tidas como signos que indicariam o “progresso” e “modernização” de Campo Maior, bem como evidenciariam a “grandeza” campomaiorense no cenário piauiense, e mesmo brasileiro. A primeira obra analisada, o matadouro-frigorífico da empresa Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), foi inaugurado no ano de 1967, e modernizado nos anos 70; instalado a partir da iniciativa do governo estadual, que objetivava impulsionar a pecuária e industrialização do Piauí, abastecendo esta unidade da federação, além de almejar exportar para os estados vizinhos, a exemplo do Ceará e Maranhão.

Por fim, é analisado no capítulo em evidência, o Monumento Heróis do Jenipapo, também construído pelo governo estadual durante a gestão do governador Alberto Silva (1971-1975). A obra arquitetônica foi apresentada pelo A Luta como o símbolo maior do patriotismo piauiense, inspirada na Batalha do Jenipapo, ocorrida no contexto da Independência do Brasil. Para o governante estadual, bem como também para a imprensa escrita de Campo Maior, a construção do monumento tinha o valor simbólico de demonstrar para as demais unidades da federação que o Piauí era um estado importante na constituição do país. O monumento foi a temática presente com maior constância no A Luta, periódico que realizou campanha defendendo o quão seria importante a construção da obra pública. Ademais, observa-se que, na visão do semanário, o monumento seria também um ponto turístico que daria maior projeção a Campo Maior.

Por meio das duas obras mencionadas, verifica-se que, na concepção do A Luta, o “progresso” e “modernização” campomaiorenses não estavam presentes apenas na atenção dada a logradouros públicos, implantação de uma nova rede elétrica e instalação de obras arquitetônicas, vistas nos capítulos anteriores desta Tese, mas também, no desenvolvimento da economia, a partir do matadouro-frigorífico do FRIPISA, além do incentivo à cultura, com o Monumento Heróis do Jenipapo.

#### **3.1 IMPLANTAÇÃO DO FRIGORÍFICO DO PIAUÍ S/A (FRIPISA) COMO TENTATIVA DE IMPULSIONAR A INDUSTRIALIZAÇÃO E A PECUÁRIA PIAUIENSE**

A criação da sociedade de economia mista Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), no ano de 1957, foi responsável por grande euforia tanto da imprensa escrita como administradores

públicos estaduais, que acreditavam que a empresa seria um dos mais importantes elementos da industrialização piauiense. A matéria-prima principal seria o rebanho de gado do estado e, com isso, visava-se além de impulsionar a industrialização, valorizar a pecuária, que desde o início da colonização do estado se tornou uma importante fonte de renda do Piauí.

Desenvolvida desde o século XVII, quando começou a colonização do Piauí, Teresinha Queiroz ressalta a importância que a atividade representou para a economia piauiense. A autora cita que as províncias nordestinas eram as principais consumidoras do gado piauiense, havendo também exportação para o estado do Pará; no exterior, o principal mercado consumidor no século XIX era a Guiana Francesa. Queiroz aponta ainda que “entre os anos de 1850 e 1890, as receitas derivadas da pecuária correspondiam a uma média de 50% do total das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial” (QUEIROZ, 2006, p. 20). Ainda nesse sentido, observa-se que todas as primeiras vilas instaladas no Piauí “tiveram sua origem na fazenda do gado propriamente dita ou em algumas atividades que giravam em torno do gado” (ABREU; NUNES, 1995, p. 91).

O matadouro-frigorífico foi instalado em Campo Maior porque o município possuía um dos maiores rebanhos bovino do Piauí, além de localizar-se próximo à Teresina, onde havia a direção e a sede comercial do FRIPISA. Nesse sentido, no censo agrícola do IBGE, do ano de 1960, Campo Maior destacou-se na criação de gado piauiense, visto que o censo apontou as seguintes quantidades de cabeças de gado para os três municípios que lideravam a produção bovina do Piauí: Campo Maior (62064); São João do Piauí (61964), localizado no sul do estado; e Castelo do Piauí (48815), situado no norte. Já no censo agrícola do IBGE, do ano de 1970, Campo Maior aparecia na liderança da criação de gado piauiense bem à frente dos demais municípios, conforme se observa no número de cabeças de gado contabilizadas pelo IBGE: Campo Maior (77071); São João do Piauí (47951) e; São Raimundo Nonato (42888), localizado no sul do Piauí.

Os prédios que abrigavam o frigorífico foram implantados em uma área afastada da zona central da cidade, localizando-se no atual Bairro Fripisa. As dificuldades para a instalação do frigorífico foram muitas, fato observável até mesmo na morosidade para que entrasse em funcionamento, o que só ocorreu no ano de 1967, quando completou uma década de criação da empresa.

Durante a administração do governador piauiense Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1955-1959), eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), ocorreu a criação do FRIPISA. Em Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa, no ano de 1961, já na gestão do governador Francisco das Chagas Rodrigues, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi relatado

que as obras para a edificação dos prédios, embora ainda estivessem incipientes, permaneciam em “franco desenvolvimento”, com “aquisição de terreno, máquinas, e ainda construção dos edifícios industriais do MATADOURO de Campo Maior, com conjunto de nove prédios” (PIAÚ, 1961, p. 146). Durante o moroso processo de instalação do FRIPISA, governos de distintas orientações partidárias se sucederam, contudo, verifica-se que o FRIPISA continuou sendo importante pauta das gestões, demonstrando que havia um interesse econômico comum em torno do funcionamento da empresa.

Na Mensagem de Governo de 1962, Chagas Rodrigues relatou que as obras prosseguiram e que havia realizado a “importação de motores Diesel e de máquinas frigoríficas da Dinamarca”. Nesse sentido, foi publicado o Decreto federal nº 1.144, de 6 de junho de 1962, pelo qual pode-se observar a importância que era dada ao FRIPISA no desenvolvimento regional: “Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, baixo descritos e consignados ao Frigorífico do Piauí S.A. (FRIPISA)”.<sup>1</sup> Os equipamentos descritos, conforme o decreto, contabilizaram o total de US\$ 95459 dólares.

Chagas Rodrigues salientou também que no mínimo 60% das ações da empresa pertenciam ao governo estadual e o restante poderia ser adquirido por municípios piauienses ou por particulares. O documento governamental enfatizou que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) firmaria convênio com o FRIPISA e prestaria “assistência técnica inclusive para levantamento dos recursos necessários, junto aos órgãos federais e bancos de investimento, visando ao término da construção e implantação do Matadouro Frigorífico de Campo-Maior [sic], com a maior brevidade possível” (PIAÚ, 1962, p. XIV).

No governo estadual seguinte, Petrônio Portella, que assumiu o cargo após ser eleito pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), fez críticas ao andamento da instalação do FRIPISA, ressaltando que o governo anterior, do qual foi adversário na disputa eleitoral, havia deixado a empresa em situação de “precariedade” e em “Campo Maior a construção civil iniciada estava totalmente abandonada e em vias de completa deterioração” [...] (PIAÚ, 1963, p. 20). Na Mensagem de Governo, Petrônio Portella colocou ainda que o maquinário importado

---

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 1.144, de 06 de junho de 1962. Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, baixo descritos e consignados ao Frigorífico do Piauí S.A. (FRIPISA). Brasília, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1144-6-junho-1962-353171-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

da Dinamarca, mencionado anteriormente, estava há mais de dois anos “abandonado no cais de Recife, danificando-se”, e somente no ano de 1963 foi transferido para o Piauí.

No último ano de sua gestão, em 1966, Petrônio Portella já pintava um quadro bem diverso em relação ao FRIPISA, acentuando que agora a “pecuária tem novas perspectivas”, com o “maior Frigorífico do Nordeste”, que possibilitaria “o aproveitamento total do nosso gado, com a industrialização”, “era um plano velho, marcado por desacertos [sic], pois sua execução não foi, convenientemente, planejada” (PIAUI, 1966, p. VII). Petrônio Portella é quem administrava o Piauí quando ocorreu o golpe de 1964, e, inicialmente, defendeu a manutenção do mandato do presidente João Goulart, porém, após a consolidação da vitória do golpe, colocou-se como defensor da “Revolução”, recebendo apoio do general Castelo Branco, que, posteriormente, deu-lhe a incumbência de formar a ARENA no Piauí.<sup>2</sup> Como já foi visto no capítulo dois desta Tese, houve uma subdivisão da ARENA piauiense, na qual Petrônio liderava a ARENA I, e seu rival político, Alberto Silva, governador do Piauí entre os anos de 1971-1974, liderava a ARENA II.

Em Mensagem de Governo de 1967, quando era governador Helvídeo Nunes, representante da ARENA, foi relatado que as obras estavam quase concluídas, correspondendo a um “total de 26 prédios, que formam o chamado conjunto industrial de Campo Maior”. De acordo com o governador, a partir de abril de 1967, o matadouro-frigorífico deveria iniciar suas atividades, gerando a criação de “150 novos empregos [sic], pretendendo importar o mínimo de mão-de-obra possível” (PIAUI, 1967, p. 47). Nesse momento, Helvídeo Nunes destacou que tinha sido investido mais de Cr\$ 2,5 bilhões de cruzeiros nas obras do matadouro-frigorífico, recurso oriundo do governo estadual, federal, município de Teresina, particulares<sup>3</sup> e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que representava a maior parcela, correspondente a Cr\$ 1 bilhão de cruzeiros.

Após a inauguração do frigorífico, em 1967, Helvídeo Nunes afirmou em sua Mensagem de Governo de 1968 que a empresa “pretendia ampliar suas atividades para outras capitais nordestinas”, e que o “funcionamento do FRIPISA deflagrará um processo da maior importância para nossa economia, ou seja, a melhoria qualitativa dos nossos rebanhos, de par com a manutenção de preços justos para nosso gado” (PIAUI, 1968, p. 87).

---

<sup>2</sup> Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/petronio-portella-nunes>. Acesso em 22 de maio de 2020.

<sup>3</sup> Na Mensagem de Governo não foram dadas maiores informações de quem seriam os “particulares”.

A inauguração do frigorífico ocorreu em momento conturbado da economia brasileira, influenciando nas dificuldades para a implantação do FRIPISA. Paul Singer (2014) refere que, entre os anos de 1963 e 1967, a instabilidade econômica permeou o país, com dificuldade de controle da inflação e baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Conforme já foi visto, no Piauí, os problemas econômicos já vinham ocorrendo desde a década de 1950, após o declínio do extrativismo vegetal. Em face da dificuldade de recuperação do extrativismo, o FRIPISA surgiu assim como uma tentativa de valorizar uma antiga fonte de renda, a criação de gado, bem como impulsionar a industrialização piauiense, que, até então, não havia deslanchado.

Em um processo marcado pela morosidade, passou-se uma década até que as instalações do frigorífico fossem inauguradas, em 1967, meses antes do jornal *A Luta* começar a circular. Conforme será examinado, representações presentes nas mensagens de governo, que enalteciam a grandeza do frigorífico destacando que era o “maior do Nordeste”, igualmente poderão ser observadas no *A Luta*, pois o periódico considerava que, além dos diversos aspectos “modernos” e “progressistas” de Campo Maior, visto nos capítulos um e dois desta Tese, desenvolver o segmento econômico também era fundamental, para fomentar a “grandeza” campomaioreense.

As representações que o jornal propalou acerca do frigorífico tinham um caráter diversificado, pois durante os anos de circulação do periódico, foi tratado com regozijos em determinados momentos, devido ser considerado um estabelecimento “moderno” e “grandioso” e, em outras oportunidades, havia lamentações em decorrência da pouca produtividade do frigorífico, ou por causa dos preços dos produtos fornecidos à população, que em determinadas matérias eram tidos como de valor elevado.

No primeiro ano de circulação do *A Luta*, em 1967, constam as considerações iniciais, que vão justamente em contraposição ao que se esperava do FRIPISA, pois este não estava propiciando abundância no abastecimento de carne. Na coluna “Notas, Comentários & Opinião”, de responsabilidade da edição, foi mencionado o “precário abastecimento de carne na cidade”, esclarecendo que o FRIPISA havia provocado em Campo Maior um problema no fornecimento do produto, que estava mais caro e de difícil acesso. Conforme o *A Luta*:

A população campomaioreense padece com a irregularidade no abastecimento de carne, presentemente. No mercado público da Praça Luis Miranda, onde antes do FRIPISA não faltava carne gôrda [sic] e barata, há dias em que não aparece mais de dois bois. E pior: o preço é maior. Certo é que, até agora, o FRIPISA não trouxe qualquer beneficio imediato à população, no que diz respeito ao abastecimento de carne. Um pôsto [sic] de venda, particular, andou funcionando, durante cêrca [sic] de um mês [...]. Mas o seu proprietário,

senhor Rocha, viu-se obrigado a fechá-lo, porquanto a elevada tabela para aquisição do produto não lhe dava senão prejuízos (A LUTA, 03 de dezembro de 1967, p. 04).

Como se nota, o frigorífico concentrava o abatimento bovino, sendo responsável pelo aumento do valor desses animais, inviabilizando a venda de carne por outras pessoas na urbe, devido ao alto valor. Ademais, outro problema foi indicado ainda, a saber, a distância entre a área central de Campo Maior e o frigorífico, que ficava localizado em uma área afastada: “Conveniente seria que o FRIPISA instalasse um posto de vendas no Centro da cidade, resolvendo, assim, o problema. Isto porque poucos são os que dispõem de transporte para a compra de carne no Matadouro do Frigorífico” (A LUTA, 03 de dezembro de 1967, p. 04). Antes do FRIPISA, as pessoas tinham o hábito de comprar a “carne na moita”, ou seja, dos pequenos açougues espalhados na cidade, próximos às residências dos clientes. Tal costume foi alterado após a existência da empresa, que fazia o abate dos animais em local distante da região mais povoada de Campo Maior e por um preço maior, ocasionando, assim, a insatisfação textualizada no A Luta.

Pela matéria supracitada do A Luta, compreende-se que o FRIPISA não estava agradando os consumidores, devido à pouca oferta de carne e os preços altos. Em novembro de 1968, encontra-se em destaque no jornal uma entrevista feita com Oscar Castelo Branco Filho, que havia sido prefeito de Campo Maior entre os anos de 1955 e 1959, e era um criador bovino local. Nesse sentido, na opinião do entrevistado, entende-se que, para os criadores de gado, tudo estava indo a contento, pois Oscar afirmou: “O FRIPISA nunca passou por uma fase tão bôa [sic] como passa atualmente [...]. Hoje, o FRIPISA tem crédito, sem que, para tal seja preciso recorrer à ação – sempre benfazeja – do governador Helvídeo Nunes” (A LUTA, 24 de novembro de 1968, p. 01).

Em 1968, Irmão Turuka, um dos mais assíduos colaboradores do jornal, escreveu o artigo “Nossa Pecuária”. Como normalmente fazia em seus textos, fez um apanhado histórico sobre o assunto, demonstrando a trajetória da criação bovina piauiense, citando a instalação das primeiras fazendas de gado no Piauí, capitaneadas pelos bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, responsáveis pela colonização inicial do estado. De acordo com Joaquim Chaves (2013), os dois bandeirantes adentraram pelo sul do Piauí, tendo Jorge Velho chegado no estado em 1662 e Afonso Mafrense no ano de 1676. Este último é apontado pelo autor como o principal colonizador do estado, exterminando indígenas e instalando fazendas de gado.

Nesse contexto, Turuka mencionou o FRIPISA, que segundo ele seria “hoje a realização dos sonhados ideais de Simplício Dias, um dos pioneiros do negócio de Xarqueadas [sic], em Parnaíba, antigamente” (A LUTA, 15 de dezembro de 1968, p. 02). Em relação a Simplício Dias da Silva, Junia Rego destaca sua intensa atuação na economia pecuarista, com uma riqueza tão extensa no início do século XIX que chegou a ser conhecido em toda a região Nordeste, e o “volume de sua exportação atingia anualmente cerca de mil e oitocentas toneladas de charque” (REGO, 2010, p. 141). A autora ressalta ainda que a família Dias da Silva contava com “vinte e uma fazendas de gado com o total de vinte e cinco mil setecentos e oitenta cabeças” e “quatrocentos e quinze escravos” (REGO, 2010, p. 142).

Turuka encerrou seu texto afirmando que “quanto ao moderníssimo FRIPISA, sabe Deus e os seus dirigentes o quanto será difícil a sua sobrevivência... porque, os políticos haverão sempre de ser a pior maldição de nossa terra” (A LUTA, 15 de dezembro de 1968, p. 02). Apesar de “moderníssimo”, de acordo com o articulista, havia entraves à sobrevivência do frigorífico devido a determinados políticos, que Turuka não esclareceu em seu artigo quem seriam.

Em artigo de autoria de Carlos Antônio Sousa, é feita nova menção às dificuldades do FRIPISA, que deveria alavancar a economia local, contudo, segundo o cronista:

Campo Maior está atravessando a fase mais negra de sua história econômica. A carnaúba, que era a base de sua economia tem sofrido constantes baixas no seu preço [sic], tudo indicando que jamais venha a recuperar os altos preços [sic] que obteve no passado, a não ser por fatos e circunstâncias excepcionais. Se formos analisar cada setor de atividades, a indústria, a pecuária, e a agricultura, encontraremos o mesmo quadro negro e sem perspectivas. No setor industrial, que é o ramo de atividade que dá maiores lucros, não temos nada, e não temos esperança de em futuro próximo termos qualquer coisa, pois não temos infra-estrutura [sic] para que indústrias possam aqui se instalar (A LUTA, 26 de janeiro de 1969, p. 04).

Como se observa, Carlos Sousa lamentou o declínio do preço da cera de carnaúba e afirmou que no setor industrial não havia nada em Campo Maior, demonstrando, assim, o pouco efeito que o frigorífico estava tendo na economia campomaioreense, apesar de ter sido instalado no intuito de ser uma indústria de beneficiamento de carne, sobretudo bovina. Destacou ainda em seu artigo que “a nossa pecuária, também, não está em boa situação”, pois a instalação do frigorífico em Campo Maior não foi precedida de um trabalho para melhorar os rebanhos:

O nosso rebanho de gado antes do FRIPISA ter entrado em funcionamento estava estacionário, agora com a instalação do FRIPISA talvez esteja bastante

desfalcado, de vez que o FRIPISA não foi precedido de um trabalho de incentivo à pecuária, de melhoramento do rebanho e de introdução de técnicas mais aperfeiçoadas na criação do gado (A LUTA, 26 de janeiro de 1969, p. 04).

Na semana seguinte à publicação assinada por Carlos Sousa, consta novo artigo acerca do matadouro-frigorífico, agora de autoria de um colaborador eventual chamado Andrade Filho, que também destacava que o empreendimento estava aquém do que se esperava, em termos econômicos. A princípio foi citado na matéria a imponência do prédio, com sua estrutura grandiosa: “de qualquer ponto da cidade, à noite, avistamos a imponente iluminação do imenso FRIPISA, que para nós se assemelha a um grande navio em alto mar, com destino incerto, embora muito bem pilotado. Belo. Bonito mesmo” (A LUTA, 02 de fevereiro de 1969, p. 04). Conforme se observa, o artigo do articulista tinha como foco o baixo rendimento financeiro da empresa, no entanto, inicia seu texto com uma representação que busca evidenciar que o matadouro-frigorífico era composto por uma estrutura moderna, indicando, assim, o desejo do grupo letrado de projetar Campo Maior enquanto local marcado por elementos tidos como progressistas.

Foi apontado por Andrade Filho que, no ano de 1967, o FRIPISA havia fechado com prejuízos, “verificados no balanço financeiro de 1967, encerrado com um saldo negativo de NCr\$ 319565,86”, no entanto, afirmou confiar nas pessoas que dirigiam a empresa, as quais não tiveram os nomes citados:

[...] Os Três Marujos que o dirigem com muita fibra e tarimba, merecem a fé de que conseguirão evitar o naufrágio do rico barco, livrando-o desta borrasca financeira em que estão mergulhadas as grandes empresas e indústrias de nossa região. A capacidade de estocagem e de exportação é grande, mas a falta do dinheiro, é a dura realidade (A LUTA, 02 de fevereiro de 1969, p. 04).

Conforme foi textualizado pelo A Luta, o matadouro-frigorífico possuía grande capacidade, no entanto, não havia dinheiro suficiente para explorar todo o seu potencial em termos de estocagem e capacidade de exportação. Andrade Filho mencionou as principais atividades econômicas no frigorífico durante o ano de 1968, sendo “abatidos 15018 bovinos e 2014 suínos”, e “verificando-se melhoria na parte da salsicharia [...], boa saída para o salame, mortadela, presunto e outros artigos de defumação” (A LUTA, 02 de fevereiro de 1969, p. 04). O número de abates mostra a predominância do gado, como previsto na criação do FRIPISA. A quantidade de abates no ano de 1968 demonstra que o frigorífico não estava em pleno funcionamento, pois segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

(1967), a capacidade de abate diário era de 200 bovinos e 100 suínos. Na Mensagem de Governo referente ao ano de 1968, o então governador Helvídeo Nunes sublinhou que no referido ano o FRIPISA tinha contabilizado um saldo negativo e, por isso, ressaltou que a empresa “constitui no momento uma fonte de preocupação para o Govêrno [sic], que se recusa a aceitar a tese derrotista de que êle [sic] não tem condição de operar na atual conjuntura” (PIAUI, 1969, p. 96).

Considerando que o potencial do frigorífico estava sendo subutilizado, o articulista aponta, então, a discrepância que existia em relação aos custos de construção e instalação do frigorífico, visto que foi projetado para trabalhar com um grande volume de exportação e não somente para atender consumidores piauienses:

Ninguém esquece que o FRIPISA não foi criado para fornecer carne ao povo de Teresina. Isso seria apenas um bico. O FRIPISA foi bolado para grandes praças e volumosa exportação.<sup>4</sup> O alto custo da construção e instalação consumiu o Capital realizado e falta o dinheiro para a sonhada expansão dos negócios, que os Diretores por certo saberiam fazer, mas sem dinheiro não vai. Dinheiro no Piauí, (e FRIPISA é Piauí), anda curto que só garupa de jumento (A LUTA, 02 de fevereiro de 1969, p. 04).

O texto publicado no A Luta seguiu ressaltando, em tom de grande enaltecimento, que Campo Maior foi “tão orgulhosamente honrada com a preferência para a instalação do mais moderno matadouro frigorífico do Brasil”, mas, apesar disso, a cidade continuava “ignorada pelo FRIPISA”, pois estava “por fora que nem botão de jaqueta [sic]”. Para complementar seu posicionamento, Andrade Filho apontou ainda:

Do FRIPISA ela [Campo Maior] só desfruta a fama de possuí-lo e o direito de mostrá-lo aos visitantes como coisa sua. Assim como um genro que foba com a fortuna da sogra, mas esta nunca morre... Campo Maior vende ao FRIPISA o seu rebanho mas fica de longe, sentindo o cheiro da carne defumada (A LUTA, 02 de fevereiro de 1969, p. 04).

Como sugestão ao problema em questão, Andrade Filho afirmou que o FRIPISA poderia “beneficiar o pequeno criador de nossa região, mas os seus prêços [sic] quase sempre correspondem ao prêço [sic] dos marchantes, estes levam a vantagem de não terem burocracia,

---

<sup>4</sup> Conforme será observado, no decorrer da análise aqui proposta acerca do FRIPISA, tanto os governantes como a imprensa estadual esperavam que a empresa exportasse até mesmo para outras regiões do país, porém, o que se observa é que o principal mercado consumidor foi a capital Teresina; dentre os estados nordestinos, foram realizadas algumas exportações para o Ceará e Maranhão.

comparem na porta e pagarem na hora”, portanto, somente os maiores pecuaristas forneciam para a empresa.

Acerca dos marchantes, o governador Helvídeo Nunes destacou em sua Mensagem de Governo do ano de 1970 que a concorrência oferecida por eles comprometia os lucros do FRIPISA. Àquele momento, as atividades da empresa “estavam paralisadas” em termos “comerciais e industriais, limitando-se a abater bois de terceiros (marchantes), mediante cabrança [sic] de uma taxa irrisória, insuficiente até para as despesas de conservação e manutenção do equipamento” (PIAUÍ, 1970, p. 102). O FRIPISA continuava a manter saldo negativo e para o governador era “imperioso afastar definitivamente a concorrência dos marchantes, proibindo o abate de gado, por parte dêstes [sic], no matadouro industrial” (PIAUÍ, 1970, p. 102).

Em artigo de opinião, Otacílio Eulálio, poeta campomaiorense e colaborador do semanário, refletiu sobre a época em que as instalações do matadouro industrial passavam pelos “últimos retoques”. Otacílio relatou que foi fazer uma visita ao frigorífico, e “no mesmo instante em que chegava, também aparecia um carro vindo de Teresina, trazendo famílias, ou seja, um casal e senhoritas, bem curiosas em conhecerem aquela obra monumento, que a todos orgulha” (A LUTA, 02 de março de 1969, p. 04). De acordo com o articulista, o “monumento” chamava atenção não só dos campomaiorenses, mas também de pessoas de outras localidades e a principal via de acesso à Teresina era a BR 343, que liga Campo Maior à capital, desse modo, para as pessoas que trafegavam nessa estrada, visitar o frigorífico era fácil, já que o mesmo ficava situado próximo à BR 343. Desse modo, Otacílio construiu uma representação no sentido de evidenciar que o frigorífico não era uma obra que chamava atenção apenas dos campomaiorenses, mas também de pessoas da capital, Teresina. Otacílio descreveu o itinerário que fez em companhia dos demais visitantes:

O chefe da caravana dirigindo se ao vigia do prédio, pediu-lhe [que] mostrasse detalhadamente as máquinas e dependências, onde deverão ser industrializados os elementos do boi e suínos. Assim foram andando e percorrendo tudo, e eu também aproveitei a oportunidade, para conhecer. Chegamos ao 1º andar e logo encontramos uma escada que nos levaria ao 2º, um vasto terraço do qual se descortina a mais bela paisagem do mundo [...] (A LUTA, 02 de março de 1969, p. 04).

Nesse contexto, como era comum nos textos de autoria do poeta, ele passou a enaltecer a paisagem local com seu “conjunto de serras, carnaubais e céu azulado e o tapete verdejante,

sobre [sic] o qual deslizava suavemente o gado, a pastar”, referindo ainda que ficou “calado a ouvir tantos elogios à beleza dos campos” (A LUTA, 02 de março de 1969, p. 04).

O A Luta noticiou em sua primeira página, no dia 20 de julho de 1969, que o governador piauiense Helvídio Nunes convidou um grupo de jornalistas, não só piauienses, mas também de outros estados, com o intuito de divulgar o FRIPISA. Em tom de exaltação, o jornal afirmou que “os homens da imprensa nacional”, foram levados a conhecer o matadouro-frigorífico, “que no gênero é um dos melhores da América do Sul” (A LUTA, 20 de julho de 1969, p. 01).

Em novembro de 1969, havia artigo de Turuka acerca do FRIPISA, no qual demonstrou seu descontentamento, por considerar que não estava tendo uma valorização adequada do gado em solo brasileiro. Além disso, outro fator que considerou lamentável foi a atitude do governo piauiense, pois conforme Turuka, “o FRIPISA com que sonhava o Piauí por amparo providencial dos criadores, sai das mãos piauienses para uma administração de um grupo estrangeiro” (A LUTA, 30 de novembro de 1969, p. 02).

Turuka argumentou em seu texto que, no Congresso Nacional, o senador campomaiorense Sigefredo Pacheco, membro da ARENA, havia endossado opinião do também arenista Fernando Corrêia, senador do estado do Mato Grosso, que demonstrou “o desajuste entre os produtos agro-pecuários [sic] e os produtos industrializados”, no Brasil. De acordo com o artigo do articulista do A Luta, Fernando Corrêia:

[...] Afirmou da tribuna do Congresso Nacional que “são inúmeras as causas aflitivas da situação dos pecuaristas brasileiros, ressaltando à primeira vista a disparidade dos preços [sic] dos artigos de uso indispensável do criador e o preço [sic] do boi vivo. Enquanto o preço do boi vivo continua inalterado há 4 anos em virtude da contenção imposta pela SUNAB,<sup>5</sup> os preços [sic] dos artigos de uso indispensável do criador, tais como a gasolina, óleo, lubrificantes, arame farpado, creolina, sal comum e sal composto, carrapaticidas, vacinas contra carbúnculo e aftosa, pregos, pentes p/arado, adubos e corretivos do solo, cerca [sic], trabalhador rural e implementos agrícolas, subiram nesse mesmo período de 4 anos, uma média de 225%. Disse mais o Congressista, que na Inglaterra, o criador engorda um boi em pastagens e com o apurado compra 10 toneladas de adubos. Um criador brasileiro vende um boi engordado para comprar uma só tonelada de adubos” (A LUTA, 30 de novembro de 1969, p. 02).

Do mesmo modo que o primeiro artigo de Turuka, o colaborador citou a importância do gado para o Piauí e voltou a evidenciar que “ninguém pode negar que o Piauí nasceu pelo boi

---

<sup>5</sup> Milton da Matta (1980) afirma que o controle dos preços efetivado pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) era realizado com o objetivo de conter o crescimento inflacionário e, com isso, buscava-se manter o ritmo normal de abastecimento de bens e serviços a preços razoáveis para o consumidor.

e para o boi. Desde o início, dependemos do boi, êsse [sic] animalzinho sagrado para nossa economia, mas muito pouco ajudado”. O texto do A Luta tem sequência realizando uma crítica à SUNAB, que “obriga o criador [sic] indefeso [sic] vender o boi barato, é para que também os pobres tenham a oportunidade de comer a carne. (Cortezia [sic] com o chapéu alheio?)”. Como se verifica, Turuka colocou o criador de bovinos piauienses como um “indefeso”, pois não estava conseguindo elevar seus lucros, no entanto, sublinhou que, ainda assim, as pessoas pobres não estavam tendo acesso a carne: “por outro lado, raciocina-se que o povo pobre de há muito não come carne porque as suas condições salariais são mínimas, e serão sempre nulas enquanto não se valorizarem os produtos básicos da região, no caso o boi” (A LUTA, 30 de novembro de 1969, p. 02). Apesar da crítica à SUNAB em relação ao controle do preço do gado, não havia por parte de Turuka um posicionamento contrário à postura econômica da ditadura, nem no artigo supracitado, nem nos demais textos que elaborou para o A Luta.

Por fim, o artigo retomou a crítica ao governo piauiense que quer “vender a sua Fazenda que só dá prejuízos, quer entregar seu FRIPISA para o capital francês explorar”, ao invés de valorizar a criação do gado piauiense, pois “tudo passou a ser controlado, menos os preços das utilidades essenciais do seu negócio” (A LUTA, 30 de novembro de 1969, p. 02). Sobre o “capital francês” citado pelo articulista, não foram mais encontradas matérias nesse sentido e as mensagens do governo estadual também não referem acerca disso, portanto, não há indícios que o FRIPISA tenha sido administrado por franceses.

No ano de 1970 encontra-se crítica em relação ao FRIPISA, publicada na capa, referindo-se a uma entrevista feita com o deputado estadual campomaiorense José Olímpio da Paz, representante da ARENA. Para o parlamentar havia um erro em relação ao FRIPISA, por ter “seu matadouro em Campo Maior”, mas manter sua direção em Teresina, além do fato de apresentar um “prejuízo de quarenta a cinquenta mil cruzeiros por mês; êrro [sic] de administração, que precisa urgentemente ser corrigido” (A LUTA, 12 de julho de 1970, p. 01).

Em 1970, verifica-se em diversas edições dos meses de setembro, novembro e dezembro a divulgação dos produtos vendidos pelo FRIPISA, com uma propaganda financiada pela empresa; nos meses mencionados, não foi encontrada nenhuma crítica ao FRIPISA no jornal. A propaganda em questão, tinha o título de “Gado é ainda o melhor negócio”:

[...] Agora, como nunca os senhores fazendeiros, boiadeiros e pecuaristas de um modo geral, podem se dirigir ao FRIPISA para vender seus bovinos. É pra valer mesmo, o FRIPISA comprou... pagou, e ainda tem mais o aproveitamento integral do boi, que é um dos fatores do desenvolvimento do Estado. E no FRIPISA é assim, aproveitamos ossos, sangue, bÍlis, crina, sebo,

etc. Faça-nos uma visita e veja como você e o Estado lucram em cada boi abatido (A LUTA, 14 de novembro de 1970, p. 05).

No fim do ano de 1970, em artigo do colaborador Carlivan Miranda, o semanário colocou que Campo Maior tinha progredido e alcançado destaque no Piauí e para exemplificar isso, o autor da matéria lançou mão do FRIPISA. Carlivan realçou que Campo Maior possuía “os maiores rebanhos do Piauí”, e “alimentamos, com êles [sic], dezenas de nordestinos [...]. Damo-nos ao luxo de possuímos uma produção maior do que a procura, apesar dos meios rudimentares empregados” (A LUTA, 19 de dezembro de 1970, p. 05).

Acerca dos “meios rudimentares” citados pelo articulista, Monteiro de Santana (2001) ressalta que a pecuária piauiense era marcada pela estagnação dos métodos utilizados em seu desenvolvimento, com pouca evolução desde o século XVIII. A exemplo disso, o autor cita Campo Maior, onde o proprietário rural entregava o rebanho ao vaqueiro, a quem cabia uma parte da produção e não realizava maiores investimentos que se refletissem em um aumento significativo do peso dos animais, que eram criados de maneira extensiva, estando, inclusive, sujeitos aos efeitos da seca, visto que não havia um trabalho voltado para o represamento de água. Ainda sobre a forma como se desenvolvia a pecuária piauiense, Teresinha Queiroz afirma que no fim do século XIX, o Piauí já perdia espaço nas exportações regionais, devido à falta de investimento na produção bovina, que era criada de forma extensiva, demandando grandes extensões de terra:

A pecuária, apesar de continuar sendo a atividade mais importante e de absorver grande parte da força de trabalho, perdia rapidamente posição no mercado regional, em decorrência do crescimento e melhoria dos rebanhos das demais províncias e das perdas qualitativas do próprio rebanho por falta de inovações no sistema de criação. O gado piauiense perdia, enfim, competitividade nos tradicionais mercados consumidores do nordeste, nas províncias do norte, caso do Pará, e no próprio mercado externo (QUEIROZ, 2006, p. 21).

Sobre o matadouro-frigorífico, Carlivan Miranda equiparou-o aos dos “centros mais elevados”, que eram os estados do “Sul do país”: “dispomos de um importantíssimo centro de abate, o FRIPISA, dotado das mais requintadas técnicas, competindo, neste setor, em igualdades de condições com centros mais adiantados” (A LUTA, 19 de dezembro de 1970, p. 05). Carlivan enfatizou ainda a geração de emprego que o FRIPISA proporcionou, com “mão-de-obra exclusivamente local, proporcionando maiores condições de remuneração e mudança de STATUS e, conseqüentemente, vida mais salutar” (A LUTA, 19 de dezembro de 1970, p. 05).

Em janeiro de 1971, o A Luta publicou nova matéria acerca do matadouro-frigorífico, dessa vez com entusiasmo diante do fato de que o Piauí teria um novo governador a partir do mês de março, quando Alberto Silva assumiria o Executivo estadual. A publicação do A Luta, escrita pela edição, tinha o título de “Alberto Silva concede entrevista no Sul do País”, para o jornal O Globo. A matéria tinha lugar de destaque no periódico, na primeira página, e, conforme é perceptível, o governador exaltou o matadouro-frigorífico, no entanto, também deu a entender que o mesmo não gerava o desenvolvimento econômico esperado, ou seja, não estava sendo capaz de exportar carne, conforme almejava o governador. Como se nota, mais uma vez era indicado que o FRIPISA estava aquém do esperado em termos econômicos, mas o A Luta buscou representar o frigorífico como um sinal do progresso campomaiorense, ao colocar que Alberto Silva afirmou que:

Há em Campo Maior talvez o melhor frigorífico do Nordeste, mas que opera em condições inadequadas, com grandes prejuízos para o Estado. Em face disso, procurou interessar grupos empresariais do sul em sua exploração técnica, o que permitirá imensos benefícios ao Piauí e ao Maranhão (A LUTA, 09 de janeiro de 1971, p. 01).

Ainda no mês de janeiro de 1971, um colaborador que assinou com o nome de Zéfus das Graças também colocou em relevo que o matadouro-frigorífico permanecia aquém do que se esperava, lamentando que “uma obra de tão alto valor, que poderia ser a base de nossa economia”, estivesse em “precárias condições de funcionamento”. Zéfus citava ainda outro problema, que já foi visto anteriormente, a saber, a paradoxal escassez de carne no local onde havia o “maior rebanho de gado do Piauí”:

E o pior é que aqui é onde estão localizadas as instalações frigoríficas, e não temos o direito de sermos beneficiados com os produtos do frigorífico. Todo o produto é exportado para Teresina, e além do mais, frequentemente se encontra gente daquela capital comprando carne em nosso velho mercado para agravar ainda mais o problema da escassez em Campo Maior (A LUTA, 23 de janeiro de 1971, p. 03).

De acordo com a observação do articulista do A Luta, verifica-se que o exaltado progresso e modernização, encontrados nas representações do semanário, muitas vezes, era mais um desejo do grupo letrado do que uma realidade, a exemplo do que é visualizado no problema mencionado por Zéfus, que expõe sua insatisfação por Campo Maior não poder usufruir do “progresso” trazido pelo matadouro-frigorífico.

O autor do artigo deixou claro que o FRIPISA vivia em crise “desde que começou a funcionar” e apontou o que no seu modo de ver precisava ser feito para alavancar o crescimento econômico da empresa, afirmando que esperava que Alberto Silva colocasse em prática o que tinha afirmado para o jornal O Globo:

Creio que para o Govêrno [sic] solucionar a crise que o FRIPISA vem atravessando desde quando começou a funcionar, em primeiro lugar, deveria incentivar os pecuaristas, bem como a pecuária campomaiorenses. Outro setor de grande importância é a administração, que deveria estar a cargo de um administrador formado ou então de um entendedor a fundo em problemas administrativos. [...] Nos resta esperar que o nosso futuro governador venha a fazer alguma coisa pelo nosso FRIPISA, concretizando assim, o seu pronunciamento dado à imprensa do Sul do País (A LUTA, 23 de janeiro de 1971, p. 03).

Nesse sentido, em janeiro de 1971, o jornal mencionou novamente que era uma das metas do governo de Alberto Silva investir na empresa, no intuito de incentivar o desenvolvimento econômico do estado, conforme apontou o periódico: “pretende o Dr. Alberto Silva, numa tentativa de recuperar a pecuária piauiense, fazer funcionar o FRIPISA em bases empresariais, transformando assim a pecuária em autêntica atividade agroindustrial” (A LUTA, 30 de janeiro de 1971, p. 02). Nesse sentido, o A Luta destacou ainda que a administração do “FRIPISA foi entregue a um poderoso grupo de São Paulo, com muita experiência no setor. A organização dêsse [sic] importante fator trará significativos efeitos” (A LUTA, 30 de janeiro de 1971, p. 02).

No ano seguinte, em 1972, o A Luta publicou artigo do colaborador J. Carvalho, que tinha o título de “Queremos uma Escola Superior”. Como é possível inferir pelo título, o articulista tomou para si o papel de representante dos campomaiorenses, ao reivindicar a melhora no setor educacional da cidade, apontando que o presidente Garrastazu Médici colocou como meta o desenvolvimento da educação e “o Piauí também é certo que evoluiu, contamos hoje com nossa Universidade”. Segundo Regianny Monte (2010), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) passou a funcionar no ano de 1971, em Teresina, sendo responsável pela expansão da oferta do ensino superior piauiense. A autora afirma que antes os cursos superiores eram ofertados por faculdades especializadas, destacando-se, principalmente, os cursos de Direito, Odontologia e Medicina e com a implantação da Universidade Federal, as faculdades em relevo foram agregadas à UFPI.

J. Carvalho acentuou que o crescimento educacional piauiense ainda deveria ter maior ampliação, pois “sabe-se que uma universidade deve conter um número determinado de alunos,

se não me falha a memória num mínimo de 10.000 alunos número este que está longe de ser atingido por nossa universidade, havendo para isto que expandir-se o máximo” (A LUTA, 26 de janeiro de 1972, p. 02). Nesse ponto, é que o articulista ressaltou que Campo Maior deveria ser contemplada com uma Faculdade de Veterinária, afinal, possuía o “maior rebanho de gado do Piauí”, bem como o matadouro-frigorífico:

Campo Maior, não só por sua localização próxima a Capital, como também pelos meios que oferece, há necessidade de uma Escola Superior, sendo a mais apropriada a de Veterinária, pois, além do Frigorífico, temos um dos maiores rebanho de bovino do Nordeste, e isto ainda não foi melhormente visto pelo governo [sic]. Aqui não há fazendeiro que não perca anualmente muitas cabeças de gado, isto justamente por faltar a assistência da veterinária. Chamar veterinários de outros Estados seria um absurdo, o melhor mesmo é apelar para a veterinária dos vaqueiros (A LUTA, 26 de janeiro de 1972, p. 02).

Para complementar seu argumento, J. Carvalho ressaltou que tudo seria facilitado devido à proximidade de Teresina, pois os docentes da faculdade poderiam residir na capital e ir a Campo Maior somente nos dias que fossem ministrar aula, já que “é apenas uma hora e meia de viagem”. Para o articulista, se a urbe não tinha a faculdade, a culpa era dos próprios campomaiorenses, pois “chegada a época da eleição há a divisão de votos e devido as promessas”, “votamos em candidatos de outras terras e Campo Maior fica sem representante na Câmara Estadual. Ora, é claro que um Deputado de outro lugar não poderia interessar-se por Campo Maior, há os compromissos dele para com sua terra” (A LUTA, 26 de janeiro de 1972, p. 02).

O articulista afirmou que um dos malefícios decorrentes da ausência do ensino superior na cidade era que diversos jovens “ao terminarem o curso Científico ficam de braços cruzados, às vezes [sic] caindo ao ridículo do álcool, sem ter condições de sair para outro lugar a fim de atingirem seus objetivos” (A LUTA, 26 de janeiro de 1972, p. 02). Para concluir o leque de razões que indicariam a necessidade da referida faculdade em Campo Maior, J. Carvalho enfatizou que era necessário considerar que a urbe “figura entre as principais cidades do Estado, merecendo melhor atenção por parte de nossos administradores”, e que “mesmo sem representantes na Câmara Estadual, temos a imprensa que nos representará, valendo, com isto, o apêlo [sic] dos jovens campomaiorenses” (A LUTA, 26 de janeiro de 1972, p. 02).

Em março de 1972, o assunto em tela voltou ao jornal, dessa vez na primeira página, com o seguinte título “A Luta endossa campanha, com reivindicações de Jaime: Faculdade”. O prefeito de Campo Maior à época era Jaime da Paz e a campanha em tela era pela instalação da Faculdade de Veterinária na cidade, que foi solicitada junto à Universidade Federal do Piauí.

Portanto, pouco após a criação da UFPI, o prefeito requereu a Faculdade de Veterinária para Campo Maior, demandando ao então secretário da educação, Wall Ferraz, que fizesse contato com a reitoria da UFPI, no sentido de verificar a viabilidade da instalação da faculdade na cidade. Desse modo, o A Luta transcreveu as justificativas que o prefeito usou em seu pedido, dentre as quais Jaime sublinhou que a faculdade era fundamental devido ao grande rebanho de gado em Campo Maior, além de enfatizar a existência do FRIPISA:

Campo Maior possui o maior rebanho bovino do Estado, cerca de 200.000 cabeças,<sup>6</sup> sendo a principal atividade econômica, além de ter as espécies bovino, caprino suíno, etc; existência de condições locais, através de uma Fazenda Experimental de criação bovina, pertencente ao governo federal, e do Fripisa; mudança no regime de criação, aceitação de técnicas de assistência e alimentação aos rebanhos e introdução de novos padrões genéticos; aproximação de Campo Maior com a sede da Universidade, boa via de acesso, centro comercial evoluído, com possível expansão, sito no principal eixo rodoferroviário [sic] do Piauí; existência de recursos humanos, etc. (A LUTA, 04 de março de 1972, p. 01)

Durante o mandato do governador Alberto Silva (1971-1975), verifica-se que as representações em torno do matadouro-frigorífico giraram em torno de seu enaltecimento, acentuando sua “grandeza” e o quanto era “moderno”, sob influência da gestão do governador que propunha retirar o Piauí da condição de “subdesenvolvido”. Desse modo, as reclamações em relação ao FRIPISA, que eram frequentes em anos anteriores, deram lugar às representações entusiasmadas. O contexto nacional era favorável ao momento de euforia, devido ao “milagre econômico” (1969-1973), época de elevado crescimento do PIB brasileiro, conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

Nesse sentido, é relevante citar uma reportagem intitulada “O sonho dele é vender salsicha Made in Piauí”, que originalmente foi feita pelo Jornal do Comércio, localizado em Recife, Pernambuco, sendo transcrita pelo A Luta em março de 1972. A pessoa que tinha tal “sonho” era o prefeito Jaime da Paz, mas inicialmente foi destacada a fala de um agrônomo do Rio Grande do Sul, chamado Natanael Velasco Amorim, que viajou para o Piauí para assumir a direção do FRIPISA e mencionou o que esperava encontrar no estado, tendo por base o conhecimento que a Revista Realidade transmitiu sobre o Piauí, conforme foi visto no capítulo um desta Tese. De acordo com Natanael Amorim:

---

<sup>6</sup> Conforme se observa, houve um exagero na quantidade de cabeças de gado do município, pois como foi visto o IBGE, apontou 77071 no censo de 1970, número bem distante dos 200000 indicados no jornal.

Eu vim para o Piauí com a idéia [sic] de que encontraria até índio para vencer, antes de conseguir dirigir o Fripisa – Frigorífico do Piauí S/A. Acho que influenciado por um artigo da revista Realidade “O Piauí existe”, que nos deu uma imagem negativa do Estado, muito difícil de se dissolver. Mas faz 8 dias que cheguei em Campo Maior e confesso que o equipamento do frigorífico aqui instalado é superior a todos os frigoríficos do Sul do país que hoje fazem exportação de carne (A LUTA, 18 de março de 1972, s/p).

O A Luta colocou em evidência o trecho acerca do matadouro-frigorífico, no qual o visitante colocou-o como superior aos do “Sul do país”, afirmação que causou entusiasmo no periódico campomaiorense, pois para o semanário isso demonstrava que a cidade tinha aspectos que se equiparavam aos progressistas estados sulistas e a fala do agrônomo coadunaria com a visão do jornal, que recorrentemente construía representações buscando destacar a “grandeza” de Campo Maior. Foi destacado ainda que o agrônomo comandava a “matança diária de 60 a 100 bois, no Fripisa”, o que estava bem abaixo da capacidade do frigorífico, que, como foi visto, poderia abater cerca de 200 bovinos por dia. Natanael Amorim informou os locais que já recebiam produção do FRIPISA e salientou que iria colocar o matadouro-frigorífico para funcionar em sua capacidade máxima: “estou realmente entusiasmado com o equipamento e com os funcionários. Vamos por o frigorífico em sua produção total, ampliar o mercado, pois já estamos abastecendo uma parte do Estado do Ceará e Maranhão, além de Teresina e Campo Maior” (A LUTA, 18 de março de 1972, s/p).

Após a fala do agrônomo, a reportagem colocou em relevo o relato do prefeito Jaime da Paz, que sublinhou que o FRIPISA possuía grande relevância na criação de empregos em Campo Maior, “não apenas o emprego direto a mais de 70 pessoas, como está consumindo gado da redondeza, trazido para a cidade por outras pessoas que fazem disso o seu sustento” (A LUTA, 18 de março de 1972, s/p). Contudo, o prefeito mostrou descontentamento em relação à SUDENE, que “pouco tem feito por nós como aconteceu com outras cidades”,<sup>7</sup> embora ressaltasse que não podia “negar a nova mentalidade de desenvolvimento que hoje tem o povo do nordeste, principalmente do Piauí”. A exemplo disso, cita a “nova mentalidade” que surgiu em relação à educação: “há alguns anos atrás era difícil fazer com que o pai colocasse o filho

<sup>7</sup> Elson Rabelo indica que os investimentos da SUDENE, no Piauí, tiveram um caráter centralizador, que beneficiaram sobretudo a capital Teresina. Rabelo afirma também que “no campo, os investimentos da SUDENE não se voltaram para os trabalhadores ou para o estímulo da pecuária e da agricultura, tendo, ao contrário, favorecido a manutenção dos latifúndios das elites, reproduzindo seus espaços de dominação” (RABELO, 2008, p. 64). No governo de Alberto Silva, quando era prefeito de Campo Maior Jaime da Paz, verifica-se que já ocorriam críticas à SUDENE, “questionando o significado prático das grandes construções, no âmbito estadual, e o privilégio dado a Estados como Pernambuco, Bahia e Ceará, nas práticas de intervenção que industrializavam e modernizavam a Região. [...] O Piauí estaria se conformando com as obras de infraestrutura, os “elefantes brancos”, e não com mutações concretas na economia e com os benefícios para a sociedade, que, então, se complexificava” (RABELO, 2008, p. 65).

na escola. Hoje, eu fico surpreendido quando chega um natural de um alto de serra, quase que exigindo uma escola para o seu filho na zona rural” (A LUTA, 18 de março de 1972, s/p).

Nesse contexto, foi textualizado pelo jornal um episódio narrado por Jaime da Paz, no qual o prefeito demonstrou que havia desconhecimento em relação à existência do Piauí, mas Jaime enfatizou que agora os campomaiorenses tinham um pensamento direcionado para o desenvolvimento, que estaria colocando cada vez mais a cidade e o estado, em local de destaque. Segundo a matéria transcrita pelo A Luta:

O sr. Jaime não esquece um episódio interessante e conta para todos que chegam em Campo Maior. “Eu já fui tenente do Exército. Quando estava estudando no Rio com vários colegas nordestinos um nosso professor americano resolveu perguntar o nome do Estado onde morávamos. Todos disseram: “Pernambuco, Paraíba, Ceará, Sergipe, e assim por diante”. Para mim veio [o] último lugar e eu falei: nasci no Piauí. Na mesma hora perguntou-me o professor “what is Piauí?”. Hoje isto não acontece mais e todos aqui querem se desenvolver” (A LUTA, 18 de março de 1972, s/p).

Para Jaime da Paz, o desenvolvimento faria com que perguntas do tipo “What is Piauí?” fossem abolidas, pois Campo Maior e o Piauí poderiam ser reconhecidos até mesmo por pessoas de outros países. Nesse sentido, o FRIPISA tinha papel central, com sua exportação de “salsicha Made in Piauí”, que fazia com que o estado ganhasse visibilidade em outras regiões. Desse modo, o prefeito elencou diversos aspectos de Campo Maior que, para ele, demonstravam o quanto a urbe havia progredido: “há dez anos [a cidade] era a metade do que está vendo hoje [...]. Tem uma agência do Banco do Estado e do Banco do Brasil, várias escolas primárias, 3 ginásios, 1 científico e agora terá um ginásio Polivalente” (A LUTA, 18 de março de 1972, s/p). Além disso, para Jaime, logo haveriam “tantas indústrias quantas casas comerciais que possuímos”, que seriam a mola propulsora do crescimento local.

O A Luta deu destaque aos elogios que Natanael Amorim fez em relação ao matadouro-frigorífico, contudo, em agosto de 1972, os elogios deram lugar à indignação, ensejando a seguinte manchete: “Povo repudia declarações levianas do grupo gaúcho do Fripisa sobre o Piauí”. Colocando-se como porta-voz de todo o Piauí, inclusive como forma de estreitar seu vínculo com os leitores, o periódico revelou que sua insatisfação era com as declarações prestadas por técnicos gaúchos ao jornal O Estado de São Paulo, que pontuaram “grandes dificuldades para dirigir o Frigorífico por causa da mentalidade do povo que nada faz em benefício da região”. O A Luta transcreveu um trecho das declarações que o grupo do Rio Grande do Sul fez, consideradas absurdamente “levianas”:

Um homem que não sabe de nada, nem mesmo comer, e para quem a carne só serve para bater no pilão junto com a farinha, feita a paçoca. Um homem que nunca viu, nem conhece alface, que muitas vezes passa a folga do almoço sentado na porta da fábrica, porque não adianta ir para casa, onde não há nada o que comer (A LUTA, 19 de agosto de 1972, p. 01).

O jornal rebateu as críticas ressaltando que a pretensão do grupo gaúcho era se projetar “perante a opinião do Sul do País como homens que realmente estão empenhados na luta pela melhoria do povo da região”, entretanto, “a verdade é que o Fripisa não vem atendendo o anseio da população do Piauí, e, apesar de localizado em Campo Maior, os campomaiorenses não têm o prazer de saborear a carne do gado” [...] (A LUTA, 19 de agosto de 1972, p. 01). Nesse contexto, o A Luta destacou que há seis meses o grupo gaúcho estava à frente do FRIPISA, mas, “até agora, nada apresentou de novo”. Salientou ainda que era “uma verdadeira idiotice dizer o tal gaúcho que desconhecemos verduras e que foi preciso ensinar aos empregados do Fripisa como comer verduras”, e que tal visão era fruto da “insociabilidade do insano que as preferiu”, apesar de o A Luta não citar o nome da pessoa que deu as declarações. Foi citada ainda a seguinte declaração do técnico em relevo: “o Fripisa é o próprio símbolo dos contrastes do Estado mais pobre do Brasil” (A LUTA, 19 de agosto de 1972, p. 01). A afirmação trazia à tona o fato do matadouro-frigorífico ser considerado “moderníssimo” e, ao mesmo tempo, estar instalado em uma das regiões tidas como mais “atrasada” do Brasil. O impresso campomaiorense tomou o trecho em apreço como um absurdo, pois ia contra o trabalho do governo piauiense em soerguer o Piauí e divulgar uma melhor imagem do estado em outras regiões.

Durante o ano de 1972, o FRIPISA passou por uma modernização, acompanhada de perto pelo A Luta. Em setembro desse ano, o periódico registrou que fez uma visita ao local, constatando o seu funcionamento normal. Nesse aspecto, enfatizou sobretudo elementos tidos pelo semanário como modernos, ao pontuar que “o equipamento de salsicharia, composto de máquinas moderníssimas, está sendo instalado”. O jornal mencionou ainda que ocorreria a exportação dos produtos para estados vizinhos, salientando, assim, a importância da empresa que possuía o matadouro-frigorífico em Campo Maior. É possível notar ainda a satisfação que o jornal tinha por Campo Maior contar com o frigorífico, pois na matéria, mostrou-se incomodado ao saber que os rótulos dos produtos teriam o endereço da capital, Teresina. De acordo com a reportagem:

Ressalve-se que alguns jornais teresinenses noticiaram erroneamente que a salsicharia seria instalada na capital. Sabe-se, apenas, que os rótulos das

embalagens trarão o endereço de Teresina, gesto injustificável da empresa e que magoa os campomaiorenses, que, porém, esperam o justo reparo (A LUTA, 26 de agosto de 1972, p. 06).

Quanto à questão de o matadouro-frigorífico estar instalado em Campo Maior e o estabelecimento comercial para venda do produto situar-se em Teresina, o A Luta divulgou uma nota em setembro de 1972, pois havia informação de que “a empresa vai montar uma loja, para a venda de seus produtos aos campomaiorenses, no mercado a ser inaugurado nos próximos dias [...]”.<sup>8</sup> Dessa maneira o privilégio dos teresinenses vai acabar” (A LUTA, 03 de setembro de 1972, p. 05).

Indício da suposta expansão do FRIPISA, tão almejada pelo jornal, foi publicado em coluna elaborada pela edição, denominada “O que há de registro”, pois, “certo supermercado da Guanabara manifestou interesse em importar os produtos do Fripisa. É a expansão da empresa, por que esperamos com confiança” (A LUTA, 10 de setembro de 1972, p. 05). Segundo o A Luta, a informação foi repassada diretamente pela direção do FRIPISA.

Na edição de 01 de abril de 1973, o A Luta veiculou na primeira página a inauguração das novas instalações do matadouro-frigorífico, ocorrida no dia anterior à publicação. A ampliação do matadouro-frigorífico foi iniciada no ano de 1972, e a inauguração contou com a presença de Alberto Silva, em Campo Maior; o evento ocorreu como parte da comemoração do aniversário da “Revolução de 1964”. O periódico mencionou “benefícios” advindos a partir de 1964, pois, o regime militar teria trazido consigo a modernização do Brasil e conforme foi verificado no capítulo um desta Tese, o jornal manteve durante sua existência uma postura elogiosa em relação à ditadura. A inauguração das instalações do matadouro-frigorífico marcava mais um momento de empolgação do A Luta em relação à administração de Alberto Silva, visto que, segundo foi mencionado antes, após o governador assumir a gestão estadual, o jornal passou a expressar uma postura de maior exaltação do FRIPISA.

Em Mensagem de Governo do ano de 1972, Alberto Silva ressaltou seu papel na melhoria do FRIPISA, afirmando que quando assumiu o cargo de governador, a “capacidade ociosa” das instalações em Campo Maior situavam-se em torno de 40%, e “os prejuízos vultuosos vinham se acumulando de ano para ano”. Para exemplificar os investimentos feitos no FRIPISA, citou a reforma e ampliação do matadouro-frigorífico e para “que o FRIPISA possa utilizar a energia da COHEBE, está sendo construída uma estação abaixadora, em colaboração com a CEPISA, que elaborou o projeto de construção” (PIAÚÍ, 1972, p. 26).

---

<sup>8</sup> O mercado em evidência era o Mercado Público Jaime da Paz, que foi analisado no capítulo dois desta Tese.

Apesar de exaltar seus esforços, o governador citou que a empresa havia fechado o ano com saldo negativo novamente, embora o prejuízo tenha sido inferior ao ano de 1971. Na Mensagem de Governo de 1973, elencou que realizou as seguintes melhorias:

Recuperação das câmaras frigoríficas; implantação de fábrica de embutidos, compreendendo aquisição de equipamentos e construção civil; instalação de sub-estação [sic] abaixadora; implantação de mais 4 lojas frigoríficas; aquisição de máquinas industriais e veículos (PIAUI, 1973, p. 16).

Com a modernização do frigorífico, citada pelo governador, o objetivo era fomentar as exportações, pois, até então, estavam aquém do esperado, levando-se em consideração a dimensão do matadouro-frigorífico e o capital investido em sua construção. Nesse sentido, recebeu atenção do jornal as palavras do seu diretor-presidente, Artêmio Corso que era oriundo do Rio Grande do Sul e viajou para Campo Maior no intuito de gerenciar as atividades do FRIPISA.<sup>9</sup> Desse modo, Artêmio Corso, além de reforçar sua intenção de incentivar a pecuária piauiense, fazia uma analogia elogiosa entre o matadouro-frigorífico campomaiorense e os frigoríficos do “Sul do país”, o que o *A Luta* considerou fundamental evidenciar, pois tal fala estava de acordo com o pensamento dos letrados, que buscavam destacar o “progresso” campomaiorense:

O Diretor-Presidente Dr. Artêmio Corso afirmou que o seu propósito e o de toda a diretoria do Fripisa de empregar esforços no sentido de melhorar sempre as condições da empresa e disse da sua intenção de manter contatos produtivos com criadores do Estado e, em especial, de Campo Maior pela posição que ocupa de maior produtor de gado bovino. Frisou que o Fripisa já se equivale a muitos frigoríficos do Sul do País (*A LUTA*, 01 de abril de 1973, p. 01).

Por fim, o jornal citou que o pecuarista Francisco Alves Cavalcante – que havia sido prefeito em Campo Maior nas décadas de 1930 e 1940, além de ter exercido o cargo de deputado estadual (1935-1938) – assegurou a confiança que os criadores de gado piauiense tinham em relação à dedicação do governo estadual quanto a esse segmento da economia.

Na edição seguinte, o *A Luta* noticiou na primeira página que a diretoria do FRIPISA seria transferida de Teresina para Campo Maior, medida que agradou ao jornal, ao textualizar

---

<sup>9</sup> Como se nota, durante os anos em que o FRIPISA funcionou era comum a presença de gaúchos gerenciando as atividades da empresa, pois o Rio Grande do Sul era um grande produtor bovino, no qual a presença de frigoríficos se deu décadas antes do que ocorreu no Piauí, pois, Sandra Pesavento (1980) destaca que na segunda década do século XX, teve início a implantação dos primeiros frigoríficos gaúchos, razão pela qual o governo piauiense contratava pessoas do Rio Grande do Sul, por considerar que estas já tinham maior experiência com esse tipo de empreendimento industrial.

acerca da mudança de “toda sua direção e escritório, erroneamente funcionando em Teresina, separadas do corpo da empresa, que é essencialmente o seu Matadouro, aqui localizado. A medida acertada do Fripisa vai trazer, sem dúvida, grandes benefícios à organização (A LUTA, 09 de abril de 1973, p. 01). Foi informado ainda, que a empresa não estava “vendendo produtos embutidos, como salsicha, salame e mortadela, da fábrica inaugurada no dia 31 de março, pois está aguardando, ainda autorização do Ministério da Agricultura ao qual a direção da empresa enviou memorial a fim de que seja liberado o rótulo das embalagens” (A LUTA, 09 de abril de 1973, p. 01). Quando a comercialização iniciasse, haveria um ponto de venda dos produtos em Campo Maior – cuja ausência já tinha sido motivo de reclamação do A Luta – e também “na capital e logo os exportará para outros centros”. O periódico deixou claro ainda que o endereço contido nos rótulos seria de Campo Maior, “desmentindo os rumores de que seria de Teresina por ter atualmente a sede da direção da empresa” (A LUTA, 09 de abril de 1973, p. 01).

Ainda no ano de 1973, mais uma vez na primeira página, o A Luta publicou com entusiasmo que o FRIPISA iria fornecer “carne para o estrangeiro”, o que seria possível a partir da “instalação de novos equipamentos”. Tal fato era iniciativa do governador Alberto Silva, que, com isso, tornaria o matadouro-frigorífico “no prazo de 6 meses, no maior frigorífico do nordeste. O chefe do governo estadual está entusiasmado e tem pressa” (A LUTA, 20 de maio de 1973, p. 01). Desse modo, o jornal acentuou que no fim do ano de 1973, o frigorífico já estaria pronto para exportar para o “estrangeiro”.

Não obstante todo o entusiasmo com as novas instalações do matadouro-frigorífico, foi publicado editorial em outubro de 1973, destinado a debater o problema que tinha destaque no título da matéria: “Porque aumenta o preço da carne”. A matéria tinha início relatando que com o aumento do valor da carne, “os criadores começaram a aparecer com o gado, deixando claro que o problema da falta não reside numa condição de escassez, nem no aumento do quadro consumo”, mas sim porque os criadores de gado não encontravam preço que lhes agradassem.

O editorial ressaltou que o principal problema era a falta de investimento do poder público na criação bovina e citou que, na sua concepção, o FRIPISA tinha importante papel como carro-chefe do desenvolvimento pecuarista:

Campo Maior, por exemplo, como o maior produtor de gado do Piauí se apresenta dentro desse quadro. Campos sem aguadas, sem barragens suficientes para manter os bebedouros e as pastagens sem condições de conservar um gado em forma,<sup>10</sup> são avaliações que cedem lugar a atitudes,

---

<sup>10</sup> Em novembro do mesmo ano, o periódico noticiou que o deputado federal piauiense Milton Brandão “pediu ao Ministro do Interior a construção de barragens nas confluências dos rios Longá, Jenipapo e Surubim”, que estão

suscitam debates [...]. O Frigorífico do Piauí S/A – FRIPISA – que dentro do quadro desempenha o mais importante papel pela responsabilidade com que se vê que é abastecer uma capital com quase duzentos e cinquenta mil habitantes, assume no caso decisivo papel de contornador de problemas, esboçando-se com o receio de uma crise de escassez aguda e prolongada (A LUTA, 07 de outubro de 1973, s/p).

O aumento do valor da carne, destacado acima pelo A Luta, pode ser melhor compreendido a partir da análise de Paul Singer, ao apontar que durante o período do “milagre econômico”, o regime militar fazia um rígido controle de preços, de modo a evitar a elevação da inflação. Contudo, já podiam verificar-se “sintomas da inflação reprimida, evidenciados, já em 1972, na redução da oferta de carne por parte dos pecuaristas, frigoríficos e açougueiros em protesto contra os preços oficiais” (SINGER, 2014, p. 197). O autor afirma ainda que passou a aumentar os “casos de resistência ao controle dos reajustamentos de preços e em nenhum deles há qualquer menção a represálias sofridas pelos que desafiaram a ordem reinante” (SINGER, 2014, p. 198); verifica-se, assim, tal assertiva no Piauí, pois os criadores só “começaram a aparecer com o gado”, quando houve o aumento do valor da carne.

Nesse contexto, em matéria do jornal teresinense O Dia, foi informado que o FRIPISA pressionou a SUNAB para que esta permitisse o aumento do valor da carne no Piauí, para evitar uma crise de abastecimento do produto em Teresina, principal mercado consumidor atendido pela empresa. O diretor do FRIPISA à época, Raimundo Basílio, afirmou que estava com dificuldade em adquirir gado para o abate, pois não podia oferecer um preço melhor pelo boi vivo, que estava sendo vendido para estados vizinhos. Dessa forma, Raimundo Basílio teria informado que:

[...] O Ceará e o Maranhão estão oferecendo preços melhores para o gado e por isso o boi do Piauí está saindo. Em São Luís, por exemplo o quilo do boi vivo está sendo comprado por Cr\$ 5,50, o mesmo ocorrendo em Fortaleza. No Piauí o Fripisa só pode pagar de 4,10 a Cr\$ 4,50 pelo boi em pé. [...] Finalizou dizendo que se o Fripisa não oferecer melhores preços para os criadores, nos próximos dias haverá uma crise no abastecimento. Entretanto a crise poderá ser superada com o aumento da carne de primeira, como foi sugerido à Sunab (O DIA, 23 de agosto de 1973, p. 05).

A matéria do jornal O Dia era de agosto de 1973, e conforme visto no editorial do A Luta, de outubro de 1973, a SUNAB havia concedido o aumento no valor da carne, que havia sido solicitado pelo FRIPISA. Dessa forma, o FRIPISA colocava que o aumento da carne era

---

ligados ao município de Campo Maior. O parlamentar fundamentou-se “no fato de Campo Maior ter um moderno frigorífico”, mas necessitava de uma melhor estrutura para atividades agropecuárias.

inevitável, pois do contrário ela iria desaparecer do cardápio dos teresinenses, evidenciando, assim, a “fatalidade” citada por Paul Singer, no que dizia respeito à inflação, pois o:

[...] Interesse recíproco de vendedores e compradores implicou construir uma rede de cumplicidade para poderem trabalhar, produzir e consumir, aceitando a inflação como uma fatalidade em vez de apelar aos governantes incapazes de suprir os recursos escassos aos preços controlados (SINGER, 2014, p. 199).

Como pode ser observado, o grande mercado consumidor do FRIPISA era Teresina, contradizendo, então, o entusiasmo visto nas matérias em que o jornal citava a possibilidade de realizar importantes exportações para locais distantes do Piauí, ou até mesmo para o “estrangeiro”. Nessa perspectiva, ainda no editorial de outubro de 1973, foi mencionado que seria oportuna a “exportação dos produtos pelo FRIPISA para outros mercados consumidores”, “assim, o gado exportado por alto preço, garantiria ao FRIPISA melhores lucros e, conseqüentemente, baixa nos preços para o mercado interno”, garantindo dessa forma “a presença de carne em todas as mesas piauienses”<sup>11</sup> (A LUTA, 07 de outubro de 1973, s/p). Portanto, no momento em tela, o que havia de concreto era a venda dos produtos do FRIPISA apenas para Teresina.

O A Luta já tinha explanado sua insatisfação em relação à inexistência de um posto de venda do FRIPISA em Campo Maior, problema que estava prestes a ser solucionado, de acordo com a edição de 02 de dezembro de 1973, na qual foi indicado que “o Fripisa estará a partir de amanhã colocando os seus produtos à venda, coisa que era planejada desde o ano passado pela sua direção [...]” (A LUTA, 02 de dezembro de 1973, p. 01). O local em que ocorreria a venda dos produtos industrializados pelo FRIPISA ficava situado na área central da cidade, na Avenida Demerval Lobão.

Após o posto de venda estar efetivamente em funcionamento, o A Luta salientou que “afinal o FRIPISA compreendeu que o povo de Campo Maior é também filho de Deus”, e que antes ocorria apenas o trânsito de seus “pesados e excêntricos veículos” que “iam despejar seus produtos em Teresina, cuja comunidade era a única beneficiada” (A LUTA, 16 de dezembro de 1973, s/p). O semanário referiu que agora o campomaiorense estava “em pé de igualdade com o teresinense”. Em janeiro de 1974, o empreendimento comercial foi elogiado pelo jornal, que se dizia contente com a qualidade dos produtos:

---

<sup>11</sup> Posteriormente, em edição de 25 de novembro de 1973, o preço da carne continuava elevado e o A Luta informou que o produto teve um “estrondoso aumento em menos de três meses em 50 %” (A LUTA, 25 de novembro de 1973, p. 01).

A Loja do Fripisa, na Demerval Lobão, continua firme e vem agradando em cheio aos seus fregueses. Sendo assim o povo exulta de contentamento com o seu novo mercado, cujos produtos são de primeira qualidade [...] (A LUTA, 06 de janeiro de 1974, s/p).

No mês seguinte, em fevereiro de 1974, o A Luta relatou um problema em relação ao abastecimento de carne na urbe, pois estavam “vazias as bancas do Mercado público de nossa cidade”. Segundo o A Luta, possivelmente o problema relacionava-se à falta de gado no campo, que ainda estava no período de engorda. No entanto, salientou que o FRIPISA adquiria importante papel nesse momento: “há uma réstia de luz, no caso, o FRIPISA, que trazendo gado de fora, vai suprindo as necessidades dos que consomem o produto”, porém “a disputa por um pedaço de carne é dura demais e até brigas já aconteceram” (A LUTA, 17 de fevereiro de 1974, s/p). Apesar de o A Luta destacar diversas vezes que Campo Maior possuía o “maior rebanho de gado do Piauí”, o que se observa na matéria em análise é que o FRIPISA estava importando bovinos para manter seu funcionamento, além do fato de relatar, mais uma vez, a insuficiência de carne para consumo em Campo Maior. Conforme se observou na análise do A Luta, a importação era realizada do estado de Goiás e ocorria, sobretudo, durante o período da entressafra bovina campomaioireNSE.

Nesse sentido, é relevante observar que a criação bovina piauiense, realizada de forma extensiva, ocasionava certa estagnação em termos de aumento do rebanho estadual, pois Valderi Silva e Gonçalo Ramos (1987) acentuam que entre os anos de 1940 e 1985, a taxa média de crescimento anual da produção de gado foi de apenas 1,04%.

Conforme foi analisado, em março de 1973, Alberto Silva inaugurou novas instalações no matadouro-frigorífico do FRIPISA, contudo, já no mês de dezembro do mesmo ano o A Luta informou que uma nova reforma deveria ocorrer a partir de janeiro de 1974, com “a instalação de máquinas novas para o abate de caprinos, ovinos e suínos, aumentando e diversificando assim a produção da empresa” (A LUTA, 09 de dezembro de 1973, p. 01).

Nessa perspectiva, em 27 de janeiro de 1974, foi veiculada pelo jornal a manchete “FRIPISA vai receber 3 milhões para reformar matadouro”. A matéria sublinhou que a verba era oriunda do Ministério da Agricultura e destinava-se à complementação das obras de reforma e ampliação do matadouro-frigorífico. O A Luta acrescentou que a reforma era essencial: “saliente-se que essa é uma providência por demais oportuna e necessária, vez que as velhas instalações do FRIPISA nesta cidade não oferecem mais condições de atender a demanda do fornecimento de carne para o Estado” (A LUTA, 27 de janeiro de 1974, p. 01). Portanto, não obstante a inauguração realizada em março de 1973, em menos de um ano já era realizada nova

reforma e ampliação e, segundo o A Luta, já havia “velhas instalações” no matadouro-frigorífico.

Em fevereiro de 1974, o FRIPISA constava novamente na primeira página do A Luta, que salientou que o presidente da empresa, Artêmio Corso, estava finalizando a tramitação juntamente com o governo do estado, para efetivar o empréstimo necessário à reforma do frigorífico. Com a reforma, segundo o periódico, a “importante empresa arrancará rumo à sua verdadeira finalidade para que foi criada” (A LUTA, 25 de fevereiro de 1974, p. 01). Portanto, apesar de criado no ano de 1957, em 1974, o semanário afirmou que o FRIPISA ainda não tinha atingido sua “verdadeira finalidade”, ou seja, exportar em larga escala para fora do Piauí.

A última referência encontrada em relação ao FRIPISA, no ano de 1974, foi indicando que os produtos industrializados estavam sendo vendidos com rótulos registrados no DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal),<sup>12</sup> o que “constitui um passo significativo na trajetória de progresso do nosso Frigorífico” e os produtos eram vendidos não só em Campo Maior, “mas também nas praças de Teresina, Parnaíba e São Luís” (A LUTA, 14 de julho de 1974, p. 01). O registro no DIPOA era tido pelo semanário como sinal de progresso, pois representava um importante avanço, visto que significava que os produtos do FRIPISA haviam passado por um órgão de inspeção governamental, o que atestaria a qualidade dos produtos exportados.

Em fevereiro de 1975, o A Luta noticiou que haveria uma importante mudança no FRIPISA, já que a fiscalização da empresa que antes estava a cargo do governo estadual, passaria a ser realizada pelo governo federal, representado nessa situação pelo DIPOA. No mês de abril do mesmo ano, na primeira página do jornal foi informado que o governo estadual projetava a “normalização financeira, ampliação e reforma do Frigorífico do Piauí S.A”. Segundo o A Luta, a “normalização financeira” era necessária porque a “irregular oferta de matéria-prima e o comércio clandestino de carnes deram origem à situação financeira difícil que atravessa o Fripisa” (A LUTA, 27 de abril de 1975, p. 01). Nesse sentido, o impresso acolheu a federalização da fiscalização dos produtos de origem animal como positiva, pois assim seria dificultada a venda clandestina de carne e o FRIPISA poderia ampliar suas vendas, já que teria menos concorrentes. Quanto à “irregular oferta de matéria-prima”, era em referência à escassez bovina que foi citada anteriormente pelo A Luta.

Para que houvesse a expansão da produção e exportação, o A Luta colocou que era “necessária a ampliação e reforma das instalações do Frigorífico criando os pré-requisitos à

---

<sup>12</sup> Sobre o DIPOA, ver: ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. Fiscalização da carne no Brasil: estudo de uma política regulatória. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, jul./set, p. 49-74, 1985.

verticalização do empreendimento, com a instalação de curtumes, em estágio posterior” (A LUTA, 27 de abril de 1975, p. 01). Desse modo, apesar de as reformas realizadas nos anos de 1973 e 1974, conforme foi visto, no entender do jornal o matadouro-frigorífico demandava uma nova reforma e ampliação. A princípio, o A Luta mencionou que seriam adquiridos “2 a 3 veículos de transporte de carne, pois os existentes não estão mais cobrindo os serviços. É o que foi decidido em reunião havida entre o Secretário [Estadual] Bernardino Viana, da Indústria e Comércio, representantes do Dipoa no Piauí e diretores da empresa” (A LUTA, 27 de abril de 1975, p. 01).

O “moderno frigorífico”, como era referido pelo jornal, tido como um dos maiores do Nordeste, não rendia o esperado em termos econômicos, apesar dos recursos investidos em reformas e ampliações. A exemplo disso, pode-se evidenciar a manchete de 29 de junho de 1975: “FRIPISA DESAFOGA”. O “desafogo” foi proporcionado pelo governo estadual, sendo apontado pelo jornal que “o Governador Dirceu Arcoverde e o Presidente do BEP [Banco do Estado do Piauí], Dr. José Carlos Ribeiro assinaram contrato pelo qual o Governo Estadual assumiu a dívida do FRIPISA junto à Instituição Financeira do Estado, que se eleva a mais de Cr\$ 4 milhões” (A LUTA, 29 de junho de 1975, p. 01). O Estado teria um extenso prazo para o pagamento, 120 meses, no entanto, os juros anuais que incidiam sobre a dívida eram de 5%.

Dirceu Arcoverde enfatizou em sua Mensagem de Governo do ano de 1976, em referência à administração do ano anterior, que com as medidas tomadas já era “possível observar maior utilização de sua capacidade instalada”, e “praticamente não houve falta de carne nos açougues de Teresina, muito embora seu preço tenha subido, acompanhando o ritmo de aumento de todas as utilidades e gêneros de consumo”, o que, para o governador, decorria da “problemática internacional do petróleo”<sup>13</sup> (PIAUI, 1976, p. 26).

No mês de setembro de 1975, o jornal noticiou que o matadouro-frigorífico havia conseguido aumentar de “50 para 120 bois o seu índice de abates diário” (A LUTA, 07 de setembro de 1975, s/p). O diretor comercial da empresa, Raimundo Basílio, esclareceu para o A Luta que agora o frigorífico havia deslanchado em sua produção e que estavam “superadas todas as dificuldades”.

Embora o A Luta tivesse indicado o aumento da produção com otimismo, no início de 1976, as reclamações pontuaram a coluna “Detalhes”, que era redigida pela edição. Em tom

---

<sup>13</sup> De acordo com Gustavo Cavarzan e José Racy (2010), a resposta do governo militar brasileiro à crise do petróleo, que se iniciou em 1973, foi a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no ano de 1974, que objetivava manter o crescimento econômico iniciado no governo Médici. Segundo os autores, um dos pontos principais do II PND era a substituição de importações, com o intuito de tornar o Brasil menos suscetível às injunções do mercado internacional.

jocosos, o jornal questionou: “e no FRIPISA, como vão as coisas? Vão como o canto da pirúia [sic]: pió, pió, pió” (A LUTA, 08 de fevereiro de 1976, s/p). A insatisfação era porque os preços dos produtos fornecidos pelo FRIPISA estavam elevados.

Nesse sentido, observa-se também o reflexo do fim do “milagre econômico”, visto que Paul Singer afirma que o primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, “provocou um aumento fulminante no preço do petróleo no mercado mundial, com impacto no custo de vida dos países dependentes de sua importação”, atingindo fortemente o Brasil, que à época, não produzia “mais que uma fração do petróleo consumido. O que talvez seja a principal explicação da inversão da tendência da inflação que passou a ser ascendente de 1974 em diante” (SINGER, 2014, p. 197).

As informações veiculadas pelo A Luta no ano de 1975, acerca da ampliação da produção do matadouro-frigorífico e da aquisição de mais veículos para transportar os produtos industrializados, davam lugar às lamentações no ano de 1976. A dificuldade de a empresa conseguir ter uma rentabilidade condizente com os investimentos realizados parece ter se acentuado no ano de 1976 e, em abril desse ano, o periódico destacou que “o Fripisa não entregará mais a firmas revendedoras de carne do gado abatido em seu matadouro em Campo Maior” (A LUTA, 25 de abril de 1976, p. 01). Salientou-se ainda que “a medida tem por objetivo reduzir as despesas do Fripisa com transporte de carne para Teresina”, sendo apontado que as “firmas que comercializam a carne possuem transportes próprios e podem apanhar o produto em Campo Maior” (A LUTA, 25 de abril de 1976, p. 01).

Segundo o A Luta, a crise econômica do FRIPISA mostrava-se acentuada e o semanário enfatizou, em agosto de 1976, que o deputado federal Adalberto Correia Lima, representante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) piauiense, havia pedido em pronunciamento na Câmara dos Deputados que, o então governador Dirceu Arcoverde, fechasse o FRIPISA. De acordo com o A Luta, Correia Lima proferiu a seguinte fala: “use o seu bisturi com a maestria que lhe é atribuída, extirpando de vez este mau que se abate sobre o setor primário” (A LUTA, 29 de agosto de 1976, p. 01). A referência do parlamentar ao bisturi foi em alusão à profissão de Dirceu Arcoverde, que era médico e, para Correia Lima, o FRIPISA era visto como um “mau”, já que desde a sua criação era referido nas mensagens de governo que a empresa não alcançava lucros compatíveis com os investimentos que recebia. Apesar de divulgar a severa fala do deputado, o A Luta absteve-se de comentar o ocorrido, pois na sua concepção, o FRIPISA sendo rentável ou não possuía o matadouro-frigorífico instalado em Campo Maior, tido como um importante símbolo do progresso local.

No Diário do Congresso Nacional do ano de 1976 consta o discurso proferido por Correia Lima, no qual o parlamentar fez uma análise da trajetória do FRIPISA, denominado por ele de “elefante branco”, que se tornou o “desespero dos Governadores”. Segundo Correia Lima, o FRIPISA surgiu como algo “tentador” para o governador piauiense Gayoso e Almendra, pois ressaltou que o estado era absolutamente carente de indústrias. À época do governo Helvídeo Nunes, com a inauguração, o deputado em questão destacou que apesar de funcionar “como simples matadouro com todo um conjunto industrial paralisado por incapacidade operacional e dezenas de problemas técnicos o povo batia solenemente nos peitos e reverentemente apontava o FRIPISA como o indez da industrialização do novo Piauí” (BRASIL, 20 de agosto de 1976, p. 2460). Correia Lima apontou ainda que nem mesmo Alberto Silva, “com o lema de não haver problema sem solução”, não conseguiu tornar o FRIPISA rentável, apesar de ter “importado”, “até gaúcho especializado em mortadela, salame e salsichão” (BRASIL, 20 de agosto de 1976, p. 2460).

O parlamentar sublinhou que o momento que parecia haver uma “salvação” foi com a implantação da federalização da fiscalização, salientada anteriormente, medida que deu ao FRIPISA “o monopólio do abate e comercialização da carne e de todos os seus derivados”, ideia bem aceita pelo governo do estado e “engolida com desagrado pelos produtores”, visto que o FRIPISA exerceu “um mando policial no rebanho piauiense, fixa o preço da carne do produtor a seu bel-prazer” (BRASIL, 20 de agosto de 1976, p. 2460); com isso, os “fazendeiros piauienses empobrecem aceleradamente por serem obrigados a entregar o seu produto a preço vil” (BRASIL, 1976, p. 2460). Nesse contexto, ao fim de sua fala, Correia Lima afirmou que representava os pecuaristas atingidos e solicitava a Dirceu Arcoverde que “extirpasse” o FRIPISA.

O A Luta mencionou outro fator que teria contribuído para a crise pela qual passava o FRIPISA, a saber, a escassez bovina, que atingiu um ponto em que foi necessário importar os animais de outro estado, apesar das afirmações do jornal que o frigorífico foi instalado em Campo Maior devido a seu grande rebanho de gado, como forma de dar destaque a Campo Maior. Desse modo, o A Luta informou que “com o recrudescimento da crise no abate do boi, nos últimos dias, o FRIPISA mandou compradores ao Estado de Goiás para tratar da aquisição de animais” (A LUTA, 24 de outubro de 1976, p. 01).

O gado passou a ser importado de Goiás e, segundo o A Luta, tal fato não deveria significar aumento no valor dos produtos vendidos, por isso, foi publicada manchete com a seguinte indagação: “Fripisa: por que não baixa a carne?”. A matéria foi assinada por Zeferino

Alves Neto, que no momento era um dos diretores do jornal e explanou as razões pelas quais reivindicou a diminuição no valor da carne:

Porque a oferta está sendo maior que a procura, o Fripisa vem comprando gado para abate por um preço menor. Por sua vez o preço de revenda ao consumidor continua o mesmo. Obviamente que um empresário, quanto maior lucro podor [sic] ter, melhor (pra ele, lógico). Mas onde fica nisso aí, o interesse do governo em conter a inflação da moeda, quando um dos indicadores do índice dela (da inflação) é a diminuição do poder aquisitivo de quem a conduz (A LUTA, 26 de dezembro de 1976, p. 01).

Posteriormente, o A Luta ressaltou a situação peculiar em que se encontrava o Piauí, importando bovinos, sendo relevante observar ainda que no momento em destaque o jornal já não mais mencionou a possibilidade de exportação para outros estados:

O Piauí, pioneiro na criação de gado bovino, se encontra hoje na contingência de ter que importar carne de outros Estados, como é o caso agora dessa importação já encomendada no interior dos Estados da Bahia e Goiás com o objetivo de promover o abastecimento de Teresina, Altos, Demerval Lobão<sup>14</sup> e a esta nossa cidade [...] (A LUTA, 11 de setembro de 1977, p. 01).

No ano de 1977, o A Luta publicou matéria de autoria de um colaborador que assinou como Belchior Neto, na qual o FRIPISA sofria sérias acusações feitas pelo vereador Carlos Augusto de Oliveira, que era o líder da ARENA em Campo Maior. Segundo o texto em apreço, o vereador afirmou que o FRIPISA “não passa de uma empresa sonegadora de impostos à terra dos carnaubais, sede do matadouro”. (A LUTA, 27 de março de 1977, p. 03) Carlos Augusto entrava em defesa dos marchantes campomaiorenses, já que a empresa havia enviado uma circular informando que seria reduzido o abate particular de gado em 50%, e segundo ele “a empresa não tem moral para exigir dos marchantes locais, pois o Fripisa deve ao município um absurdo de impostos [...]” (A LUTA, 27 de março de 1977, p. 03). Além disso, o A Luta pontuou que, para o vereador, o FRIPISA “não passa de cabide de empregos e que existem diretores que ganham mais de vinte salários e nem ao menos conhecem o prédio da empresa, isto é um absurdo!” (A LUTA, 27 de março de 1977, p. 03).

Em julho de 1978, o A Luta voltou a se referir ao FRIPISA em tom bastante otimista, publicando matéria da edição com o título de “Dirceu salva o FRIPISA da falência”, com grande exaltação ao governador, colocado “pela quase totalidade dos piauienses, como o melhor Governador que o Piauí já teve”.

---

<sup>14</sup> Município piauiense localizado próximo à Teresina, a cerca de 35 km.

Para o A Luta, o FRIPISA estava “recuperado, e com crédito na praça, propiciando altos lucros, portanto, ajudando o crescimento do Piauí” (A LUTA, 30 de julho de 1978, p. 06). O jornal colocou que no ano de 1976 houve a produção de 6173313 kg de carne bovina e no ano de 1977, 5790086 kg, porém, foi destacado que existiu a necessidade de importar 106174 kg de carne bovina de outros estados para manter a produção, além de carne suína, devido “a impossibilidade de abastecimento local do produto a Empresa se viu obrigada a comprar no sul do país um volume total de 61277 quilos de carcaças” (A LUTA, 30 de julho de 1978, p. 06). A conclusão da reportagem era que “a situação do FRIPISA, em 31/12/77, espelha solidez, comparando-se com os anos anteriores [...]” (A LUTA, 30 de julho de 1978, p. 07).

A reportagem “Dirceu salva o FRIPISA da falência”, continuou na edição seguinte do A Luta, relatando quais os planos que a empresa tinha para o ano de 1978, dentre eles a ideia era solucionar antigos problemas, a exemplo da “compra de propriedade para engorda e formação de estoque de boi vivo, com a finalidade de compensar a escassez na entressafra” (A LUTA, 06 de agosto de 1978, p. 04). Dessa forma, buscava-se evitar a importação bovina de outros estados da federação. Por fim, a reportagem concluiu que era visível “a capacidade de recuperação da EMPRESA, atualmente sem as características de ‘elefante branco’” (A LUTA, 06 de agosto de 1978, p. 04).

Após a reportagem supracitada não foram mais encontradas matérias que destacassem aspectos positivos do FRIPISA, tendo em vista que as que foram publicadas até 1979, ano em que o jornal parou de circular, faziam alusão somente a problemas.

Em dezembro de 1978, foi transcrita uma matéria do jornal teresinense Diário do Piauí, na qual era colocada em evidência a escassez de carne em Campo Maior, “tanto bovina como de porco, o que não deixa de ser lastimável para um município que tem fama de possuir grandes rebanhos de gado” (A LUTA, 10 de dezembro de 1978, p. 07). Foi citado como uma possível causa dos problemas a atuação do “Governo do Estado, que mandou fechar o Matadouro Municipal, ‘onde o pobre podia comprar carne bovina por preços bem pequenos’. E nunca se registrou tanta falta de carne” (A LUTA, 10 de dezembro de 1978, p. 07). Com a implantação do FRIPISA, houve maior fiscalização, de modo que a empresa possuía certo monopólio no fornecimento de carne, observado na proibição do funcionamento do matadouro local, que vendia por um preço mais acessível. Conforme foi verificado em matérias anteriores, o A Luta realizou diversos elogios ao governador Dirceu Arcoverde, contudo, reagiu de forma negativa ao fechamento do matadouro pelo governo estadual; no entanto, é relevante destacar que Dirceu Arcoverde não completou seu mandato, pois em agosto de 1978, deixou o governo do Piauí

para concorrer a uma vaga no Senado,<sup>15</sup> quando, então, assumiu o Executivo estadual o vice-governador Djalma Martins Veloso.

No ano de 1979, foi publicada na primeira página matéria escrita pelo vereador campomaiorense João Alves Filho, intitulada “Tabela da carne aumenta a fome”; o vereador afirmou que o valor da carne estava altíssimo no Mercado Público, que recebia carne do FRIPISA para comercialização. João Alves destacou que “a fome aumentará a cada dia, com ela, a desnutrição, e outros males que proveem da fraqueza [...]” (A LUTA, 18 de março de 1979, p. 01). Segundo ele, era necessário “voltar ao povo o Matadouro Municipal”, para dar “melhor condição de vida ao Povo com o aproveitamento do caprino, ovinino [sic], suíno, deixando o FRIPISA apenas para o abate de vacum” (A LUTA, 18 de março de 1979, p. 01). O vereador criticou o prefeito Mamede Lima, a quem o A Luta fazia oposição, pois para João Alves, cabia a ele fazer funcionar o Matadouro. Salientou ainda em defesa do Matadouro:

O matadouro, além de carne mais barata que oferecerá à coletividade, sem nenhuma dúvida trará também condições para o amparo à mão de obra e, de um modo todo especial, aqueles que por muito tempo viveram e que pretendem voltar a viver do ramo de aproveitamento de vísceras, os nossos conhecidos fateiros (A LUTA, 18 de março de 1979, p. 01).

Desse modo, é importante observar que novamente o A Luta deu espaço a uma matéria que referia sobre a importância de um matadouro local. Desse modo, o “moderno frigorífico” que o jornal supunha que forneceria carne barata, com qualidade e em grande escala, não estava atendendo aos anseios do grupo letrado, que passou a endossar posicionamentos que eram a favor da existência de um matadouro, elemento que na concepção do semanário, não era moderno; o que era tido como moderno pelo jornal era o matadouro-frigorífico, com seu maquinário, responsável pela industrialização de produtos de origem animal.

Com a federalização da fiscalização da carne, tornou-se mais rígido o controle sobre produtos de origem animal, e, dessa forma, o FRIPISA parecia manter um monopólio em Campo Maior. De acordo com o A Luta, em agosto de 1979, havia sinais de mudança em tal situação, pois “excetuando-se Teresina, o comércio da carne, no Piauí, poderá ser liberado, possivelmente ainda este mês” [...] (A LUTA, 28 de agosto de 1979, p. 05). Com isso, esperava-se que ocorresse a diminuição no valor da carne, visto que “a chamada ‘carne na moita’ poderá ser vendida livremente”, ou seja, carne proveniente de açougues que não sofriam fiscalização e

---

<sup>15</sup> Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirceu-mendes-arcoverde>. Acesso em 21 de dezembro de 2019.

não precisavam seguir as normas higiênico-sanitárias, vendendo carne a um valor mais acessível.

Na última edição do *A Luta*, que circulou no dia 30 de setembro de 1979, havia uma notícia sobre o matadouro-frigorífico, publicada na primeira página, na qual referiu que Cezar Melo, campomaiorense que era deputado estadual pela ARENA do Piauí, faria um estudo acerca do frigorífico. Segundo o *A Luta*, dessa forma, seria dito “para o povo o que representa e para que serve o ‘elefante Branco’, implantado na terra dos heróis do Jenipapo” (*A LUTA*, 30 de setembro de 1979, p. 01).

Nesse sentido, na última notícia do jornal, o grupo letrado não mais exaltava o mais “moderno” frigorífico, apontado como um dos “maiores do Nordeste”, indicando, mais uma vez, que o “progresso” local, desejado pelo jornal, nem sempre correspondia à realidade campomaiorense. O FRIPISA foi visto à época de sua criação como um dos mais importantes elementos que contribuiria para a industrialização piauiense. O *A Luta* construiu representações acerca das instalações do matadouro-frigorífico, que o colocavam como “moderno”, o “maior do Nordeste”, motivo de orgulho para Campo Maior. No entanto, os diversos problemas ocorridos, como escassez de carne, ou produtos com preços considerados elevados, ocuparam grande espaço nas páginas do jornal. Dessa forma, o *A Luta* enaltecia o matadouro-frigorífico, por ser considerado pelo semanário um signo do progresso e da modernização, que dava destaque a Campo Maior em nível estadual, por indiciar acerca da importância que o município teria na criação de gado no Piauí, mas em diversos momentos demonstrou seu descontentamento, cobrando das autoridades públicas providências na resolução dos problemas elencados.

Conforme foi visto, nas matérias do *A Luta* e também nas mensagens do governo estadual, o FRIPISA foi apontado como oneroso para o Piauí e não conseguiu render os altos lucros que se supôs que seriam alcançados. A exemplo disso, o governador Dirceu Arcoverde relatou acerca do FRIPISA em sua Mensagem de Governo, que em 1976, “operou de forma rentável [...], fato que ocorreu pela primeira vez desde a instalação desta empresa de economia mista” (PIAUI, 1977, p. 25).

Nesse contexto, no ano de 1981, o FRIPISA foi colocado à venda e para indignação de Alberto Silva,<sup>16</sup> que na época era senador, foi vendido para a empresa Mapil Produtos

---

<sup>16</sup> Alberto Silva integrava a ARENA e após “a extinção do bipartidarismo em novembro desse ano e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves. Após a incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em fevereiro de 1982, passou a integrar este último”. Informação disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva). Acesso: 12 de novembro de 2019.

Alimentícios,<sup>17</sup> com sede em Teresina. A venda motivou um longo discurso de Alberto Silva no Congresso Nacional, que considerou absurda a venda por apenas 52 milhões de cruzeiros, pois para o senador:

Um frigorífico do porte do FRIPISA, com capacidade para estocagem de seiscentas toneladas de carne e de abate de seiscentos bois por dia, não pode, de sã consciência, não há engenheiro, não há economista, no mundo, que examinando a situação do FRIPISA dê o seu valor por menos de quatrocentos milhões de cruzeiros (BRASIL, 19 de agosto de 1981, p. 3696).

Alberto Silva fez severas críticas ao então governador, Lucídio Portella (1979-1983), que era seu adversário político,<sup>18</sup> responsabilizando-o pela decadência do FRIPISA. O senador destacou ainda a influente figura do político campomaiorense Sigefredo Pacheco que, segundo ele, havia sido o primeiro a idealizar a implantação de um matadouro-frigorífico em Campo Maior; Sigefredo, além de político, era pertencente a uma das famílias que possuía extenso rebanho bovino em Campo Maior.

De acordo com Fernando Cavalcante, a empresa tonou-se insustentável, sendo desativada em 1994, tendo em vista que “a privatização do FRIPISA foi acompanhada de negligência das autoridades locais, na sustentação da legislação quanto ao controle na comercialização” (CAVALCANTE, 2009, p. 16). Para o autor, a consequência disso foi que “proliferou o abate clandestino”, tornando insustentável a manutenção do FRIPISA.

Atualmente, os prédios que abrigavam as instalações do matadouro-frigorífico do FRIPISA ainda existem, embora permaneçam em estado de abandono; sua implantação em Campo Maior contribuiu para a expansão da cidade na direção do matadouro-frigorífico, a ponto de ter se formado um bairro em seu entorno, que tem a denominação de Bairro Fripisa. O A Luta não mencionou a ampliação residencial da cidade em direção ao matadouro-frigorífico, salientando somente as questões econômicas; tal fato pode ser explicado porque, ao que parece, não houve uma migração de trabalhadores para trabalhar no frigorífico, no período aqui abordado, sendo empregada em sua maioria a mão de obra de pessoas que já residiam em Campo Maior. Além disso, o crescimento da urbe, no sentido do matadouro-frigorífico, parece ter sido fenômeno posterior a década de setenta.

---

<sup>17</sup> Alberto Silva defendeu que a Mapil era uma “fábrica de biscoito”, portanto, não tinha experiência com frigorífico, e levaria à decadência a pecuária piauiense.

<sup>18</sup> Com a extinção do bipartidarismo em 1979, Lucídio Portella ingressou no Partido Democrático Social (PDS), que sucedeu a ARENA em apoio ao governo. Nas eleições para governador, no ano de 1978, Alberto Silva viu seu plano de voltar a administrar o estado cair por terra, pois foi nomeado para governador seu adversário político Lucídio Portella, demonstrando, assim, a influência política que seu irmão Petrônio Portella tinha dentro do comando político nacional.

### 3.2 “UM SONHO QUE SE TORNARÁ REALIDADE”: JORNAL A LUTA E SUA CAMPANHA PARA A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO HERÓIS DO JENIPAPO

A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, junto ao Rio Jenipapo, em Campo Maior, quando tropas pró-independência do Brasil enfrentaram os portugueses comandados pelo major João José da Cunha Fidié. De acordo com Joaquim Chaves (2013), nos meses que antecederam a batalha já havia na vila de Campo Maior certa movimentação no sentido de aderir à causa da Independência do Brasil. Claudete Dias esclarece que “após o 7 de setembro, que obteve a independência da Região Sul, a Corte portuguesa pretendia assegurar pelo menos a parte norte do Brasil como Colônia” (DIAS, 2011, p. 24).

Joaquim Chaves (2013) afirma que no dia 19 de outubro de 1822, a vila de Parnaíba, na região litorânea do Piauí, aderiu à independência, motivando, assim, a ida de Fidié para sufocar o movimento e manter a vila fiel aos lusitanos; o major português obteve êxito na repressão dos partidários da causa da independência, que em realidade já tinham abandonado a vila ao saberem que Fidié marchava até ela.

Nesse contexto, Maria do Amparo Carvalho (2014) destaca que com a vitória assegurada em Parnaíba, Fidié permaneceu na vila até que foi informado que a capital piauiense à época, Oeiras, localizada no centro-sul do estado, havia declarado o apoio ao imperador Dom Pedro I. Desse modo, Fidié marchou para Oeiras no intuito de manter a capital fiel a Portugal e no seu retorno, foi interceptado pelas tropas simpáticas à independência, às margens do Rio Jenipapo, em Campo Maior, local em que ocorreu a batalha.<sup>19</sup>

A população que lutou contra as tropas lusitanas não era formada unicamente por campomaiorenses, pois Claudete Dias salienta que também houve a participação de cearenses e maranhenses, que se dirigiram para Campo Maior no intuito de expulsar o major português, quando ficou claro que ele partiria de Parnaíba rumo a Oeiras e passaria por Campo Maior. A autora aponta os grupos que participaram da batalha e a desigualdade de condições em que ela ocorreu, com clara vantagem para os lusos:

A participação da população foi uma marca dessa batalha. Mais de 2.000 sertanejos de todas as classes sociais – fazendeiros, oficiais, militares, vaqueiros, lavradores, artesãos, escravos, roceiros – formaram uma multidão de voluntariados armados de instrumentos do trabalho na roça e de caçadas, além dos domésticos e agrícolas, como facões, enxadas, foices, machados. As mulheres também ajudaram, arrecadando fundos para reunir um exército guerrilheiro. Do outro lado, as tropas portuguesas, comandadas pelo major

---

<sup>19</sup> Para melhor compreensão acerca da localização dos três locais citados (Oeiras, Campo Maior e Parnaíba), os quais o major Fidié buscou assegurar que se mantivessem fiéis a Portugal, vide anexo 01.

Fidié, eram compostas, em sua maioria, de mercenários, somando entre 1.600 a 1.800 homens de Cavalaria, Fuzilaria, Infantaria, disciplinados e treinados, bem equipados e armados, com 11 peças de artilharia, um canhão e lançadoras de granadas (DIAS, 2011, p. 25).

Claudete Dias afirma ainda que “o embate foi terrível e brutal, das nove da manhã às duas da tarde sem nenhuma interrupção”, e que “o número de baixas não é exato porque não houve contagem”, mas estima-se que “do lado português, foram aproximadamente 60 feridos e cerca de 20 mortos, e não houve prisioneiros; do lado brasileiro, em torno de 500 prisioneiros e mais de 200 mortos e feridos” (DIAS, 2011, p. 25). A autora enfatiza que Fidié venceu a batalha, “mas perdeu a guerra da Independência graças às táticas de guerrilha dos sertanejos”, pois “após o combate do Jenipapo, num assalto de surpresa ao acampamento militar, eles se apoderaram dos armamentos e da munição, de dinheiro e bagagem do comandante português e cercaram o caminho para Oeiras” (DIAS, 2011, p. 25). Dias (2011) coloca que diante disso e das deserções constantes, o major buscou refúgio em Caxias, no Maranhão, onde foi cercado e se rendeu, sendo enviado para o Rio de Janeiro e, posteriormente para Portugal.

É relevante ainda atentar para a afirmação de Claudete Dias acerca de como o episódio da batalha foi tratado no Piauí, visto que “diferentes autores traçam um relato heroico e patriótico, às vezes romântico, gerando um conhecimento quase imutável de que houve uma epopeia na luta pela independência [...]” (DIAS, 2011, p. 25). Conforme será observado, as características citadas pela autora são observáveis em diversas matérias do A Luta, sobretudo ao reivindicarem a construção do Monumento Heróis do Jenipapo, que foi inaugurado no ano do sesquicentenário da batalha e localiza-se a seis quilômetros do centro urbano campomaiorense.

Nesse contexto, Paulo Gutemberg Souza evidencia que a Batalha do Jenipapo foi tomada como o elemento principal que constitui a identidade do estado,<sup>20</sup> denominada pelo autor de “piauiensidade”.<sup>21</sup> O autor observa que a história da Batalha do Jenipapo foi tomada

---

<sup>20</sup> Michel Pollak (1992) indica que o sentimento de identidade “é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 05). Nesse sentido, Pollak destaca que a memória é um elemento essencial na constituição da identidade “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 05). Desse modo, o Monumento do Jenipapo foi o local por excelência para a evocação da memória da batalha, símbolo principal da “piauiensidade” forjada por intelectuais do estado.

<sup>21</sup> Ainda sobre a temática “piauiensidade”, é relevante o trabalho de Alcebíades Costa Filho, que analisa a produção literária piauiense da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, em busca de visualizar nas obras dos literatos do estado elementos que constituiriam uma identidade piauiense. Sobre isso, ver: COSTA FILHO, Alcebíades. **A gestação de Crispim**: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade. 2010. 196 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia). Niterói-RJ,

por diversos intelectuais piauienses como o evento maior da história do estado,<sup>22</sup> momento em que o Piauí integrou-se de modo bastante efetivo ao contexto nacional. Desse modo, Souza aponta que “é lugar comum na tradição historiográfica local, que esse episódio foi responsável pela unidade nacional, um dos poucos que ocorreram pela Independência do Brasil que verteu sangue de patriotas” (SOUZA, 2008, p. 176); com isso, “o encontro das tropas, tradicionalmente considerado uma sangrenta batalha foi transformada em mito político fundador da piauiensidade” (SOUZA, 2008, p. 176). Dessa forma, a batalha seria uma demonstração do “heroísmo e patriotismo” local, pois os piauienses, mesmo em uma luta desvantajosa contra os portugueses, não abdicaram da “defesa da pátria”.<sup>23</sup>

Ainda no fim da década de sessenta, já havia matérias no jornal *A Luta* defendendo a necessidade da construção de um monumento para homenagear os “heróis campomaiorenses” que teriam lutado em condições absolutamente desfavoráveis para manter o Brasil independente.

Jacques Le Goff esclarece que “a palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’” (LE GOFF, 1990, p. 526, grifo do autor). Desse modo, Le Goff acentua ainda que um monumento tem a finalidade de “evocar o passado”, “perpetuar a recordação”, ressaltando que desde a Antiguidade romana, o “*monumentum*” atrelou-se a dois sentidos: o primeiro deles remete a “uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura”; o segundo sentido evidencia “um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte” (LE GOFF, 1990, p. 526). Quanto ao Monumento Heróis do Jenipapo, verifica-se que congrega as duas acepções indicadas pelo autor, visto que foi uma obra arquitetônica edificada em alusão ao sesquicentenário da batalha, bem como um monumento que buscava perpetuar a recordação em relação às pessoas que

---

2010.

<sup>22</sup> Dentre uma das obras que exaltam o “heroísmo” e “patriotismo” piauienses, que teria sido demonstrado na Batalha do Jenipapo, Souza analisa especialmente a obra do piauiense Abdias Neves, intitulada “A guerra de Fidié: uma epopeia brasileira na luta pela independência”, na qual “Abdias imagina a comunidade piauiense de forma homogênea, sem diferenças ou dissensões, representada na figura do bravo do Jenipapo, o herói anônimo, mítico, portanto, que morreu pelo ‘supremo ideal de ver a pátria independente’” (SOUZA, 2008, p. 178). É relevante salientar que a obra de Abdias Neves data do ano de 1907, no entanto, continua sendo uma das referências utilizadas largamente acerca do tema, e diversos outros historiadores, no decorrer do século XX, que “trataram do tema da Independência no Piauí no geral corroboram com a narrativa de A guerra do Fidié, desenvolvendo o roteiro ali traçado e explorando as suas lacunas” (SOUZA, 2008, p. 180).

<sup>23</sup> Sobre a Batalha do Jenipapo como símbolo de uma “piauiensidade”, ver também: MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Batalha do Jenipapo e seus heróis: símbolos de uma piauiensidade. **Contraponto: Revista do Departamento de História e do PPG em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 07, n. 02, jun/dez. 2018.

morreram durante o confronto com as tropas do major Fidié. O autor observa ainda que a construção de monumentos aos mortos passou a ser praticada após a Primeira Guerra Mundial, pois “em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido”, “proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação”.

Pierre Nora (1981) afirma que no século XX o interesse pelos lugares de memória, assim como o Monumento Heróis do Jenipapo, ganhou evidência, enquanto locais “onde a memória se cristaliza e se refugia” (1981, p. 07), que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (1981, p. 13), construídos no intuito de que as lembranças que eles envolvem não se percam.

No jornal *A Luta*, desde sua fundação em 1967, havia diversas representações que exaltavam o “heroísmo” e “patriotismo” campomaiorense devido a sua “bravura” na defesa da independência brasileira em relação a Portugal. Na terceira edição do *A Luta*, seu fundador Raimundo Antunes Ribeiro já fazia referência que o patriotismo e nacionalidade eram importantes para o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, elencou diversos aspectos que, para ele, demonstravam que “não há um país idêntico ao nosso”: extensos rios, matas, fertilidade do solo, minérios abundantes, “enfim, um mundo de inigualáveis riquezas”.<sup>24</sup> Segundo o fundador do jornal, “tudo isso poderia ter sido fonte de enorme prosperidade e de desenvolvimento para a Pátria”, ademais, “está perfeitamente provada a prodigiosa inteligência e heroísmo do brasileiro”. No entanto, Raimundo Ribeiro cita que essas riquezas brasileiras ainda não estavam sendo exploradas adequadamente e, para isso, mencionou uma reportagem da *Revista Cruzeiro* sobre o estado de Rondônia, no qual havia iniciado a exploração de um minério chamado cassiterita,<sup>25</sup> o articulista salientou a pobreza dos garimpeiros, que viviam em péssimas condições de trabalho.

Raimundo Riberio colocou que ainda assim tem “verdadeira convicção de que nenhuma força humana deterá o Brasil na sua marcha vertiginosa rumo às maiores conquistas, que hão de glorifica-lo e engrandecê-lo ainda mais, em futuro bem próximo” (*A LUTA*, 03 de dezembro de 1967, p. 01).

---

<sup>24</sup> O pensamento exposto por Raimundo Antunes apontava na mesma direção que a propaganda divulgada pela ditadura civil-militar, pois Carlos Fico afirma que o governo militar colocava o Brasil como um país de “futuro promissor”, “predestinado” a ser grandioso, marcado pela “exuberância da natureza, tamanho continental, riquezas minerais – estas seriam algumas das características que o fariam único” (FICO, 1997, p. 78).

<sup>25</sup> A *Revista Cruzeiro*, com sede no Rio de Janeiro, em sua reportagem apontou que a cassiterita é “um minério rico de estanho, que banha chapas de aço, peças da indústria, latas de conservas, um sem número de outras aplicações”, e nos anos sessenta ocorreu a “corrida” para sua exploração. Sobre isso, ver: *A MORTE na rede [sic] de ouro*. *Revista o Cruzeiro*. Rio de Janeiro, edição nº 63, 25 de novembro de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=165474&Pesq=cassiterita>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

No ano seguinte, em 1968, o A Luta deu espaço para um artigo de José Patrício Franco, pesquisador dedicado ao estudo da criação de municípios no Piauí e que sublinhou que era relevante colocar em evidência o “heroísmo” de Campo Maior. No seu texto no A Luta, elogiou Raimundo Antunes pela criação do jornal, que prometia dar aos seus leitores “a imagem verdadeira e exata” da realidade atual de Campo Maior, sem “ideias arbitrárias”. Dentre as ideias que considerava inadequada para Campo Maior, citou a “adjetivação ‘Terra dos Carnaubais’” e explicou porque:

Efetivamente, vastos carnaubais existem, cobrindo as suas terras. A cidade mesma ainda ostenta grande quantidade delas, a lhes ornar as ruas e avenidas. Por outro lado, sabemos, muitas fortunas foram feitas à custa da cêra [sic] de carnaúba, produto extraído da carnaubeira, e em certa época não era apenas símbolo de sua riqueza, como fonte principal da receita pública do município, refletindo decisivamente na economia do Estado. [...] A época da carnaubeira passou; não compensa continuar falando dela com grandeza de adjetivos, nem como fonte de riqueza [...] (A LUTA, 03 de março de 1968, p. 02).

Para Franco, era momento de colocar em relevo não a carnaubeira, mas sim o “heroísmo” campomaiorense: “o sublime, o heroico, cobriram por cem anos a vida de Campo Maior, na luta dos seus filhos, antes mesmo da carnaubeira ser conhecida como riqueza da região”, portanto, era momento de exaltar as “gloriosas tradições” e o “labor de seus filhos”<sup>26</sup> (A LUTA, 03 de março de 1968, p. 02).

Dentre os colaboradores do jornal, o maior entusiasta para a construção do monumento em homenagem aos campomaiorenses que lutaram contra as tropas portuguesas foi Otacílio Eulálio, que chegou até a abrir uma conta no Banco do Brasil para quem quisesse depositar dinheiro para a construção do monumento. Em seus textos destacava com frequência o “heroísmo” local, a exemplo do que foi publicado em março de 1968, intitulado “Epopéia [sic] do Jenipapo”, no qual afirmou que “o 13 de março para o campomaiorense é um marco de Glórias jamais apagável atrás de séculos. De coração a coração, de geração em geração se alastra o grande amor a tão honrosa tradição que nos legaram os nossos antepassados” (A LUTA, 24 de março de 1968, p. 04). Otacílio fez um breve relato acerca da batalha em questão:

Foi precisamente às 9 horas que se deu o encontro dos Brasileiros com os Portugêses [sic] às margens do Rio Jenipapo, em luta desigual que durou 5 horas, da qual finalmente coube a vitória a Campo Maior atrás da estratégia militar e não pelo roubo da bagagem de Fidié como dizem os incautos (A LUTA, 24 de março de 1968, p. 04).

<sup>26</sup> Atualmente, além da denominação de “Terra dos Carnaubais”, é comum encontrar referências também a Campo Maior enquanto “Terra de Heróis” e/ou “Berço de Heróis”.

Como se nota, Otacílio critica o termo “roubo”, já que prefere exaltar a “estratégia militar” dos campomaioenses. O articulista escreve de modo a dar a impressão que as tropas locais venceram a Batalha do Jenipapo, sendo que a vitória das tropas independentistas ocorreu foi em momento posterior e não à beira do rio citado; modificação realizada no intuito de enaltecer o “heroísmo” de Campo Maior, dos “bravos que tomaram e aqui as lágrimas sentidas da mulher e crianças campomaioenses, derramadas naquele dia fatídico o “13” que se tornou Glória” (A LUTA, 24 de março de 1968, p. 04).

Em entrevista, o senhor Severo Sampaio (2019), que foi tipógrafo do A Luta, dá grande destaque a Otacílio, afirmando que em sua opinião o monumento só se tornou uma realidade devido aos esforços de Otacílio, que teria ido em todas as residências campomaioenses coletando assinaturas em prol da edificação do monumento, no intuito de entregar a lista com os nomes para os representantes do governo estadual.<sup>27</sup>

Durante os anos em que o periódico circulou, tornou-se comum haver exaltação patriótica durante o mês de setembro, visto que foi o mês em que foi declarada a independência brasileira. Nesse sentido, na edição de 08 de setembro de 1968, foi veiculado um texto de responsabilidade da edição, com o título “A grande data”, enfatizando a ação de Dom Pedro I que “soltou o brado Independência ou Morte” (A LUTA, 08 de setembro de 1968, p. 03).

O A Luta ressaltou que foi uma “decisão inadiável e que interpretava os legítimos ansêios [sic] do povo na sua sensibilidade nacionalista”. O jornal destacou o papel importante do Piauí nesse contexto, embora saliente que há “cronistas descuidosos”:

Nossa posição na causa emancipatôra [sic] tem lugar de alto relevo e rutilância, apesar de cronistas descuidosos, principalmente autôres [sic] de obras didáticas, omitirem a presença do Piauí na vanguarda dos principais acontecimentos históricos na primeira metade do século XIX. A emancipação política dos brasileiros estava determinada por manifestações irreprimíveis e eloquentes. A luta pela liberdade dignifica o homem, para que êle [sic] vêja [sic] a sua Pátria em conquista de glórias para o futuro (A LUTA, 08 de setembro de 1968, p. 03).

A reclamação contra a ausência de menção a participação piauiense na luta pela independência brasileira foi manifestada na edição supracitada, de 1968, no entanto, tal ideia não foi comum somente àquele período, pois mesmo recentemente, no ano de 2014, encontra-

---

<sup>27</sup> Conforme será visto, a primeira iniciativa pública no sentido de construção do monumento partiu da Prefeitura Municipal de Campo Maior, no entanto, segundo o senhor Severo (2019), a lista de assinaturas foi entregue para pessoas ligadas ao governo estadual. O entrevistado não informou porque a lista foi entregue para a instância estadual, e não municipal, porém, é possível que tal fato tenha ocorrido porque no momento do recolhimento das assinaturas, o governo estadual já havia informado que pretendia edificar o monumento.

se mobilização na Câmara dos Deputados reclamando a inclusão da Batalha do Jenipapo em livros didáticos de História. A iniciativa ensejou uma exposição na Câmara, com uma produção textual acerca da batalha, sob responsabilidade do Centro Cultural da Câmara dos Deputados; a iniciativa fez parte de uma série de exposições produzidas pela Câmara, denominadas “Histórias não contadas”.<sup>28</sup> No texto elaborado pelo Centro Cultural, que detalha diversos momentos que fizeram parte do contexto independentista, destacou-se que a Batalha do Jenipapo foi fundamental para a Independência do Brasil e a manutenção da unidade nacional. De modo geral, o texto e exposição produzidos pelo Centro Cultural são carregados de patriotismo e foram colocados como sendo parte do esforço para a inclusão da batalha campomaiorenses nos livros didáticos de História.<sup>29</sup>

Para o A Luta, a Batalha do Jenipapo foi a “mais sangrenta pela consolidação da Independência, nós campomaiorenses, em particular, encontramos motivos patrióticos de inspiração permanente para os movimentos cívicos”, assim como o feriado do dia 07 de setembro, de modo a assegurar a “sobrevivência da Democracia e da República” (A LUTA, 08 de setembro de 1968, p. 03).

Em 1969, Irmão Turuka escreveu artigo fazendo uma descrição detalhada do que considerou como os principais eventos da Independência do Brasil e, para ele, “os piauienses e quiçá os campomaiorenses, pagaram o mais alto preço [sic], o preço [sic] da vida”. Inicia seu relato afirmando que em setembro de 1822, “quando os fatos já se concretizavam no Sul do País, nos Estados do Norte ainda se conspirava cautelosamente”, havendo grande isolamento dos estados nortistas em relação ao Rio de Janeiro, sendo mais fácil até mesmo receber uma “carta de Lisboa [sic] do que do Rio de Janeiro”.<sup>30</sup> Em Campo Maior, Turuka enfatizou que os

<sup>28</sup> Segundo o curador do Centro Cultural, no ano de 2014, Ricardo Oriá, “Histórias não contadas” “pretende resgatar a memória de determinados fatos que foram desprezados ou omitidos pela história oficial” (ORÍ, 2014, s/p).

<sup>29</sup> No contexto de busca de valorização e maior reconhecimento da Batalha do Jenipapo, no âmbito político, durante o século XXI, pode-se citar ainda: inclusão no ano de 2005 da data 13 de março de 1823 na bandeira do Piauí; em 2009, o Congresso Nacional instituiu a referida data no calendário de efemérides nacionais.

<sup>30</sup> Acerca do isolamento dos estados nortistas em relação ao Rio de Janeiro, Johny Araújo afirma que “as Cortes portuguesas, ao intuírem que a independência da antiga colônia era um ato irreversível, decidiram manter sob seu controle pelo menos o norte do país” (ARAÚJO, 2015, p. 31). Nesse contexto, o autor salienta ainda que para Portugal, na prática, o norte do Brasil era outra colônia, havendo um distanciamento muito grande entre o norte e o sul do que hoje é o Brasil; o Maranhão, vizinho ao Piauí, realizava comércio diretamente com Portugal, inclusive com maior agilidade do que faria com o sul do Brasil. Johny Araújo acentua, então, que “entre o Brasil [parte sul da colônia portuguesa] e o Maranhão [Estado do Maranhão, que abrangia as capitanias do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará] havia uma região intermediária propensa a estabelecer a união entre as duas colônias, o Piauí, que ora pertencia ao Maranhão, ora ao Brasil. Essa região chegou a ter os mais ricos rebanhos de todo o império colonial português na América [...]” (ARAÚJO, 2015, p. 31). Desse modo, por sua localização estratégica e recursos, tendo como renda principal a criação de gado, Araújo afirma que o Piauí se tornou foco de disputa entre Portugal e as forças pró-independência do Brasil.

“principais cidadãos conspiravam abertamente”<sup>31</sup> e apontou o início do movimento separatista no Piauí:

A máquina política estava tão bem montada que Fidié tinha por certo a separação do Brasil, mas não admitia nem por sonho a insubordinação dos “meninos” no Piauí e Maranhão. Estávamos em 19 de outubro de 1922 [sic], quando Parnaíba respondeu afirmativamente ao Grito do Ypiranga [sic], reconhecendo oficialmente Imperador o defensor do Brasil o Sr. Pedro de Alcântara. [...] Esse fato, exasperou ao Major Fidié, que marchou sôbre [sic] Parnaíba via Campo Maior com suas tropas e mais as que pôde [sic] requisitar do Maranhão, pondo em fuga aquêles [sic] destacados insurretos parnaibanos [...] <sup>32</sup> (A LUTA, 30 de março de 1969, p. 03).

Após Oeiras declarar que aderiria a Independência, Fidié sai de Parnaíba para sufocar o levante oeirense, “gente, armas e audácia não lhe faltariam”. Turuka relata que o major português partiu com cerca de 1300 homens, mas não contava com a “recepção que lhe preparavam em Campo Maior” e as tropas que o esperavam no Rio Jenipapo “pagaram alto preço”, pois “morreram, levaram para o Espaço a impressão de que haviam salvo o Piauí de terrível mal, qual seria o domínio português” (A LUTA, 30 de março de 1969, p. 03).

A primeira matéria encontrada, referindo acerca da necessidade da construção de um monumento para homenagear os “heróis” campomaioreses que lutaram contra as tropas portuguesas, encontra-se na edição de 31 de agosto de 1969. Trata-se de um artigo intitulado “Monumento aos heróis da batalha de Fidié” escrito pelo jornalista Sebastião Negreiros, que residia em Teresina e colaborava enviando textos para o A Luta.

Negreiros destacou o ato “heroico”, conseguido em combate ao “extraordinário guerreiro luso”, referindo-se a ele dessa forma devido a sua experiência em campo de batalha, já que conforme salienta Claudete Dias (2011), Fidié havia lutado durante a época em que Napoleão Bonaparte invadiu Portugal, no ano de 1807. Destacar o quanto era “extraordinário” o adversário dos brasileiros era uma forma de enaltecer a bravura dos “heróis” e, ao mesmo

---

<sup>31</sup> Dentre os “principais cidadãos” que Turuka menciona, Iara Moura (2018) ressalta que se destacou Lourenço de Araújo Barbosa, que possuía “boa formação intelectual”, sendo responsável por “divulgar os pasquins ‘sediciosos’ para as vilas de Campo Maior, Piracuruca e Parnaíba” durante o contexto independentista. Além disso, Lourenço de Araújo Barbosa, no seu intuito de lutar pela causa da independência brasileira, passou a fabricar pólvora em Campo Maior, e ao ser descoberto foi preso pelas tropas portuguesas, porém, “foi transformado em patriarca da independência no Piauí”. Sobre essa questão, Moura esclarece que a produção historiográfica piauiense, do “final século XIX até a metade do século XX, trabalhou no sentido de levar à posteridade apenas os nomes de personagens da elite [...]” (MOURA, 2018, p. 03).

<sup>32</sup> Chaves (2013) aponta que no dia 19 de outubro de 1822, a vila de Parnaíba declarou aderir a causa da independência, ensejando a ida do major português Fidié para reprimir o movimento; os rebeldes parnaibanos, ao saberem da mobilização da tropa de Fidié, fugiram para a vila de Granja, no norte do Ceará.

tempo, justificar que estes haviam perdido a batalha para um comandante militar altamente qualificado. Nesse contexto, Negreiros sugeriu ao:

Sr. Prefeito campomaiorense a construção de um Monumento aos heróis da Batalha de Fidié, condizente com o feito dos bravos patrícios nossos que lutaram contra as fôrças [sic] do extraordinário guerreiro luso, derramando o seu sangue pelos ideais de liberdade do povo brasileiro. Às margens do histórico rio Genipapo [sic], por entre as carnaubeiras centenárias, heróis anônimos, usando armas improvisadas com os pequeninos recursos da época, marcaram com entusiasmo e sangue, uma importante página da história da nossa independência. Fidié, pouco afeito àquele tipo de luta, e açoitado pela agressividade daqueles que lhe ofereciam combate, não teve outra alternativa senão bater em retirada, tingindo com o seu sangue generoso, as águas irrequietas do Genipapo [sic], muitos daqueles que, sob o seu comando defendiam o ideal político da Côrte [sic] Portuguesa [sic] (A LUTA, 31 de agosto de 1969, p. 03).

Dessa forma, o jornalista dá a entender que os “heróis” lutaram bravamente até que Fidié abandonasse a batalha, dando, assim, a impressão que os partidários da independência foram vitoriosos naquele momento. Ao ter se dirigido ao prefeito Raimundo Andrade, Negreiros evocou o “feito grandioso dos patrícios que ali pereceram na defesa dos ideais de liberdade que animavam nossos antepassados” para solicitar “às autoridades que releiam a história da independência política do Brasil”, pois era essencial compreender a importância desse evento histórico e “erigir um Monumento ou, pelo menos um cemitério Condigno, para abrigar os restos mortais dos heróis que tombaram a serviço da Pátria”. Negreiros criticou o fato de existir como “marco físico do feito histórico apenas catacumbas humildes, encimada por cruces simples, de madeira tósca [sic]”, que não correspondiam à dignidade do “sacrifício daqueles patrícios desaparecidos em situação tão trágica e a serviço de uma cousa tão importante para o Brasil” (A LUTA, 31 de agosto de 1969, p. 03).

Negreiros enfatizou que mesmo que “os homens não soubessem agradecer”, “a história fará justiça” aos que exercendo cargo político edificassem um monumento para homenagear os “heróis”. Nesse sentido, sublinhou:

Ainda é tempo de se reparar a injustiça que as administrações passadas têm cometido para com aqueles humildes patrícios que sacrificaram a própria vida, pela emancipação política do País, sob cuja bandeira de liberdade democrática desejavam que vivessem as gerações porvindouras. Eles merecem o nosso respeito, a nossa admiração e sobretudo o nosso eterno reconhecimento. Não permitamos, portanto, que permaneça coberto com o manto da obscuridade, feito histórico tão importante (A LUTA, 31 de agosto de 1969, p. 03).

O articulista finalizou seu texto indicando que a maioria dos que passavam pela atual BR-343, a partir da qual é possível acessar facilmente o cemitério mencionado por Negreiros, não “sabiam que ali, sob a alvenaria barata e inexpressiva daquelas catacumbas olhadas com indiferentismo frio dos animais que pastam, jazem os restos mortais de heróis, saídos das roças campomaiorenses”, no intuito de se “entregarem ao serviço da defesa da Pátria que desejavam liberta, para sempre, do julgo humilhante dos alienígenas” (A LUTA, 31 de agosto de 1969, p. 03).

Na fala de Negreiros, é perceptível algo que se tornou comum em muitas matérias do A Luta acerca do monumento, a saber, o fato de o jornal colocar-se como uma espécie de protetor da memória da batalha e dos “heróis” que nela lutaram. Além disso, havia também no jornal um anseio de deixar registrado em suas páginas a edificação de um monumento, que teria sido também fruto do esforço do periódico em sua luta pela construção de tal obra pública.

No mês seguinte, Negreiros voltou a escrever sobre a temática, tomando como ponto de partida do seu novo artigo uma carta de um leitor comentando o seu texto da edição do mês de agosto. Para o leitor era “justa a causa que o nobre jornalista defende em seu brilhante artigo”, mas mostrava-se pessimista, pois não acreditava que as autoridades políticas teriam empenho na construção de um monumento. Negreiros afirmou que, apesar da carta, mantinha-se otimista, “para dizer, não só aquele que já se mostra decepcionado com a maioria dos homens públicos dêste [sic] País, mas a quantos nos honrarem com a leitura dêste [sic] comentário, que confiamos no Prefeito de Campo Maior, Snr. [sic] Raimundo Andrade”, para a edificação de um monumento “que honre os feitos heroicos dos brasileiros que tombaram na planície campomaiorenses, às margens desertas do Jenipapo, lutando bravamente pela libertação do Brasil, do jugo português” (A LUTA, 28 de setembro de 1969, p. 02).

Elson Rabelo (2008) contribui no entendimento da atuação que o cearense Sebastião Negreiros teve na imprensa piauiense. Segundo Rabelo, o jornalista era colunista do jornal teresinense O Dia e tornou-se um dos mais entusiasmados sujeitos da imprensa na luta para divulgar que o Piauí estaria abandonando a condição de “subdesenvolvido” e “rasgando as sendas difíceis do progresso” (RABELO, 2008, p. 60). Rabelo afirma ainda que Negreiros utilizava sua coluna no periódico teresinense assumindo um “nós que seria piauiense”, na sua busca pela divulgação que o progresso estaria atingindo o estado, inclusive, denunciando que o Piauí estava sendo menos beneficiados pela SUDENE do que outros estados nordestinos, a exemplo do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

A partir da matéria que o articulista enviou para o A Luta, verifica-se que este buscava dar a máxima amplitude às suas ideias, enviando também textos para jornais do interior. Desse

modo, Negreiros realçava o quanto seria importante a construção do monumento em Campo Maior, pois isso constituiria um indício da integração do Piauí ao progresso que estaria atingindo o país, com o destaque à participação do estado em um episódio de amplitude nacional, ou seja, as lutas pela independência brasileira.

Em outubro de 1969, além do apelo que havia divulgado ao poder público, com o artigo de Sebastião Negreiros, o A Luta veiculou na primeira página a iniciativa particular de Otacílio Eulálio, “patriota”, que “foi espontaneamente a Agência do Banco do Brasil S/A desta cidade e ali depositou, vinculadamente, vinte cruzeiros novos, dando início à campanha que visaria unir os brasileiros, cearenses e piauienses”, para homenagear os “falecidos heróis do dia 13/03/1823, fundindo cada vez mais, os laços consanguíneos que deu lugar a esta raça invencível dos campomaiorenses” (A LUTA, 05 de outubro de 1969, p. 01). Segundo o A Luta, a campanha estava tendo grande adesão, e “não são poucas as pessoas que têm feito o seu depósito pessoal em favor de tão reclamada construção”. Desse modo, o periódico informou que também havia se juntado a causa e esperava “confiadamente que cada brasileiro, ao tomar conhecimento dêste [sic] auspicioso fato, remeta através do Banco do Brasil a sua valiosa contribuição [...]” (A LUTA, 05 de outubro de 1969, p. 01).

Posteriormente, o A Luta colocou em relevo a importância da adesão à iniciativa de Otacílio, nos seguintes termos: “tu, que és campomaiorenses de verdade, rico de amor por tua terra, ficar indiferente a êste [sic] tão nobre movimento é desconhecer a tua liberdade” (A LUTA, 10 de abril de 1970, p. 03).

No mês de março de 1970, o A Luta lançava mão do apelo patriótico para reclamar a construção do monumento, publicando o editorial “Os heróis esquecidos”, sublinhando que “as gerações que precederam à nossa souberam perpetuar a lembrança da bravura indômita dos que tombaram para ver erguida e desfraldada ao vento a bandeira de liberdade, naquela página gloriosa da história nacional, escrita com sangue” [...] (A LUTA, 01 de março de 1970, s/p). No entanto, o jornal lamentou o estado deplorável em que se encontrava o local em que os “heróis” lutaram para emancipar o Brasil:

Hoje, quando se ironiza os que falam e vivem o idealismo patriótico, verifica-se o descaso a que foram relegados os marcos de tão puro idealismo: estão entregues à sanha incruenta das intempéries os túmulos e monumentos erguidos no palco em que se desenrolou o drama da Batalha do Jenipapo (A LUTA, 01 de março de 1970, s/p).

O A Luta enfatizou que por parte do poder público havia “a falta, ou quase isso, de interesse [sic] demonstrado” sendo que “poderiam e deveriam tomar as providências justas e

necessárias” para que o monumento se tornasse uma realidade. O jornal finalizou o editorial destacando o “nosso protesto por esta atitude, que com algum rigor, é verdade, consideramos comodista e antipatriótica” (A LUTA, 01 de março de 1970, s/p).

Após as diversas matérias de apelo à construção de um monumento, o A Luta noticiou em 08 de março de 1970 o que poderia ser o início da concretização da tão almejada homenagem aos “heróis campomaiorenses”. Com a manchete “Pedra fundamental será lançada”, explanou aos leitores que no “próximo dia 13, quinta-feira, 147º aniversário da Batalha do Jenipapo, será lançada a pedra fundamental do monumento” e que o evento contaria com representantes do batalhão do Exército vindos de Teresina “que dispararão uma salva de 21 tiros em homenagem aos bravos heróis que tombaram sem vida no solo em que apenas seus túmulos atestam hoje o grau de patriotismo que demonstraram” [...] (A LUTA, 08 de março de 1970, p. 01).

Entretanto, a solenidade não ocorreu com tanta pompa quanto se previu, pois na edição seguinte foi relatado que em “solenidade simples, realizada no local próximo ao Cemitério dos heróis do Jenipapo, foi feito o lançamento simbólico da pedra fundamental de um monumento que a Prefeitura erigirá em homenagem aos mesmos” (A LUTA, 15 de março de 1970, p. 01). No evento, cantou-se o Hino do Piauí, hasteou-se a bandeira do Brasil, porém, a salva de tiros que o semanário considerou que seria um dos momentos marcantes acabou não se efetivando, para descontentamento do A Luta. Em agosto do mesmo ano, o semanário noticiou que o prefeito Raimundo Andrade havia enviado convites para formar uma comissão para a construção do monumento, pedindo a participação de “ilustres personalidades estaduais, destacando-se os historiadores Odilon Nunes<sup>33</sup> e Padre Chaves”,<sup>34</sup> no intuito de edificar “um monumento realmente à altura de nossa cidade” (A LUTA, 20 de agosto de 1970, p. 01).

José Miranda escreveu artigo apontando a relevância que tinha a campanha liderada por Otacílio Eulálio, considerada “uma causa meritória e patriótica” e enfatizando que seu artigo tinha a finalidade de fazer um paralelo entre passado e presente. O passado a que se referia remetia ao ano de 1922, centenário da independência brasileira, quando o poder público

---

<sup>33</sup> Iara Moura (2014) menciona que Odilon Nunes (1899-1989) era natural de Amarante, sul do Piauí, e exerceu diversas atividades, dentre elas, membro do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e da Academia Piauiense de Letras, publicando diversos livros acerca da História do Piauí.

<sup>34</sup> Joaquim Raimundo Ferreira Chaves (1913-2007) era natural de Campo Maior, mais conhecido como Monsenhor Chaves, além de sacerdote, foi professor, historiador e biógrafo, participando ainda da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, sendo autor de vários livros que abordam a História do Piauí. De acordo com Teresinha Queiroz, em termos de História do Piauí, a produção escrita de Monsenhor Chaves e Odilon Nunes na sua concepção “corresponde à maior contribuição à área entre as décadas de 1950 e 1970”; a autora esclarece as principais características que observa na obra dos autores: “Odilon Nunes é mais tradicional, no conjunto é mais erudito, bastante apegado às fontes [...]. Monsenhor Chaves, em seus primeiros escritos, rompe com aquele padrão e provoca uma verdadeira ampliação nos aportes da história do Piauí ao antecipar um tipo de historiografia voltada para a questão social, da pobreza, da opressão” (QUEIROZ, 2013, p. 12-13).

municipal de Campo Maior tomou a iniciativa para a “construção de um obelisco, no lugar Batalhão, neste Município, em homenagem aos heróis do Jenipapo na Guerra de Fidié” (A LUTA, 17 de maio de 1970, p. 02). O local, denominado por ele “Batalhão”, era o cemitério onde estariam enterrados os nordestinos mortos na Batalha do Jenipapo. À inauguração do obelisco, José Miranda afirmou que compareceram “cerca de 4 mil pessoas” a esse “ato de louvável e inextinguível patriotismo”.

O obelisco mencionado pelo articulista existe até a atualidade, localizando-se atrás do Monumento do Jenipapo. Maria Carvalho (2014) acentua que outra importante iniciativa, no sentido do reconhecimento da participação de Campo Maior na independência brasileira, foi tomada no ano de 1938, pois o cemitério onde estariam enterrados os mortos pró-independência foi tombado, tornando-se patrimônio histórico brasileiro. A autora cita ainda que, até o momento, não foi identificado o local exato onde os mortos na batalha foram sepultados, o que só seria possível mediante uma pesquisa arqueológica, entretanto, ainda que não tenha sido no local utilizado como cemitério, foi em suas proximidades.

No mês de março de 1971, quando se aproximava mais um aniversário da Batalha do Jenipapo, o periódico continuava a defender veementemente a edificação de um monumento aos “soldados do Jenipapo”, salientando, mais uma vez, a “bravura” e o “heroísmo”, a partir do seguinte questionamento:

Qual daqueles que, tendo a glória de ter a Terra dos Carnaubais como berço, desconhece, ou esquece, a bravura dos que morreram, tintando com o seu sangue o verde dos campos que margeiam o histórico rio, contribuindo com a independência política da Pátria? Ninguém (A LUTA, 06 de março de 1971, p. 02).

O A Luta salientou que o Clube Littero-Cultural Campomaioense já havia, inclusive, ido até a Secretaria de Obras estadual solicitar a implantação de um monumento, demonstrando que o jornal estava não somente publicando matérias demandando a construção em destaque, mas também atuando junto ao poder público, pois conforme foi analisado no capítulo um desta Tese, o CLCC dirigiu o A Luta no início dos anos setenta.

Na página de capa da edição seguinte, publicada no dia no aniversário da batalha, o A Luta voltou a mencionar a importância de as pessoas contribuírem depositando dinheiro na conta aberta por Otacílio, “no sentido de se construir o sonhado monumento alusivo ao grande ato de bravura de campomaioenses no dia 13 de março de 1823” (A LUTA, 13 de março de 1971, p. 01). O periódico informou que Otacílio tinha solicitado um extrato para verificar a quantia que já havia, 192 cruzeiros, “e quem toma ciência dêsse [sic] valor diz que ainda é

muito pequeno”, opinião endossada pelo jornal, visto que “a obra sonhada deve ser verdadeiramente monumental” e, portanto, solicitou a contribuição dos que “amam sua terra e os seus heróis” (A LUTA, 13 de março de 1971, p. 01). Dessa forma, o semanário buscou sensibilizar seu público leitor para que aderisse à causa a qual defendia, apelando aos que “amam sua terra”.

Ainda na edição em relevo, foi publicado artigo da escritora campomaiorenses Marion Saraiva, relatando como ocorreu a Batalha e, mais uma vez, enaltecendo o patriotismo dos campomaiorenses que lutaram em condições tão desiguais, utilizando “velhas espadas, facões, foices, dizem alguns engraçados, até cabos de vassouras!” (A LUTA, 13 de março de 1971, p. 03).

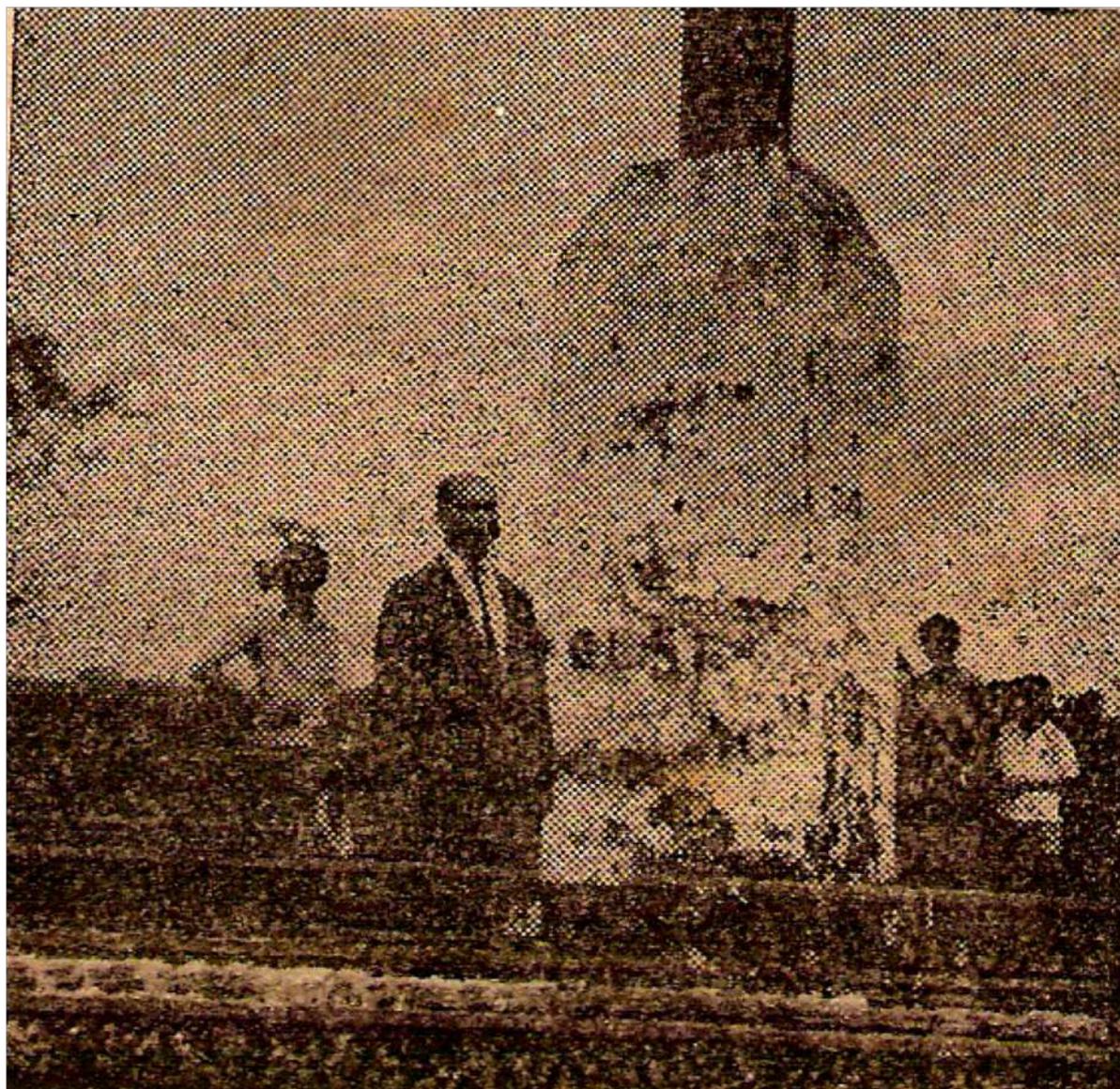
Durante os anos em que circulou, o A Luta raramente publicava imagens junto às matérias, pois o custo de produção seria maior,<sup>35</sup> no entanto, ao noticiar acerca das comemorações do 148º aniversário da Batalha, no ano de 1971, foram utilizadas três fotografias do evento, duas delas na primeira página, uma mostrando militares que participaram do episódio e outra evidenciando o fluxo de veículos até onde havia o cemitério onde estavam enterrados os “heróis”. Ressaltou-se que houve grande participação popular nas festividades e “os campomaiorenses todos se rejubilaram com a tão importante data”, havendo inicialmente, uma missa na matriz de Santo Antônio, padroeiro local e depois os participantes do evento seguiram para o “cemitério dos heróis”, onde o “corpo policial” homenageou os “guerreiros do Jenipapo com uma salva de tiros” (A LUTA, 20 de março de 1971, s/p).

A terceira imagem que foi publicada na reportagem era destacando o Obelisco construído devido ao centenário da independência brasileira, aparecendo em primeiro plano, na fotografia, o então prefeito Jaime da Paz. As demais pessoas que aparecem na imagem não foram identificadas pelo A Luta:

---

<sup>35</sup> Em entrevista, o senhor Ernani Lima (2019) destacou que o uso de imagens no jornal, denominadas clichês, era algo bastante dispendioso para o A Luta, pois só eram fabricados em Teresina, e quando se fazia um clichê, o mesmo só era utilizado em três ou quatro edições; caso fosse o clichê de um evento, o uso poderia ocorrer somente em uma edição.

Figura 05: Obelisco construído no centenário da Independência do Brasil



Fonte: Jornal A Luta, 20 de março de 1971, s/p.

Ao finalizar a reportagem, o jornal mais uma vez enfatizou a necessidade da construção de um monumento, dando destaque ao ex-prefeito Raimundo Andrade que havia solicitado a obra ao Secretário da Educação e Cultura piauiense, Wall Ferraz. O secretário atuava no governo Alberto Silva, que tomou posse em 1971 e, de acordo com o jornal, era uma das metas do governador o turismo “e a Batalha do Jenipapo constitui-se no fato histórico mais relevante do Piauí” (A LUTA, 20 de março de 1971, s/p). Com a edificação de um monumento no local da batalha, o governador, bem como o semanário, esperavam que ocorresse grande afluxo de turistas para o lugar.

A valorização do turismo, relacionado à Batalha do Jenipapo, estava em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura que, de acordo com Tatyana Maia, havia

estabelecido no ano de 1970 que era necessário preservar e realizar uma maior valorização do patrimônio histórico brasileiro, pois, para o então ministro Jarbas Passarinho, “além dos poucos recursos destinados à preservação, o descaso do cidadão brasileiro com sua história, aliado à falta de civismo, impedia o culto aos monumentos” (MAIA, 2012, p. 166). Para conciliar crescimento econômico e preservação, a solução apontada à época foi a seguinte:

A associação preservação-turismo foi a resposta encontrada pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural contra o discurso daqueles setores que, sob a égide do crescimento econômico e da ampliação da infraestrutura do país, pressionavam o governo federal a autorizar intervenções drásticas nos conjuntos arquitetônicos e reservas naturais já preservados. Dessa forma, a política de proteção não aparecia como obstáculo ao processo de desenvolvimento econômico; ao contrário, movimentava positivamente a economia do país pelos recursos gerados com o turismo (MAIA, 2012, p. 167).

Conforme já foi mencionado, o cemitério onde estariam enterrados os que lutaram pela causa da independência brasileira, na Batalha do Jenipapo, havia sido tombado no ano de 1938, tornando-se patrimônio histórico brasileiro. O monumento, defendido pelo A Luta e sendo sua construção uma das metas de Alberto Silva, valorizaria não só o “heroísmo”, “patriotismo” e “civismo” dos piauienses, mas também poderia ser um importante fator para o crescimento econômico local, por meio do turismo. Para que o Monumento Heróis do Jenipapo cumprisse uma finalidade turística, tal edificação foi implantada de modo que a frente da obra pública ficasse direcionada para a BR 343, que era a principal via de acesso que permitiria a chegada dos turistas. Desse modo, Maria Carvalho esclarece que ocorreu assim um desacordo em relação ao sentido histórico do local, que já contava com um cemitério e o Obelisco, construído no cemitério em 1922. A autora elucida que:

A placa [de bronze] gravada no Obelisco aponta para o campo da batalha e por onde chegaram as tropas [de Fidié], ficando a mesma em uma posição contrária à do monumento atual. Com o tempo, a parte da frente do cemitério se transformou na parte dos fundos. Obelisco e Monumento foram construídos um de costas para o outro como se um ignorasse o outro. Ironicamente foi isso o que ocorreu, como muitos outros monumentos e edificações construídos como projeto político que ignora o sentido histórico desses lugares (CARVALHO, 2014, p. 210).

Em junho de 1971, José Miranda escreveu artigo acerca da “campanha do monumento”, elogiando Otacílio Eulálio, o “apaixonado doente das coisas de nossa terra”, que iniciou a campanha em relevo. José Miranda relatou que a iniciativa de Otacílio tinha sido tema de um

editorial do “Jornal O Dia, do Cel. Otávio Miranda, por sinal, aqui nascido”,<sup>36</sup> fato considerado de grande relevância pelo articulista, já que O Dia tinha ampla circulação no Piauí. José Miranda lembrou, mais uma vez, da conta aberta no Banco do Brasil, para arrecadação de dinheiro para a edificação do monumento e ressaltou que o A Luta estaria tendo importante papel na campanha pró-monumento:

O nosso jornal – o valente A LUTA – que há prestado tantos serviços à terra, por certo não iria ficar por fora dessa Campanha louvadíssima e nobre, muito tendo contribuído em seu favor com editoriais e publicações as mais variadas (A LUTA, 19 de junho de 1971, p. 06).

No mês de novembro de 1971, o A Luta veiculou uma matéria com o título “Povo exige do governador promessa do monumento dos heróis do Jenipapo”, colocando um anseio seu, como se fosse um desejo de todos os campomaiorenses. Segundo o jornal, Alberto Silva havia prometido a instalação de um monumento, no entanto, até então, a obra não havia sido iniciada:

Faltam apenas três meses para uma nova comemoração da data em que todos os campomaiorenses, para não dizer os piauienses, têm como respeito aos nossos antepassados que com bravura e destamor [sic] lutaram em prol da independência do Brasil. É sonho de todos nós ver o campo em que foi travado a gloriosa luta transformada em área para que todos possamos contemplar o calor patriótico de conterrâneos, quando enfrentaram as fôrças [sic] portuguesas, [sic], demonstrando assim um grande amor por sua terra. Entretanto, já passaram vários meses sem que a obra seja iniciada (A LUTA, 19 de novembro de 1971, s/p).

Conforme foi visto, quando Raimundo Andrade era prefeito tinha lançado a pedra fundamental para edificação de um monumento, no entanto, ao que tudo indica, posteriormente não houve mais atividades sob o comando da administração municipal, visto que o A Luta não veiculou mais matéria nesse sentido. A obra passou a ser uma bandeira de Alberto Silva e, por isso, o A Luta estava exigindo o seu início, com o intuito de que no 150º de aniversário da Batalha ocorresse a inauguração do monumento, concretizando, assim, um “velho sonho”.

Em edição de fevereiro de 1972, o A Luta publicou editorial destinado a parabenizar o prefeito Jaime da Paz após completar um ano de sua administração, que o jornal colocava como

---

<sup>36</sup> Francisco Miguel de Moura, membro da Academia Piauiense de Letras, informa que Otávio Miranda (1912-2002) nasceu em Campo Maior e atingiu o posto de coronel do Exército brasileiro, atuando durante algum tempo como militar no Rio de Janeiro, e após retornar ao Piauí, chegou a comandar o 25º Batalhão de Caçadores, sediado em Teresina, tendo sido também deputado estadual. Disponível em <http://franciscomigueldemoura.blogspot.com/2012/06/cel-octavio-miranda-1912-2002.html>. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

uma das mais progressistas que Campo Maior já tivera. Ao referir a Jaime, o periódico afirmou que “estamos ao lado da gente intrépida e progressista de Campo Maior, quando nos incumbimos da campanha para o erguimento do monumento dos heróis do Jenipapo” e concluiu o editorial apelando, mais uma vez, para o patriotismo e heroísmo: “uma Pátria que não cultiva seus heróis é uma Pátria que não tem perspectiva no futuro, porque o passado é o elemento que dinamiza o presente e que abre luzes para o futuro” (A LUTA, 05 de fevereiro de 1972, s/p).

Na comemoração dos 149 anos da Batalha, o A Luta afirmou em edição de 18 de março de 1972 que o evento tinha sido “simples” e na realidade o destaque da edição ficou para a matéria da primeira página que tinha o seguinte título: “Programa do sesquicentenário da independência do Piauí” (A LUTA, 18 de março de 1972, p. 01). Para a comemoração do ano seguinte, havia uma extensa programação elaborada pelo governo Alberto Silva; o A Luta ressaltou que o início da programação seria em 21 de abril de 1972, e finalizaria em 13 de março de 1973, quando ocorreria a inauguração do monumento e de um museu contendo artefatos da Batalha do Jenipapo, que seria instalado junto ao monumento. Como se observa, as datas eram carregadas de simbolismo, o 21 de abril, Dia de Tiradentes, e o 13 de março, aniversário da Batalha do Jenipapo.

De acordo com Janaína Cordeiro (2012), a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira recebeu especial atenção do governo Médici, de modo que no ano de 1972 ocorreram em todos os estados do país festividades alusivas à efeméride. Se o ano de 1822 representou a independência política do Brasil, o ano de 1972, no entender do presidente Médici, significava a independência econômica, fruto do “milagre econômico”, assim como observa Janaína Cordeiro:

O próprio discurso comemorativo em torno do *Milagre brasileiro* centrava-se nesta associação entre *liberdade da Pátria/Independência* e *desenvolvimento econômico* ou entre soberania política e soberania econômica [...]. Segundo as constantes associações entre o *Milagre brasileiro* e os heróis do passado que lutaram pela *independência política*, a conquista da *soberania econômica* somente se realizava 150 anos depois da primeira. Apenas a *Revolução de 1964* foi capaz de construí-la – austeramente e retomando a autoridade, da mesma forma como D. Pedro I fez a *independência política* – e também, na medida em que conseguiu (ou conseguia) vencer a *ameaça comunista*. (CORDEIRO, 2012, p. 107, grifos da autora).

A autora pontua que o presidente Médici criou em 1971 uma Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações e, em janeiro de 1972, estabeleceu a Comissão Executiva Central, responsável por coordenar as festividades do sesquicentenário da Independência do Brasil. Portanto, a programação elaborada por Alberto Silva e citada pelo A

Luta, inseria-se no planejamento feito pelo governo federal, que estabeleceu como marco inicial das comemorações o 21 de abril de 1972, tendo o 07 de setembro do mesmo ano como data de encerramento.<sup>37</sup> Cordeiro (2012) acentua que nos estados em que a adesão à independência só ocorreu no ano de 1823, o calendário dos eventos poderia se estender até 1973, assim como programou Alberto Silva, ao fixar o 13 de março como data de término das comemorações no Piauí.

Após Alberto Silva expor a programação do sesquicentenário da independência piauiense, as atividades para a implantação do monumento tornaram-se mais concretas, segundo era veiculado pelo jornal. A exemplo disso, pode-se citar a edição de abril de 1972, na qual o A Luta sublinhou na primeira página que o “sonho iria se tornar realidade”, pois o aludido governador havia apresentado a planta do monumento a ser edificado, que foi publicada no jornal:

---

<sup>37</sup> Cordeiro observa que com os marcos temporais propostos para as festividades, ocupavam local de destaque duas figuras tidas como principais para a Independência do Brasil, ou seja, Tiradentes e D. Pedro I, sobre os quais a autora esclarece que: “Naquele momento, o principal herói nacional era mesmo o Imperador, D. Pedro I – herdeiro do trono português –, capaz de fazer a ligação entre ex-metrópole e ex-colônia; entre presente e passado; entre independência política e independência econômica. Em suma, um Imperador militarizado, o *chefe militar*, autoritário, enérgico, muito semelhante àqueles que, então, governavam a *Pátria*. Naquele momento, o importante era consagrar como herói a figura que transpirava autoridade, poder de *mando* e *comando*. A escolha do Imperador, fazia assim, o *elogio da autoridade* que no passado, da mesma forma como acontecia no presente, não havia sido eleita, mas era *aceita*. Assim, Tiradentes foi, em 1972, o *herói coadjuvante*, secundarizado diante da figura de D. Pedro I, que despertava tantas aproximações com os líderes do presente; lembrado e festejado, mas não com a mesma pompa que D. Pedro I. Na verdade, embora Tiradentes fosse um *herói consensual*, e seu martírio reivindicado à direita e à esquerda, sua história remetia à *revolta*, à *rebelião* e à tentativa violenta de ruptura da ordem. Não eram com esses princípios que a ditadura gostaria de associar as festas de 1972. Nesse sentido, D. Pedro I foi o *herói* mais apropriado ao Sesquicentenário: sua imagem remetia à ordem, a uma liderança de pulso firme e, ao mesmo tempo, conciliadora, capaz, simultaneamente, do *grande gesto* e de controlar eventuais revoluções sociais (CORDEIRO, 2012, p. 102-103, grifos da autora).

Figura 06: Planta arquitetônica do Monumento Heróis do Jenipapo



Fonte: Jornal A Luta, 08 de abril de 1972, p. 01

A manchete tratou o futuro monumento como “grandioso” e abaixo da imagem supracitada, o A Luta salientou que “Campo Maior recebeu eufórica a planta arquitetônica do monumento comemorativo da Batalha do Jenipapo”. O jornal reiterou que a inauguração seria em 13 de março de 1973, e que o monumento seria “um dos mais belos do país”, sendo razão também de grande euforia o plano de Alberto Silva de “trazer nesse dia, como convidado especial, o ilustre Presidente Garrastazu Médici, que prestigiará, de perto, o trabalho feito pelos piauienses em homenagem à Pátria” (A LUTA, 08 de abril de 1972, p. 01).

Ainda na mesma edição, o A Luta registrou que “o nosso amigo Otacílio Eulálio delira com o monumento que será construído em homenagem aos heróis do Jenipapo. Agora, parece que a coisa vai, Otacílio” (A LUTA, 08 de abril de 1972, s/p). O periódico recebeu a planta arquitetônica como um sinal de que o monumento deixaria de ser apenas um “sonho”, pois desde 1969 o jornal publicava textos em campanha para a construção do monumento. Em outra página da edição em destaque, o periódico reproduziu novamente a planta do monumento e, acima dela, destacou “É PRECISO REALIZAR NOSSO SONHO, NESTE SESQUICENTENÁRIO VAMOS CONSTRUIR O MONUMENTO DO JENIPAPO” (A LUTA, 08 de abril de 1972, s/p). Abaixo da imagem, sublinhou: “Em homenagem ao nosso

Brasil independente” (A LUTA, 08 de abril de 1972, s/p). A planta arquitetônica foi divulgada em diversas edições, objetivando pressionar as figuras políticas para que se empenhassem na edificação do monumento, pois, como já foi destacado, um dos principais públicos leitores do A Luta eram os políticos.

No fim do ano de 1972, com entusiasmo, o A Luta veiculou a manchete “Monumento do Jenipapo: publicado edital para construção”, noticiando mais esse passo que tinha sido dado para a instalação da “estrutura de concreto armado” e afirmando que “o governador Alberto Silva tem demonstrado, em várias oportunidades, um interesse realmente grande pela construção das obras” (A LUTA, 12 de dezembro de 1972, p. 01).

Na primeira notícia do ano de 1973, verifica-se que a previsão para a inauguração da obra em março do referido ano não se concretizaria, havendo adiamento para outra data simbólica, 07 de setembro. O A Luta informou que a construtora teresinense Lourival Parente era a responsável pela execução da obra, projetada pelo arquiteto Raul Cirne, o mesmo responsável pelo projeto do estádio Albertão, localizado em Teresina. O periódico apontou que fez contato com o Secretário de Obras Públicas do estado, Murilo Rezende, que salientou que o governo estadual mantinha contato “com todos os prefeitos piauienses a fim de solicitarem deles, em nome do povo mafrense, a participação de suas prefeituras na efetivação da obra, uma vez que a Batalha marcou a independência de todo o Piauí” (A LUTA, 07 de janeiro de 1973, p. 01).

Acerca do Monumento Heróis do Jenipapo, Alcília Costa esclarece que seu projetista, o arquiteto Raul Cirne, era natural do estado de Minas Gerais e adotou para o monumento uma estrutura em concreto aparente, com predomínio da horizontalidade. Costa (2014) ressalta que a obra pública foi planejada segundo os preceitos da arquitetura “brutalista”, “que se caracteriza pela adoção de estruturas robustas, em concreto armado, aparente” (Figura 07), sendo “utilizadas como forma de expressão de um governo militar que desejava transmitir força, rigidez, através do conhecimento tecnológico” (COSTA, 2014, s/p). Nesse sentido, Cristina Freire chama a atenção para o fato de que os monumentos, apesar de serem instrumentos de evocação do passado, testemunham “melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar. A utilização de materiais, os estilos de execução privilegiados são indícios do ‘espírito do tempo’” (FREIRE, 1997, p. 95).

Figura 07: Monumento Heróis do Jenipapo



Fonte: Acervo pessoal de Alcília Afonso de Albuquerque Costa (2014).

Quanto ao projeto arquitetônico elaborado por Raul Cirne, Costa destaca ainda que havia uma preocupação em amenizar as altas temperaturas do local em que foi implantado, conforme afirma a autora:

Ao criar a laje cobertura, projetou volume inferior recuado generosamente, permitindo a criação de beirais, que não permitem a entrada do sol nos ambientes internos. Os pilares trapezoidais, criam espécies de brises protetores que impedem a incidência dos raios solares. O espelho de água projetado colabora na manutenção da umidade, criando juntamente com as demais soluções citadas, um microclima bastante agradável (COSTA, 2014, s/p).

A edição seguinte contou com um texto de responsabilidade do grupo do A Luta, que colocou a Batalha do Jenipapo como o principal episódio responsável pela independência

brasileira, afirmando que o Piauí “fez a independência”. A tese não era do A Luta, o jornal resumiu o que Arimatéia Tito Filho<sup>38</sup> havia pronunciado em palestra na Universidade do Piauí, ressaltando que poderia até ocorrer uma “reformulação da História do Brasil”, como se observa:

Em palestra pronunciada num Curso da Universidade do Piauí, no ano passado, o Prof. Tito Filho disse que o Piauí não aderiu a Independência. Tito Filho demonstrou que as fontes de riquezas do Sul estavam esgotadas. D. João VI não se interessava pelo Sul. Pedro I proclamou a Independência sem nenhuma reação portugues [sic]. O Rio Grande do Sul ainda não tinha gado. Estava ali falida a lavoura do trigo. O Piauí sustentava Portugal de carne, Dominando [sic] o Piauí, Portugal facilmente dominaria o Brasil, com gado, e não teria havido a reação baiana contra os portugueses.<sup>39</sup> Além disso, Portugal precisava do Norte para manter a África e abastecê-la. Foi desastroso para Portugal a Batalha do Jenipapo que Fidié ganhou, mas não pôde [sic] sustentar a vitória. A tese de Tito Filho, em larga repercussão nos meios universitários poderá reformular a História do Brasil (A LUTA, 14 de janeiro de 1973, s/p).

Conforme se nota, o semanário colocou o Piauí na liderança da independência do país, e, nesse sentido, Campo Maior teve local de destaque, com o episódio da Batalha do Jenipapo. Apesar da exaltação feita a Campo Maior, pelo jornal, para o A Luta, as comemorações do tão aguardado sesquicentenário não estavam sendo preparadas a contento pelo poder público, pois no fim de janeiro referiu sem muita empolgação que se aproximava o dia 13 de março “sem que saibamos de qualquer providência quanto às homenagens que deverão, por força, ser tributadas aos nossos grandes heróis, que fizeram com o sacrifício da própria vida a nossa Independência” (A LUTA, 28 de janeiro de 1973, s/p). Jaime da Paz foi elogiado, porém, seu mandato já estava encerrando e o A Luta salientou que agora caberia ao futuro prefeito Dácio Bona resolver essa questão. Na edição de 11 de fevereiro, a euforia deu lugar à insatisfação, pois “tudo indica que não haverá festejos no dia 13 de Março”, “pelo menos com o esplendor [sic] cívico que se apregoava, pois que nada ainda foi construído no local onde se celebraria o acontecimento”, e segundo o semanário, “tudo não passou de boataria, de promessas falaces” (A LUTA, 11 de fevereiro de 1973, s/p).

Na edição seguinte, o A Luta estava menos descontente em relação à comemoração, trazendo a manchete “Alberto Silva vem dia 13 de março e promete inaugurar monumento este

<sup>38</sup> Jordan Ferreira (2012) aponta que José de Arimathéia Tito Filho (1924-1992) foi presidente da Academia Piauiense de Letras de 1971 a 1992, jornalista, professor e diretor do Liceu Piauiense, escritor e editor. Foi ainda Secretário de Educação e Cultura do Piauí na década de 1970, durante o governo de João Clímaco d’Almeida.

<sup>39</sup> Na Bahia, as tropas pró-independência do Brasil conseguiram dominar a capital Salvador ao derrotar os portugueses em 02 de julho de 1823. Sobre isso, ver: REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o "partido negro" na Independência da Bahia. In: REIS, João José, e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ano”. O governador pretendia estar presente “a fim de ao pé daqueles túmulos haver de jurar que até o final deste ano, inaugurará o monumento”, e que ainda não o tinha feito devido a problemas financeiros, “mas tem consciência que está devendo esta obra aos piauienses [...]” (A LUTA, 18 de fevereiro de 1973, p. 01). Conforme foi visto, o A Luta havia dado como certo que a inauguração seria dia 07 de setembro, o que já não parecia mais tão assegurado. Tal fato ocorria porque a obra ainda não tinha sido iniciada, pois o periódico informou que Alberto Silva afirmou que devido aos problemas financeiros, até o momento só havia realizado a “elaboração do projeto e o julgamento da concorrência realizada”, vencida pela construtora Lourival Parente.

Na primeira edição de março, o A Luta lamentou o fato de que “ainda se comete desatenção a HERÓIS”, pois considerou inadmissível o descaso com a efeméride dos 150 anos da batalha. Sublinhou que em todo o Brasil “prova de civismo ninguém deu maior”, “do Acre ao Rio Grande do Sul, ninguém entregou a vida a inimigo qualquer a peito desaberto, e nas mãos apenas armas de trabalho, não de guerra”. O jornal destacou que o governo estadual “quebrou o programa”, que era a inauguração do monumento, a prefeitura campomaiorenses nada programou e o “povo esquece ou não tem iniciativa”, na esfera federal, “nos palácios de Brasília esquecem os heróis do Norte” (A LUTA, 04 de março de 1973, p. 01).

O periódico ressaltou o “civismo” campomaiorenses, sendo relevante observar, assim como indica Caio Teixeira (2019), que o Monumento Heróis do Jenipapo “pode ser visto como um exemplo da presença da ditadura em Campo Maior, como símbolo do civismo e do patriotismo evocado pelos militares”, pois a comemoração do 13 de março tornou-se “um momento de festejar também o governo vigente” (TEIXEIRA, 2019, p. 155).

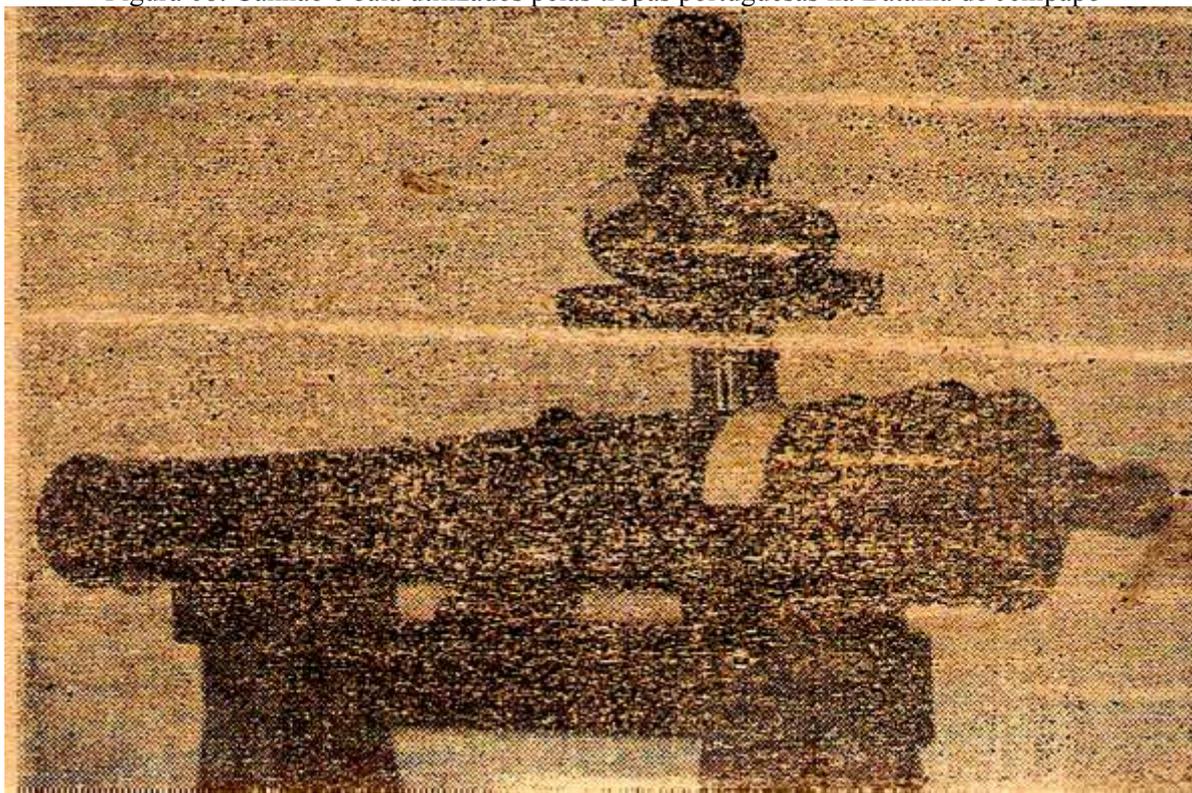
No mês de março o A Luta publicou uma edição especial dedicada à Batalha do Jenipapo, fato que mostra a atenção dada à construção do monumento, já que em todo o acervo analisado nesta pesquisa não foi encontrada outra edição especial. Na publicação, o periódico fez um resumo da batalha, além de veicular a matéria “Sonho que se tornou pesadelo”, na qual a discussão girou em torno do atraso na edificação da obra. O jornal afirmou que os campomaiorenses tinham recebido com entusiasmo a planta arquitetônica do monumento e a previsão de inauguração no sesquicentenário da batalha, porém, tudo havia se tornado um “pesadelo”, visto que chegou o 13 de março e o que existia era somente a planta. Desse modo, no mês em que completou os 150 anos da luta pela independência em Campo Maior, “o povo não manifesta o entusiasmo natural de uma grande festa” (A LUTA, 13? de março de 1973, s/p).

Após realizar a cobertura da solenidade ocorrida dia 13 de março, o A Luta publicou, insuflado pela fala de Alberto Silva, manchete em tom mais otimista: “Alberto: ‘O Piauí e o Brasil na inauguração do monumento a 19 de outubro’”. Desse modo, mais um adiamento ocorreu e a inauguração, que seria em setembro, foi marcada para outra data simbólica, em que se comemora o Dia do Piauí, em alusão à adesão de Parnaíba à Independência do Brasil, em 1822. A matéria destacou a fala de Alberto Silva, exaltando os “heróis”, além de marcar para uma data emblemática o lançamento da pedra fundamental do monumento:

O Governador Alberto Silva, encerrando a solenidade, disse que “foi aqui onde se travou a verdadeira batalha pela independência do Brasil. Neste campo haveremos de perpetuar a memória dos piauienses e dos vossos irmãos campomaiores que escreveram com sangue uma página gloriosa de nossa história. [...] Arrematando, comunicou que estará entre nós no dia 31 de março, data de aniversário da Revolução de 64 para o lançamento da pedra fundamental do Monumento-Museu e que a 1º de abril estarão aqui os operários que vão erigi-lo, para que seja inaugurado a 19 de outubro (A LUTA, 18 de março de 1973, p. 01).

Na reportagem, o periódico utilizou também a imagem de um canhão que Fidié usou na Batalha; com isso, o A Luta buscou demonstrar a superioridade bélica lusitana, o que era uma prova da “bravura” campomaioirenses em uma luta desigual. Na imagem, aparece em primeiro plano o canhão e, em segundo plano, uma das balas, alocada sobre uma peça de madeira:

Figura 08: Canhão e bala utilizados pelas tropas portuguesas na Batalha do Jenipapo



Fonte: Jornal A Luta, 18 de março de 1973, p. 01.

Acerca da foto, o periódico mencionou que contra o canhão que “numerosas vidas ceifou”, havia “espingardas velhas, foices, machados, cacetes”, o que não impediu que “os patriotas” se atirassem contra ele. Nesse sentido, o A Luta enalteceu a estratégia militar das forças que se opunham a Fidié, que após derrotadas, conseguiram se apoderar das armas portuguesas, dentre elas, o canhão em destaque.

Como foi noticiado pelo A Luta, Alberto Silva cumpriu a data prevista e o lançamento da pedra fundamental do monumento ocorreu no dia 31 de março, sendo a notícia principal da edição de 01 de abril. Foi dado relevo ao discurso do governante que “reassegurou que o Monumento-Museu será inaugurado no Dia do Piauí, 19 de outubro deste ano, e acentuou: ‘O Piauí pagará uma dívida a Campo Maior e o Brasil ao Piauí’” (A LUTA, 01 de abril de 1973, p. 01).

O governo estadual tomou para si a responsabilidade da construção, mas o A Luta voltou a mencionar a iniciativa particular de Otacílio Eulálio, em artigo escrito por José Miranda. O colaborador do A Luta afirmou que “nesta hora em que já se iniciaram os serviços da construção do gigantesco Monumento” era preciso destacar o seu “precursor”, Otacílio, que tinha no monumento o “sonho maior de sua vida”. José Miranda destacou que Otacílio “sempre se bateu com todas as forças” na causa em destaque, chegando a abrir uma conta bancária para arrecadar

dinheiro, porém, sem muito sucesso “face ao retroimento [sic] do povo, que não acreditou nas intenções patrióticas e bons propósitos do iniciador da campanha” [...] (A LUTA, 09 de abril de 1973, s/p). José Miranda acentuou que Otacílio já desanimara, até que veio Alberto Silva que “numa felicíssima coincidência com os pensamentos e ideais patrióticos” decidiu edificar o monumento “transformando aquelas históricas paragens em ponto turístico de invulgar importância para nossa terra” (A LUTA, 09 de abril de 1973, s/p). Nesse sentido, o articulista do A Luta apontou que era fundamental colocar nos arquivos do museu, que haveria no monumento, a lembrança de que Otacílio foi o idealizador da construção da obra pública em apreço.

Após o lançamento da pedra fundamental, a edificação do monumento devia iniciar dia 01 de abril, conforme foi anunciado por Alberto Silva, no entanto, no fim do mês de maio o A Luta noticiou que as obras não tinham começado. O jornal salientou que fez contato com a construtora responsável, supondo “que o obstáculo pudesse ter sido o inverno”, porém, a Lourival Parente informou que ainda estava aguardando a autorização da Secretaria de Obras Públicas do estado para iniciar o trabalho, para frustração do semanário, que se deparou com mais um empecilho para a efetivação do “sonhado” monumento.

No mês seguinte, a obra foi iniciada, razão pela qual o periódico publicou matéria com maior entusiasmo, noticiando as informações obtidas com o Secretário de Obras Públicas, Murilo Resende. O A Luta divulgou novamente a planta do monumento e, acima dela, a fala do secretário, que se mostrava otimista e afirmou que: “agora com o aceleração das obras, o Monumento estará definitivamente pronto para ser inaugurado pelo governador Alberto Silva no dia 19 de outubro deste ano” (A LUTA, 17 de junho de 1973, p. 06). Murilo Resende apontou ainda que a obra seguiria os “melhores padrões técnicos”, ressaltando a era de progresso que teria tomado de conta do Piauí durante o governo de Alberto Silva:

[...] O Monumento será construído dentro dos melhores padrões técnicos, acompanhando o valor da obra paralelamente a sua importância como um marco Histórico e ponto de atração turística. Dizendo que o Piauí ingressa numa nova fase desenvolvimentista, o Secretário Murilo Resende disse que essa nova dimensão representa o fruto do otimismo ilimitado do governador Alberto Silva, pois hoje o Piauí é visto com outra imagem: a imagem do progresso (A LUTA, 17 de junho de 1973, p. 06).

Na edição de 23 de julho de 1973, na primeira página, foram feitos elogios a Alberto Silva, que no entender do jornal, levou o Piauí a uma época de progresso sem precedentes e também foi publicado na mesma página um editorial com o título “Obrigado, Dr. Murilo

Resende”, destinado a agradecer o secretário estadual pelo início das obras no Jenipapo. O periódico colocou que “para contentamento de todos os campomaiorenses, o estrondar operante das máquinas, com atividade permanente, dava resposta ao pessimismo de quantos não acreditaram ou se colocaram contra a construção do monumento no Jenipapo” e destacou ainda “as obras iniciadas em ritmo acelerado e a vibração dos patriotas pela perpetuidade dos seus heróis” (A LUTA, 23 de julho de 1973, p. 01). Desse modo, o A Luta afirmou que a construção do monumento era uma nova “epopeia vencida em nome do progresso cultural” e, nesta nova batalha, Murilo Resende era o responsável pela vitória.

Nesse contexto, o A Luta valorizava o “progresso cultural”, representado pelo monumento, demonstrando que a concepção de “progresso” e “modernização”, destacados pelo jornal, abrangia diversos aspectos e não só logradouros públicos, rede elétrica e obras arquitetônicas, citadas nos capítulos um e dois desta Tese. Conforme já foi afirmado, a inauguração do monumento foi um evento planejado para ser o encerramento das comemorações relacionadas ao sesquicentenário da Independência do Brasil que, no Piauí, devia ter como data final o ano de 1973. Nesse sentido, mais uma vez, observa-se a aproximação entre o pensamento do grupo letrado campomaiorense e a ditadura civil-militar, pois a festa do sesquicentenário foi uma “festa que ela [ditadura] organizou, imprimindo nela seu selo: o do progresso com ordem, da modernização sem sobressaltos, o todo sintonizado com os valores da civilização cristã e democrática” (CORDEIRO, 2012, p. 304).

Ainda na edição de 23 de julho de 1973, o A Luta expôs matéria com maior detalhamento acerca do começo das obras, reproduzindo, mais uma vez, a planta arquitetônica, e sublinhando que o monumento seria um dos “mais majestosos do Brasil”, importante ponto turístico piauiense, com “estruturas modernas”.

José Miranda escreveu artigo acerca da torre prevista para o monumento, exposta na planta que o A Luta publicou e textualizou que foi até o local da obra, indicando que a Lourival Parente contratou a Construtora Heede Internacional Ltda para a implantação da torre, por esta ser especializada nesse tipo de construção. O cronista conversou com o representante da construtora, o engenheiro Valentim Feldman, que salientou que a torre teria 31,10 metros de altura e devia ser concluída em apenas 5 dias, além de enaltecer a obra que, segundo ele, era inédita em todo o mundo: “[...] disse [Valentim Feldman] que a obra que realiza é a primeira em todo o mundo, do gênero. E que, quando pronta, se constituirá na 7ª maravilha, considerando-se a sua grandeza material e sentimental” (A LUTA, 26 de agosto de 1973, s/p). Como forma de demonstrar a credibilidade da construtora, José Miranda informou que esta tinha representantes em diversos países e sede nos Estados Unidos, finalizando seu artigo

assegurando que a torre ia permanecer “altaneira e indestrutível pelos séculos afora a rememorar de forma definitiva e condigna que naquele local se travou a mais dura refrega pela independência pátria” (A LUTA, 26 de agosto de 1973, s/p). O prazo de 5 dias não se concretizou, e em 23 de setembro o A Luta noticiou que a torre não estava concluída, ao esclarecer a seguinte dúvida: “a torre não terá escada para escalonamento dos visitantes, pois isto é impraticável” (A LUTA, 23 de setembro de 1973, p. 01).

Em 07 de outubro o A Luta veiculou a manchete “Intensificadas obras de construção do MONUMENTO DO JENIPAPO”; há poucos dias da data prevista para inauguração, ou seja, o dia 19 de outubro, o periódico viu ocorrer novo adiamento e salientou que o “monumento estará inteiramente concluído no próximo dia cinco de novembro devendo ser inaugurado no dia seis, por ocasião do encerramento das manobras militares da 10ª Região Militar, que congregará tropas militares do Ceará, Piauí e Maranhão [...]” (A LUTA, 07 de outubro de 1973, p. 01). Dessa forma, houve a frustração em relação à inauguração, pois diversas datas simbólicas foram marcadas para o evento, porém, a previsão era de que ele ocorresse na data mencionada, sob a justificativa de que era quando ocorreriam as manobras militares, citadas pelo A Luta.

No fim do mês de outubro, o A Luta publicou na primeira página o texto “Inauguração no dia 6?”, em tom de indignação, pois a data em apreço já era questionada. Apontou os diversos adiamentos ocorridos e afirmou que as obras estavam em ritmo lento, o que motivou a suspeita de nova prorrogação:

É que as dúvidas pairam no meio dos campomaiorenses quanto à data da inauguração. Depois que o Governo do Estado marcou a solenidade para 13 de Março, seguindo-se 7 de setembro, 19 de outubro, 16 [sic] de novembro, 15 do mesmo mês, sem que ela se realizasse, a incerteza também existe com respeito ao dia 6. O Governo do Estado não confirmou ou não oficializou nada em torno da data tão ansiada pelos piauienses, em particular pelos campomaiorenses. Seja a 15 ou a 6, sabe-se que o prazo é exíguo, enquanto naquela obra há muito o que ser feito. A construção, enfim, não tem ritmo de trabalho que se imaginou que teria (A LUTA, 29 de outubro de 1973, p. 01).

Conforme se observa, o A Luta colocou-se como porta-voz dos piauienses, indicando ainda que o 15 de novembro também era cogitado, afinal era uma data emblemática, dia da comemoração em decorrência da Proclamação da República. O A Luta levantou ainda o questionamento de que existia “alguma coisa por trás disso”, mas o engenheiro responsável pela edificação, Noberlino Lira Carvalho, “se nega a esclarecer, uma vez que afinal isto não lhe compete”. Seguindo o relato sobre as pendências da construção, o jornal afirmou que para o evento esperava-se pessoas de todo o país, mas o provável é que o monumento seria inaugurado

por “etapas”, evidenciando, assim, mais uma vez, que o progresso tão propalado pelo A Luta, em determinados momentos, era mais um desejo do que uma realidade:

Observa-se também que inclusive a iluminação do Monumento está a depender de serem iniciados os serviços pela CEPISA, a partir ainda, sem dúvida, dos estudos preliminares para depois ser começado o posteamento. É de lastimar que se haja preparado um programa de solenidades por demais condizente com a grandeza do evento, (convidando-se o Brasil e o Piauí para comparecerem) quando ainda não é sabido nem em que dia a obra estará concluída. Mas pode-se imaginar que a praxe de nossos dias, pelo menos no Piauí de hoje, será mantida – inaugurações diversas de uma mesma obra, por etapas (A LUTA, 29 de outubro de 1973, p. 01).

Apesar da incerteza e descrença do A Luta, a inauguração foi marcada para ocorrer no dia seis de novembro, uma terça-feira, sendo veiculada nesse dia uma edição em que a euforia do periódico se sobrepôs às reclamações que ocorreram em matérias anteriores, afinal, enfim, o “sonho” do A Luta adquiria contorno de realidade. Dessa forma, o semanário publicou a seguinte manchete, cuja matéria informou como ocorreria a cerimônia:

Figura 09: Manchete noticiando que o Monumento Heróis do Jenipapo seria inaugurado



Fonte: A Luta, 06 de novembro de 1973, p. 01

Como consta na manchete, fazia parte da programação de inauguração uma “guerra simulada”, realizada por cerca de 500 estudantes de Campo Maior, que encenariam a batalha ocorrida em 1823. Caio Teixeira, ao analisar a presença dos estudantes no episódio, observa que “a educação do período militar desejava inculcar nos estudantes um respeito às tradições e aos heróis nacionais”, e “fazer com que um estudante representasse um daqueles heróis – e se sentisse como um – era uma maneira de fazê-lo perceber a importância daquele feito para a nação [...]” (TEIXEIRA, 2019, p. 157).

Segundo o A Luta, esperava-se para o evento inaugural “aproximadamente 10 mil pessoas vindas dos mais diferentes pontos do Estado” e o Monumento do Jenipapo foi apontado como “um dos maiores e mais belos dos quantos existem no Brasil” (A LUTA, 06 de novembro de 1973, p. 01).

Nesse contexto, o A Luta fez um retrospecto destinado a valorizar “um punhado de idealistas”, que cerca de quatro anos antes começou a divulgar a necessidade da implantação do monumento, sendo no princípio “considerados visionários e sonhadores”. Dentre as pessoas as quais o A Luta referia-se, o jornal citou o fundador do A Luta, Raimundo Antunes, Irmão Turuka e Marion Saraiva,<sup>40</sup> que eram colaboradores do periódico, bem como Monsenhor Mateus,<sup>41</sup> vigário local que normalmente estava presente nas cerimônias públicas, a exemplo das inaugurações de obras. O A Luta destacou ainda seu papel na campanha para edificação do monumento, afirmando que sua “ação foi decisiva, pra não dizer fundamental”, pois “mesmo circulando com a precariedade”, “conseguiu de maneira palpável, transformar a idéia [sic] de um grupo de sonhadores na realidade do que se presencia”. Dessa forma, o periódico colocou-se como o principal agente que transformou uma ideia em algo concreto, pois sem sua atuação consistente só teria existido o “sonho”.

Otacílio Eulálio teve lugar especial no retrospecto do A Luta, visto como o precursor na campanha pelo monumento, “quase que superando em desprendimento e patriotismo, os heróis que tombaram naquela batalha, pela independência da pátria” (A LUTA, 06 de novembro de 1973, p. 01). Para o jornal, “grande parte do mérito pelo que se pretendeu fazer com a construção do monumento deve-se à quase obsessão com que se entregou de corpo e alma o Octacílio”, tido como um “patriota ardente”.

Na edição seguinte, no dia 11 de novembro, o A Luta fez uma reportagem sobre o evento de inauguração, ocorrido em seis de novembro, que foi novamente manchete:

Figura 10: Manchete noticiando que o Monumento Heróis do Jenipapo foi inaugurado



Fonte: Jornal A Luta, 11 de novembro de 1973, p. 01.

De acordo com o jornal, a solenidade contou com a presença de grande número de pessoas, que “lá chegaram de carro, lambretas, bicicletas e a pé”. Dentre os presentes na cerimônia, recebeu maior ênfase do A Luta, Alberto Silva, o general Tácito Teófilo<sup>42</sup> e Joaquim

<sup>40</sup> Reginaldo Lima (1995) aponta que Marion Saraiva foi uma das principais pessoas de letra em Campo Maior, desenvolvendo trabalhos nas áreas de poesia, pesquisa histórica, pintura, e atuando também na docência.

<sup>41</sup> De acordo com Natália Oliveira (2015), Monsenhor Mateus chegou a Campo Maior no ano de 1941, para administrar a paróquia local, permanecendo nessa função até o ano de 1971.

<sup>42</sup> Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira era natural de Fortaleza, tendo extensa carreira no Exército brasileiro, e durante o governo do presidente Garrastazu Médici (1969-1974) exercia “as funções de diretor de Promoções do

Lopes Chaves, que venceu um concurso realizado pelo governo estadual no intuito de premiar quem escrevesse a melhor obra sobre a participação do Piauí na independência do país.<sup>43</sup> O periódico publicou imagem na primeira página contendo as três pessoas mencionadas:

Figura 11: Inauguração do Monumento Heróis do Jenipapo (Alberto Silva discursando, à esquerda, no centro o general Tácito Teófilo, e à direita Monsenhor Joaquim Chaves).



Fonte: Jornal A Luta, 11 de novembro de 1973, p. 01.

Na primeira página da edição, o tom era de otimismo, o que não se observa na página em que havia a coluna “Detalhes”, de autoria do grupo que dirigia o jornal, publicada na mesma edição em tela. Em “Detalhes”, foram feitas críticas ao evento, sublinhando que a inauguração não foi propriamente do monumento, e sim “das obras do Monumento em construção”, embora não citasse quais aspectos estavam inacabados. Vale lembrar que o presidente Médici, que se cogitou que estaria no evento, não esteve na inauguração. Além disso, foi mencionado que o governador anunciou que “todo o Brasil estaria presente”, no entanto, nem mesmo o “povo piauiense pôde [sic] comparecer (dizemos povo, não governante e autoridades) ao

---

Exército e de comandante da 3ª Divisão do Exército, em Porto Alegre”. Chegou a ser o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), à época do governo de Ernesto Geisel. Informação disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-tacito-teofilo-gaspar-de>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

<sup>43</sup> Teresinha Queiroz (2013) indica que a obra escrita por Monsenhor Chaves foi publicada pela primeira vez no ano de 1975, sob o título de “O Piauí nas lutas da independência do Brasil”.

acontecimento histórico do dia 6”, já que o evento ocorreu em uma terça-feira, e “não fôra [sic] decretado feriado em todo o Estado” (A LUTA, 11 de novembro de 1973, s/p). Portanto, apesar do A Luta ter enaltecido, em edição anterior, que o “sonho” tinha se tornado realidade, o monumento foi inaugurado com sua edificação incompleta; além disso, o evento não ocorreu em uma data simbólica e com grande público, como os letrados do jornal ansiavam.

O A Luta ressaltou ainda que mais lamentável foi a não citação do nome de Otacílio Eulálio durante a cerimônia e a não inclusão dele como um dos oradores. Para o impresso, não deram a Otacílio a atenção que ele merecia como “pioneiro da grande ‘homenagem’ aos Heróis ou, se quiserem [sic], o seu ‘construtor intelectual’” (A LUTA, 11 de novembro de 1973, s/p). Nesse sentido, Otacílio teria empregado “incomuns esforços”, para “depositar nas mãos do Governador o discurso que pretendia ler naquele momento que tanto ansiava chegasse e a entrega por ele ao mesmo de uma fotocópia da conta existente na Ag. do Banco do Brasil, contribuição para sua Campanha pró Monumento [sic]” (A LUTA, 11 de novembro de 1973, s/p). Para indignação do jornal, essa teria sido a única participação de Otacílio na inauguração.

No ano de 1974, após transcorrer o dia 13 de março desse ano, o A Luta teceu crítica ao governo estadual por esquecer os “heróis” campomaiorenses, visto que as obras do monumento não foram concluídas. O A Luta destacou a contribuição financeira da Prefeitura de Teresina, bem maior que a quantia empregada por Campo Maior na obra e colocou que Alberto Silva parecia ter esquecido a promessa que fez de que concluiria o monumento, ressaltando que este estava em abandono, pois “em lugar de representar um local para mostra de heróis do jenipapo, está sendo lugar de refúgio de animais”, tendo sido necessário no dia 13 de março o prefeito Dácio Bona ordenar a “retirada de estrumes do local para que pudesse mandar celebrar uma missa aos heróis” [...] (A LUTA, 17 de março de 1974, s/p). Desse modo, o jornal concluiu enfatizando que a efeméride tinha se passado aos olhos do governo piauiense como “um outro dia qualquer”.

Junto ao monumento, foi planejada a instalação de um museu com acervo relacionado à independência piauiense, contendo armas utilizadas na batalha e documentos históricos relacionados a ela. A edição de 13 de outubro de 1974 previu que a inauguração do museu fosse no Dia do Piauí, 19 de outubro.

Entretanto, na edição seguinte, o A Luta veiculou matéria destacando “outro adiamento, outra falsa promessa”, e citando qual foi a alegação para que ocorresse a prorrogação, realizando uma alusão aos diversos atrasos na inauguração do Monumento do Jenipapo:

Foi adiada a inauguração do Museu do Jenipapo, que estava marcada pela Secretaria da Cultura para ontem, Dia do Piauí, em face da impossibilidade da vinda do Ministro Ney Braga, que se encontra em Paris, reunido com membros da Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura], certamente esquecido do compromisso com o nosso Estado. Como se sabe, o Ministro da Educação empreenderia viagem ao Piauí, especialmente para inaugurar o Museu. Esta porém, não é a única causa do protelamento. Sem ministro e sem Presidente da República foi inaugurado o monumento, parcialmente, no ano passado. Existe outro motivo muito mais sério. As obras não estão concluídas. E a quem se atribui a culpa. Certamente, ao Governo, que demorou o reinício dos serviços (A LUTA, 20 de outubro de 1974, p. 01).

Nesse sentido, Alberto Silva que antes recebia inúmeros elogios do A Luta, passou a ser criticado, à medida que o semanário via seus anseios serem contrariados. Por fim, afirmou que o povo “fica cada vez mais descrente das promessas”, pois a exemplo do que ocorreu em relação ao Monumento Heróis do Jenipapo, parecia que diversos adiamentos haveriam quanto à inauguração do museu.

Em novembro de 1974, o A Luta publicou mais uma vez matéria na primeira página acerca do monumento, referindo a uma visita que Alberto Silva fez à edificação. Em tom mais tolerante quanto ao adiamento da inauguração do museu, o jornal relatou que o governador marcou para 05 de novembro a inauguração, data do Dia da Cultura. O periódico demonstrou contentamento ao afirmar que Alberto Silva teve maior aproximação com Otacílio Eulálio, a quem disse “aqui nos encontramos para construir este Monumento”, tendo obtido a seguinte resposta de Otacílio: “e eu agora para lhe dar um abraço de agradecimento” (A LUTA, 03 de novembro de 1974, p. 01). Desse modo, o A Luta entendeu que o governante havia dado maior reconhecimento ao pioneirismo de Otacílio na campanha pró-monumento, o que não ocorreu no dia da inauguração, conforme o jornal havia aludido.

Iara Moura (2010) destaca que ficou a cargo do Conselho Estadual de Cultura (CEC) a organização das festividades referentes à inauguração do Museu do Jenipapo. Moura ressalta que o CEC piauiense havia sido criado no ano de 1965, e era comum enaltecerem “em suas reuniões os serviços que os governantes militares realizavam em nome da nação e do povo brasileiro” (MOURA, 2010, p. 139). A autora refere ainda que uma das funções do órgão governamental era fomentar o civismo no Piauí, dando especial atenção as comemorações que estivessem relacionadas à Batalha do Jenipapo. Dessa forma, o CEC estava alinhado com as diretrizes do Conselho Federal de Cultura (CFC) que, segundo Tatyana Maia (2012), foi instituído pelo presidente Castelo Branco no ano de 1966 e tinha como uma de suas principais

bases a defesa do civismo,<sup>44</sup> que foi associado à noção de cultura pela ditadura civil-militar, desempenhando importante papel na criação da harmonia entre o Estado ditatorial e a sociedade civil. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que o papel da cultura, de acordo com a visão conservadora do CEC, era “realçar os elementos que compõem a nação”, e formar “cidadãos conscientes tanto de seu papel de devoção à pátria quanto da necessidade de solidariedade social” (MAIA, 2012, p. 173). Ideais como o fortalecimento da “nação” e “devoção à pátria”, eram bases que sustentavam a instalação do Museu do Jenipapo, afinal, a construção visava destacar a importância do Piauí para a formação da “nação” brasileira, exaltando o “patriotismo” dos que “deram seu sangue” pela independência brasileira.

Ainda buscando demonstrar a importância do ato “heroico” dos campomaiorenses, o impresso repassou informação dada pelo chefe do Executivo estadual, sobre um filme produzido acerca do Piauí, em que constavam cenas da simulação da Batalha, produzidas na encenação feita no dia da inauguração do Monumento do Jenipapo.<sup>45</sup> Com isso, Alberto Silva propunha incentivar o turismo no estado e assegurou que daria ampla circulação ao filme, pois seria “apresentado nos aviões da Varig que fazem vôos [sic] para o exterior”, bem como na TV Ceará, emissora sediada no estado de mesmo nome. Por fim, o A Luta deu destaque a outra fala de Alberto Silva, que havia se mostrado “entusiasmado” com o modo como os campomaiorenses agiram “nas festividades comemorativas da sangrenta refrega de 1823, demonstrando o seu amor pela bela página que lhe está ligada”, pois dirigiram-se ao Monumento “inclusive a pé”, fato tido como louvável, já que a construção fica a 6 km do centro da cidade.

A inauguração do museu, prevista para 05 de novembro, sofreu atraso novamente, ocorrendo dia 13 de novembro. O A Luta dedicou a primeira página da edição de 19 de novembro a fala de Alberto Silva, que sublinhou em seu discurso:

É com satisfação e um justo orgulho de piauiense e de brasileiro que faço entregar ao povo do Piauí e do Brasil o Museu do Monumento do Jenipapo

---

<sup>44</sup> Maia acentua que a noção de “civismo” usada pela ditadura civil-militar, está “irremediavelmente associada ao fenômeno da cidadania. É impossível investigar o projeto político que constitui o civismo sem relacioná-lo com o ideal de cidadania”, contudo, o regime militar impôs o sacrifício de alguns direitos inerentes à cidadania (direitos civis, sociais e políticos), “em nome da preservação da nação” (MAIA, 2012, p. 172). Maia esclarece ainda que: “O conceito [civismo] foi habilmente utilizado para redefinir a relação entre o Estado e os cidadãos, num período marcado por atos institucionais que feriam os princípios da cidadania, mas que estavam perfeitamente ajustados aos princípios do civismo. Como nesse período a ideia de civismo sobrepõe-se ao ideal de cidadania, definindo prioritariamente os deveres dos cidadãos, qualquer ação do Estado em defesa da nação encontrava-se legitimada” (MAIA, 2012, p. 173).

<sup>45</sup> O vídeo pode ser encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=145346&v\\_ab\\_a=1](http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=145346&v_ab_a=1). Acesso em 08 de janeiro de 2020.

que recorda toda a história de heróis que deram sua vida em 13 de março de 1823, em Campo Maior, junto ao rio Jenipapo pela Independência do Brasil (A LUTA, 19 de novembro de 1974, p. 01).

No mês de março de 1975, o A Luta enfatizou que no 152º de aniversário da Batalha do Jenipapo, Alberto Silva entregou o monumento e museu à guarda da polícia, para dar maior segurança não só ao prédio, mas também aos artefatos do museu. Destacou ainda presenças “ilustres” no evento, a exemplo do poeta Carlos Drummond de Andrade, que tinha redigido um poema em homenagem aos “heróis”, contido no livro *Fazendeiros do Ar*, do ano de 1954; o poema foi reproduzido em uma placa instalada no Monumento do Jenipapo, possuindo o seguinte texto: “No Cemitério de Batalhão os mortos do Jenipapo não sofrem chuva nem sol; o telheiro os protege, asa imóvel na ruína campeira” (ANDRADE, 2012, p. 17). Segundo o jornal, mereceu ênfase ainda a presença de “membros da família real do Brasil, a frente Dom Pedro de Orleans e Bragança” [...] (A LUTA, 16 de março de 1975, p. 01). O A Luta considerou de grande relevância a presença de um descendente de D. Pedro I, que declarou a Independência do Brasil, a qual Campo Maior teria lutado com “bravura” e “heroísmo” para assegurar.

Não obstante, no mês de março de 1975, o A Luta lamentou as condições em que se encontrava o monumento e museu inaugurados há pouco tempo. O jornal destacou que a “parte térrea do grande bloco de cimento armado que deveria alojar o museu, devido as rachaduras existentes na cobertura, está toda alagada” (A LUTA, 23 de março de 1975, s/p). A situação agravou-se ao ponto de “todas aquelas peças históricas compondo o acervo do museu” terem sido removidas para Teresina, para evitar seu extravio. Dessa forma, tendo decorrido pouco tempo, os “heróis do Jenipapo” perderam parte da homenagem a qual o A Luta tanto aguardou.

O problema citado figurou novamente em 1975, quando o A Luta noticiou que o “problema da infiltração d’água no monumento forçou a retirada do museu e queimou a instalação elétrica existente [sic], ficando o monumento as escuras e impossibilitando-o de ser visto a noite” (A LUTA, 04 de junho de 1975, s/p). Segundo o jornal, o Monumento do Jenipapo era “belo e imponente”, contudo, estava em “abandono”. No entanto, o semanário ressaltou que esse não era o único problema, pois havia outro empecilho, que comprometeu o turismo no local, gerando a “frustração de Campo Maior”, visto que o jornal se colocou como porta-voz de todo o município:

Hoje, dado esse estado de desprezo, somente algumas pessoas mais afeitas penetram no local, pois exames [sic] de abelhas se instalaram no teto e ameaçam com suas ferroadas os turistas mais destemidos. A população de Campo Maior lutou muito pela construção desse monumento em homenagem

aos seus antepassados e fica orgulhosa com seus feitos. Só agora esse orgulho está se transformando em frustração [...] (A LUTA, 04 de junho de 1975, s/p).

No ano de 1977 o A Luta apontou, em texto produzido pela edição, novos problemas que estariam atingindo o Monumento Heróis do Jenipapo e, para isso, explanou os objetivos de Alberto Silva quando da instalação da obra. De acordo com o jornal, o governante “engenheiro”:

Teve em mente dois fatores, pelo menos: pagar uma dívida contraída para com os heróis ânimos [sic], homenageando-lhes condignamente com a ereção do monumento, e adaptá-lo da maneira mais apropriada para servir como ponto turístico (A LUTA, 17 de julho de 1977, p. 05).

Segundo o A Luta, o objetivo de homenagear os “heróis” foi cumprido, contudo, em relação ao turismo “está uma lástima”. Dessa forma, foi explanada a razão para tal afirmação: “lá nem sequer existe alguém com credenciais para atender algum solitário personagem que ainda se arrisque a ir até ali, saber algo sobre a batalha e, em última análise, ver de perto o que se denominou Monumento do Jenipapo” (A LUTA, 17 de julho de 1977, p. 05).

Apesar de toda a euforia em relação ao Monumento – pois o A Luta dava a entender que todo o Piauí estava empolgado com a homenagem feita no Jenipapo – o que ocorria é que, no geral, as pessoas só se dirigiam até lá em datas simbólicas. De acordo com a análise feita do acervo do jornal, a principal data era o dia 13 de março, mas também ocorria certo afluxo populacional para lá no Dia de Finados, quando representantes da Igreja Católica de Campo Maior realizavam uma missa no local e algumas pessoas iam rezar nos túmulos dos mortos da Batalha do Jenipapo.

Nesse sentido, é relevante aqui atentar para a forma como se desenvolveu a religiosidade no local, fato que ocorria não somente no Dia de Finados. Maria Carvalho (2014) esclarece que antes mesmo das ações governamentais, a exemplo da construção do obelisco, em 1922, era comum diversas pessoas irem ao local, “peregrinos que buscavam auxílio divino através da devoção às almas dos soldados”. Os “soldados” dos quais fala a autora seriam os mortos que integraram as tropas pró-independência, pois suas almas passaram a ser vistas por algumas pessoas como milagrosas. Desse modo, Carvalho cita a variedade de ex-votos que eram e ainda são, depositados pelos devotos: “cabeças, pernas, braços e até cópias de trabalhos universitários evidenciam as maiores devoções ali ocorridas na atualidade” (CARVALHO, 2014, p. 26). Portanto, essa prática de devoção secular permanece até a atualidade, no local onde teriam sido enterrados os partidários da independência brasileira. Carvalho observa ainda a mudança de

perspectiva que houve em relação ao local, após a construção do Monumento Heróis do Jenipapo:

Durante mais de um século, a memória da Batalha do Jenipapo se manteve viva através da religiosidade popular e devoção às almas do Cemitério do Batalhão. A partir da década de 1970, notadamente depois da construção do Monumento do Jenipapo, as comemorações tomaram um sentido mais cívico, porém a devoção continua sempre viva (CARVALHO, 2014, 192).

Em abril de 1979, o A Luta denunciou na primeira página um antigo problema em relação ao Monumento Heróis do Jenipapo, considerando a problemática um “descalabro” e algo que comprometia o turismo no local. A manchete intitulou-se “Monumento entregue às [abelhas] italianas e ao mato” e apontou que “as coisas não andam como se esperava” e, caso continuassem assim, os esforços para instalação do monumento e museu teriam sido em vão. Conforme o periódico, a informação acerca da problemática foi repassada pelo sr. Joaquim Araújo, aposentado que residia próximo ao “local histórico” e teria afirmado que achava:

Tudo aquilo um descabro sem justificativa, inclusive fazendo referência ao fato de ter já presenciado verdadeiras correrias de visitantes querendo se desvencilhar daquelas venenosas e violentas abelhas, mesmo assim não escapando de suas “ferroadas” (A LUTA, 22 de abril de 1979, p. 01).

Desse modo, o A Luta ressaltou que omissões como essa, em relação à preservação do Monumento e Museu do Jenipapo, não se justificavam. O que era comum era haver um cuidado maior para dar boas condições de visitação nas datas mencionadas anteriormente, quando existia uma maior concentração de pessoas no “local histórico”.

Após a instalação do Monumento Heróis do Jenipapo, tornou-se comum só haver maior afluxo populacional para o local em datas simbólicas, conforme foi ressaltado. Tal fato ainda se observa atualmente, pois, de maneira geral, só há maior arregimentação de pessoas no local no dia 13 de março, quando autoridades políticas municipais e estaduais realizam “solenidades comemorativas, com distribuição de medalhas, honrarias e comendas”<sup>46</sup> (DIAS, 2011, p. 25). No decorrer do tempo, os cuidados com a preservação do Monumento e Museu do Jenipapo

---

<sup>46</sup> Destaca-se ainda, que “no dia 13 de março, uma peça teatral é encenada lembrando a história da Batalha do Jenipapo. Nesta data, há uma programação cívico-militar com desfiles de tropas da Polícia Militar, Polícia Civil e do Exército Brasileiro” (CENTRO CULTURAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Ocorre ainda a distribuição da “Ordem do Mérito Renascença”, importante comenda em nível piauiense e a comenda de Campo Maior, denominada “Ordem Heróis do Jenipapo”. Ressalta-se ainda, que o 13 de março é feriado no município de Campo Maior, e no ano de 2006, foi implantado um pórtico na BR-343, com a frase “Batalha do Jenipapo – Berço da Independência”, próximo à entrada do Monumento Heróis do Jenipapo.

foram diminuindo, de modo que não se tornou o ponto turístico que o A Luta supôs que seria. Sobre essa questão, Alcília Costa (2014) acentua que quanto ao uso e funcionalidade, o Monumento Heróis do Jenipapo tornou-se ocioso, levando-o a ser até mesmo tomado como “elefante branco”, enquanto uma obra “perdida no espaço na qual está inserida”, ensejando inclusive, críticas sobre a produção do governo de Alberto Silva.

Quanto ao Museu do Jenipapo, conforme foi visto, seu acervo chegou a ser retirado devido às infiltrações, no ano de 1975. A partir da pesquisa realizada por Maria Carvalho (2014), compreende-se que, posteriormente, os artefatos do museu voltaram a ser instalados no local, no entanto, a autora afirma que no decorrer das décadas diversas peças desapareceram, apontando, inclusive, que algumas foram furtadas, podendo ter havido também a transferência de outras para o Museu do Piauí e/ou o Arquivo Público do Estado, ambos sediados em Teresina. Dentre os artefatos desaparecidos, a autora cita que eram variados, a exemplo de armas usadas na batalha, indumentárias dos soldados e mesmo documentos escritos acerca da Batalha do Jenipapo.

Diversos empecilhos ocorreram para instalação do “sonhado” monumento em homenagem aos “heróis” que lutaram às margens do Rio Jenipapo. Em determinadas matérias, o A Luta tratou do assunto com euforia, a exemplo de quando noticiou que o presidente Médici compareceria à inauguração, fato que não ocorreu, havendo ainda a frustração com as diversas protelações em relação ao ato inaugural, que acabou se efetivando com o monumento inacabado. Para descontentamento do A Luta, esperou-se que a inauguração ocorresse no dia emblemático em que se comemorou o sesquicentenário da Batalha do Jenipapo, o que não se concretizou, havendo vários adiamentos para outras datas simbólicas, entretanto, o evento acabou acontecendo no dia 06 de dezembro. Fato parecido se observa acerca do Museu do Jenipapo, pois houve previsão que contaria com a presença do Ministro da Educação na inauguração, o que não se consolidou, além de também terem ocorridos adiamentos que causaram descontentamento ao jornal. Desse modo, fica o questionamento em relação ao nível de prestígio que teriam as elites políticas piauienses junto aos governantes militares, pois nas duas ocasiões citadas, tanto Médici quanto o Ministro da Educação, acabaram não se fazendo presentes aos atos inaugurais.

Diante do exposto neste capítulo, ao observarmos os diversos problemas aqui elencados, antes e após a implantação tanto do matadouro-frigorífico do FRIPISA, como do Monumento Heróis do Jenipapo, verifica-se, mais uma vez, que o “progresso” e “modernização” campomaiorenses, em diversas ocasiões, foi mais sonhado pelo grupo letrado do que algo concreto.

O matadouro-frigorífico, ainda na época em que começou a funcionar, já era motivo de diversas críticas, pois o FRIPISA não estaria conseguindo gerar um lucro compatível com o investimento feito, sendo apontado como uma fonte de prejuízo durante quase todo o período aqui analisado, por vezes tido como “elefante branco”. O Monumento Heróis do Jenipapo, envolto em muita euforia nas páginas do A Luta, também não tardou a sofrer críticas por parte do próprio jornal, devido ao estado de abandono em que o local vivia, não atraindo turistas como se esperava, passando a ser tomado, posteriormente, como “elefante branco”, conforme foi analisado, sobretudo diante do fato de que só havia maior adensamento populacional no monumento na data de 13 de março.

Diante do exposto, o matadouro-frigorífico da empresa FRIPISA e o Monumento Heróis do Jenipapo podem ser tidos como indicadores do que Marshall Berman (1986) denominou “modernismo do subdesenvolvimento”. Berman (1986), refere que há “o modernismo em nações avançadas, brotando diretamente da modernização política e econômica”, e, em um polo oposto, existe o que o autor chama de “modernismo do subdesenvolvimento” (BERMAN, 1986, p. 220). Este teria surgido inicialmente em São Petersburgo, na Rússia do século XIX, sendo observado também em outros países considerados “relativamente atrasados, onde o processo de modernização ainda não deslanchou”, sendo forçado a se “construir de fantasias e sonhos de modernidade”, assim como pode ser observado acerca das duas obras analisadas neste capítulo, que eram tidas pelo A Luta como símbolos modernos, no entanto, permaneceram de certa forma inacabadas, já que não se concretizaram em sua plenitude.

Neste capítulo, verificou-se ainda a abrangência do sonho moderno e progressista contido nas páginas do jornal A Luta, que não contemplava apenas a modernização de logradouros públicos, instalação de obras públicas e modernização do sistema elétrico; para o grupo letrado local, o progresso e modernização de Campo Maior abarcava também o setor econômico, com o matadouro-frigorífico do FRIPISA, bem como a cultura, a partir da construção do Monumento e Museu Heróis do Jenipapo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, investigou-se as representações contidas no jornal A Luta acerca do progresso e modernização urbana de Campo Maior, Piauí, entre os anos de 1967 e 1979. Nesse sentido, observa-se que o período da ditadura civil-militar, em Campo Maior, tem sido pouco estudado, até mesmo em decorrência da dificuldade de acesso às fontes que tratam do período, muitas delas extraviadas devido à falta de conservação, sobretudo, os documentos públicos administrativos municipais; há ainda as fontes que estão em arquivos particulares, porém, grande parte não está disponível para consulta.

A exemplo da problemática de acesso às fontes em Campo Maior, destaca-se aqui que uma análise das décadas de 1960 e 1970, tendo como foco apenas a imprensa escrita local, era a princípio inviável, pois, no início deste trabalho de doutorado, o acervo do A Luta que tinha sido colhido era fragmentário, havendo, inclusive, alguns anos em que não se localizava nenhuma edição. Somente após o acesso ao acervo particular de José Rosa, citado na Introdução da Tese, é que se tornou possível uma investigação da forma com que foi aqui exposta.

Dentre os periódicos veiculados em Campo Maior, desde o início do século XX, o que teve circulação mais contundente foi o A Luta, uma vez que, segundo a pesquisa ora realizada, foi o único a ser impresso semanalmente por um período de doze anos; não se tem conhecimento de nenhum jornal, impresso na cidade, que tenha circulado diariamente. O periódico é também o que possui o maior acervo preservado, visto que os demais foram extraviados e só restam poucas edições.

Nesse contexto, para haver uma melhor compreensão sobre as representações construídas pelo A Luta acerca do progresso e modernização campomaiorenses, iniciou-se o capítulo um desta pesquisa, justamente fazendo uma análise da trajetória do periódico entre os anos de 1967 e 1979. Desse modo, no primeiro capítulo, intitulado “Fundação do jornal A Luta e sua ênfase nas representações em torno do progresso e modernização urbana na década de 1960”, verificou-se como ocorria a produção do semanário, além de se observar quais as aproximações que o A Luta mantinha com determinados segmentos da sociedade local durante o recorte temporal abordado, sobretudo, no que diz respeito aos gestores do poder Executivo municipal. Dentre os prefeitos da época, o A Luta fez oposição a Raimundo Andrade e Mamede Lima; já quanto às administrações de Jaime da Paz e Dácio Bona, observou-se que eram bastante exaltadas pelo jornal. Foi apontado ainda, que o próprio A Luta se considerava elemento fundamental para o progresso e modernização urbana de Campo Maior e procurava direcionar os campomaiorenses para que partilhassem das suas ideias, indicando a

administradores públicos, e demais pessoas, o que era necessário para adequar a cidade e seus habitantes ao que era tido pelo jornal como moderno e progressista.

Em relação à postura do A Luta quanto à ditadura civil-militar, observou-se que o órgão de imprensa enaltecia os governos ditatoriais e colocava que o golpe de 1964 havia livrado o Brasil de uma “ameaça comunista”, além de ter direcionado o país rumo ao progresso, do qual Campo Maior também estaria partilhando.

No primeiro capítulo, foi feita ainda uma abordagem acerca das representações elaboradas pelo grupo letrado, ao apontar signos tomados como progressistas e modernos, nos anos iniciais de produção do jornal, ou seja, o fim dos anos 60. Desse modo, o semanário indicava logradouros públicos e construções arquitetônicas que eram implantadas ou modernizadas; contudo, o aspecto que foi mais frequente nas páginas do jornal foi a instalação de uma nova rede elétrica em Campo Maior, que, posteriormente, foi utilizada para a distribuição de energia elétrica da Usina de Boa Esperança, uma das principais obras públicas edificadas no Piauí durante o regime militar. A energia proveniente da hidrelétrica foi bastante aguardada pelo grupo letrado, pois, com ela, seriam sanados os “apagões” que eram comuns na cidade, devido à pouca capacidade da usina termelétrica; esperava-se também que a eletricidade oriunda da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE) fosse responsável pela “redenção” de todo o Piauí, visto que poderia facilitar a instalação de indústrias, em um estado que passava por dificuldades econômicas desde a crise do extrativismo vegetal nos anos de 1950. A inauguração da iluminação elétrica da COHEBE ocorreu no ano de 1971, porém, deve-se enfatizar que nem toda a cidade partilhou inicialmente desse signo tomado pelo A Luta como moderno, visto que, mesmo nos anos finais de circulação do periódico, a eletricidade não havia sido distribuída para os bairros, sendo presente apenas na zona central de Campo Maior.

No segundo capítulo, “Os anos setenta e o auge da euforia “progressista” e “modernizadora” em Campo Maior”, foi observado que na década de 1970 as representações elaboradas pelo A Luta, no intuito de indicar que Campo Maior era um local progressista e moderno, tomaram maior volume, seguindo a concepção de “progresso” brasileiro que era difundido durante o “milagre econômico”.

Os aspectos enfatizados pelo periódico, que a seu ver indicavam que Campo Maior estava sendo permeada pelo progresso e modernização, eram variados. Dessa forma, no segundo capítulo, abordou-se duas obras públicas edificadas durante a gestão do prefeito Jaime da Paz, político que o A Luta realizava até mesmo propaganda da sua gestão, vista como uma das mais progressistas. Nesse ponto, a primeira obra pública analisada foi o “Mercado Modelo”, apontado pelo semanário como o mais “moderno” e “grandioso” do Piauí, e que era tomado

pelo A Luta como a obra principal da administração de Jaime da Paz. Outra edificação que também foi bastante presente no jornal foi a Estação Rodoviária, com construção iniciada na administração de Jaime da Paz, mas que se estendeu até a gestão do prefeito Dácio Bona, que alegava dificuldades para sua conclusão, em uma conjuntura marcada pelo fim do “milagre econômico”. Os dois prédios em destaque continuam em funcionamento até a atualidade.

No capítulo dois, foi investigada também a preocupação do jornal com o embelezamento e higienização de praças e artérias urbanas de Campo Maior, havendo certa consonância entre as concepções do periódico e dos governos militares, quanto aos aspectos citados. O A Luta almejava direcionar os cidadãos campomaiorenses para adequar seu comportamento ao que, no seu entender, seria condizente com uma cidade moderna e progressista. Nesse sentido, atuava, muitas vezes, tentando exercer um papel educador, a exemplo de quando indicava que era importante manter ruas e praças limpas; em determinados momentos, utilizava um tom mais severo, intentando enquadrar a população forçadamente ao que o jornal ansiava, pedindo ao poder público que tomasse providências em relação às pessoas que não contribuíam com a estética urbana, a exemplo dos que não construíam muros e calçadas em suas residências, ou cidadãos que insistiam em continuar transgredindo as regras de limpeza pública. Ao poder público, também eram direcionadas algumas matérias, solicitando sua atenção aos logradouros públicos, de modo a torná-los locais embelezados e higiênicos, em acordo com uma cidade “progressista”, “moderna” e “civilizada”. De modo geral, ficou claro que a atenção do A Luta era mais voltada à região central de Campo Maior, no entanto, encontram-se outrossim matérias em que os bairros figuravam.

No capítulo em destaque, houve ainda um estudo colocando em relevo a importância que o semanário dava ao futebol local, ao tomar como fundamental a efetivação de melhoramentos no estádio esportivo campomaiorense, o Deusdeth Melo, pois, no entender do jornal, tais melhoramentos seriam fundamentais para que Campo Maior participasse de competições importantes, em nível estadual. Conforme foi afirmado, o futebol era também visto como sinal de progresso naquele momento e estava presente em campanhas nas quais os governos militares tentavam exaltar o crescimento do Brasil. Na área da educação, o A Luta ressaltou a edificação do Colégio Estadual, construído pelo governo do Piauí, e que tinha a função de atender o Ensino Médio, continuando em funcionamento atualmente. Outra obra pública edificada pelo governo piauiense foi o Hospital Regional que, segundo o A Luta, contava com aparelhagem “moderna” e foi implantado para atender não só Campo Maior, mas também os municípios vizinhos, cumprindo até a atualidade essa mesma função. Finalmente, enfatizou-se a instalação de um hotel em Campo Maior, observando-se que desde o fim dos

anos de 1960 o A Luta ansiava pela construção de um hotel, mas só na segunda metade da década de setenta foi que houve sua implantação, em um contexto em que os governos nacional e estadual tentavam incentivar o turismo. De acordo com o que foi notado, não havia a demanda que o A Luta presumiu que teria para o estabelecimento, visto que para Campo Maior não se direcionou grande número de turistas, como o jornal supunha a princípio.

No terceiro capítulo, “Jornal A Luta e sua tentativa de enaltecer Campo Maior no contexto regional com o matadouro-frigorífico do FRIPISA, e nacional, por meio do Monumento Heróis do Jenipapo”, ocorreu a análise de duas obras públicas implantadas pelo governo estadual, e que no modo de ver do A Luta indicavam a “grandeza” de Campo Maior. Inicialmente, foram abordadas as representações que o semanário fazia acerca do matadouro-frigorífico da empresa Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), que para o periódico era um símbolo do progresso econômico, instalado em Campo Maior com o objetivo de impulsionar a pecuária piauiense, bem como a industrialização, sobretudo, da carne bovina. Apesar de ser apontado pelo A Luta como o “maior e mais moderno matadouro-frigorífico do Nordeste”, observou-se que, em determinados momentos, o semanário mostrava-se descontente em relação ao que, na sua ótica, era um símbolo do progresso de Campo Maior. Conforme foi apontado, a empresa não conseguia gerar um lucro compatível com o investimento que recebia, e, de modo geral, finalizava o ano com prejuízo. Em diversas matérias, o grupo letrado reclamava porque a população campomaiorense não tinha acesso aos produtos industrializados no matadouro-frigorífico, criando uma situação paradoxal, uma vez que, apesar de o prédio estar instalado em Campo Maior, havia a escassez de carne no município, que era apontado pelo A Luta como o possuidor do “maior rebanho bovino do Piauí”. Apesar das reclamações em relação ao FRIPISA, era motivo de contentamento para o grupo letrado a existência do matadouro-frigorífico em Campo Maior, pois tal fato era visto como indício da “grandeza” e importância da cidade no contexto regional.

No terceiro capítulo, investigou-se também o Monumento Heróis do Jenipapo, edificado na administração do governador Alberto Silva e inaugurado no ano de 1973, simbolizando o “patriotismo” piauiense e homenageando os “heróis” que lutaram pela Independência do Brasil. Verificou-se que o monumento, tomado pelo A Luta como importante elemento para o progresso cultural campomaiorense, foi a obra pública que teve mais espaço nas páginas do jornal durante sua circulação. O A Luta realizou uma campanha em prol da edificação do monumento, construído em concreto aparente e com estrutura robusta, simbolizando a força e rigidez que os governos militares tentavam repassar para a população. Para este jornal, o monumento seria um importante ponto turístico de Campo Maior, visitado assiduamente,

contudo, observou-se que no decorrer do tempo só havia maior concentração de pessoas no local no dia 13 de março, aniversário da Batalha do Jenipapo, ocorrida no ano de 1823. Apontou-se ainda que o Monumento Heróis do Jenipapo era visto pelo A Luta como o maior indicador da relevância da cidade no contexto brasileiro, visto que era uma obra pública que remetia a um episódio de relevância nacional, que contou com a participação de Campo Maior.

É importante lembrar que as duas obras públicas, matadouro-frigorífico do FRIPISA e Monumento, foram iniciativas estaduais, mas tinham também relação com a política autoritária da ditadura, que buscava incentivar a implantação de obras em diversas partes do Brasil,<sup>1</sup> mesmo que algumas delas fossem vistas como “elefantes brancos”. Nesse sentido, um dos exemplos mais marcantes é o FRIPISA, empresa que não dava lucros, mas ainda assim era alvo de diversos investimentos, o que enseja o seguinte questionamento: por que manter em funcionamento, durante tantos anos, uma empresa que ocasionava grande ônus para o Piauí?

No decorrer desta pesquisa, investigou-se as representações que o jornal A Luta construiu acerca da modernização urbana e do progresso de Campo Maior, e, conforme foi analisado, o semanário foi o principal órgão da imprensa escrita campomaiorense durante o período em que circulou. Tal grupo letrado não atuava apenas no sentido de relatar os acontecimentos de Campo Maior, com a “imparcialidade” que mencionava ter, mas também buscava influenciar a população local e administradores públicos – embora o público leitor do jornal fosse reduzido – para que atuassem de modo a contribuir para o progresso e modernização que eram estampados nas páginas do A Luta.

As pesquisas que analisam o período da ditadura civil-militar são relevantes para compreender melhor a complexidade que envolve o período; em Campo Maior, local em que ainda há grande carência de pesquisas sobre o período, observa-se que a ditadura é, muitas vezes, vista como uma época de “progresso”, assim como o jornal A Luta veiculava em suas páginas. Tal perspectiva deve-se às diversas obras públicas implantadas naquele período, sobretudo, porque grande parte delas ainda permanece em funcionamento até a atualidade. Desse modo, verifica-se que a “modernização” e o “progresso” campomaiorenses tinham relação com as representações dos governos militares, que diziam estar estabelecendo o progresso no Brasil, pensamento que teve ressonância nos governantes e letrados de Campo Maior.

---

<sup>1</sup> Acerca das obras públicas durante a ditadura civil-militar, ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

Não obstante, após a análise do material coletado para esta pesquisa, foi possível ter uma compreensão mais contundente do período, entendendo que o “progresso” e “modernização”, veiculados frequentemente no A Luta, foi, muitas vezes, mais um desejo do grupo letrado do que algo concreto, devido a entraves, como morosidade na construção de obras públicas, edificações inacabadas ou de qualidade duvidosa. Examinou-se também que o progresso e modernização, veiculados nas páginas do semanário, não atingiam toda a cidade e seus habitantes, como o grupo letrado dava a entender em suas representações, pois, muitas vezes, pessoas de menor condição financeira não foram beneficiadas com as “benesses” veiculadas no jornal, mesmo porque a maioria delas ficou restrita à área central, de modo geral, habitada pela classe dominante local.

Jeanne Marie Gagnebin (2014) acentua que o governo brasileiro, após a ditadura civil-militar, praticou uma “violenta coerção ao esquecimento” acerca daquele momento, fazendo com que muitos traços do período ditatorial ainda contaminem o presente, sendo de grande relevância os estudos que tratam o período de uma forma crítica. Gagnebin ressalta as estratégias de esquecimento do governo brasileiro em relação à ditadura civil-militar, ao pregar muito mais a política do “olhar para frente”. As vítimas, de modo geral, não são assim chamadas, já que recebem a denominação de “desaparecidos”, quando na realidade são “em sua maioria, vítimas da tortura e do assassinato durante a ditadura”, ou “anistiados”, “quando se trata de pessoas ainda vivas, mas cuja carreira foi prejudicada pela ditadura” (GAGNEBIN, 2014, p. 253). Bauer (2011) ressalta a necessidade de realizar um enfrentamento do passado, estabelecendo um consenso acerca dos danos causados pela ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil, pois, a política de esquecimento praticada pelo governo “levou, no Brasil, à constituição de uma democracia carente de práticas democráticas” (BAUER, 2011, p. 423).

Além da política de esquecimento por parte do governo federal, verifica-se que em Campo Maior o período da ditadura civil-militar é visto, muitas vezes, como uma época de “progresso”, sem problematizar até que ponto o “progresso” foi uma realidade, e a que setores ele teria beneficiado, pois nem todos partilhavam do “progresso” e “modernização”, vistos ao longo deste trabalho. Nesse contexto, observa-se a importância de pesquisas que enfocam o período do regime militar de uma forma crítica, em Campo Maior, e no Piauí de modo geral. Com esta Tese, almeja-se ter contribuído nessa perspectiva, especialmente, porque no Piauí os estudos sobre o período retratam, em sua maioria, a capital piauiense, Teresina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR**: Formadora de imagens da nação brasileira. 150 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas-SP, 2006.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Fazendeiros do Ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas. In: AGRA DO Ó, Alarcon. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. 2. ed. João Pessoa: Idea, 2005.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. **CLIO**: Revista de pesquisa histórica. Recife-PE: nº 33, 2.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. Fiscalização da carne no Brasil: estudo de uma política regulatória. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, jul./set, p. 49-74, 1985.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O Corpo e a alma da cidade**: natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

AZEVEDO, Célia Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. **Revista USP**, n. 32, p. 178-189, 28 fev. 1997.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 446 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Departament d'Història Contemporània da Universitat de Barcelona, Porto Alegre/Barcelona, 2011.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Espaço e Debates**, n.34, 1991.

BENCHIMOL, Jaime Larry (Org.). **Febre amarela**: a doença e a vacina, uma história inacabada [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. [Tradução: Carlos Felipe Moisés; Ana Maria Ioriatti]. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa Lourenço. **Música e Memória**: reconstrução da memória por meio da produção musical de Chico Buarque do período do AI-5 (1968-1978). 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2016.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, v.1. Brasília: CNV, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**: Humanitas, 2015.

CARVALHO, Carla Baylão de. **Representação social dos motéis para os brasileiros**. 2003. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica**. 2014. 290 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Pontifícia Universidade Católica - PUC, Porto Alegre- RS, 2014.

CAVARZAN, Gustavo Machado; RACY, José Caio. II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970. **Revista de Economia Mackenzie**: Volume 8, n. 3, p. 52-66.

CAVALCANTE, Fernando Luiz. **Avaliação do processo de beneficiamento dos subprodutos não comestíveis nos abatedouros municipais de Teresina-PI**. 2009. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Programa de pós-graduação em Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal. Universidade Federal Rural do Semiárido: Recife, 2009.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. **Obra completa**. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. 2012. 333 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2012.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. Arquitetura brutalista no Piauí nos anos 1970. **Revista Vitruvius**. Ano 15, dez. 2014.

COSTA FILHO, Alcebiádes. **A gestação de Crispim**: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade. 2010. 196 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia). Niterói-RJ, 2010.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história**: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850. 1999. Tese de Doutorado em História, IFCS/UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. Entre Foices e Facões. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano VI, nº 70, julho de 2011.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (FGV/CPDOC). Sigefredo Pacheco. Disponível em: [https://10.7.1.1/sgerror.php?url=403%20&a=10.7.16.114&n=10.7.16.114&i=&s=default&t=B\\_PALAVRAS&u=http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-sigefredo](https://10.7.1.1/sgerror.php?url=403%20&a=10.7.16.114&n=10.7.16.114&i=&s=default&t=B_PALAVRAS&u=http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-sigefredo). Acesso em 11 de setembro de 2019.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (FGV/CPDOC). Dirceu Mendes Arcoverde. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirceu-mendes-arcoverde>. Acesso em 21 de dezembro de 2019.

FERREIRA, Jordan Bruno Oliveira. Acervo A. Tito Filho: propostas para uma pesquisa na Internet. **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História**: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina-PI.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no país. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. Annablume: São Paulo, 1997.

FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. “Integrar para não entregar”: atuação das juventudes no Projeto Rondon (1967-1969). **XXIX Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Brasília, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o moderno. In: \_\_\_\_\_. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

\_\_\_\_\_. Esquecer o passado. In: \_\_\_\_\_. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GOODWIN JUNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siecle em diamantina e juiz de fora, MG. **Projeto História**: revista do

Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n.35, dezembro de 2007.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico (Piauí)**. Rio de Janeiro, Vol. 1, Tomo VI, 1970.

\_\_\_\_\_. **Censo Agrícola (Maranhão - Piauí)**. Rio de Janeiro, Volume II - Tomo III – 2ª parte, 1960.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário (Brasil e Unidades da Federação)**. Rio de Janeiro, 1970.

JESUS, Pauliana Maria de. **Reflexões sobre a modernização de Campo Maior entre 1930 a 1970**. 136 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida (org.). **Mídia e política no Brasil**: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 129-183.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...**: ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912 - 1916. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Federal da Bahia: Salvador-BA, 1996.

LIMA, Jurandir Gonçalves. **Memórias Afetivas de Teresina**: tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000). 2016. 358 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2016.

LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade da Boa Esperança**: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe - Piauí. 242 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior**: anotações para uma enciclopédia. Teresina: Gráfica e editora Júnior Ltda, 1995.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012.

MATTA, Milton da. Controle de preços na economia brasileira: aspectos institucionais e resultados. In: **IPEA - Pesquisa e Planejamento Econômico**. Volume 10, número 3, dezembro 1980.

MELO, Cláudio. **Os primórdios de nossa história**. Teresina, 1983.

\_\_\_\_\_. Duas Capitais. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: Formação. Desenvolvimento. Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

MÉLO, José Elmar Carvalho de. **Craques do Futebol Campomaiorense e Parnaibano**. Teresina: Edição do autor, 2003.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Organizadora). **História da vida privada no Brasil Volume 4: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENESES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res)sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. 2010. 237 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Batalha do Jenipapo e seus heróis: símbolos de uma piauiensidade. **Contraponto**: Revista do Departamento de História e do PPG em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 07, n. 02, jun/dez. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 28.1, 2010.

NEDELL, Jeffrey D. Rio de Janeiro: a capital do século XIX brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NEVES, Abdias. **A guerra de Fidié**: uma epopeia brasileira na luta pela independência. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

OLIVEIRA, João Paulo França de. A história contada em versos: a cidade de Campo Maior nas poesias de Cunha Neto. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 7, n. 2, jun./dez. 2018.

OLIVEIRA, Natália Maria da Conceicao. **A Igreja de Santo Antônio: História, Arquitetura, Desenvolvimento Urbano e Religiosidade em Campo Maior – Pi (1941-1971)**. 2015. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Piauí-PI: Teresina, 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista, discurso de confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. **Modernização urbana de Campo Maior no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947)**. 2015. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-Pb, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: IEL, Movimento, 1980.

\_\_\_\_\_. Beco; Cortiço; Sobrado. In: BRESCIANI, Stella et al (Org.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

RABELO, Elson de Assis. **A história entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí**. 202 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

\_\_\_\_\_. Tentáculos do progresso na fronteira regional: a produção do Piauí como espaço nordestino. **Revista Espacialidades**. Vol. 1, p. 27, 2008.

REBÊLO, Emilia Maria de C. Gonçalves. **A urbanização no Piauí**. CEPRO: Teresina, v. 18, n. 1. p. 99-114, jan/jun, 2000.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos Sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. 291 f. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2010.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o "partido negro" na Independência da Bahia. In: REIS, João José, e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Fundarpe, 1997.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Amara Silva de Souza. Modernas seduçõs urbanas: e eletrificação no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, n. 14, dezembro de 2000.

ROMERO, Jose Luis. **América Latina: as Cidades e as Ideias**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

ROSA, José Ribamar de Sena. **Quando a imprensa miúda é o veículo: o semanário "A Luta" e a cidade de Campo Maior/PI – falando de trocas e meios – 1967 / 1979**. 2015. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Severino Sombra-RJ, 2012.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder: novas sociabilidades urbanas, em Florianópolis, de 1950 a 1970**. 2005. 696 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Antônia Ellen Alves dos. **Por uma antologia poética piauiense de recepção infantil e juvenil: reendereçando textos para o leitor em formação**. 2014. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Letras: Universidade Estadual do Piauí, Teresina-PI, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Org). **Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2000)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003.

SOUSA, Helen Lopes de. **Os versos e reversos do progresso**: imagens do Maranhão Novo & Nova Iorque nas águas da Boa Esperança. 2009. 269 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2009.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos**: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). 2002. 424 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2002.

\_\_\_\_\_. Prazeres proibidos: comer, beber, viver – um passeio pelos “maus costumes” de Campina Grande – PB. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima (Orgs). **Cidade e Memória**. Teresina-PI, EDUFPI/Imperatriz, MA: Ética, 2009.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade**: as narrativas da piauiensidade. 2008. 295 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2008.

TEIXEIRA, Caio Vinicius Silva. As festas cívicas em Campo Maior-PI durante a ditadura militar. **Vozes, pretérito & devir**. Ano VI, vol. IX, nº I, 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. 2ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp: 2014.

TORRÊS, Gislane Cristiane Machado. **O poder e as letras**: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. 2010. 188 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 2010.

VARGAS, Anderson Zalewski. **Os subterrâneos de Porto Alegre**: Imprensa, Ideologia autoritária e Reforma social (1900-1919). Porto Alegre: Letra1, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIANA, Francisco Cleisson Sousa; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Heróis de gibão de couro: história e identidade dos vaqueiros campomaiorenses através da literatura. **Revista Vozes, Pretérito & Devir**: Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Ano III, Vol. I, 2016.

## FONTES

300 mil não vêm para o mercado. **A Luta**. Campo Maior, 17 de abril de 1971, p. 01.

A CEPISA deve explicações. **A Luta**. Campo Maior, 17 de outubro de 1970, p. 01.

A DEMOLIÇÃO. **A Luta**. Campo Maior, 21 de outubro de 1972, s/p.

ADIADA a experiência da energia de boa Esperança. **A Luta**. Campo Maior, 24 de julho de 1971, p.01.

A ENERGIA Elétrica não está condizente com as necessidades da cidade. **A Luta**. Campo Maior, 29 de setembro de 1968, p. 01.

AGRADECIMENTO. **A Luta**. Campo Maior, 05 de dezembro de 1976, p.01.

A GRANDE data. **A Luta**. Campo Maior, 08 de setembro de 1968, p. 03.

ÁGUA minha avozinha – azeite meus netinhos. **A Luta**. Campo Maior, 28 de setembro de 1969, p.01.

A IMPRENSA interiorana. **A Luta**. Campo Maior, 24 de agosto de 1969, p.03.

AINDA o monumento aos motos [sic] da batalha de Fidié. **A Luta**. Campo Maior, 28 de setembro de 1969, p. 02.

AINDA se comete desatenção a HERÓIS. **A Luta**. Campo Maior, 04 de março de 1973, p. 01.

ALBERTO: ‘O Piauí e o Brasil na inauguração do monumento a 19 de outubro’. **A Luta**. Campo Maior, 18 de março de 1973, p. 01.

ALBERTO Silva concede entrevista no Sul do País. **A Luta**. Campo Maior, 09 de janeiro de 1971, p. 01.

ALBERTO Silva dirige mensagem aos piauienses dia 31. **A Luta**. Campo Maior, 03 de abril de 1971, p. 04.

ALBERTO Silva lança pedra fundamental do Monumento-Museu. **A Luta**. Campo Maior, 01 de abril de 1973, p. 01.

ALBERTO Silva vem dia 13 de março e promete inaugurar monumento este ano. **A Luta**. Campo Maior, 18 de fevereiro de 1973, p. 01.

A LINHA de A Luta. **A Luta**. Campo Maior, 29 de julho de 1973, p. 01.

A LUTA de poucos. **A Luta**. Campo Maior, 05 de fevereiro de 1972, p.05.

A LUTA dirige-se a Jaime. **A Luta**. Campo Maior, 28 de janeiro de 1973, p. 01.

A LUTA endossa campanha, com reivindicações de Jaime: Faculdade. **A Luta**. Campo Maior, 04 de março de 1972, p. 01.

A LUTA lá fora. **A Luta**. Campo Maior, 29 de junho de 1969, p. 03.

“A LUTA” nas ruas. **A Luta**. Campo Maior, 17 de agosto de 1969, p. 03.

A LUTA no seu 11º ano. **A Luta**. Campo Maior, 19 de novembro de 1978, p.01.

A LUTA pelo jornal. **A Luta**. Campo Maior, 20 de julho de 1969, p. 03.

A MORTE na rêde [sic] de ouro. **Revista o Cruzeiro**. Rio de Janeiro, edição nº 63, 25 de novembro de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=165474&Pesq=cassiterita>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

ANIVERSÁRIO festivo. **A Luta**. Campo Maior, 08 de setembro de 1968, p. 07.

ANIVERSÁRIO da cidade sem algo de novo a apresentar. **A Luta**. Campo Maior, 06 de agosto de 1978, p. 01.

AO folhear A Luta. **A Luta**. Campo Maior, 21 de janeiro de 1968, p.02.

AOS estudantes. **A Luta**. Campo Maior, 19 de abril de 1970, p. 04.

AOS leitores, a verdade. **A Luta**. Campo Maior, 27 de fevereiro de 1971, p. 03.

APELO à autoridade competente. **A Luta**. Campo Maior, 12 de junho de 1977, p.07.

A PUBLICIDADE. **A Luta**. Campo Maior, 30 de setembro de 1973, p.06.

A RESPEITO de alguns bancos quebrados. **A Luta**. Campo Maior, 16 de janeiro de 1970, p.08.

A SITUAÇÃO econômica de C. Maior. **A Luta**. Campo Maior, 26 de janeiro de 1969, p. 04.

AS MARGENS do riacho Canudo ergue-se importante indústria. **A Luta**. Campo Maior, 25 de fevereiro de 1974, p. 01.

AS OBSCENIDADES continuam. **A Luta**. Campo Maior, 16 de novembro de 1969, p.02.

ASSIM se fez a Batalha do Jenipapo. **A Luta**. Campo Maior, 13 de março de 1971, p. 03.

A TORRE do monumento. **A Luta**. Campo Maior, 26 de agosto de 1973, s/p.

BAIRRO Cariri “prato do dia” na Câmara **A Luta**. Campo Maior, 20 de novembro de 1977, p. 02.

BANDO de vagabundos assalta a cidade. **A Luta**. Campo Maior, 29 de junho de 1975, p.01.

BARRAGEM de Boa Esperança: iminente catástrofe. **A Luta**. Campo Maior, 17 de novembro de 1968, p.01.

BATALHA do Jenipapo terá monumento. **A Luta**. Campo Maior, 26 de fevereiro de 1973, s/p.

- BOA esperança e a falta de recursos. **A Luta**. Campo Maior, 24 de novembro de 1968, p. 03.
- BOIS da Bahia e Goiás para o FRIPISA. **A Luta**. Campo Maior, 11 de setembro de 1977, p. 01.
- BRASIL. A Batalha do Jenipapo no processo da Independência no Brasil. In: **Histórias não contadas**. Centro Cultural da Câmara dos Deputados, Brasília, 2014.
- BRASIL, Decreto-Lei nº 1.144, de 06 de junho de 1962. Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, baixo descritos e consignados ao Frigorífico do Piauí S.A. (FRIPISA). Brasília, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1144-6-junho-1962-353171-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.
- BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 20 de agosto de 1976.
- BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 19 de agosto de 1981.
- CADÊ os vigias? **A Luta**. Campo Maior, 30 de julho de 1978, p. 01.
- CAMINHOS da vida. **A Luta**. Campo Maior, 14 de janeiro de 1968, p. 05.
- CAMPANHA deverá ser a luta de todos. **A Luta**. Campo Maior, 13 de março de 1971, p. 01.
- CAMPANHA do monumento. **A Luta**. Campo Maior, 19 de junho de 1971, p. 06.
- CAMPEONATO encontrará melhor estádio. **A Luta**. Campo Maior, 23 de março de 1969, p.01.
- CAMPO MAIOR – 217 anos. **A Luta**. Campo Maior, 12 de agosto de 1979, p.03.
- CAMPO MAIOR e o seu progresso 1. **A Luta**. Campo Maior, 03 de setembro de 1972, p. 04.
- CAMPO MAIOR e o seu progresso 2. **A Luta**. Campo Maior, 10 de setembro de 1972, p. 04.
- CAMPO MAIOR em Maus Lençóis. **A Luta**. Campo Maior, 23 de setembro de 1979, p. 01.
- CAMPO Maior: faltam água e luz. **A Luta**. Campo Maior, 26 de julho de 1970, p. 01.
- CAMPO Maior vai exportar carne. **A Luta**. Campo Maior, 20 de maio de 1973, p. 01.
- CANO e fio. **A Luta**. Campo Maior, 05 de outubro de 1969, p. 03.
- CARÊNCIA de cooperação. **A Luta**. Campo Maior, 10 de março de 1968, p. 03.
- CARNE? Não existe. **A Luta**. Campo Maior, 10 de dezembro de 1978, p. 07.

- CARTA aberta. **A Luta**. Campo Maior, 24 de junho de 1972, p. 06.
- CARTA aberta ao Dr. J. Francisco Bona. **A Luta**. Campo Maior, 12 de outubro de 1969, p. 03.
- CARTA aberta ao Prefeito Municipal. **A Luta**. Campo Maior, 27 de outubro de 1968, p. 01.
- CARTA ao jornal. **A Luta**. Campo Maior, 31 de outubro de 1970, p. 02.
- CEPISA dar explicações. **A Luta**. Campo Maior, 07 de novembro de 1970, p. 01.
- CEZAR na mira do Fripisa. **A Luta**. Campo Maior, 30 de setembro de 1979, p. 01.
- CHEGOU o motor esperado. **A Luta**. Campo Maior, 24 de abril de 1971, p. 03.
- CIDADE começa a ser asfaltada. **A Luta**. Campo Maior, 09 de junho de 1977, p. 01.
- CIDADE continua parada. **A Luta**. Campo Maior, 16 de setembro de 1979, s/p.
- CIDADE ganha ônibus circular. **A Luta**. Campo Maior, 13 de maio de 1973, p. 01.
- CIDADE pobre. **A Luta**. Campo Maior, 12 de janeiro de 1969, p. 06.
- CINCO anos de Revolução. **A Luta**. Campo Maior, 30 de março de 1969, p. 01.
- CINE Nazaré. **A Luta**. Campo Maior, 13 de outubro de 1968, p. 01.
- C. MAIOR na meta desenvolvimentista. **A Luta**. Campo Maior, 05 de fevereiro de 1972, p. 02.
- COISAS nossas. **A Luta**. Campo Maior, 09 de agosto de 1970, p. 02.
- COMENTANDO. **A Luta**. Campo Maior, 16 de agosto de 1970, p. 07.
- COMÉRCIO da carne poderá ser liberado. **A Luta**. Campo Maior, 28 de agosto de 1979, p. 05.
- COMO chega a TV. **A Luta**. Campo Maior, 19 de abril de 1970, p. 03.
- COMO justificar?. **A Luta**. Campo Maior, 31 de março de 1968, p. 04.
- CONSTRUTORA aguarda ordem para iniciar obra. **A Luta**. Campo Maior, 27 de maio de 1973, p. 01.
- CORREIA Lima pede fechamento do Fripisa. **A Luta**. Campo Maior, 29 de agosto de 1976, p. 01.
- DÁ a tua adesão. **A Luta**. Campo Maior, 29 10 de abril de 1970, p. 03.

DÁCIO Bona faz limpeza na cidade. **A Luta**. Campo Maior, 01 de abril de 1974, s/p.

DEPUTADO faz importantes pedidos para Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 25 de novembro de 1973, p. 01.

DESTAQUES. **A Luta**. Campo Maior, 29 de fevereiro de 1976, s/p.

DETALHANDO. **A Luta**. Campo Maior, 26 de agosto de 1979, p.04.

DETALHANDO. **A Luta**. Campo Maior, 28 de janeiro de 1978, p. 05.

DETALHANDO. **A Luta**. Campo Maior, de dezembro de 1978, p. 04.

DETALHANDO. **A Luta**. Campo Maior, 19 de agosto de 1979, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 17 de dezembro de 1972, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 21 de janeiro de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 27 de maio de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 25 de março de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 15 de abril de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 12 de agosto de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 19 de agosto de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 10 de outubro de 1973, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 18 de fevereiro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 23 de fevereiro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 31 de agosto de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 30 de novembro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 14 de julho de 1974, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 28 de novembro de 1975, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 15 de fevereiro de 1976, s/p.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 14 de março de 1976, p. 02.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 13 de agosto de 1978, p.03.

DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 18 de março de 1973, s/p.

- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 28 de janeiro de 1973, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 11 de fevereiro de 1973, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 11 de novembro de 1973, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 16 de dezembro de 1973, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 06 de janeiro de 1974, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 17 de fevereiro de 1974, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 23 de março de 1975, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 07 de setembro de 1975, s/p.
- DETALHES. **A Luta**. Campo Maior, 08 de fevereiro de 1976, s/p.
- DINAMISMO de um governo. **A Luta**. Campo Maior, 18 de agosto de 1968, p. 04.
- DIRCEU é cidadão de Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 27 de fevereiro de 1977, p. 01.
- DIRCEU inaugura em Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 06 de fevereiro de 1977, p. 05.
- DIRCEU salva o FRIPISA da falência. **A Luta**. Campo Maior, 30 de julho de 1978, p. 06.
- DIRCEU salva o FRIPISA da falência. **A Luta**. Campo Maior, 06 de agosto de 1978, p. 04.
- DIRIGIR às soltas. **A Luta**. Campo Maior, 13 de fevereiro de 1971, s/p.
- DIRETORIA do Fripisa virá para Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 09 de abril de 1973, p. 01.
- DISCURSO proferido pelo Dr. Zander...**A Luta**. Campo Maior, 23 de junho de 1968, p. 02.
- DOCUMENTOS preciosos. **A Luta**. Campo Maior, 17 de maio de 1970, p. 02.
- É COM satisfação... **A Luta**. Campo Maior, 19 de novembro de 1974, p. 01.
- EDITORIAL: a luta de poucos. **A Luta**. Campo Maior, 05 de fevereiro de 1972, s/p.
- É INAUGURADO pronto socorro do Hospital. **A Luta**. Campo Maior, 03 de fevereiro de 1974, p. 01.
- Em 64 uma Revolução salva o Brasil do Comunismo. **A Luta**. Campo Maior, 01 de abril de 1979, p. 01.
- EM CAMPO Maior ressurgue um novo Clube. **A Luta**. Campo Maior, 03 de abril de 1977, p. 06.

EM C. Maior o secretário de saúde do Estado. **A Luta**. Campo Maior, 01 de maio de 1971, p. 01.

EM debate. **A Luta**. Campo Maior, 03 de junho de 1973, p. 04.

EPOPÉIA [sic] do Jenipapo. **A Luta**. Campo Maior, 24 de março de 1968, p. 04.

É PRECISO realizar nosso sonho, neste sesquicentenário vamos construir o Monumento do Jenipapo. **A Luta**. Campo Maior, 08 de abril de 1972, s/p.

ESCLARECIMENTO. **A Luta**. Campo Maior, 30 de junho de 1968, p.01.

ESCURIDÃO provoca acidentes em Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 09 de março de 1969, p. 01.

ESTÁ marcada para dia 14 a inauguração do Mercado Modelo. **A Luta**. Campo Maior, 07 de outubro de 1972, p. 06.

ESTÃO em Campo Maior 9 paulistas do Projeto RONDON. **A Luta**. Campo Maior, 10 de janeiro de 1972, p. 01.

ESTÁ próximo o dia “13 de março”. **A Luta**. Campo Maior, 06 de março de 1971, p. 02.

ESTUDANTE de Turismo em Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 24 de dezembro de 1978, p. 04.

FAGEP libera Estádio no fim do mês e seleção atua em Altos. **A Luta**. Campo Maior, 09 de março de 1975, p. 01.

FALOU sobre o FRIPISA. **A Luta**. Campo Maior, 12 de julho de 1970, p. 01.

FALTA autorização. **A Luta**. Campo Maior, 09 de abril de 1973, p. 01.

FATOS, Comentários e Opinião. **A Luta**. Campo Maior, 01 de dezembro de 1968, p. 04.

FEDERALIZAÇÃO da carne. **A Luta**. Campo Maior, 23 de fevereiro de 1975, p. 01.

FEIRA a terraplanagem do campo, falta só a grama. **A Luta**. Campo Maior, 10 de janeiro de 1972, s/p.

FORAM homenageados os heróis do Jenipapo. **A Luta**. Campo Maior, 20 de março de 1971, s/p.

FORMARÁ comissão. **A Luta**. Campo Maior, 20 de agosto de 1970, p. 01.

FRIPISA. **A Luta**. Campo Maior, 02 de fevereiro de 1969, p. 04.

FRIPISA abre posto de venda. **A Luta**. Campo Maior, 02 de dezembro de 1973, p. 01.

FRIPISA desafoga. **A Luta**. Campo Maior, 29 de junho de 1975, p. 01.

FRIPISA é meta importante do próximo governo. **A Luta**. Campo Maior, 30 de janeiro de 1971, p. 02.

FRIPISA encerra atividade externa. **A Luta**. Campo Maior, 25 de abril de 1976, p. 01.

FRIPISA: por que não baixa a carne? **A Luta**. Campo Maior, 26 de dezembro de 1976, p. 01.

FRIPISA prejudica Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 27 de março de 1977, p. 03.

FRIPISA vai receber 3 milhões para reformar matadouro. **A Luta**. Campo Maior, 27 de janeiro de 1974, p. 01.

GADO é ainda o melhor negócio. **A Luta**. Campo Maior, 14 de novembro de 1970, p. 05.

GRAMA. **A Luta**. Campo Maior, 24 de outubro de 1971, s/p.

GRATIDÃO. **A Luta**. Campo Maior, A LUTA, 29 de junho de 1975, p. 01.

GOVERNADOR Alberto Silva no coração dos campomaiorenses. **A Luta**. Campo Maior, 03 de novembro de 1974, p. 01.

GOVERNADOR busca solução para problema energético de Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 17 de novembro de 1968, p.01.

GOVERNADOR Dirceu Mendes Arcoverde inaugura Motel em Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 04 de junho de 1978, p. 01.

GOVERNADOR participa de inauguração em Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 09 de maio de 1976, p. 01.

GOVERNO estuda normalização do Fripisa. **A Luta**. Campo Maior, 27 de abril de 1975, p.01.

GOVERNO esqueceu os heróis. **A Luta**. Campo Maior, 17 de março de 1974, s/p.

HÁ melhoras no teatro dos estudantes, mas... **A Luta**. Campo Maior, 05 de dezembro de 1970, p.02.

HAROLDO anuncia fim da crise no Fripisa. **A Luta**. Campo Maior, 24 de outubro de 1976, p.01.

HELVÍDEO e o novo Piauí. **A Luta**. Campo Maior, 07 de setembro de 1968, p. 01.

HELVÍDEO inaugurará em Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 10 de maio de 1970, p. 01.

HELVÍDEO Nunes inaugura novas instalações...**A Luta**. Campo Maior, 18 de maio de 1969, p.06.

HELVÍDEO Nunes: um governo de ação. **A Luta**. Campo Maior, 27 de abril de 1969, p. 03.

- HOMENAGEM de justiça. **A Luta**. Campo Maior, 15 de setembro de 1968, P. 04.
- HOMENAGEM justa a quem merece. **A Luta**. Campo Maior, 11 de fevereiro de 1973, p. 01.
- HOSPITAL ainda não se afirmou no conceito do povo. **A Luta**. Campo Maior, 11 de março de 1972, s/p.
- HOSPITAL tem poucos médicos plantonistas. **A Luta**. Campo Maior, 10 de junho de 1972, s/p.
- IATE Clube de Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 13 de outubro de 1968, p. 01.
- ILUMINAÇÃO de sobra. **A Luta**. Campo Maior, 01 de janeiro de 1972, p. 01.
- IMAGEM de Campo Maio. **A Luta**. Campo Maior, 30 de janeiro de 1971, p. 04.
- IMPrensa desconhecida. **A Luta**. Campo Maior, 21 de julho de 1970, p. 01.
- IMPRESSÕES sobre o FRIPISA. **A Luta**. Campo Maior, 24 de novembro de 1968, p. 01.
- INAUGURAÇÃO no dia 6?. **A Luta**. Campo Maior, 29 de outubro de 1973, p. 01.
- INAUGURADAS as novas instalações do Fripisa. **A Luta**. Campo Maior, 01 de abril de 1973, p. 01.
- INAUGURA-SE mesmo 2ª feira o Hospital. **A Luta**. Campo Maior, 01 de janeiro de 1972, p. 01.
- INICIATIVA inadiável. **A Luta**. Campo Maior, 16 de junho de 1968, p. 02.
- INPS construindo edifício. **A Luta**. Campo Maior, 10 de fevereiro de 1974, p. 01.
- INSTALAÇÃO de indústria em Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 13 de outubro de 1968, p. 05.
- INTENSIFICADAS obras de construção do MONUMENTO DO JENIPAPO. **A Luta**. Campo Maior, 07 de outubro de 1973, p. 01.
- JAIME inaugura dia 29 a primeira Estação Rodoviária do Estado. **A Luta**. Campo Maior, 21 de janeiro de 1972, p. 01.
- JAIME inaugurará mercado em outubro. **A Luta**. Campo Maior, 30 de setembro de 1972, p. 01.
- JAIME inaugura dia 29 a primeira Estação Rodoviária do Estado. **A Luta**. Campo Maior, 21 de janeiro de 1973, p. 01.
- JAIME prestou contas do que fez em 71/72. **A Luta**. Campo Maior, 04 de fevereiro de 1973, s/p.

JAIME – Um ano de laboriosa administração. **A Luta**. Campo Maior, 19 de fevereiro de 1972, s/p.

JAIME vai buscar recursos em Brasília e GB. **A Luta**. Campo Maior, 12 de junho de 1971, p. 01.

JAIME vai gramar o campo do Estádio. **A Luta**. Campo Maior, 26 de setembro de 1971, p. 01.

JENIPAPO – recomeçarão obras em outubro. **A Luta**. Campo Maior, 23 de setembro de 1973, p. 01.

JULGUE você: valeu a pena mudar? **A Luta**. Campo Maior, 30 de março de 1969, p. 03.

JUSTO apelo. **A Luta**. Campo Maior, 22 de setembro de 1968, p. 01.

LANÇAMENTO da pedra fundamental. **A Luta**. Campo Maior, 15 de março de 1970, p. 01.

LIMA, Ernani Napoleão. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Teresina, 21 de setembro de 2019.

LIMPEZA pública. **A Luta**. Campo Maior, 30 de outubro de 1977, p. 06.

LINGUAGEM intemperante. **A Luta**. Campo Maior, 26 de abril de 1970, p. 02.

MATERIAS para o mercado. **A Luta**. Campo Maior, 19 de novembro de 1971, p. 03.

MAU cheiro dos esgotos provocam diversas doenças. **A Luta**. Campo Maior, 11 de fevereiro de 1978, p. 05.

MAZINHO: “não pretendo candidatar-me”. **A Luta**. Campo Maior, 31 de maio de 1970, p. 01.

MENSAGEM. **A Luta**. Campo Maior, 20 de novembro de 1977, p. 01.

MENSAGEM de aniversário. **A Luta**. Campo Maior, 17 de novembro de 1969, p.03.

MEU boi morreu, o que será de mim? **A Luta**. Campo Maior, 30 de novembro de 1969, p.02.

MEUS aplausos. **A Luta**. Campo Maior, 03 de dezembro de 1967, p.01.

MILTON Brandão quer hotel para Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 03 de junho de 1972, s/p.

MONUMENTO aos heróis da batalha de Fidié. **A Luta**. Campo Maior, 31 de agosto de 1969, p. 03.

MONUMENTO aos heróis do Genipapo [sic]. **A Luta**. Campo Maior, 05 de outubro de 1969, p. 01.

MONUMENTO confiado à guarda da polícia. **A Luta**. Campo Maior, 16 de março de 1975, p. 01.

MONUMENTO do Jenipapo entregue as abelhas. **A Luta**. Campo Maior, 04 de junho de 1975, s/p.

MONUMENTO do Jenipapo: publicado edital para construção. **A Luta**. Campo Maior, 12 de dezembro de 1972, p. 01.

MONUMENTO entregue às [abelhas] italianas e ao mato. **A Luta**. Campo Maior, 22 de abril de 1979, p. 01.

MOTEL de Campo Maior: um sonho que começa a se tornar realidade. **A Luta**. Campo Maior, 28 de novembro de 1975, s/p.

MOTEL Tirol já em construção. **A Luta**. Campo Maior, 10 de abril de 1977, p. 01.

MOTEL Tirol só para o ano 78. **A Luta**. Campo Maior, 20 de novembro de 1977, p. 02.

MOTOR “novo” funcionando. **A Luta**. Campo Maior, 01 de maio de 1971, p. 03.

MUDANÇA de direção. **A Luta**. Campo Maior, 28 de novembro de 1976, p. 01.

MURILO Resende: vamos prestigiar a história. **A Luta**. Campo Maior, 17 de junho de 1973, p. 02.

MURILO Resende: vamos prestigiar a História. **A Luta**. Campo Maior, 17 de junho de 1973, p. 06.

MUSEU do Jenipapo será inaugurado no Dia do Piauí. **A Luta**. Campo Maior, 13 de outubro de 1974.

NA JOSÉ Paulino: “pé na taboa e fé em Deus”. **A Luta**. Campo Maior, 17 de setembro de 1978, p. 01.

NASCE hoje um novo Piauí. **O DIA**. Teresina, 07 de abril de 1970, p.01. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/o-dia-ano-60/60-anos-nasce-hoje-um-novo-piaui-106121.html>. Acesso em: 09 de março de 2019.

NOSSA conduta. **A Luta**. Campo Maior, 03 de novembro de 1968, p. 03,

NOSSA Imprensa. **A Luta**. Campo Maior, 21 de julho de 1968, p.01.

NOSSA Pecuária. **A Luta**. Campo Maior, 15 de dezembro de 1968, p. 02.

NOSSO protesto. **A Luta**. Campo Maior, 24 de março de 1968, p.03.

NOTAS, Comentários & Opinião. **A Luta**. Campo Maior, 03 de dezembro de 1967, p. 04.

NOTAS, Comentários & Opinião. **A Luta**. Campo Maior, 28 de janeiro de 1968, p. 04.

- NOTAS, comentários & opinião: registro. **A Luta**. Campo Maior, 12 de maio de 1968, p. 04.
- NOTAS, Comentários & Opinião. **A Luta**. Campo Maior, 03 de dezembro de 1967, p. 04.
- NOTÍCIAS breves. **A Luta**. Campo Maior, 04 de julho de 1976, p. 07.
- O BAIRRO da minha escola. **A Luta**. Campo Maior, 30 de agosto de 1970, s/p.
- OBRIGADO, Dr. Murilo Resende. **A Luta**. Campo Maior, 23 de julho de 1973, p.01.
- OBRIGATÓRIAS por Lei Construções de Muros e Calçadas. **A Luta**. Campo Maior, 21 de outubro de 1972, p. 01.
- OBSERVANDO. **A Luta**. Campo Maior, 03 de dezembro de 1967, p. 05.
- OCTACÍLIO e o Monumento. **A Luta**. Campo Maior, 09 de abril de 1973, s/p.
- OLHANDO a cidade. **A Luta**. Campo Maior, 02 de agosto de 1970, s/p.
- O NOVO Piauí. **A Luta**. Campo Maior, 24 de dezembro de 1967, p. 03.
- O PIAUÍ Existe. **Revista Realidade**. São Paulo, Editora Abril, Ano II, n. 13, abril de 1967.
- O PIAUÍ fez a independência. **A Luta**. Campo Maior, 14 de janeiro de 1973, s/p.
- O POVO Reclama. **A Luta**. Campo Maior, 20 de fevereiro de 1971, p. 07.
- O POVO Reclama. **A Luta**. Campo Maior, 20 de março de 1971, p. 06.
- O POVO reclama. **A LUTA**. Campo Maior, 27 de fevereiro de 1971, p. 06.
- O PRIMEIRO dos clássicos será hoje. **A Luta**. Campo Maior, 19 de abril de 1970, p. 02.
- O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 15 de abril de 1972, s/p.
- O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 10 de junho de 1972, s/p.
- O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 29 de julho de 1972, s/p.
- O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 10 de setembro de 1972, p. 05.
- O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 17 de setembro de 1972, s/p.
- O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 03 de setembro de 1972, p.05.
- O QUE há de registro. **A Luta**. Campo Maior, 08 de abril de 1972, s/p.
- OS HERÓIS esquecidos. **A Luta**. Campo Maior, 01 de março de 1970, s/p.

O SONHO dele é vender salsicha Made in Piauí. **A Luta**. Campo Maior, 18 de março de 1972, s/p.

OS pioneiros. **A Luta**. Campo Maior, 17 de novembro de 1968, p. 03.

OUTRO adiamento, outra falsa promessa. **A Luta**. Campo Maior, 20 de outubro de 1974, p. 01.

OUTROS pareceres. **A Luta**. Campo Maior, 31 de outubro de 1971, s/p.

PALAVRAS de Jaime ao tomar posse. **A Luta**. Campo Maior, 06 de fevereiro de 1971, p. 03.

PALAVRAS proferidas pelo capitão Câncio. **A Luta**. Campo Maior, 03 de março de 1971, p. 02.

PEDRA fundamental será lançada. **A Luta**. Campo Maior, 08 de março de 1970, p. 01.

PEGA o boi e passa a carne. **A Luta**. Campo Maior, 06 de setembro de 1970, p. 01.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Francisco das Chagas Rodrigues. Teresina: 1961.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Francisco das Chagas Rodrigues. Teresina: 1962.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Petrônio Portella Nunes. Teresina: 1963.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Petrônio Portella Nunes. Teresina: 1966.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Helvídeo Nunes de Barros. Teresina: 1967.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Helvídeo Nunes de Barros. Teresina: 1968.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Helvídeo Nunes de Barros. Teresina: 1969.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Helvídeo Nunes de Barros. Teresina: 1970.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Alberto Tavares Silva. Teresina: 1972.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Alberto Tavares Silva. Teresina: 1973.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Dirceu Mendes Arcoverde. Teresina: 1976.

PIAUI. Mensagem de Governo apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí pelo governador Dirceu Mendes Arcoverde. Teresina: 1977.

PIAUI. Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública (Relatório). Teresina, 1964. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Disponível em: [sian.an.gov.br/sianexConsultaPesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.aspx\\_CodReferencia\\_id=1828194&v\\_aba=1.pdf](http://sian.an.gov.br/sianexConsultaPesquisa_Livre_Painel_Resultado.aspx_CodReferencia_id=1828194&v_aba=1.pdf).

PIEMTUR e o Motel. **A Luta**. Campo Maior, 26 de maio de 1974, p.01.

POLÍTICOS não prestigiam nosso jornal. **A Luta**. Campo Maior, 10 de outubro de 1970, p.01.

POLUIÇÃO incômoda. **A Luta**. Campo Maior, 24 de setembro de 1978, p. 02.

PORCOS nas ruas. **A Luta**. Campo Maior, 21 de agosto de 1977, p. 03.

PORQUE aumenta o preço da carne. **A Luta**. Campo Maior, 07 de outubro de 1973, s/p.

POVO exige do governador promessa do monumento dos heróis do Jenipapo. **A Luta**. Campo Maior, 19 de novembro de 1971, s/p.

POVO repudia declarações levianas do grupo gaúcho do Fripisa sobre o Piauí. **A Luta**. Campo Maior, 19 de agosto de 1972, p. 01.

POVO sofre falta de luz e água aos domingos. **A Luta**. Campo Maior, 24 de outubro de 1971, p. 01.

PRAÇA Gentil Alves. **A Luta**. Campo Maior, 20 de novembro de 1977, p. 04.

PRAÇA Gentil Alves continua na mesma. **A Luta**. Campo Maior, 03 de setembro de 1978, p. 02.

PRAÇAS abandonadas. **A Luta**. Campo Maior, 03 de setembro de 1978, p. 05.

PRÉDIO do Colégio reclama solução. **A Luta**. Campo Maior, 07 de janeiro de 1973, p.01.

PREFEITO concede entrevista. **A Luta**. Campo Maior, 02 de agosto de 1970, p.01.

PREFEITO Raimundo Andrade foi a Brasília. **A Luta**. Campo Maior, 02 de novembro de 1969, p.01.

PREFEITURA Continua Limpando a Cidade. **A Luta**. Campo Maior, 15 de abril de 1974, s/p.

PREFEITURA com nova sede. **A Luta**. Campo Maior, 25 de abril de 1976, p. 01.

- PREFEITURA de Campo Maior – Nota. **A Luta**. Campo Maior, 07 de abril de 1974, p. 01.
- PRESERVAM-SE Esgotos Fétidos da ‘Demerval Lobão. **A Luta**. Campo Maior, 01 de janeiro de 1972, s/p.
- PRESIDENTE Médici inaugurará Boa Esperança no dia sete. **A Luta**. Campo Maior, 29 de março de 1970, p.01.
- PROBLEMAS que clamam soluções. **A Luta**. Campo Maior, 24 de julho de 1977, p. 06.
- PROBLEMAS que clamam soluções. **A Luta**. Campo Maior, 17 de julho de 1977, p. 05.
- PRODUTOS FRIBOM agora rotulados. **A Luta**. Campo Maior, 14 de julho de 1974, p. 01.
- PROGRAMA do sesquicentenário da independência do Piauí. **A Luta**. Campo Maior, 18 de março de 1972, p. 01
- PROGRESSO. **A Luta**. Campo Maior, 31 de dezembro de 1967, p. 01.
- PROVIDÊNCIAS precisam ser tomadas. **A Luta**. Campo Maior, 18 de fevereiro de 1973, s/p).
- QUEM não tiver ligação nova ficará no escuro. **A Luta**. Campo Maior, 09 de março de 1969, p. 06.
- QUEREMOS uma Escola Superior. **A Luta**. Campo Maior, 26 de janeiro de 1972, p. 02.
- QUEREMOS ver a banda passar. **A Luta**. Campo Maior, 03 de outubro de 1971, s/p.
- RÁDIO Clube de Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 18 de agosto de 1968, p. 03.
- R. ANDRADE pede monumento ao Secretário de Educação. **A Luta**. Campo Maior, 20 de março de 1971, s/p.
- REFORMA do Estádio está em fase adiantada. **A Luta**. Campo Maior, 02 de setembro de 1974, p. 01.
- RELÍQUIAS desaparecem. **A Luta**. Campo Maior, 28 de abril de 1974, p. 01.
- REPORTAGEM D’A Luta esteve no Fripisa. **A Luta**. Campo Maior, 26 de agosto de 1972, p. 06.
- REPORTAGEM sobre o Piauí repercute. **A Luta**. Campo Maior, 26 de fevereiro de 1973, s/p.
- RESPOSTA à carta aberta do Doutor João Bosco. **A Luta**. Campo Maior, 19 de outubro de 1969, p. 02.
- RETRATO de Campo Maior. **A Luta**. Campo Maior, 23 de março de 1969, p. 05.

REVISTA o Cruzeiro. Rio de Janeiro, edição nº 63, 25 de novembro de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=165474&Pesq=cassiterita>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

REVOLUÇÃO & Desenvolvimento. **A Luta**. Campo Maior, 30 de março de 1969, p. 04.

RODOVIÁRIA Será Construída em Ritmo Acelerado. **A Luta**. Campo Maior, 13 de agosto DE 1972, p. 01.

RUIM o estado do campo do “Deusdedit”. **A Luta**. Campo Maior, 04 de março de 1972, s/p.

RUAS estão escuras. **A Luta**. Campo Maior, 21 de julho de 1970, p. 01.

SALÕES serão concluídos. **A Luta**. Campo Maior, 08 de março de 1970, p. 01.

SAMPAIO, Severo Visgueira. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 23 de dezembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Raimundo Nonato Bitencourt Pereira. Campo Maior, 21 de setembro de 2019.

SERÁ em setembro a inauguração do monumento. **A Luta**. Campo Maior, 07 de janeiro de 1973, p. 01.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Relatório. Disponível em: [sian.an.gov.br/sianexConsultaPesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.aspx\\_CodReferencia\\_id=1828194&v\\_aba=1.pdf](http://sian.an.gov.br/sianexConsultaPesquisa_Livre_Painel_Resultado.aspx_CodReferencia_id=1828194&v_aba=1.pdf).

SONHO que se tornou pesadelo. **A Luta**. Campo Maior, 13? de março de 1973, s/p.

SUAS aulas começarão 2ª feira. **A Luta**. Campo Maior, 12 de abril de 1970, p. 03.

SUJEIRA provoca reclamações. **A Luta**. Campo Maior, 27 de janeiro de 1974, p.01.

SUNAN promete baixar preço da carne. **A Luta**. Campo Maior, 25 de novembro de 1973, p. 01.

TABELA da carne aumenta a fome. **A Luta**. Campo Maior, 18 de março de 1979, p. 01.

TENENTE Jaime da Paz recebe felicitações. **A Luta**. Campo Maior, A LUTA, 11 de fevereiro de 1973, p. 01.

TERROR e apadrinhamento. **A Luta**. Campo Maior, 19 de dezembro de 1970, s/p.

TUDO o Piauí vem presenciar a guerra simulada do Jenipapo. **A Luta**. Campo Maior, 06 de novembro de 1973, p. 01.

TRABALHO só, não desenvolve. **A Luta**. Campo Maior, 29 de junho de 1969, p. 03.

TÚMULO dos Bravos. **A Luta**. Campo Maior, 03 de dezembro de 1967, p. 01.

- TURISMO no Piauí. **A Luta**. Campo Maior, 06 de março de 1971, p. 05.
- UMA apresentação. **A Luta**. Campo Maior, 01 de novembro de 1970, p.03.
- UMA hora a mais. **A Luta**. Campo Maior, 17 de maio de 1970, p. 01.
- UM ano de A Luta. **A Luta**. Campo Maior, 17 de novembro de 1968, p. 03.
- UM jornal: expressão de um povo. **A Luta**. Campo Maior, 02 de novembro de 1969, p.03.
- UMA resposta aos pseudo-inimigos de A Luta. **A Luta**. Campo Maior, 19 de dezembro de 1970, p. 05.
- UM ANO e meio de governo com ARCOVERDE na frente. **A Luta**. Campo Maior, 25 de julho de 1976, p. 01.
- UMA OPINIÃO. **A Luta**. Campo Maior, 23 de janeiro de 1971, p. 03.
- UM ESTADO Que Se Liberta. **A Luta**. Campo Maior, 14 de outubro de 1972, s/p.
- UM PASSADO recente. **A Luta**. Campo Maior, 02 de março de 1969, p.04.
- UM SONHO que se tornará realidade. **A Luta**. Campo Maior, 08 de abril de 1972, p. 01.
- URBANIZAÇÃO. **A Luta**. Campo Maior, 19 de fevereiro de 1972, s/p.
- VAMOS ver o que há de quente. **A Luta**. Campo Maior, 27 de fevereiro de 1971, p. 02.
- VERBAS e Serviços. **A Luta**. Campo Maior, 23 de junho de 1968, p. 03.
- VERBA Vera. **A Luta**. Campo Maior, 09 de abril de 1973, s/p.
- VOLTAM as queixas contra a CEPISA. **A Luta**. Campo Maior, 23 de janeiro de 1971, p.01.
- WALL não fez reforma no Estadual. **A Luta**. Campo Maior, 08 de agosto de 1972, s/p.
- VISITA dos jornalistas e almoço no FRIPISA. **A Luta**. Campo Maior, 20 de julho de 1969, p. 01.
- ZONA ARRAZADA. **A Luta**. Campo Maior, 19 de novembro de 1978, p.03.

ANEXO A – IDA DO MAJOR FIDIÉ, DA VILA DA PARNAÍBA, EM DIREÇÃO À OEIRAS



Fonte: BRASIL. A Batalha do Jenipapo no processo da Independência no Brasil. In: **Histórias não contadas**. Centro Cultural da Câmara dos Deputados, Brasília, 2014.